

ESTA EXEMPLAR EDABR DONDA
A ORIGEM AINTE DA TBSSE
OBTENIDA DO ANTONIO CARLOS
MACEDO E SILVA

CAMPINAS 77 de Junho. 198

PETROBRÁS: A CONSOLIDAÇÃO DO MONOPÓLIO ESTATAL
E A EMPRESA PRIVADA (1953-1964).

ANTONIO CARLOS MACEDO e SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da Univer
sidade Estadual de Campinas, como
parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Economia
sob a orientação do Prof. Dr. Carlos
Lessa.

CAMPINAS

1985

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

O MYTHO é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mytho brilhante e mudo
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.

.....
Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade.
E a fecundã-la decorre
Em baixo, a vida, metade
De nada, morre.

Fernando Pessoa

É preciso conhecer de perto a eficiência e o fervor patriótico dos jovens técnicos brasileiros que movimentam e ampliam o parque petrolífero de Cubatão, bem como daqueles da Bahia e que se colocam como monumentos imperecíveis das lutas do povo brasileiro por sua emancipação. Essa indústria, também a Hidrelétrica de São Francisco, os operários de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores e da Empresa Vale do Rio Doce constituem uma antevisão do Brasil do futuro, livre da pilhagem impiedosa dos trustes e criando riquezas para seu próprio povo.

Osny Duarte Pereira

INDICE

	Pág.
AGRADECIMENTOS	
APRESENTAÇÃO	I
CAPÍTULO I . NOS TEMPOS DO CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO	1
I. 1. A Partilha da Atividade Petrolífera: Pri meiros Movimentos	1
I. 2. A Idéia da Empresa Estatal	20
I. 3. Do Projeto de Vargas à Lei 2004	28
I. 4. A Questão dos Equipamentos	37
I. 5. Estado, Petróleo e Produtores de Equipa mentos: Primeiras Articulações	47
CAPÍTULO II. PETROBRÁS: 1953-1964	58
II. 1. A Presidência Café Filho	59
II.1.1. Continuidade e Ruptura sob Ca fé Filho	59
II.1.2. A Comissão da Indústria Pesada Pesada e a Petrobrás	74
II.1.3. O Surgimento da ABDIB	91
II. 2. A Consolidação do Monopólio Estatal	119
II.2.1. Expansão do Parque Produtivo	119
II.2.2. O Financiamento do Programa da Petrobrás	126
II.2.3. Ainda a Partilha: Petroquímica, Importação, Distribuição e Refino	154
a. Petroquímica	154
b. Importação e Distribuição	169
c. As Refinarias Particulares	172

CAPÍTULO III. A NACIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	202
III. 1. Petrobrás, ABDIB e Firmas de Engineering em Três Grandes Obras	203
III.1.1. Ampliação da Refinaria de Mata ripe	215
III.1.2. Construção da Refinaria Duque de Caxias e da Fábrica de Borra cha Sintética	233
III. 2. A Importância Crescente da ABDIB	248
III. 3. Nacionalização: Somando os Fragmentos	260
III. 4. A Petrobrás e a "Emancipação Econômica Nacional"	295
IV. NOTA FINAL	324
V. BIBLIOGRAFIA	329

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer a meu orientador Carlos Lessa, em primeiro lugar. Lessa sugeriu-me um tema e uma hipótese que lhe pareciam palpitantes, dos quais esperava, sem dúvida, uma trama mais rica e matizada que o tecido um tanto esgarçado e rude que pude elaborar.

Luciano Coutinho orientou-me no período em que fui bolsista da FAPESP, dando-me um apoio decisivo no início de meus trabalhos. Sou grato também a Wilson Cano, pela boa-vontade com que recebeu minhas aparições numerosas e repentinas em sua sala, em busca de dados, textos e sugestões.

Em meados de 1984, quando meu prazo se esgotava, vários de meus professores me ajudaram a vencer as hesitações e definir a estrutura do texto final. Além de Wilson e Luciano, presentes mais uma vez, auxiliaram-me Liana Maria Aureliano, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello.

Durante a fase de redação, já em 1985, Liana tornou-se a co-orientadora deste trabalho. Devo a ela o estímulo e a cobrança — na proporção correta — sem os quais esta dissertação não teria sido escrita. Devo-lhe também — e muito — pela paciência e meticulosidade com que leu e discutiu comigo os originais.

Vera Thorstensen foi a autora da sugestão iluminada a que me refiro na apresentação. Os primos Amantino e Benedito Pires de Almeida abriram caminhos em um momento em que as dificuldades pareciam intransponíveis. Mais tarde, quando a pesquisa na Petrobrás estava a esgotar-se, uma indi

cação de Henri-Philippe Reichstul deu-lhe uma alento inesperado.

No complexo Petrobrás, recebi apoio inestimável de Otto Vicente Perroni, Hélio Camarota, Antonio Cláudio Pereira da Silva, Fernando Senra, Frederico Reis de Araújo e Hudson de Assis Martins Júnior.

O apoio da ABDIB foi fundamental. Agradeço à boa-vontade de Caio Mário de Sá, Sylvio de Aguiar Pupo e Venilton Tadini.

José Luiz de Almeida Bello merece uma menção especial. Abusei de seu tempo e paciência; espero não irritá-lo em demasia com impertinências acerca de um tema por ele dominado com maestria.

Agradeço a todos os meus entrevistados e aqueles que, de uma forma ou outra, ajudaram-me durante o trabalho de pesquisa. Haverá, decerto, omissões, sendo que algumas a pedido dos próprios interessados. Meu muito obrigado a Plínio Cantanhede, Janary Nunes, Rômulo de Almeida, João Neiva de Figueiredo, Henrique Pedro David de Sanson, Orfilla Lima Santos, José Maria Caldas, Marçal Zobarán, Dilermando Lima, Ronan Soares, Alceu Carvalho, Luiz Wilson Marques de Souza, Paulo Fortes, Sérgio O. de Menezes Portinho, Solón Guimarães Filho, Pedro Carlos Silva Telles, Ricardo Repsold, Márcio Ramos, Leon Zeitel, José Mauro Bessa de Almeida, Ary Barbosa Silveira, Francisco Edgar da Silva, Victor Gouvêa, Geraldo Machado, Francisco Luciano Gurgel do Amaral, Derek Parker, Jairo José Farias, Mário Lima, Ecila Ford, Ignácio Rangel, José Pelúcio Ferreira, Fábio Erber e Márcio Henrique Monteiro de Castro.

Foi fundamental o auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, assim como o da Fundação

Ford, concedido através da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Sou grato também ao esforço do pool de Datilografia do Instituto de Economia e, particularmente, a Elvira, pela disposição e bom-humor com que enfrentou a colcha de retalhos em que se transformaram meus originais.

Durante a etapa de pesquisa, fui obrigado a deixar Campinas inúmeras vezes, perseguindo dados em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Enquanto eu ia, Silvia ficava — ela, sua tese e Aline. Acabamos por concluir as teses simultaneamente. Mas, como de hábito, Silvia ajudou-me mais que eu a ela.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é um estudo de caso. Melhor dizendo, é o estudo de um caso à parte — sua personagem central é a Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, a maior das estatais brasileiras, e também a mais polêmica e envolta em mitos de toda ordem. O período abordado é o que se estende de 1953 até 1964, exatamente aquele em que a empresa mais se fez presente nos noticiários, ora como "instrumento de emancipação econômica nacional", ora como "bastião do comunismo" e "caixa econômica do caos".

Muita coisa se escreveu sobre a inserção da Petrobrás na luta política travada no período. Há páginas e mais páginas sobre a vertiginosa sucessão de presidentes da empresa, sobre os acordos de Roboré, sobre Walter Link e as possíveis manobras dos trustes e de seus testas-de-ferro. Mesmo assim, acredito, a literatura ainda está longe de esgotar esse tema, reconstituindo o percurso pelo qual a Petrobrás se tornou o foco de polêmicas tão numerosas quanto insolúveis. Quero salientar, porém, que uma outra face da trajetória da empresa permaneceu praticamente inexplorada: em poucos anos, a Petrobrás ergueu uma indústria; ao fazê-lo, desempenhou papel de relevo em meio ao processo de intensas transformações estruturais por que passava a economia brasileira.

Entre estas transformações estava a constituição de uma indústria produtora de equipamentos pesados, com uma participação significativa do capital nacional. Quais os nexos entre os progressos simultâneos da Petrobrás e desse segmento

do empresariado? Havia uma hipótese tentadora: imersa como nenhuma outra estatal no projeto nacionalista de industrialização, a Petrobrás teria optado por orientar parte de sua demanda de equipamentos para o mercado interno. Vendendo à Petrobrás, um contingente significativo de empresários nacionais teria obtido capital, régua e compasso necessários para transpor cinquenta anos num quinquênio, resistindo com sucesso ao impacto da rápida internacionalização da economia brasileira.

Este foi, então, o ponto de partida deste trabalho: a política de compras da Petrobrás. O primeiro passo da pesquisa, portanto, seria obter da Petrobrás os dados pertinentes: o que se comprou no Brasil, de quem se comprou, em que condições — qual o preço pago pela Petrobrás por esta suposta opção "nacionalista".

A dificuldade maior, esperava, seria o acesso à Petrobrás, tida como uma empresa bastante reservada. Havia, porém, algum motivo para otimismo, de vez que a divulgação desta história pouco conhecida poderia interessar à própria Petrobrás. Não faltam referências elogiosas à Petrobrás da parte de empresários; o pioneirismo da empresa em comprar no Brasil é exaltado em artigos, debates e conferências — sempre, porém, de maneira sumária, uma vez que os empresários preocupam-se com o futuro, e não com a História. Por que não recompor este passado em maiores detalhes?

De fato, a partir do apoio de alguns funcionários do complexo Petrobrás comecei a montar uma rede de contatos que chegou a algumas dezenas de nomes. Não importava que muitas conversas fossem infrutíferas — em algum momento, alguém me indicaria a sala exata do prédio da avenida Chile em

que encontraria, à minha espera, os "dados pertinentes". E assim bati de sala em sala, até o momento em que as suges tões — "quem sabe Fulano tenha o que você precisa, Beltrano fará com que você chegue a ele" — começaram a se repetir. Fulano e Beltrano já haviam sido entrevistados; o círculo se fechava.

Concluí que, sim, a Petrobrás é uma empresa exces sivamente reservada. Nem sempre meus interlocutores tinham a paciência e a disponibilidade para voltar duas ou três décadas no tempo em companhia de um outsider curioso; às ve zes, porém, pesava claramente o receio de divulgar quaisquer informações mais significativas. Mais que reservada, porém, a Petrobrás é uma empresa sem memória, até mesmo para preser var o que poderia esgrimir como resposta aos ataques violen tos que vez por outra a atingem. Não tive acesso a certos do cumentos que sei ainda existirem, e em local conhecido (co mo as atas das reuniões da diretoria — talvez fosse pedir de mais... — e os boletins de circulação interna — mas nesse caso, nem tanto!). Muitos outros — este é o problema — têm seu paradeiro desconhecido, como os relatórios de ôrgãos co mo a Assessoria de Materiais e o Escritório de Compras. Uns garantiram: "foram incinerados". Outros teceram conjecturas : "quem sabe estejam no Cidade de Lima?" O edifício Cidade de Li ma é o arquivo morto da Petrobrás, onde parte (qual?) da his tória da empresa desfruta o sono eterno.

Felizmente, uma sugestão iluminada me levava a abrir, já ao início do trabalho, uma outra fonte de pesqui sa: a Associação Brasileira para o Desenvolvimento o das In dústrias de Base. Estudando a documentação da entidade, cons tatei a presença de um empresariado bastante dinâmico e cons

ciente de que a produção de equipamentos petrolíferos era o passaporte para uma nova etapa na expansão de suas empresas. Já não tinha, então, a Petrobrás como personagem única, como a portadora de uma boa-vontade e uma carteira de encomendas com o condão de despertar um empresariado letárgico de uma tradição de mesmice e conservadorismo. A mesma documentação explicitou a presença de outro agente extremamente importante no processo de nacionalização: a firma norte-americana de engineering.

Algumas das entrevistas com pessoas ligadas à ABDIB e ao meio empresarial foram bastante elucidativas. Contudo, a insistência em obter da Petrobrás o que ela não podia (na melhor das hipóteses) oferecer privou-me do tempo necessário à seleção e ao estudo de algumas das empresas para as quais o fornecimento à Petrobrás foi de fato um acontecimento vital.

Além dos fabricantes de equipamentos (particularmente os associados à ABDIB), um outro segmento do capital privado ganhou certo espaço no texto final: aquele disposto a investir na indústria do petróleo, e que eventualmente teve de disputar espaço com o Estado. Eis aí, creio, outro tema deixado a descoberto pela bibliografia existente; devo dizer que ele se introduziu nesta dissertação de forma algo sorrateira — quando comecei a redigi-la, dei-me conta de ter amalhado algumas informações interessantes, cuja inclusão talvez pudesse ser justificada a título de indicação para pesquisas futuras.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro começa da constituição do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), visto como um dos momentos de maior relevo na his

tória da partilha da atividade petrolífera entre o Estado e capital privado. A partir disso, desenrolam-se dois fios. Um deles conduz do CNP à idéia de uma empresa estatal, e da concepção desta pela Assessoria Econômica à Petrobrás instituída pelo Congresso através da lei 2004. O outro diz respeito à configuração de uma "questão dos equipamentos" — procuro, de um lado, reconstituir algumas das circunstâncias que contribuíram para que a produção interna de equipamentos industriais passasse a constar da agenda da política econômica brasileira; de outro lado, pretendo recuperar um pouco das primeiras iniciativas de nacionalização, levadas a cabo pelo CNP.

O segundo capítulo abrange o período privilegiado pela pesquisa e que corresponde, aproximadamente, aos dez primeiros anos da Petrobrás. Em face das modificações sofridas pela empresa após 1964 (inclusive uma reforma administrativa), o período guarda certa homogeneidade; por outro lado, corresponde, grosso modo, a seu primeiro bloco de investimentos (um marco possível seria o ano de 1965, em que a refinaria Duque de Caxias atingiu a capacidade produtiva prevista em seu projeto). O capítulo está dividido em duas partes. O objeto da primeira é a presidência Café Filho. Trata-se de um período pouco estudado e, do ponto de vista deste trabalho, bastante rico em acontecimentos importantes. Para a Petrobrás, foi um momento de afirmação, em que a empresa teve de fazer frente a um governo pouco amistoso. Além disso, ocorreram alguns fatos marcantes, como o surgimento da Comissão para a Indústria Pesada e a fundação da ABDIB. A segunda parte do capítulo trata da expansão do parque produtivo da Petrobrás, de seu padrão de financiamento e do desenrolar do

problema da partilha ao longo do período pesquisado.

O terceiro capítulo tem como tema a nacionalização de equipamentos petrolíferos. Seu primeiro item aborda a atuação dos três principais agentes do processo de nacionalização — Petrobrás, ABDIB e as firmas de engineering norte-americanas — em três grandes obras. Após isso, discuto a consolidação da ABDIB como um interlocutor de peso frente ao Estado e ao conjunto do capital privado. Segue-se uma tentativa de somar os fragmentos recolhidos em pesquisa de forma a delinear o que foi a política de nacionalização da Petrobrás. Fecha o capítulo um item sobre o porquê da opção da Petrobrás pelo mercado interno.

CAPÍTULO I

NOS TEMPOS DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

CAPÍTULO I. NOS TEMPOS DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

I.1. A Partilha da Atividade Petrolífera: Primeiros Movimentos.

Em outubro de 1953, o presidente Vargas sancionou a lei 2004. Após quase dois anos de discussão no Congresso, finalmente estava criada a Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima. A quinze anos da criação do Conselho Nacional do Petróleo, demarcava-se enfim o quinhão de cada um dos possíveis empresários do Petróleo. Estado, capital nacional e estrangeiro. É certo que permaneciam áreas litigiosas. Por exemplo, a distribuição dos refinados e a petroquímica — veremos, até 1964, o movimento nacionalista reivindicar com insistência a extensão do monopólio. Porém, também é certo que a definição dada à questão do petróleo pela lei 2004 interrompia um período de quinze anos de marchas e contramarchas, compondo um quadro institucional que só voltaria a sofrer mudanças profundas com os contratos de risco, em 1975.

Marchas e contramarchas. Vamos deixar de lado o período pré-1930. Bastará lembrar que, entre 1891 e 1930, propriedade do solo e do sub-solo eram inseparáveis. Além disso, cabia aos estados a propriedade das terras devolutas e a regulamentação da mineração. No entanto, *"antes de findo 1931, o Governo Federal anulou a Constituição de 1891 e decretou o seu direito de autorizar a pesquisa e a lavra dos recursos minerais em todo o território da república. E assim, tanto os proprietários rurais como os estados perderam o controle das minas e da mineração"*.⁽¹⁾ A Constituição e o Código de

(1) Smith, Peter Seaborn - Petróleo e Política no Brasil Moderno. Rio de Janeiro. E.Artenova e Ed. da Universidade de Brasília, 1978, p.38.

Minas promulgados em 1934 avançaram mais, separando a propriedade do solo e do sub-solo.

Na opinião de Sônia Draibe, "*a efetivação da autoridade pública central, sobre recursos considerados essenciais ou estratégicos, constituiu um dos mecanismos típicos de formação dos Estados Nacionais*". A elaboração do Código de Minas teria sido um passo nessa direção. Ocorrendo, porém, em pleno século XX, tal movimento revestia-se de um caráter distinto, pois implicava não a "*demarcação de soberania do Estado sobre 'seu' território*", mas a demarcação da "*competência dos poderes público e privado, equacionando a questão nacional nos seus termos contemporâneos, isto é, os da relação entre os capitais nacionais e estrangeiros*". (2)

De fato, a partir de 1938 o afã legislativo do Estado Novo atingiu o petróleo, distinguido então como um mineral específico — um caso à parte. Começava a afirmar-se um projeto nacional-estatista para o petróleo, impulsionado por um segmento do Exército que tinha no General Júlio Horta Caetano Barbosa um de seus líderes. A cascata de decretos-leis abriu com o de número 366: pertenceriam ao Governo Federal todos os campos de petróleo a descobrir; noutras palavras, todos os campos, uma vez que até então não se registrara nenhuma jazida. (3)

Seguiu-se então o decreto-lei 395, que "*declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus deriva*

(2) Draibe, Sônia - Ramos e Metamorfoses, um Estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, 1985, pp.94-96.

(3) Cf. Smith, op.cit., p.50.

dos, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país, e dá outras providências". (4) — entre outras, a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que teria Horta Barbosa como seu primeiro presidente. De uma penada, o Governo Federal abria caminho a uma intervenção profunda em todas as atividades relacionadas ao "ouro negro". Não lhe escapava o controle sobre a comercialização e transporte. Nem sobre o refino, a partir de então reservado aos brasileiros natos — com a restrição de que a localização, capacidade produtiva, natureza e qualidade dos produtos refinados fossem aprovados pelo Governo; detalhe importante: O Governo Federal chamava a si a fixação dos limites mínimo e máximo dos preços de venda desses produtos. (5)

(4) Petrobrás - Legislação do Petróleo. 3a.edição, Rio de Janeiro, 1971, p.97.

(5) A respeito da aprovação do decreto, é irresistível citar um dos trechos de Luciano Martins que tornam tentadora a hipótese de uma "conspiração burocrática", levantada pelo autor: "Os conselheiros do Conselho Federal de Comércio Exterior - C.F.C.E.} são convocados para uma reunião urgente e extraordinária onde se trataria de um assunto de 'extrema importância'. O teor do assunto não lhes é contudo comunicado senão no início da sessão. Após a entrada dos membros do C.F.C.E. na sala de reunião, Barbosa Carneiro ordena ao Capitão Iba-delegado do Estado Maior e secretário da sessão, fechar as portas e guardar as chaves. Um dos conselheiros interpela o capitão, que responde que se tratam de ordens do Estado-Maior. A reação é lapidar: 'Muito bem, Capitão, quem pode manda, quem não pode obedece'. "É nessas condições que o plenário do Conselho Federal do Comércio Exterior, que reunia a representação dos empresários, e que sob o Estado Novo fazia de alguma forma o papel de Parlamento, no interior do qual deviam 'falar e decidir as forças vivas da nação', aprova em quatro horas, por unanimidade, uma política da qual ele ignorava totalmente a elaboração e que dava ao Estado um controle extenso sobre o Petróleo". In Martins, Luciano - Pouvoir et Développement Économique Formation et Évolution des Structures Politiques au Brésil: Paris, Éditions Anthropos, 1976, p.293.

Faltava, porém, organizar o CNP. Isso foi feito pelo decreto-lei 538, aprovado pelo C.F.C.E. em condições semelhantes. O decreto define o CNP como um órgão "autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República",⁽⁶⁾ a quem cabe designar por decreto seu presidente e os oito conselheiros, seis representando vários ministérios e dois — o corporativismo diz presente — as organizações de classe da indústria e do comércio. Incumbe ao Conselho do exercício das prerrogativas que o Governo se outorgara através do Decreto-lei 395.

Vale a pena destacar alguns pontos interessantes. Primeiro, o parágrafo segundo do artigo 8º: "Aos representantes dos Ministérios da Guerra e da Marinha, isolada ou conjuntamente, caberá o direito de, sem declaração de motivos, recorrer, com efeito suspensivo, para o Presidente da República, de qualquer decisão do Conselho que possa afetar a defesa ou a segurança do País".⁽⁷⁾

Segundo, o artigo 12, estabelecendo que "nenhum compromisso internacional que afete o comércio ou a indústria do petróleo e seus subprodutos será assumido pelo Governo sem prévia audiência do Conselho Nacional do Petróleo".⁽⁸⁾

Daí conclui Luciano Martins: "Da 'conspiração' burocrática resultava portanto a institucionalização do controle militar total sobre a política do petróleo, incluindo aí o direito de veto sobre as iniciativas governamentais".⁽⁹⁾

Não é coisa pouca.

(6) Petrobrás, op.cit., p. 99

(7) Ib., p.100

(8) Ib., p.102

(9) Martins, op.cit., p.297

Não era pequeno o poder outorgado ao CNP pelos decretos 395 e 538. Não eram pequenas, também, as áreas potencialmente litigiosas. Veja-se, por exemplo o artigo 13 do último: "O Conselho Nacional do Petróleo realizará, por intermédio do órgão técnico, que for criado, os trabalhos oficiais de pesquisa das jazidas de petróleo e gases naturais, bem como, quando julgar conveniente, procederá à lavra e industrialização dos respectivos produtos". (10) (grifo meu).

Quanto à pesquisa e lavra, o apetite do CNP pode ser avaliado a partir dos acontecimentos de Lobato, onde foi descoberto o primeiro poço de petróleo brasileiro, em janeiro de 1939. Lobato era assunto antigo: Oscar Cordeiro, presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, vinha tentando desde 1932, sem êxito, obter o apoio do Governo para pesquisar a área. Vencidas as resistências, confirmados os indícios, não se passou um mês para que o Governo reservasse para o CNP a pesquisa da área num raio de 60 quilômetros do poço. (11)

Em todo caso, e a despeito da ruidosa intervenção de Monteiro Lobato, (12) não se pode dizer que o capital privado

(10) Petrobrás, op.cit., p. 102.

(11) A resistência do Governo Federal em apoiar a realização da pesquisa em Lobato baseava-se nos pareceres de um geólogo de origem européia, Victor Oppenheim, uma das primeiras personificações dos "trustes" na história do petróleo brasileiro contada pelos nacionalistas. Veja-se, por exemplo, Coutinho, Lourival e Silveira, Joel - Traição e Vitória, Rio de Janeiro. Livraria Editora Coelho Branco, 1957, p. 329.

A "ingratidão" para com o pioneiro ensejou um comentário indignado de Smith: "Pobre Oscar Cordeiro! Esse decreto que reservava a área ao CNP proibiu-lhe o acesso a um poço que julgava seu, não lhe deu compensação nem reconhecimento pelo esforço que fizera, e deixou-o amargurado pelo resto da vida. Em 1965, a Petrobrás fez dele tardiamente técnico honorário e deu-lhe ordenado vitalício". In Smith, op.cit., p. 244. Sobre o poço de Lobato, ver especialmente Cohn, Gabriel-Petróleo e Nacionalismo, São Paulo, DIFEL, 1968, capítulo I.

(12) Sobre as peripécias de Monteiro Lobato em busca de petróleo, ver, por exemplo Martins, op.cit., 275-281.

nacional estivesse fortemente interessado na pesquisa e na lavra. Entre 1932 e 1950, ano do último pedido de autorização de pesquisa, houve pouco mais de 100 concessões; 54 pessoas ou entidades empresariais solicitaram autorização⁽¹³⁾. O capital estrangeiro, por seu turno, fora excluído dessa atividade pela Constituição de 1937, e do refino, como vimos, em 1938.

A industrialização do petróleo devia representar para o capital nacional um filão muito mais apetitoso. A pesquisa é atividade custosa e de resultado imprevisível; sem pesquisa não há lavra. Já o refino garante lucro gordo e certo, acumulado com segurança ao longo das vinte e quatro horas em que uma refinaria funciona, ininterruptamente. De fato, entre 1938 e 1939 surgiram seis projetos de refinarias, envolvendo os governos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, e homens como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi⁽¹⁴⁾. O setor era incipiente; existiam somente três pequenas refinarias, Destilaria Rio Grandense de Petróleo (de 1932), Indústrias Matarazzo de Energia (de 1936) e Ipiranga, (de 1936), com capacidade para 150, 500 e 1000 barris por dia (bpd), respectivamente. Em 1940, o consumo diário de derivados era da ordem de 32000 barris diários⁽¹⁵⁾.

Com esse dado é possível avaliar quão promissor devia parecer o negócio do refino em 1938. Assim é que Standard, Texaco, Atlantic e Anglo-Mexican estavam nessa época interessadas em instalar grandes refinarias no Brasil, embora o procedimento costumeiro fosse situar as refinarias na proximidade

(13) Moura, Pedro de e Carneiro, Felisberto - Em Busca do Petróleo Brasileiro. Rio de Janeiro, Editora Fundação Gorceix, 1976, p.213.

(14) Martins, op.cit., p. 303.

(15) Cohn, op.cit., p. 27.

das regiões produtoras. Garantir o mercado, antecipando-se a possíveis legislações restritivas seria, segundo Wirth, seu objetivo⁽¹⁶⁾. Nesse sentido, a Standard Oil atuou com ousadia, construindo em São Paulo uma refinaria destinada menos ao refino que à abertura do precedente, e que foi embargada pelo CNP, com base no decreto-lei 359.⁽¹⁷⁾

O Governo procurara tornar o negócio ainda mais atraente para o capital privado nacional. Já antes do Estado Novo a estrutura tarifária fora modificada de forma a incentivar a industrialização no país de óleo cru importado, o qual começou a aparecer nos dados de consumo aparente de produtos petrolíferos em 1935⁽¹⁸⁾. O decreto-lei 4071, de março de 1939, assegurou "às refinarias privadas já existentes ou a serem construídas virtuais privilégios monopolistas e zonas garantidas de mercado"⁽¹⁹⁾. Curiosamente, poucos meses depois Horta Barbosa reduziu a proteção. A diferença entre a tributação sobre a gasolina nacional e sobre a estrangeira, que era da ordem de 550%, caiu para 25%.

As referências encontradas acerca desse vaivém da política de estímulo ao capital privado no refino são extremamente sucintas, dificultando qualquer tentativa de interpretação. Não há dúvidas, contudo, que a participação do capital privado sempre foi vista com reservas pelo grupo capitaneado por Horta Barbosa. Dizia o decreto-lei: "quando julgar conveniente"... Horta Barbosa julgava conveniente que o

(16) Wirth, John - A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas, Rio de Janeiro, FGV, 1973, p. 119.

(17) Cf. Martins, op.cit., pp.295-296.

(18) Martin, Jean-Marie - Processus d'Industrialisation et Développement Énergétique du Brésil, Paris, Université de Paris, 1966, p. 28.

(19) Wirth, op.cit., p. 130.

Estado adentrasse o campo do refino. E se em 1938 aceitava até mesmo a presença do capital estrangeiro, em 1939 defendia junto a Vargas o monopólio estatal. (20)

Se não o monopólio, ao menos o controle da indústria pelo Estado. Esta parecia ser o objetivo do presidente do CNP. Daí o enviô a Vargas, em 1939, de dois projetos complementares. Um deles resultaria no decreto-lei 2615, aprovado em 1940, criando o imposto único sobre combustíveis. O outro, propondo uma refinaria estatal, naufragaria nas mãos do Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão conhecido como bastião do liberalismo e ao qual foi — significativamente — encaminhado por Vargas. (21)

Segundo Jesus Soares Pereira, "ascendia a 12 mil o número de impostos e taxas cobradas pela União, estados e prefeituras sobre os derivados do petróleo". (22) Simplificando-se a tributação seria possível unificar o preço de venda dos derivados em todo território nacional. A refinaria estatal permitiria ao Estado controlar esses preços, além de gerar recursos para a atividade de pesquisa. (23)

Em 1943, Horta Barbosa se demitiu do CNP sem ter obtido a refinaria estatal e muito menos o monopólio. O quadro do refino continuava o mesmo. As investidas do capital estrangeiro haviam sido barradas. As tentativas do capital nacional fracassaram, ao que parece vitimadas pela pressão das companhias americanas sobre o Eximbank — impedindo que a agência financiasse a exportação dos equipamentos necessários pa

(20) Cohn, op.cit., p. 163

(21) Cf. Martins, p. 304

(22) Lima, Medeiros - Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia - A Luta pela Emancipação. (Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a Política de Vargas) : Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.74.

(23) Cf. Martins, op.cit., p.302 e Wirth, op.cit., p. 130.

ra a construção das refinarias brasileiras — e por uma certa falta de suporte do CNP.⁽²⁴⁾ Na verdade, a história das dificuldades enfrentadas pelo capital nacional para adentrar o setor de refino ainda não foi escrita.

Com a demissão de Horta Barbosa, a maré estatizante refluíu⁽²⁵⁾. Em 1944 Vargas assinou um decreto anti-constitucional abrindo a mineração ao capital estrangeiro que valia, no mínimo, por uma declaração de intenções. O Coronel João Carlos Barreto, novo presidente do CNP, defendeu em Exposição de Motivos a Vargas uma política de atração de capital estrangeiro, guardada porém uma certa "preferência" pelos capitais brasileiros.⁽²⁶⁾ Pouco antes da queda de Vargas, o CNP decidiu abrir concorrência para a concessão de licenças para a construção de refinarias por grupos nacionais.

Em janeiro de 1946 o CNP divulgou o resultado da concorrência. Quatro propostas obtiveram classificação: as de Soares Sampaio e de Drault Ernany, para refinação de 8000 e 10000 barris por dia no Rio de Janeiro; as de Aristides de Almeida, da Companhia de Petróleo Ypiranga, e Raja Gabaglia, para refinação de 10000 e 6000 bpd em São Paulo.

(24) Cf. Martins, op.cit., pp.303-305 e Wirth op.cit., p.133

(25) O fracasso do projeto Horta Barbosa é explicado por Luciano Martins pelas limitações da burocracia, incapaz de revestir suas decisões de "peso político", particularmente no caso do petróleo, em que o engajamento pessoal de Vargas era bem menor do que vinha se dando na siderurgia. Cf. Martins, op.cit., pp. 306-307.

O fortalecimento de posições mais liberais entre os militares por seu turno, é referido ao "processo de deslocamento do eixo das referências políticas do militares" e à "mudança de sua posição no interior do sistema". Ib., p. 309.

(26) Cohn, op.cit., 78.

As condições fixadas em seguida pelo CNP⁽²⁷⁾ levaram os dois últimos concorrentes à desistência. Iniciaram-se, então, negociações para forçar a transferência para São Paulo de um dos empresários remanescentes. Em setembro foram entregues as autorizações de montagem das refinarias; em troca da mudança para Capuava, São Paulo, Soares Sampaio ganhava permissão para refinar 20000 barris; Drault Ernany ficava no Rio, onde construiria a refinaria de Manguinhos.

Ao que parece, a retirada de alguns concorrentes era realmente o objetivo do presidente do CNP. Quais seus motivos? *"Impedir a entrada das companhias particulares financeiramente irresponsáveis que caracterizaram a pesquisa até a formação do CNP?"* (27) Talvez, embora essa desconfiança em relação à iniciativa privada se coadunasse mais com o pensamento de Horta Barbosa. Por outro lado, em 1945, o consumo de derivados de petróleo fora da ordem de 34000 bpd. Em 1946 atingiria 49000 bpd.⁽²⁸⁾ Não parece plausível que a instalação de uma capacidade de refino de 34000 bpd — número que corresponde à somatória das várias propostas — se afigurasse exagerada.

Segundo Jesus Soares Pereira, nessas circunstâncias *"os grupos de Manguinhos e Capuava, nome pelos quais ficaram conhecidos as refinarias do Rio de São Paulo, tornaram-se donos dos respectivos mercados porque a concessão feita ao CNP não se limitava a autorizar a construção de ambos empre*

(27) "O CNP exigia que os candidatos, dentro de noventa dias a partir de 18 de janeiro de 1946, depositassem Cr\$ 500 por barril de capacidade projetada de refino, apresentassem contrato para fornecimento de óleo cru durante cinco anos, e planos tão completos que a construção pudesse começar dentro de trinta dias da apuração e terminar dentro de dois anos. Além disso nove por cento do preço CIF do óleo cru importado seria dado como contribuição à pesquisa (aproximadamente 50 por cento do lucro líquido projetado na estimativa do CNP)". In Smith, *op. cit.*, p. 65.

(28) Cohn, *op. cit.*, p. 130.

endimentos. A concessão era expressamente dada com a garantia de mercado para os derivados de petróleo. O CNP controlava o abastecimento nacional e reservava uma parcela desse mercado correspondente à produção das refinarias. Logo, o concessionário tinha na realidade a concessão de um mercado, um mercado cativo. O CNP não permitiria que nenhum importador de derivados de petróleo ofertasse na área atendida pelas refinarias a não ser aquilo que a refinaria não estivesse apta a suprir. Só a parcela de mercado não suprida pelas refinarias estaria sujeita à concorrência". (29) Tal resultado contradizia o propósito alegado do CNP de evitar a "preponderância, no mercado, de um só grupo de interesses financeiros" uma vez que "a divisão das duas regiões econômicas de maiores recursos do país entre dois grupos equivalia a pouco menos do que isso". (30)

A primeira refinaria brasileira moderna não viria, contudo, dessas tão promissoras concessões ao capital privado, mas de uma iniciativa bem mais modesta do próprio CNP. O decreto-lei 9881, também de setembro de 1946, autorizou a constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S/A. Seria, de início, uma companhia mista: 50% das ações subscritas pelo CNP em nome da União e 50% por pessoas naturais brasileiras. Segundo o projeto, a refinaria, com 2500 bpd de capacidade, teria "por objeto a refinação do petróleo brasileiro" (31) - petróleo baiano, proveniente dos novos poços descobertos, e que segundo as estimativas justificava a construção de uma pequena refinaria. Após dois anos de funcionamento, a anomalia — segundo a nova orientação do CNP — de uma refinaria ge

(29) Lima, op.cit., p. 88

(30) Cohn, op.cit., p.100

(31) Ver o " Projeto de Estatuto da Refinaria Nacional de Petróleo S/A", em Coutinho e Silveira, op.cit., LVIII.

renciada pelo Estado poderia ser corrigida através da venda na bolsa das ações da União.

Passados dois anos, em Manguinhos e em Capuava não se avistava sequer a sombra de uma refinaria. As concessões estavam caducas, uma vez que os empresários não haviam cumprido os prazos estabelecidos para o início das obras. Quanto à Refinaria Nacional, o único passo à frente fora a contratação da W. Kellogg Company, após concorrência, para os trabalhos de projeto, detalhes, compra, inspeção e expedição de material, e da sua subsidiária Kellogg Pan American Corporation, para a supervisão da montagem e construção. Também aqui o capital privado não dera o ar de sua graça; não tendo surgido subscritores privados, a refinaria seria transformada ainda em 1948 em subsidiária do CNP.

1948 foi um ano marcante, tanto pelo que até então deixara de ocorrer quanto pelo que logo aconteceria. Do fracasso do capital nacional as facções políticas extrairiam lições bem distintas. Com o CNP à frente, muitos reforçaram a convicção de que a presença do capital estrangeiro no refino era de fato imprescindível; entre esses, um nome ilustre: o General Juarez Távora. Para outros, tratava-se da comprovação de que somente o monopólio estatal resolveria o problema; aqui estava, naturalmente, o General Horta Barbosa.

Em fevereiro Dutra enviou à Câmara o projeto do Estatuto do Petróleo; em abril deu-se a primeira reunião do Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo. Nesse mês, e também em junho e setembro Juarez Távora pronunciou suas célebres conferências perante o Clube Militar; em julho, agosto e outubro tiveram lugar as não menos célebres conferências de Horta Barbosa. A questão do petróleo ocupava os jornais e as

ruas. A "conspiração burocrática" era um passado remoto. (32)

Durante o governo Dutra, a questão dos recursos minerais ganhara novo formato institucional. A nova Constituição, embora mantendo o princípio de separação da propriedade do solo e do subsolo e o regime de autorização federal para pesquisa e lavra de jazidas minerais, franqueara estas atividades a quaisquer sociedades organizadas no país. O Estatuto pretendia reordenar a legislação específica ao petróleo. O projeto previa o acesso do capital estrangeiro à lavra, ao transporte e à refinação. No entanto, até serem satisfeitas as necessidades de consumo interno de gasolina, pelo menos 60% das ações com direito a voto das concessionárias das atividades de transporte e refino deveriam pertencer a brasileiros.

As concessões do Estatuto foram consideradas excessivas pelos nacionalistas e insuficientes pelo capital estrangeiro. Somados o bombardeio nacionalista, o desinteresse dos "trustes" e a falta de empenho do governo, o Estatuto começou a ir a pique. Frente a essa situação, Dutra deu as costas ao CNP — que defendia as propostas do Estatuto — voltando-se para o DASP. Desse órgão, à época chefiado por Mário Bittencourt Sampaio, proveio o Plano SALTE, cujas diretrizes para o setor petróleo apontavam para uma direção bem distinta daquela preconizada pelo Estatuto.

A correção de rumo foi escamoteada pelo governo Dutra. Segundo a Mensagem Presidencial, com o Plano — encaminhado ao Congresso em maio, em meio à tramitação do Estatuto — fica "provado que o anteprojeto do Estatuto do Petrôleo (...) não impede, antes possibilita e sugere, que o Gover

(32) Sobre a publicidade obtida pela questão do petróleo nes se período e, particularmente, no meio militar, ver, Cohn, op.cit., pp.85-93 e Martins, op.cit., pp.320-329.

no desempenho a parte que lhe toca na descoberta e na industrialização do petróleo nacional, parte essa que, na expectativa da não aceitação das condições estabelecidas, terá de ser preponderante". (33)

A interpretação de vários estudiosos do período é diferente. O Plano prevê: intensificação das pesquisas; duplicação da capacidade da refinaria de Mataripe; construção de uma refinaria estatal de 45000 bpd; aquisição de quinze petroleiros e construção do oleoduto Santos-Jundiaí. Ora, entre a proposta de uma mini-refinaria de 2500, — uma companhia provisoriamente mista — e a de uma refinaria estatal de 45000 bpd, o abismo não é pequeno. Daí que, para Cohn, o Plano signifique já a rejeição do Estatuto⁽³⁴⁾; para Wirth, o Plano "equivale a tornar sem efeito as diretrizes neoliberais do CNP" (35).

Enquanto o Plano Salte iniciava a peregrinação parlamentar e o Estatuto prosseguia a sua, a pressão nacionalista se intensificou. Os empresários também se mobilizaram: a União anunciou a assinatura do contrato para compra de sua refinaria com um consórcio francês, e Manguinhos solicitou os dólares necessários à compra de seu equipamento americano.

No final de setembro, deu-se o desfecho. Uma no cravo, outra na ferradura. Por um lado, o Governo ordenava que o Banco do Brasil financiasse ao capital privado a compra de suas refinarias. Por outro, propunha ao Congresso "alteração nas verbas orçamentárias do Plano Salte para 1949, por necessidade de aquisição imediata de material para a construção

(33) Mensagem nº 196, propondo o Plano SALTE, apud Cohn, op.cit., p. 125.

(34) Cohn, op.cit., p. 124

(35) Wirth, op.cit., p. 156.

de uma refinaria de petróleo, de locomotivas e de petroleiros" (36) — com o objetivo de ultimar as obras nas refinarias estatais (37). A proposta de Dutra foi aprovada pelo Congresso em março de 1949.

Ao fim do governo Dutra, então, permanecia em vigor a legislação do tempo de Horta Barbosa como presidente do CNP — a despeito do próprio (que pretendia aprofundá-la no sentido do estatismo) e do "neo-liberalismo" do CNP de João Carlos Barreto. O capital estrangeiro permanecia excluído — era o grande perdedor. Quanto ao Estado e ao capital nacional, firmaram uma convivência precária. Sem que estivesse fixada uma política de divisão do mercado, começavam a erguer suas refinarias. O Estado construía sobre chão relativamente firme — pelo menos, não há notícias, nessa época, de uma oposição cerrada às refinarias estatais. Já os terrenos privados eram erodidos por um espectro de forças que não se limitava aos nacionalistas. Segundo Wirth, "até mesmo jornais voltados para o mundo das finanças, como *O Globo* e *Correio da Manhã*, fizeram coro com os que criticaram o governo por ter absolvido os grupos privados (...). Pelo menos em relação ao petróleo, os argumentos em defesa de companhias mistas e soluções de parceria, que remontavam a Roberto Simonsen, haviam perdido qualquer atrativo político" (38). Alegara-se que o

(36) Mensagem nº 514, apud Victor, Mário - A Batalha do Petróleo Brasileiro, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970, p.273.

(37) Segundo Victor, "esta providência do chefe do Governo representou, para os nacionalistas, a primeira e grande vitória da campanha pelo monopólio estatal. Demonstrava, assim, o Presidente Eurico Dutra que o Brasil dispunha de recursos para dar início à industrialização do seu petróleo, sem ter a necessidade de alienar as riquezas do subsolo aos trustes internacionais". Ib.p.273.

Para Luciano Martins a aprovação dessas medidas representou "a liquidação política do Estatuto do Petróleo", op.cit., pp.328.

Estado não tinha recursos para o empreendimento; daí ser necessário o concurso do capital privado. Este, contudo, recusa ra Mataripe e protelara Manguinhos e Capuava. Não somava ao Estado. Pelo contrário, precisava dos recursos do Banco do Brasil, dando com isso um forte argumento aos partidários do monopólio. O primeiro Congresso Nacional de Defesa do Petróleo, realizado em outubro de 1948, ratifica em suas resoluções finais a compra das refinarias pelo Governo, mas protesta contra "a cessão de duas daquelas refinarias, compradas com o dinheiro do povo, a dois grupos de particulares brasileiros, que incluem elementos notoriamente ligados a trustes internacionais" (grifo meu) com o agravante "de que, a cinco de setembro próximo passado, estavam caducos os prazos concedidos pelo concorrência do Conselho Nacional do Petróleo, o que confere, aos favores do Governo, privilégio de explorar o dinheiro para financiar — o caráter chocante de uma verdadeira doação". (39) Também em outubro chegou ao Congresso um projeto pedindo expropriação das refinarias privadas — o primeiro de uma série que se estenderia nos anos seguintes, em que essas empresas (mais a re

(38) Wirth, op.cit., pp.159-160.

(39) Resoluções Finais da I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, apud Miranda, Maria Augusta Tibiriça, O Petróleo é Nosso, A Luta contra o "Entreguimo" pelo Monopólio Estatal, Petrópolis, Ed.Vozes, 1983, p.162.

finaria de Manaus, que obteria concessão em 1952) constituiam um dos alvos preferenciais do movimento nacionalista.

Protestou-se também contra a localização prevista da refinaria estatal de 45000 bpd em Belém do Pará, perto do petróleo venezuelano mas longe dos grandes centros consumidores; "uma flagrante vitória dos trustes", segundo a Convenção, que "poderá levar — e levará certamente — ao fracasso e à desmoralização a Empresa Estatal".⁽⁴⁰⁾ Seja pela pressão nacionalista, seja porque "o interesse no desenvolvimento regional cedeu lugar a considerações de ordem comercial e estratégica"^(40'), a refinaria acabaria sendo instalada em Cubatão, perto de Santos e São Paulo.

Até 1953, portanto, nada de novo no front. A partilha da atividade petrolífera não avançara além dos termos preliminares estabelecidos durante o Estado Novo. Segundo estes, pesquisa, lavra e refino eram território vedado a estrangeiros, mas sujeito à disputa entre Estado e capital privado nacional. Haviam fracassado todas as tentativas de alteração desse quadro impreciso. O CNP oscilava de um pólo a outro — do estatismo à abertura ao capital estrangeiro — mas a política do petróleo permanecia a mesma, à espera de uma definição mais clara do peso relativo dos vários projetos para o petróleo que se defrontavam na sociedade brasileira.

Esta definição, como se sabe, favorecia cada vez mais o(s) projeto(s) nacionalista(s), e acabou por cristalizar-se na lei 2004, aprovada em outubro de 1953. Enfim se procedeu à partilha. A distribuição permaneceu aberta ao ca

(40) Id. ib., p. 162/163.

(40') Wirth, op. cit., p. 158.

pital privado; seguiria por muito tempo como um feudo vir
tual — ou uma cabeça-de-ponte, na opinião de muitos nacional
listas — do capital estrangeiro. O refino se tornou monopól
lio do Estado — com a ressalva de que as refinarias privad
as já autorizadas mantinham suas concessões, embora proibidas
de ampliar a capacidade produtiva. O caso do transporte (marít
timo e por meio de oleoduto) era idêntico — monopólio, excl
usive concessões a oleodutos já em funcionamento. Restava,
como terra-de-ninguém, a petroquímica, objeto de algumas escara
muças durante a década de cinquenta que serão narradas mais
adiante.

I.2. A Idéia da Empresa Estatal

O objetivo desse sub-item é discutir alguns dos fatores que contribuíram para que o longo litígio acima referido concluísse com o surgimento da empresa estatal do petróleo.

Em dezembro de 1951, quando Vargas enviou ao Congresso o projeto 1516, propondo a constituição da Petrobrás, a presença do Estado no setor petróleo era bastante significativa. Deixemos de lado a exploração, pela qual, como vimos, o setor privado manifestara pouco interesse. Vejamos o refinamento: em 1950 fora inaugurada a refinaria de Mataripe e, já no ano seguinte, tinham início as obras de duplicação para 5000 bpd. Com isso o Estado se tornara o proprietário da única refinaria brasileira a operar segundo o processo de craqueamento térmico.⁽⁴¹⁾ Uma pequena refinaria, sem dúvida, mesmo para os padrões da época vale lembrar que as refinarias particulares, finalmente em construção, produziriam 10000 e 20000 bpd. No entanto, também se construía Cubatão, com capacidade para refinar 45000 bpd, suficiente para sustentar o domínio estatal sobre a parcela do mercado de derivados suprido pelas refinarias brasileiras.

(41) O processo de destilação contínua, que começou a ser utilizado em 1912, só separa pela destilação o que já existe no óleo cru. Já "o craqueamento térmico foi o primeiro processo que permitiu a obtenção de maiores proporções de gasolina do as já existentes no cru, por meio de decomposição de frações mais pesadas, por efeito do calor. Seu emprego industrial começou em torno de 1920 (...). Em 1936 começou a ser usado industrialmente o craqueamento catalítico que permitiu obter, pelo uso de catalisadores, maior proporção e melhor qualidade de gasolina que no craqueamento térmico, mesmo empregando condições de pressão e temperatura mais brandas que neste último". Cf. Schor, José - "Aspectos Econômicos da Refinação do Petróleo no Brasil", In Economia do Petróleo, coletânea editada pelo Instituto Brasileiro do Petróleo, 1959.

No entanto, mesmo que não houvesse Cubatão, mesmo que Mataripe estivesse destinada a figurar como uma pequena mancha estatal num mercado dominado pelo capital privado, a presença estatal no setor petrolífero dificilmente poderia continuar sob a mesma configuração institucional legada pelo Estado Novo. O CNP não era um órgão talhado para a atividade industrial, fosse a pesquisa e produção, fosse a administração de uma refinaria (ainda que de pequeno porte, como Mataripe).⁽⁴²⁾ Como havia Cubatão, e a iniciativa privada não se animava a ocupar o setor de exploração e produção, tornava-se urgente definir nova configuração institucional que adequasse o aparelho de Estado às suas responsabilidades crescentes. Para muitos, a solução era ultrapassar de vez os marcos da administração direta. Era a empresa estatal.

Segundo Cohn, durante a década de trinta teve início a "separação, na prática e na consciência dos agentes sociais envolvidas, da atividade burocrática e da técnica".⁽⁴³⁾ A burocratização excessiva, dizia-se, prejudicava o exercício das funções técnicas de alguns órgãos. Este tipo de percepção, que originou o Departamento Nacional de Produção Mineral em 1932, teria presidido também a criação do CNP, concebido "como um órgão dotado de elevado grau de auto

(42) Veja-se, por exemplo, o depoimento de Soares Pereira:

"Considerando-se o quadro da época parece-me que não se pode dizer que o Conselho [Nacional de Petróleo] era propriamente inoperante. A par da situação havia, é claro, a inadequação do organismo para atuar como empresa industrial. Desde o começo isto foi percebido por todos, oferecendo, inclusive, argumento ao que combatiam a interferência direta do Estado no problema". In Lima, op.cit., p.70.

(43) "O padrão tradicional de atuação dos órgãos da administração pública, voltados para a teoria e sustentação de possibilidade de emprego para os membros da oligarquia dominante, revelava-se incompatível com as necessidades de uma sociedade cujo centro de equilíbrio se deslocava para o pólo urbano-industrial" In Cohn, op.cit., p.15.

nomia administrativa e financeira, submetido de modo direto apenas ao presidente da República". (44)

Essa autonomia, contudo, era talvez condição necessária, mas não suficiente, para que o CNP desempenhasse suas tarefas adequadamente. (45) Além disso, nem sempre essa autonomia prevista pôde efetivar-se. O Conselho ressentiu-se de uma crônica escassez de recursos, não só financeiros como também humanos. A situação agravou-se com a guerra, que sobrecarregou o Conselho com os trabalhos de racionamento e dificultou ainda mais a obtenção dos materiais necessários às atividades de campo.

No plano da autonomia administrativa, o CNP encontrou no DASP um opositor constante, que procurou retirar ao Conselho algumas de suas prerrogativas. Uma das poucas referências mais detalhadas acerca desses entevistos é um interessante ofício de Horta Barbosa a Vargas. Nele, o presidente do CNP criticou um parecer do DASP, que opinara pela reformulação parcial do decreto-lei 538, o qual dispunha sobre a organização do CNP. Nesse parecer, o DASP afirmava que "a estrutura que se quer dar ao Conselho Nacional do Petróleo divergiria, desse modo, por completo da de órgãos de natureza análoga, como por exemplo, este departamento". A esta observa

(44) Mais especificamente, nas palavras de Francisco Campos:

"Goza assim o Conselho (...) daquilo que poderíamos chamar autonomia vigiada, isto é, uma autonomia que não é bem a dos órgãos autárquicos, como o Departamento Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool e outros, mas que difere igualmente das repartições simplesmente burocráticas, ainda que organizadas de modo especial, como o Departamento Administrativo do Serviço Público" (CAMPOS, *apud* Cohn, 54).

(45) Sobre as limitações enfrentadas pelo CNP, ver Cohn, *op.cit.*, pp.59-61. Segundo ele, a eficiência do Conselho, "derivada de sua liberdade em relação ao aparelho administrativo tradicional, dizia respeito à sua ação enquanto órgão deliberativo em contato direto com o presidente da República, mais do que à sua atividade corrente como órgão encarregado de tarefas executivas em todas as fases da exploração do petróleo". (p.59).

ção Horta Barbosa respondeu que "não há, nem pode haver nenhuma analogia entre o Departamento e o Conselho, e a estrutura de um não pode deixar de ser diferente da do outro". Em conclusão, "as alterações recomendadas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público não podem ser sugeridas pelo signatário, por estar absolutamente convencido de que as importantes, espinhosas e delicadas atribuições técnicas, politicas, econômicas e fiscais confiadas ao Conselho Nacional do Petróleo, exigem que ele goze de autonomia completa e seja exclusivamente subordinado a Vossa Excelência: — seu único orientador — tudo nos termos dos Decretos-leis citados"⁽⁴⁶⁾

Nessa disputa com o DASP o Conselho ganhou alguns pontos em 1939, com a regulamentação de sua autonomia pelo decreto-lei 1143. Segundo o decreto, os créditos orçamentários especiais, extraordinários e suplementares seriam postos no Banco do Brasil à disposição do presidente do Conselho, para sua "livre disposição"; além disso, caberia ao presidente do Conselho fixar a remuneração do pessoal, mediante autorização do Presidente da República.

A história desses embates entre CNP e DASP, até onde sei, ainda não foi contada. Em todo caso, parece que as prerrogativas do CNP acabaram sendo reduzidas. Veja-se, a respeito, o depoimento no Congresso do engenheiro Pedro de Mou

(46) O ofício não traz a data, mas certamente foi escrito entre julho de 1939 e julho de 1939. In Câmara dos Deputados, Documentos Parlamentares, Petróleo Vol.V. pp. 246-247.

ra, uma das mais importantes figuras da exploração de petróleo no Brasil. (47)

Apesar dos pesares, o CNP cumprira até então um papel importante. Avançara as pesquisas, descobrindo em 1941 o primeiro campo comercial do país, em Candeias, logo seguiu por outros poços; revolucionara a tributação ao criar o imposto único, gerando com isso recursos para a expansão rodoviária; cuidara do racionamento de combustível durante a guerra.

A inauguração de Mataripe tornou a situação insustentável. Voltemos ao depoimento de Jesus Soares Pereira. Quando

"entrou em funcionamento a primeira refinaria de petróleo do Estado, a refinaria de Mataripe, o problema mais grave com que se defrontou foi a obrigação de recolher a receita à alfândega da Bahia, repartição do governo arrecadadora dos recursos fiscais. Isto era feito cada vinte e quatro horas, até as dezoito horas. A administração da refinaria tinha assim que aguardar a votação do orçamento da República, o registro das verbas no Tribunal de Contas, sua distri

(47) "O Conselho podia contratar técnicos nacionais, em virtude de de uma lei admirável — o Decreto-Lei nº 1143 — pequena, curtinha, feita com grande habilidade, que dava a maior autoridade a este órgão. O Presidente do Conselho podia admitir e demitir quem quisesse, mas não sei por que artes teve seus poderes cerceados. Todos os seus papéis passaram a ir ao DASP e a outros setores da Administração Pública. Os cargos do Conselho foram, repentinamente, enquadrados nas tabelas de extranumerários mensalistas, de extranumerários diaristas, etc. Resultado: temos perdido muitos operários especializados da nossa oficina mecânica, onde ganham cr\$ 1600,00 ou cr\$ 1800,00, porque particulares mandam buscá-los do Rio de Janeiro, para pagar-lhes aqui cinco ou seis mil cruzeiros. Não é possível fazer indústria do petróleo dessa maneira". In Moura e Carneiro, op.cit., p.286.

buição à Delegacia Fiscal da Bahia para depois de posto à disposição do serviço do CNP em Salvador poder pagar seu pessoal e atender às demais despesas. Como fazer funcionar uma usina de derivados de petróleo se toda sua venda, o resultado diário de seu faturamento, mesmo pago à boca do cofre, não permitia que no dia seguinte pudesse comprar um lápis se já não tivessem sido votadas as verbas que lhe eram destinadas anualmente? O divórcio entre receita e despesa era total. Como o é em toda a máquina do Estado, concebida como um aparelho arrecadador de impostos, taxas, etc., e uma máquina aplicadora de recursos. Estas duas funções estão divorciadas, sujeitas a regimes diferentes. Na gestão industrial este divórcio não existe. A iniciativa privada casou as duas. A receita existe para cobrir a despesa". (48)

(48) Lima, op.cit., pp.69-70.

Como resultado dos percalços do CNP, em 1951 somente alguns dentre os defensores da permanência do Estado no setor petrolífero apostariam em uma nova tentativa de flexibilizar um órgão da administração direta ⁽⁴⁹⁾. A tese da empresa estatal unificava a maioria. Uns a viam como uma companhia mista. Outros, como uma empresa sem qualquer associação com o capital privado. Porém, sempre uma empresa, na pista da Companhia Siderúrgica Nacional.

A Mensagem de Vargas propondo a criação da Petrobrás era explícita a respeito:

"Com os poucos recursos com que tem contado, o Conselho Nacional do Petróleo realizou uma obra considerável, não obstante as dificuldades que lhe antepõe o regime de gestão das verbas orçamentárias, mesmo dentro das normas fixadas pelo Decreto-Lei nº 538, de 1948. Empreendimentos como a refinaria de Mataripe, em operação, e a de Cubatão, que está sendo construída, ou como a Frota Nacional de Petroleiros, para proporcionarem pleno rendimento, necessitam ser administra

(49) Entre eles, Horta Barbosa: "Um órgão oficial, como o Conselho Nacional de Petróleo, reestruturado de acordo com o desenvolvimento desejado, atenderá plenamente a qualquer programa de trabalho, com economia de tempo e dinheiro, maior garantia para a defesa militar e ampla margem de benefícios para o povo em geral e não para meia dúzia de acionistas. "O Código de Contabilidade Pública é o espantalho que se levanta contra a administração pelo Estado. Há administradores que chegam a ter pavor do Tribunal de Contas. O Conselho, todavia, rege-se por lei especial, o Decreto-Lei nº 1143, graças ao qual os seus dirigentes não tem maiores dificuldades na aplicação dos créditos e na seleção ou remuneração do pessoal. Nunca lhes criou embaraço o Tribunal de Contas. "Mesmo em pleno regime do Código de Contabilidade, importantes obras têm sido levadas a cabo, como construção de linhas telegráficas por sertões virgens, estradas, açudes, etc. É questão de método e ordem, muito úteis para a economia do Tesouro Nacional. As grandes empresas comerciais, como seria no caso a sociedade mista de petróleo, não dispensam, sem dúvida, formalidades semelhantes". In. Documentos Parlamentares, vol.V. p. 196.

das como entidades industriais. À medida que novos empreendimentos forem sendo lançados e concluídos, a direção harmônica do conjunto das entidades e a administração de cada uma delas em particular terão de ser conduzidas necessariamente dentro de normas e com objetivos de natureza econômica que reclamam maior dutilidade de ação do que é possível aos serviços públicos comuns.

"A sociedade por ações preconizada no projeto de lei abrangerá, por certo, a essa necessidade, haja vista a experiência da Companhia Siderúrgica Nacional, criada em 1940, e cujos benefícios para a economia do país e sucesso financeiro são incontestáveis". (50)

Reivindicar o mínimo realmente necessário, esta a concepção que orientou os trabalhos da comissão encarregada de redigir o projeto do governo. Avaliava-se que o quadro parlamentar era desfavorável a grandes mudanças. Restava "uma opção, e esta era a de pedir ao Congresso apenas a criação de uma empresa que habilitasse o governo a trabalhar em matéria de petróleo fugindo dos entraves burocráticos da repartição pública comum, como sucedia com o CNP. O governo deixava de lado a discussão em torno da proibição de capital estrangeiro na indústria petrolífera e saía para criar uma empresa em que o capital estrangeiro não estivesse presente ou estivesse de maneira tão diminuta que não causasse mozza" (51) (grifo meu).

(50) Mensagem nº 469, In Documentos Parlamentares, vol.v.p.15.

A mesma preocupação foi evidenciada por Eusébio Rocha durante o depoimento de Pedro de Moura, ao qual o parlamentar nacionalista perguntou se "uma companhia estatal, com absoluta autonomia, com plena liberdade de ação, poderá desincumbir-se bem de suas atribuições". A resposta foi categórica "perfeitamente. Agora, um órgão sob a forma de repartição Pública é um verdadeiro perigo". In Moura e Carneiro, op.cit., p.52.

(51) Lima, op.cit., p.90.

I.3. Do Projeto de Vargas à Lei 2004

Da enorme polêmica que se estendeu de dezembro de 1951 a outubro de 1953, retomarei neste item pouco mais que o ponto de partida e o de chegada — o projeto 1516 e a lei 2004, a Petrobrás idealizada por Vargas e sua assessoria econômica e a Petrobrás definida pelo Congresso. Durante este período, teve lugar uma das tramitações mais intrincadas e surpreendentes de nossa história legislativa. Sobre ela trabalhou boa parte dos autores interessados na questão do petróleo, o que torna desnecessário retomá-la neste trabalho (52).

Vargas e sua assessoria acreditavam ter enviado ao Congresso um projeto de arestas cuidadosamente aparadas. O texto não fazia qualquer menção às pendências entre o Estado e o capital privado, nacional ou estrangeiro. Uma vez criada, a companhia mista Petrobrás passaria a atuar no mesmo quadro legal cheio de indefinições em que antes atuara o CNP, e que fora instituído pelo Estado Novo. Pretendia-se, com esta tática, obter uma aprovação rápida, possibilitando aumentar de imediato o investimento no setor.

A Mensagem Presidencial, elaborada por Jesus Soares Pereira⁽⁵³⁾, deixa claros os motivos da urgência: entre 1931 e 1940, o consumo de derivados crescera a uma taxa média anual de 6,4%; entre 1946 e 1950, a taxa atingira 22,3%⁽⁵⁴⁾. A projeção de Rômulo de Almeida era de uma taxa de 14% após 1954⁽⁵⁵⁾. O petróleo pesava cada vez mais na Balança Comercial.

(52) Sobre a tramitação, ver, por exemplo, Cohn, op.cit., cap. IV e Victor, op.cit., caps. XIX-XXV.

(53) Cf. Lima, op.cit., p.97.

(54) Documentos Parlamentares, vol. V.p.6.

(55) Wirth, op.cit., p. 167.

A partir desse quadro, previa-se um programa básico de investimento no valor de Cr\$ 8 bilhões, entre 1952 e 1956. Era uma importância vultosa. Arthur Bernardes (que defendia o monopólio estatal), por exemplo, "acreditava que a base de capital 'fantasticamente alta', fixada pelo governo em oito bilhões de cruzeiros, iria concorrer para a ruína do projeto, uma vez que jamais seria possível levantar importância de tal vulto sem provocar inflação e sofrimento para o povo". (56)

Pode-se avaliar mais claramente a dimensão do programa comparando-o com os gastos do CNP. Supondo-se arbitrariamente a distribuição dos oito bilhões em parcelas anuais iguais, a primeira parcela de Cr\$ 1,6 bilhão seria pouco menor, em termos reais, que o dispêndio do CNP entre 1948 e 1950. E nesses anos, como se vê na tabela I.1., as despesas totais do Conselho haviam sofrido uma brutal ampliação, em decorrência da compra de petroleiros e refinarias.

De onde viriam os recursos? A Mensagem responde:

"1. bens da União pertinentes a petróleo e incorporados ao capital;

"2. receita federal sobre parte do imposto de combustíveis líquidos e sobre a importação e o consumo de automóveis (...), "bem como sobre parte do imposto sobre remessas ao estrangeiro para pagamento de automóveis e acessórios;

"3. taxaço sobre artigos de luxo;

"4. parte da receita estadual e municipal do imposto sobre combustíveis líquidos (...):

"5. tomada compulsória de títulos pelos proprietários de automóveis e afins;

"6. subscrição voluntária pelos particulares e entidades públicas". (57)

(56) *Ib*, p. 176.

(57) Documentos Parlamentares, vol.V. p. 59.

Viriam de muitos lados, mas nunca do orçamento anual.

A utilização do imposto sobre combustíveis representava uma novidade, pois até então a arrecadação estivera vinculada exclusivamente às obras rodoviárias. Como parte de sua estratégia parlamentar, Vargas enviou em separado o projeto 1517, que restabelecia os níveis ad valorem do tributo em 1946 e reservava parte da receita para o programa do petróleo. O projeto obteve aprovação em novembro de 1952.

Finalmente, a quem caberia gerir esses recursos e concretizar o programa? O crescimento da participação do Estado na indústria do petróleo reclamava *"maior dutilidade de ação do que é possível aos serviços públicos comuns"* (58). Uma companhia mista *"no estilo das organizações privadas"* (59), na pista da Companhia Siderúrgica Nacional. Uma holding, uma *"estrutura de coordenação"* de subsidiárias e também articulada a empresas privadas, de forma a evitar os *"males do gigantismo burocrático"*. (60)

A idéia de companhia mista, segundo Rômulo de Almeida, fundamentava-se na hipótese de que *"a participação popular difusa seria um meio de obter ampla mobilização do apoio e vigilância do povo, além de produzir, como subproduto(...) uma contribuição decisiva para a criação de um mercado de valores"* (61). No entanto, segundo o projeto, a União teria no mínimo 51% das ações ordinárias (62).

(58) Ib., p. 15

(59) Ib., p. 14

(60) Ib., p. 17-18

(61) Almeida Rômulo de - Prefácio ao livro de Lima, op.cit., p. 20.

(62) Segundo Rômulo de Almeida, *"pelo esquema financeiro do projeto, seria impossível evitar que a União com parcela menor que 70 e 80% e os estados e municípios com menos de outros 20% "*. Ib., p. 19.

A composição da diretoria também favorecia a União, que nomearia o presidente e quatro diretores. As pessoas jurídicas de direito público nomeariam até três, as pessoas físicas brasileiras e jurídicas de direito privado, até dois. Além disso, estipulava-se para as pessoas de direito privado certos limites à propriedade de ações ordinárias.

A estratégia, como se sabe, falhou. Nada ocorreu conforme o previsto. Configurou-se na Câmara um quadro antes inimaginável, em que a UDN dava os braços a grande número de nacionalistas, os dois grupos considerando o projeto acanhado, quando não francamente "*entreguista*".

O substitutivo da UDN propunha a criação da Empresa Nacional de Petróleo (ENAPE). Seria uma empresa exclusivamente estatal, detentora do monopólio sobre pesquisa, lavra, transporte, refino e mesmo distribuição, se conveniente; as refinarias privadas seriam absorvidas em um ano. O substitutivo ganhou a assinatura de parlamentares como Arthur Bernardes e Eusébio Rocha, e o apoio da III Convenção Nacional de Defesa do Petróleo. (63)

(63) Cf. Cohn, op.cit., pp.141-143.

A interpretação do episódio é, ainda hoje, bastante controversa. O enigma maior é a verdadeira intenção da UDN ao conceber a ENAPE⁽⁶⁴⁾. Os motivos da polêmica em torno do projeto governamental, por seu turno, são bem mais evidentes.

A proposta de companhia mista foi um dos pontos mais polêmicos. Alguns eram contrários por princípio⁽⁶⁵⁾. Outros, porém, eram contrários à maneira como o projeto definia a companhia mista: nada impedia que as empresas estrangeiras organizadas no país se tornassem acionistas da Petrobrás.

Como se sabe, a lei 2004 preservou a forma de companhia mista, com algumas modificações no projeto. Restringiu-se o quadro de acionistas, excluindo as empresas estrangeiras e.... os brasileiros natos ou naturalizados casados com estrangeiros. Além disso, aumentou o número de diretores representando a União — três a seis, além do presidente da

(64) Cf. Cohn, *op.cit.*, 153-155, e Martins, *op.cit.*, p.344-346.

(65) Vimos mais acima que essa era a posição de Horta Barbosa. Este trecho de uma das conferências do Clube Militar em 1947 explicita com mais clareza as razões do General: "Estão em moda as sociedades mistas. Citam-se, a propósito, Volta Redonda e Vale do Rio Doce." Não colhem, todavia, os exemplos lembrados. Num caso, a tendência do Governo é, garantido o êxito da indústria, afastar-se, deixando-o entregue aos particulares (*sic*); noutra caso, a propensão é assumir o monopólio. Petróleo não é ferro, nem estrada de ferro. Petróleo é energia, que tem que ser vendida pelo preço mais barato possível, para facilitar a produção de todos as demais riquezas. Petróleo é a base da economia e da defesa militar de um País. Não há como, na indústria do petróleo, se associarem o Estado e os particulares. Se a indústria do petróleo visar a lucros comerciais, perde o seu caráter de utilidade pública. Com esse caráter, deixa de ser interessante para os capitais privados. É uma injustiça social entregar o privilégio da indústria do petróleo a alguns, mesmo sob a forma de ações de uma sociedade mista. O Petróleo pertence à Nação, que há de dividir-lo, igualmente, por todos os seus filhos". Apud Miranda, *op.cit.*, pp.493-494. Dificilmente alguém poderia imaginar que, poucos anos depois, a tribuna da Câmara seria ocupada pelo porta-voz da UDN, Bilac Pinto, para externar opinião semelhante. Para ele, a companhia mista deixaria necessariamente "um flanco aberto à penetração de interesses antibrasileiros" (citado por Cohn, *op.cit.*, p.142).

empresa.

No tocante aos recursos, as modificações foram de pe quena importância, garantindo a sustentação financeira nece sária ao empreendimento. Além disso, manteve-se uma série de benefícios fiscais, inclusive a isenção dos direitos de im portação para consumo e de impostos em relação a maquinis mos, sobressalentes e outros.

Assim, a Petrobrás da lei estava simultaneamente além e aquém da Petrobrás do projeto. Esta última seria um monopólio de fato. A lei constituía um monopólio de direito, proi bindo às refinarias privadas já existentes a ampliação da capacidade. Estava aquém do projeto nas disposições sobre a estrutura da empresa: tornava mais rígidas as condições pa ra a criação de subsidiárias e deixava de mencionar a pos sibilidade de associação com outras empresas. Os nacionalis tas temiam a entrega ao capital estrangeiro dos setores mais rentáveis do petróleo ⁽⁶⁶⁾, uma vez que a única restrição es tabelecida no projeto era a manutenção da maioria das ações com direito a voto pela Petrobrás, seja nas subsidiárias, se ja nas associações ⁽⁶⁷⁾; não se excluía o capital estrangeiro. A lei 2004 inviabilizou esse tipo de articulação, tornan do obrigatória a composição do capital das subsidiárias se gundo os mesmos critérios aplicados à Petrobrás.

A 10 de maio de 1954, o coronel Juracy Magalhães as sumiu a presidência da Petrobrás. Sua nomeação foi mais uma das surpresas na história do petróleo no Brasil. É verdade que vários tópicos de seu currículo o recomendavam: o anti

(66) Cf. Martins, op.cit., p. 337.

(67) Cf. Documentos Parlamentares, vol. V., p. 26.

go tenente, interventor e depois governador do estado da Bahia, posicionara-se contra o Estatuto do Petrôleo; além disso, presidira com êxito a Companhia Vale do Rio Doce durante dois anos. ⁽⁶⁸⁾ No entanto, a parte estar afastado de Vargas desde 1937, Magalhães era então um político udenista. Segundo Carvalho, a escolha de Magalhães demonstrava a preocupação de Vargas com a eficiência da administração ⁽⁶⁹⁾. Talvez. Demonstrava, também, a habilidade política de Vargas. Colocando um adversário na direção da Petrobrás, compartilhava com ele os ônus políticos; mantinha, por outro lado, a já tradicional presença militar nos assuntos do petróleo, aproveitando o indiscutível prestígio de Juracy nas Forças Armadas.

Os nomes da diretoria, em contrapartida, não chegavam a ser inusitados. O engenheiro João Neiva de Figueiredo pertencia à Assessoria da Presidência; como encarregado da parte técnica, cuidara da elaboração do programa de investimentos da futura empresa. Irnack Carvalho do Amaral era um conhecido geofísico do Departamento Nacional de Produção Mineral. O Coronel Arthur Levy servira nove anos no CNP, como representante do Ministério da Guerra e havia participado da comissão do Conselho que elaborou o Estatuto do Petrôleo. ⁽⁷⁰⁾

A gestão de Magalhães durou apenas alguns meses ⁽⁷¹⁾. Já em setembro, após o suicídio de Vargas, a Petrobrás tinha no coronel Arthur Levy seu novo presidente. A empresa

(68) Ver Smith, op.cit., p. 112- Carvalho, Getúlio - Petrobrás: do Monopólio aos Contratos de Risco, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977, p. 78.

(69) Ib., p. 78.

(70) Cf. Petrobrás, revista editada pelo Serviços de Relações Públicas da Petrobrás, nº 45 e Smith, op.cit., p. 67.

(71) Segundo Petrobrás, Juracy exonerou-se "a fim de adquirir inteira liberdade para dedicar-se à campanha política em que se empenha na Bahia". In Petrobrás, nº 1. 2/10/1954, p.1.

começava então a diversificar seus investimentos. Nos poucos meses em que havia estado à testa da Petrobrás, Magalhães deu continuidade ao projeto de construção de uma fábrica de fertilizantes e contratara a construção de uma fábrica de asfalto. Contratara, além disso, empresas estrangeiras para tarefas de pesquisa (e não de lavra, vedada ao capital estrangeiro), e um geólogo americano de nome Walter Link, pivô de uma formidável polêmica ainda hoje não encerrada. (72)

Não faltou quem relacionasse o suicídio de Vargas à questão do petróleo. Gondin da Fonseca, por exemplo, afirmou em seu famoso panfleto Que Sabe Você sobre o Petróleo?, que Getúlio foi "suicidado" pela Standard Oil. (73) O fato é que após a aprovação da lei 2004 persistiu a pressão contra o monopólio estatal. O próprio Getúlio o confirma na sua carta-testamento, ao denunciar a "campanha subterrânea dos grupos internacionais" aliados aos "grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho":

(72) Como diretor do departamento de exploração da Petrobrás, Walter Link foi o responsável por prognósticos pouco otimistas acerca das possíveis jazidas petrolíferas brasileiras. Foi acusado de sabotador, para o que não se deixou de lembrar sua condição de ex-empregado da Standard Oil. Veja-se por exemplo, o trecho abaixo.

"De maneira solerte, logo que os trustes perceberam que podíamos entrar em fase de exploração intensiva de petróleo na Bahia, que iríamos criar, como criamos, a PETROBRÁS, trataram de adaptar-se às circunstâncias e o fizeram despachando para o Brasil, o Sr. Link — a que, infelizmente, a PETROBRÁS contratou para seu técnico-chefe. Teve o dito cavalheiro trabalho semelhante ao de Oppenheim, mas desta vez já dentro da PETROBRÁS, cujos trabalhos de pesquisa deviam ser convenientemente sabotados; perturbou quanto pôde, sabotou não só o poço de Nova Olinda como outros em Alagoas e na Bahia, orientou seus técnicos regimento pagos — bem como ele próprio — para frustrar as pesquisas no solo da grande bacia do Amazonas". In Freitas, Tâ cito - Petróleo, Apesar de Mr. Link, Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1964, p.12. Para opiniões críticas a Link, mas tecnicamente mais fundamentadas, ver Moura e Carneiro, op.cit., pp.307-328. Opiniões favoráveis podem ser encontradas em Smith, op.cit., pp.137-140 e Lima, op.cit., p.112.

(73) Fonseca, Gondin da - Que Sabe Você sobre o Petróleo? Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957, (5a.edição) . p. 216.

"A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do sa lário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador se ja livre. Não querem que o Povo seja indepen dente". (74)

O impacto causado pelo suicídio e pela carta-testamento foi enorme. Em consequência, parece ter se dado um re cuo temporário dos adversários da política de Vargas (75). A Petrobrás ganhava assim uma pequena pausa. Devia aproveitá-la bem, respeitar fundo e adquirir fôlego para superar o que Carvalho denominou seu "teste de sobrevivência". Um tes te duro: sobreviver ao presidente Café Filho e ao seu minis tro da Fazenda, o economista Eugênio Gudin.

(74) Vargas, Getúlio, "Carta-Testamento", loc.cit., p.217.

(75) Segundo Carvalho, op.cit., p.83.

I.4. A Questão dos Equipamentos

Anteriormente procurei mostrar como, por volta de 1951, a idéia de uma empresa estatal congregava a maior parte dos grupos favoráveis à consolidação da presença estatal no setor petróleo. Como este, outros temas foram intensamente discutidos. Assim, por exemplo, o destino das refinarias privadas e das empresas estrangeiras de distribuição de derivados e a disponibilidade ou não de recursos para a viabilização do monopólio estatal. A dependência de equipamentos importados foi também um desses temas. Não o mais destacado, é certo, mas tampouco o menos importante. Tratarei aqui de indicar como a aquisição de equipamentos foi reconhecida como um dos problemas da implantação da indústria petrolífera no Brasil.

É inegável que após 1930 ganharam força rapidamente as teses de que a indústria pesada brasileira era não só uma possibilidade - desde que agenciada, de alguma forma, pelo Estado - como uma necessidade, condição sine qua non da "emancipação" e da "segurança" nacionais. A disseminação deste pensamento coincidiu - para dizer o mínimo - com uma nova inserção de técnicos e militares no aparelho de Estado e com um deslocamento dos loci decisórios do Legislativo para o Executivo central (76). Isso tudo é sabido e, creio, mais ou menos consensual.

Um passo adiante, porém, cairemos no campo das grandes controvérsias acerca da industrialização no Brasil. Nossa historiografia ainda tem muito que rastrear até esclarecer a origem social, o contorno e o percurso dos vários projetos para a sociedade brasileira que se confrontaram uns aos outros

(76) Cf. Martins, op. cit., passim.

ao longo de nossa história moderna. Qual a periodização e di nâmica das relações entre as várias frações burguesas, e quais as alternativas para o desenvolvimento capitalista brasileiro projetadas por elas? Qual o lugar da Revolução de 30 e do Es tado Novo nessa periodização? Teve a burguesia industrial a capacidade de elaborar e legitimar um projeto industrializante para o capitalismo brasileiro? Quais os suportes sociais da posição de destaque assumida por técnicos e militares, particularmente após 1937? - são essas algumas das muitas ques tões a merecer esforços de pesquisa e debate.

Para o objetivo deste trabalho, é possível tomar co mo ponto de partida aquelas primeiras certezas. Por exemplo, para constatar que o mesmo período em que se deu um certo ama durecimento do projeto de industrialização pesada - particularmente durante o Estado Novo ⁽⁷⁷⁾ - permitiu um intenso a prendizado por parte de técnicos e militares: o a prendizado da dependência. Evidentemente, outros segmentos sociais devem ter tirado suas lições. Mas, por um motivo ou por outro, nos sa historiografia não foi ainda capaz de aferir seu "grau de aproveitamento". E, de fato, técnicos e militares são os espé cimens mais contraditórios em tudo que no Brasil diga respeito ao aço e ao petróleo; em particular, a família dos oficiais do Exército, de Edmundo de Macedo Soares a Júlio Horta Caeta no Barbosa, de João Carlos Barreto a Juarez Távora, para ci tar uns poucos nomes.

Durante o período de guerra, técnicos e militares ex perimentaram simultaneamente o empenho em um projeto ambicioso de transformação da realidade brasileira e a percepção dos obs ervações.

(77) Cf. Draibe, op. cit., pp. 100-104

táculos dramáticos a superar.

Não era possível construir a indústria pesada sem importar equipamentos. Eis a primeira lição de dependência: essa importação não podia ser tratada como uma simples operação comercial, particularmente quando o comprador era o Estado (mas também no caso da empresa privada nacional). Havia que superar as pressões das empresas do país estrangeiro - preocupadas com a perda do mercado brasileiro - e obter o aval de seu governo para a concessão de financiamento.

Além disso, em época de guerra, as consequências da dependência eram ainda mais graves. A guerra se tornara mundial como nunca fora antes; estavam no mar os submarinos, e a velha tática napoleônica do bloqueio marítimo ganhara tremenda eficácia. O risco não se limitava à dificuldade de importar equipamentos, mas abrangia uma possível escassez do aço e do petróleo indispensáveis à economia - e, particularmente, à defesa - nacional: a plena utilização da capacidade produtiva nas economias mais diretamente envolvidas no conflito sujeitava as exportações ao controle dos gestores da economia de guerra; e, para esta, dificilmente seria prioritário suprir o mercado brasileiro.

No campo da política industrializante, a instalação de uma usina siderúrgica foi a grande empreitada e a grande vitória do Estado Novo. Nesse sentido, dos técnicos e dos militares, fossem estes representantes de outras frações sociais, fossem a própria substância da política econômica entre 1937 e 1945. Quanto ao petróleo, vimos que as refinarias estatais, paradoxalmente, viriam com Dutra, assim como as privadas.

Segundo Luciano Martins, o "Eximbank tinha instru

ções de não encorajar a produção, no exterior, de artigos que pudessem ser importados dos Estados Unidos" (78). Naturalmente, ferro, aço e derivados de petróleo estavam aí enquadrados. E o banco não financiou o refino, mas financiou a siderurgia. As companhias americanas não deixaram de pressioná-lo em nenhum dos dois casos. Como explicar, então, os resultados diferentes?

Uma parte da resposta talvez possa ser encontrada no caráter prioritário que o governo brasileiro atribuiu à siderurgia - a "questão" siderúrgica registrava então um histórico muito mais intenso de polêmicas e mobilizações e tentativas que a petrolífera. Resolver a "questão" siderúrgica era a condição para extinguir o movimento pendular da política externa brasileira entre o Eixo e os Aliados (79). Ao menos, assim deve ter parecido ao governo norte-americano, que decidiu não pagar para ver. A conquista de importantes bases militares em território brasileiro valia bem a concessão da usina, que poderia ser integrada ao esforço de guerra, dada a possibilidade de exportar parte de sua produção sem prejuízo do mercado interno.

No caso do petróleo e, em particular, do refino, o

(78) Martins, op. cit., 80

(79) Ib., 225-233

empenho do governo brasileiro foi bem menor⁽⁸⁰⁾. Em março de 1939 o grupo Murray e Simonsen encaminhou ao Eximbank um pedido de financiamento da compra de equipamentos para refino. O pedido foi recusado. A bibliografia sobre o período não registra qualquer movimentação do governo brasileiro no sentido de apoiar os empresários. Mas isso, afinal, talvez só confirme a força do grupo de Horta Barbosa nesse momento. Mais significativo foi o malogro da refinaria estatal, que o presidente do CNP procurou conseguir através dos acordos de Washington: *"Cheios de compromissos militares e empenhados em financiar Volta Redonda, os norte-americanos não queriam saber de refinarias sem um papel imediato no esquema da defesa e que, além disso, situavam-se na esfera habitual do investimentos das companhias privadas norte-americanas"*.⁽⁸¹⁾

Não havia aqui, portanto, as razões de Estado que no caso da siderurgia prevaleceram sobre a ótica privada das usinas norte-americanas. Se o governo brasileiro privilegiava a siderurgia, se esta cobria o preço de sua definição pelos Aliados, por que entregar também o refino? Por outro lado, além da constituição de um parque de refino no Brasil não se integrar ao esforço de guerra, a "ótica privada" das grandes companhias de petróleo era bem outra. Ao contrário das cole

(80) Segundo Jesus Soares Pereira, em face da descoberta de petróleo em Lobato, em 1939, e "de acordo com os propósitos governamentais, de imprimir novo ritmo aos trabalhos de pesquisa, iniciaram-se difíceis gestões externas no sentido da aquisição de equipamento moderno de sondagem. Os entraves criados no maior país produtor desse equipamento só foram removidos com a interferência de Getúlio Vargas e após se entabularem negociações com o governo nazista". In Pereira loc.cit., p.39; em outubro de 1939, sondas americanas já estavam na Bahia (Cf. Vargas, Getúlio- A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil, RJ., Tempo Brasileiro, 1964, p.54). Este parece ter sido o único caso em que Vargas aproveitou-se da disputa entre EUA e Alemanha para conseguir equipamento petrolífero.

(81) Cf. Wirth, op.cit., p. 135.

gas do aço, decididamente avessas à idéia de erguer uma usina nos trópicos, as primeiras achavam que aqui se aclimatariam muito bem. Já estavam na distribuição. Propunham-se a entrar na pesquisa, na lavra e no refino. A Standard Oil, por exemplo, ofereceu seus préstimos em 1936, 1940, 1941 e 1942 (82). Do ponto de vista americano, portanto, era mais fácil preservar o mercado brasileiro do petróleo que o do aço para suas empresas; era prudente protelar as iniciativas brasileiras, à espera de que se configurasse um quadro favorável à expansão das companhias já instaladas em território brasileiro.

A atitude norte-americana em face das tentativas do capital privado brasileiro no pós-guerra foi um tanto ambígua. Boa parte da literatura sobre o assunto faz do "trustes" uma força maligna onipresente, ora por trás das refinarias privadas, ora contra elas, ora a favor de uma delas mas contra uma outra. O fato é que, se alguma vez a Standard Oil tencionou fazer de Soares Sampaio seu testa de ferro, algo a fez desistir, pois ainda em 1946 "retirou as suas ofertas de financiamento e equipamento" (83). Quanto a Dault Ernany, enfrentou dificuldades ainda maiores - somente a custo obteve garantia de fornecimento de óleo cru por uma empresa americana, e teve seu pedido de financiamento para a compra de equipamentos recusado pelo Eximbank.

Como vimos, o ano de 1948 representou um marco na história da indústria do refino no Brasil. Enquanto eram providenciadas as compras de materiais e equipamentos nos Estados Unidos para a construção de Mataripe, propunham-se as alterações do Plano Salte que permitiriam não só a duplicação

(82) Cf. Wirth, op.cit., p. 135. Segundo este autor, essas propostas esbarraram mais no Exército e em Horta Barbosa que em Vargas (ver pp. 135-136).

(83) Ib., p. 142

dessa pequena refinaria como a compra de uma outra refinaria estatal. Além disso, o Banco do Brasil liberava empréstimos que viabilizariam Manguinhos e Capuava.

Do ponto de vista financeiro, o que permitiu este salto foi a disponibilidade de divisas e o restabelecimento do comércio internacional. A Refinaria União importou seus equipamentos da Tchecoslováquia. A grande refinaria estatal, que acabaria sendo instalada em Cubatão, foi encomendada principalmente na França. Os dólares bastaram para as refinarias de Mataripe e Capuava.

A diversificação dos fornecedores aliviou a dependência em relação aos Estados Unidos. Os nacionalistas reunidos na Primeira Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, festejaram a compra de refinarias como uma vitória (embora uma "vitória parcial"), entre outros motivos, porque "demonstrou (...) que tal aquisição é possível, não somente nos Estados Unidos, como em países também industrialmente capazes, como a França e a Tcheco-Eslováquia" (84).

A desagregação do "mercado de vendedores" que caracterizara o período de guerra não representava uma solução definitiva do problema dos equipamentos. Em primeiro lugar, porque se temia uma nova guerra, em que a situação anterior poderia ser reposta. Em segundo, porque a necessidade de importações significaria sempre um constrangimento. O financiamento externo, percebia-se, era assunto complicado, fortemente sujeito a injunções políticas. A situação de folga cambial do imediato pós-guerra se decompunha rapidamente, dei

(84) Miranda, op. cit., p. 82

xando entrever dificuldades futuras (85).

A dependência de importações constituía, por outro lado, uma dificuldade a mais para o bom andamento dos trabalhos, como demonstra o depoimento de Pedro de Moura:

"Este ano, na Bahia, tivemos sondas paradas por falta de pequenos materiais sobressalentes, como, por exemplo, correntes de transmissão, que não há no Brasil, pelo que somos obrigados a importá-las do exterior" (86).

(85) O problema ao que parece, estava mais na dificuldade de financiar as compras do que numa suposta recusa de outros países em fornecer os equipamentos. Pelo menos, é o que se depreende do testemunho de dois presidentes do CNP. Em 1947, numa das conferências no Clube Militar, preocupado em demonstrar a viabilidade da empresa estatal, Horta Barbosa afirmou: *"Diz-se, também, que não haveria como adquirirmos equipamento, pois os trustes não permitem a sua entrega. Nada mais errado. Os trustes não fabricam, nem vendem refinarias. Aspiram, talvez, a serem os únicos compradores. Por enquanto, porém, o mercado é livre. Quando Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, recebi numerosas propostas de fabricantes de refinarias, que propunham entregá-las tão logo o permitisse a situação internacional. Ainda agora, o Conselho, para a construção de uma pequena refinaria na Bahia, recebeu propostas dos principais fabricantes. Do mesmo modo, os grupos particulares, que obtiveram autorização para montagem de refinarias (...), foram procurados pelos técnicos e representantes dessas fábricas"*. In Miranda, *op. cit.*, p. 497

(86) Cinco anos depois, o depoimento no Congresso de Plínio Cantanhede, que assumira a presidência no CNP em 1951, confirmou as palavras do general. Eusébio Rocha perguntou se o Brasil teria *"a possibilidade de comprar fora do mercado americano o material destinado ao seu equipamento de petróleo"*. Eis alguns trechos da resposta: *"O Brasil adquiriu sua frota de petroleiros e a sua refinaria de Cubatão fora do mercado americano. Atualmente, no Conselho, temos propostas inclusive de firmas americanas para fornecimento do material destinado a sondagens e a perfuração, para pagamento a prazo, sem exigir do Governo garantias maiores, a não ser a das transações cambiais nas épocas determinadas(...). Até hoje nos seus empreendimentos, mesmo nos projetos de refinarias para cujo material recorreu aos Estados Unidos, o Conselho não sentiu a menor objeção quanto ao fornecimento de material para equipamento (...). O fornecimento que tem sido aventado é para pagamento a prazo de três, quatro anos; não é um financiamento a prazo longo"*. In Documentos Parlamentares, Vol. V, pp. 103-104. Moura e Carneiro, *op. cit.*, p 288

Qual, então, a solução definitiva, condizente com os anseios de "emancipação econômica"? - Uma política favorável à nacionalização dos equipamentos, que liberasse o suprimento das necessidades brasileiras dos azares do comércio e da política internacional.

Não foi possível reconstruir quando e como se chegou a essa conclusão. É certo, porém, que o CNP (presidido por Plínio Cantanhede) e a Assessoria Econômica de Vargas dela partilhavam em 1951.⁽⁸⁷⁾

A Assessoria Econômica sonhou fazer da Petrobrás uma holding. Segundo Rômulo de Almeida, "haveria as subsidiárias setoriais ou regionais e as subsidiárias em que não se exigiria maioria da Petrobrás, porque o objetivo era simplesmente pioneiro, de suscitar o aceleramento dessas atividades nas quais a Petrobrás pudesse ter interesse como insumidora ou fornecedora de insumos"⁽⁸⁸⁾. No primeiro grupo cogitou-se uma subsidiária para o transporte e outra para o refino. No segundo, estaria a indústria de equipamentos⁽⁸⁹⁾.

(87) Assim a mensagem nº 469 se refere à questão: "(...) a indústria do petróleo, lançada em bases amplas, como o preconiza o projeto de lei, deve articular-se não só dentro do seu campo específico, mas também com outros setores da economia nacional. Ao Governo não escapou a necessidade dessa articulação e medidas já vêm sendo tomadas no sentido de estimular as atividades industriais relacionadas com as do petróleo, tais como as de produção de aço laminado, de tubos de cimento, etc". In Documentos Parlamentares, vol. V, p. 18.

(88) Entrevista, Salvador, 1983.

(89) "Uma outra iniciativa que aventamos (...) foi a da empresa entrar no campo da indústria mecânica, favorecendo a criação no Brasil de fábricas de equipamento destinado à indústria do petróleo em geral. Aí, sem as limitações que a lei 2004 estabeleceu, a empresa poderia associar-se a grupos privados brasileiros para conduzir esses setores metalúrgicos sem que isso importasse para a economia nacional em quebra de sua autonomia. Ao contrário. Se tivéssemos surgido por volta de 1954, com uma empresa do porte da Petrobrás, com liberdade de ação para dar a mão a grupos privados brasileiros, hoje, sem dúvida, teríamos uma metalurgia pesada no Brasil a cargo de capitais brasileiros". In Lima, op. cit., p. 110

O trabalho de Sônia Draibe demonstra que a idéia da empresa estatal como dinamizadora do capital privado não se restringia à indústria petrolífera. O Plano Nacional de Eletrificação, de 1954, definia a indústria de material elétrico pesado como área de investimento do capital privado nacional.

Ao que parece, a idéia da empresa estatal como dinamizadora do capital privado não se restringia à indústria petrolífera. Estava presente também em outros setores, como o de transporte ferroviário e marítimo e o de energia elétrica. Neste último, os textos oficiais chegaram a explicitar uma estratégia detalhada para a indústria de material elétrico pesado (90), o que, aparentemente, não ocorreu no caso do petróleo.

No setor elétrico, a estratégia falhou redondamente. A própria Eletrobrás, que comandaria o processo, não seria criada senão muitos anos mais tarde. A fabricação de material elétrico pesado tornou-se quase um feudo do capital estrangeiro. A Petrobrás, por seu turno, embora jamais tenha constituído uma articulação de capital com os fabricantes de equipamentos, encontrou outras maneiras de estimular sua fabricação em território nacional.

(90) "O esquema de articulação é claro: a grande empresa pública nuclearia o investimento e 'puxaria', por seus efeitos dinâmicos, o capital privado nacional. Ao mesmo tempo, previam-se seus limites e indicava-se a solução: na ausência do capital nacional e para enfrentar o problema da tecnologia monopolizada, a própria empresa estatal avançaria nos setores de fronteira, associando-se, se fosse o caso, com os capitais privados (inclusive o estrangeiro)". In Draibe, op. cit., p. 205

I.5. Estado, Petróleo e Produtores de Equipamentos: Primeiras Articulações.

Marco-zero do refino estatal, Mataripe presenciou também os primeiros passos da nacionalização de equipamentos petrolíferos. Já para a construção da unidade, realizou-se concorrência no Brasil para a construção do parque de tanques. A vitoriosa foi a firma Sanson Vasconcellos (SANVAS), que começara em 1940 como uma serralheria com vinte operários, especializada em caixilhos (91). Eram trinta tanques com capacidade total de 132695 barris, feitos com chapas da Companhia Siderúrgica Nacional. A encomenda representava aproximadamente, um terço do faturamento anual da empresa.

A importância desse primeiro fornecimento está em demonstrar que a preocupação com a entrega de encomendas à indústria nacional antecedeu a gestão Plínio Cantanhede em que, é verdade, o CNP tomou iniciativas de maior envergadura (92). Que a encomenda desses tanques não representava uma decisão natural, demonstram-no algumas das entrevistas realizadas para a pesquisa. Segundo o empresário Henrique Sanson, os tanques das empresas estrangeiras que operavam na distribuição eram todos importados e montados com mão de obra estrangeira: havia somente "*indústrias de fundo de quintal que faziam biscates pa*ra as montadoras estrangeiras" (93).

A decisão do CNP, ao que parece, não tinha precedente. Mais que isso, o precedente não seria aberto sem a anuência da Kellogg, responsável por tudo que dissesse respeito à construção da refinaria. A princípio, a Kellogg não aceitou a

(91) Henrique Pedro David de Sanson, entrevista, Rio de Janeiro, 1984.

(92) A Refinaria de Mataripe foi inaugurada em 1950.

(93) Sanson, entrevista.

fabricação nacional, que não poderia ser realizada dentro das normas técnicas A.P.I. então em uso nos Estados Unidos. A CSN só fazia chapas de 4 pés de largura; as normas exigiam chapas de 6 pés. A discussão realizada acabou levando a projetista a transigir. Isso porque, em outras épocas, os tanques americanos eram fabricados com as chapas de 4 pés (94). Este foi, provavelmente, o primeiro caso de uma longa série de adaptações das normas em vigor nos Estados Unidos às possibilidades da indústria brasileira.

No mais, ao que parece, tudo importado dos Estados Unidos. Caminhões, Jipes, tratores, equipamento para fabricar pontes e abrir estradas (95). *"Quase que se teve necessidade de importar até ferro para concreto; a Kellog fazia questão. Aí se protestou, podíamos até ensinar a eles a tecnologia do concreto armado"* (96).

Se estas palavras de Plínio Cantanhede (desde 1943 na comissão de construção de Mataripe) registram a ocorrência de "exageros" por parte da projetista, em outros trechos da entrevista ressalta o despreparo do CNP, do empresário e da mão de obra nacionais: *"Nós não tínhamos nem técnico para acompanhar a obra. O próprio CNP teve de mandar para os Estados Unidos quatro técnicos, quatro jovens engenheiros e químicos para estagiar em firmas americanas e depois participar da obra (...). A prova de que não havia firma especializada no*

(94) José Luis de Almeida Bello, entrevista, Rio de Janeiro, 1984. José Luis de Almeida Bello foi Diretor Técnico da Sanvas de 1946 a 1950; membro da Representação do Conselho Nacional de Petróleo na Europa (Comissão da Refinaria Presidente Bernardes - Cubatão) de 1950 a 1952; Engenheiro Chefe de Oficina e, depois, Engenheiro Chefe de Departamento da Cobrasma, de 1952 a 1962, e Assessor Técnico da Associação Nacional para o Desenvolvimento das Indústrias de Base - ABDIB, de 1955 a 1969.

(95) Marçal Zobarán, entrevista, Rio de Janeiro, 1984. Marçal Zobarán ingressou em 1949 no CNP. Posteriormente tornou-se o primeiro Chefe do Escritório de Compras (ESCOM) da Petrobrás.

(96) Plínio Cantanhede, entrevista, Rio de Janeiro, 1984.

assunto é que a obra foi toda tocada pelo próprio Conselho, administrativamente; naturalmente, com uma sub-empregada para isso e aquilo... construção civil, por exemplo". Um dos técnicos, por sinal, chamava-se Derek Parker, fundador e ainda hoje presidente da Montreal, uma das maiores empresas brasileiras do setor de montagens industriais.

Comprova essa situação de precariedade o relatório do CNP de 1949, que comunica, em primeiro lugar, que o desenvolvimento da obra seguia mais rápido após a rescisão do contrato com a Companhia Brasileira de Engenharia, que administrava os serviços de montagem e construção da refinaria. Em segundo lugar, comunica um reajuste com a Kellogg. O objetivo, acelerar a construção com o fornecimento pela Kellogg e pessoal habilitado, "tendo em vista a escassez de mão de obra especializada então existente" (96'); requisitavam-se, entre outros, topógrafos, montadores de tubulações, um mestre soldador, um especialistas em assentamento de tubulações, três em elevação de carga e estruturas pesadas.

A organização de compras do Conselho também não ajudava. Segundo Marçal Zobaran, funcionário do CNP em 1949, e que seria o primeiro chefe do Escritório de Compras da Petrobrás, "a importação era toda feita pela sede do CNP no Rio de Janeiro. Se se perdia um saco de parafusos, era necessário importar de novo, o que tomava mais sessenta, noventa dias. Era necessário fazer o PMS - pedido de material à sede; a especificação do material era difícil, os técnicos não estavam preparados. Era necessário então recorrer aos representantes de empresas estrangeiras" (97).

O índice de nacionalização de materiais e equipamen

(96') CNP, relatório de 1949, p.61.

(97) Zobaran, entrevista.

tos foi da ordem de 5% (98). Nessa mesma época o Conselho realizou uma primeira licitação para compra de cem válvulas para os campos de Candeias, que forneceriam o óleo para Mataripe. Quem narra é novamente Cantanhede: *"Tivemos de recusar as cem primeiras porque não atendiam às condições básicas da prova de pressão, que era o mínimo que se podia exigir (...) Essas válvulas, fabricadas pela Cornesol, eram válvulas de pressão, as mais simples: quase o tipo de válvula d'água"* (99). Os primeiros tanques aparafusados para a região de produção, fabricados pela Mecânica Carioca, também foram recusados.

A construção da refinaria de Cubatão parece ter em contrado o CNP com um pouco mais de desenvoltura. A organização de compras tornou-se mais flexível, com a outorga à Comissão de Construção de autonomia para compras até certo limite de valor; montou-se em New York um escritório para contato com fornecedores.

Uma das grandes novidades estava no contrato com a projetista Hydrocarbon, encarregada da execução do projeto, engenharia, compra, inspeção e expedição de materiais, obras complementares, supervisão de construção e início do funcionamento. No contrato, o Conselho declarou ser *"necessário comprar fora dos Estados Unidos o máximo possível de materiais e equipamentos"*, ficando obrigado a *"escolher o fabricante para esses equipamentos e notificar a Hydrocarbon"*, para que esta se encarregasse dos devidos trâmites (100). O motivo para isso era a utilização das divisas que o Brasil possuía na França. A Hydrocarbon abriu um escritório na Alemanha, e o CNP em

(98) Cf. Petrobrás, Serviço de Material, SERMAT - "Nacionalização", s.d., p. 33.

(99) Cantanhede, entrevista.

(100) Trechos do contrato, citados em Petrobrás, nº 104, 01-11.1957, p. 8

viou o presidente da Comissão de Refinaria de Cubatão à Europa, onde "ultimou vários contratos de fornecimentos, abrangendo cerca de dois terços dos elementos fundamentais do 'processamento' e a quase totalidade dos tanques de armazenamento, tubulações e bombas" (101); tanques e tubulações, vale notar, estão entre os equipamentos tecnicamente mais simples de uma refinaria.

A maior parte da obra de construção processou-se já em Cantanhede à testa do CNP, a partir de 1951. No ano anterior estourara a guerra da Coreia, provocando uma escassez de aço nos Estados Unidos que aumentaria ainda mais a proporção das encomendas colocadas na Europa. É dessa época um episódio interessante, referido por Zobaran, que parece ser uma fonte autorizada, uma vez que era então um dos superintendentes da Comissão Administrativa de Cubatão: "Dada a falta de aço nos Estados Unidos, deslocamos as encomendas de tanques para uma firma alemã em reconstrução com apoio da Esso. As 'irmãs' faziam tudo que podiam para dificultar a construção da refinaria; quando a Esso soube, cortou o financiamento para a firma alemã. Tivemos que voltar ao governo dos Estados Unidos, que destinou a tonelagem de aço para que os americanos fizessem o fornecimento" (102). Esse tipo de pressão deve ter feito técnicos e militares repassarem as lições de dependência.

Em Cubatão, o índice de nacionalização atingiu 10% (103). Não foi possível obter informações mais detalhadas acerca dos equipamentos comprados internamente. Mais uma vez, muitos tanques foram montados pela SANVAS, desta vez com chapas francesas, pois suas dimensões eram muito maiores que as dos tan

(101) CNP, Relatório de 1950

(102) Zobaran, entrevista

(103) Petrobrás - "Nacionalização", p. 34

ques de Mataripe; segundo Sanson, um deles tinha capacidade para 150.000 barris. Por outro lado, a Mannesmann forneceu à refinaria os primeiros tubos de aço sem costura fabricados no Brasil (104). O relatório do CNP de 1951 menciona a assinatura de vinte e quatro contratos no Brasil, dos quais sete para fornecimento de materiais e dezessete para serviços de construção.

Segundo Zobaran, além de ter servido como escola de montadores e soldadores, Cubatão induziu o CNP a percorrer a indústria brasileira, contatando as firmas, fornecendo desenhos e especificações da projetista, traduzindo do inglês. Em determinado momento, criou-se um problema com o extravio para Buenos Aires de dois sacos com duas ou três toneladas de ... parafusos. *"Apelamos para os Estados Unidos, que pediram doze meses para a entrega. Fui para São Paulo e encontrei dois tchecos que tinham imigrado com equipamentos. Tinham lá no Ipiranga um telhado de zinco e vários equipamentos. Propuseram-se a fabricar. Fizemos um contrato, adiantando o dinheiro, não me lembro se 20 ou 30%. Creio que foi o primeiro incentivo. Deu certo(...). As firmas não tinham capital, e era necessário importar aços especiais - aço-cromo, aço-níquel. Muitas vezes importamos para eles. Estipulava-se no contrato: o CNP é obrigado a fornecer tal quantidade de material"* (105).

O fracasso de algumas das primeiras tentativas de nacionalização - caso dos tanques e válvulas - levou o CNP a criar uma Comissão de Industrialização, com a incumbência de projetar tanques, bombas e válvulas "porque as firmas não tinham organização capaz disso". "Então, prossegue Cantanhede, nós fizemos as concorrências entregando o projeto de detalhe,

(104) Petrobrás, nº 3 10-1954, p.3

(105) Zobaran, entrevista.

de fabricação" (106).

No entanto, mais importante que o fornecimento desse ou daquele equipamento foi o contato entre os funcionários públicos do setor petrolífero e a indústria paulista, contato do qual surgiria a ABDIB. Retornemos a Plínio Cantanhede: "Nós procuramos a indústria nacional após termos feito a primeira tentativa isoladamente, que fracassou. Aí nos aproximamos da FIESP, via Jorge Rezende. Eu me reuni com o pessoal de São Paulo, convidei-os e fui com uma comitiva de quinze ou vinte empresários visitar os campos da Bahia e a refinaria de Mata rípe, que estava começando a ser feita. Depois trouxe os quinze engenheiros da Bahia, não só da construção da refinaria como da exploração de petróleo. Estive uma semana em São Paulo, visitando as instalações todas. Daí resultou a criação da ABDIB" (107).

De um lado, o presidente do CNP. De outro, Jorge Rezende, fundador das Máquinas Piratininga S/A e Presidente do SIMESP. Retomemos a história através de suas palavras, em conferência sobre a indústria de transformação proferida na Escola Superior de Guerra:

"a indústria petrolífera era um setor praticamente desconhecido para a indústria brasileira. Em 1952, se não me engano, sendo presidente do Conselho Nacional de Petróleo o nosso colega e ex-Estagiário dessa casa Eng. Plínio Cantanhede, dirigiu-se ele ao Sindicato de Mãquinas de São Paulo, pedindo a colaboração da indústria, tanto paulista como a do Rio de Ja

(106) Cantanhede, entrevista.

(107) Cantanhede, entrevista.

neiro, para este setor. Dizia o Eng. Plínio Cantanhede que não era crível que um setor como esse, usando material de desgaste bastante grande, não pudesse contar com nada na indústria brasileira. Foi-lhe respondido na ocasião que nós não podíamos opinar sem conhecer o problema, e daí veio o convite para um grupo de industriais ir visitar Mataripe, onde estava se acabando de inaugurar a primeira refinação de petróleo do Brasil. Ali esteve este grupo e teve ocasião de, com os técnicos do Conselho naquela ocasião, estudar, tanto para a parte de campo, como para a parte de refinarias, o que poderia se contar com a indústria brasileira."

"Verificando 'in loco' o material de que se compunha uma refinaria de petróleo, e verificada, também no campo a série de aparelhos e instrumentos necessários teve este grupo uma reunião depois, na Bahia, onde foi selecionado um certo grupo de aparelhos, - de peças e partes que pareciam possíveis de serem fabricados no Brasil e, portanto, concorrer para que o Conselho Nacional de Petróleo pudesse começar a contar com a indústria brasileira. Foi, posteriormente, feita uma exposição dos aparelhos e peças em São Paulo, o que foi muito interessante, pois foi acompanhada esta exposição pelos técnicos do Conselho Nacional de Petróleo que davam aos industriais interessados nesta fabrica

ção todos os dados de que dispunham na ocasião.

"Que esta visita deu resultado, pode-se citar que, imediatamente, deixou-se de importar todos os tanques aparafusados de campo, uma série bastante grande de válvulas e uma série de outros aparelhos, tendo sido feito até logo depois uma torre de processamento para complementação da Refinaria de Mataripe e um trocador de calor, já no Brasil" (108)

Em 1952, Getúlio Vargas visitou os campos de petróleo na Bahia. É desta viagem a foto mais que famosa⁽¹⁰⁹⁾ em que o Presidente estende em direção à câmera a mão direita manchada de óleo brasileiro. Ladeiam-no Pedro de Moura, chefe dos serviços na Bahia e Plínio Cantanhede, presidente do CNP. Do discurso deste último, obtive a mais antiga referência oficial a uma política de nacionalização de equipamentos petrolíferos:

"No campo do material, determinou Vossa Excelência o Conselho se unisse às indústrias nacionais para averiguar o que o nosso parque industrial poderia fabricar. Já estamos colhendo os primeiros frutos e dentro em pouco os nossos operários já estarão operando alguns equipamentos fabricados no país. O futuro quanto a esse aspecto é promissor. A economia brasileira, fadada a repousar no

(108) Resende, Jorge de Souza - Conferência na Escola Superior de Guerra, s.d. (provavelmente 1957), pp. 12-13

(109) Cf., por exemplo, Moura e Carneiro, f. 256

ago, será também uma grande produtora de equipamentos e máquinas para o petróleo" (110).

Que tenha existido ou não uma determinação de Vargas, não pude apurar, nem é o que de fato importa. Importa, sim, a evidência de que no rodapé de alguma folha da agenda de política econômica, registrou-se a articulação entre o segmento estatal do petróleo e os fabricantes (atuais ou potenciais) de equipamentos. E mais, registrou-se como prática a tal ponto legítima que dispensava maiores justificativas ao ser mencionada de passagem numa solenidade pública.

Esta abertura para a nacionalização de equipamentos constitui parte do legado do CNP à Petrobrás. Como veremos à frente, coube à Petrobrás incorporá-lo e desenvolvê-lo a uma escala e profundidade muito superiores às atingidas pelo Conselho.

(110) O Observador Econômico e Financeiro, 7-1952, nº 198, p.13.

TABELA I-1

CNP - Despesa Total (milhões de cruzeiros, preços de 1965)

1944	7.406
1945	5.790
1946	7.311
1947	6.377
1948	8.630
1949	23.803
1950	37.629
1951	18.400

FONTE: Relatórios do CNP

CAPÍTULO II

PETROBRÁS: 1953-1964

CAPÍTULO II. PETROBRÁS: 1953-1964.

II.1. A Presidência Café Filho

II.1.1. Continuidade e Ruptura sob Café Filho

As referências à presidência Café Filho na historiografia brasileira são bastante escassas. Entre o "nacionalismo" de Vargas e o "desenvolvimentismo" de Kubitschek, o período de agosto de 1954 a janeiro de 1956 fica de fato ensombrecido: um período curto e um governo fraco, que começou conturbado, após o suicídio de Vargas, e terminou conturbado, com a doença (e, depois, o impedimento) de Café Filho, a deposição de Carlos Luz, a posse de Nereu Ramos e, finalmente, de Kubitschek.

Contraditoriamente à idéia de fragilidade, contudo, a bibliografia sublinha o conservadorismo de um governo que nomeou o economista Eugênio Gudín como Ministro da Fazenda e que produziu uma guinada nos rumos da industrialização brasileira através da Instrução 113.

Gudín, como se sabe, era um dos mais notórios defensores da "vocaçãõ agrária" brasileira; um adversário dos industrialistas e um entusiasta do capital estrangeiro. Segundo ele, o governo Café Filho recebera uma "trágica herança em matéria econômica e financeira"⁽¹¹¹⁾. Os últimos meses do governo Vargas haviam presenciado uma quebra brutal das exportações. "As dívidas de pronto vencimento em dólares montavam a mais de 300 milhões, e as caixas estavam vazias"⁽¹¹¹⁾. Em maio de 1954, o salário fora duplicado. O crédito do Banco do Brasil ao comércio e à produção crescia rapidamente. O orçamento fechava em déficit. A inflação aumentava.

Frente a essa situação, a resposta de um monetarista como Gudín não poderia ser outra senão a tentativa de contrair

(111) Gudín, Eugênio - Discurso passando o cargo de Ministro da Fazenda a José Maria Whitaker, apud Whitaker, José Maria- O Milagre de Minha Vida, São Paulo, Hucitec, 1978, pp. 296-300.

a demanda global ⁽¹¹²⁾, cortando o crédito e o gasto público. Gudin "não teve êxito na aplicação de suas medidas drásticas, pois o governo não era suficientemente forte para isso; além das críticas dos nacionalistas, ele teve que enfrentar os protestos dos empresários das indústrias de bens de capital dependentes de créditos do Estado, dos cafeicultores que não aceitavam suas idéias de acabar com o programa de apoio ao café e, finalmente, dos bancos comerciais que não aceitaram sua exigência de que a metade dos novos depósitos fosse recolhida na SUMOC" ⁽¹¹³⁾. Após a queda de Gudin, em abril de 1955, a restrição creditícia foi reativada com menor intensidade ⁽¹¹⁴⁾. Podemos afirmar, assim, que o programa de estabilização e seu malogro indicam tanto o caráter conservador do governo quanto a precariedade de suas bases políticas e sociais. Que dizer, porém da Instrução 113?

Segundo Oliveira e Mazzucchelli, o padrão de acumulação intentado pelo governo Vargas "fundava-se numa prévia expansão do setor produtor de bens de produção" ⁽¹¹⁵⁾ e punha de lado, "claramente, o recurso tanto ao endividamento externo quanto ao capital estrangeiro de investimento" ⁽¹¹⁶⁾. Já "o período seguinte, que começa com a gestão Gudin no Ministério da Fazenda, é radicalmente distinto do ponto de vista do padrão de acumulação" ⁽¹¹⁷⁾. O novo padrão, baseado na expansão da produção de bens duráveis de consumo, teria como pré-requisito a entrada maciça de capital de risco estrangeiro. E

(112) Lessa, Carlos - Quinze anos de Política Econômica - Cadernos UNICAMP, nº 4, Campinas, 1975, p. 13

(113) Maranhão, Ricardo - "O Estado e a Política Populista no Brasil (1954-1964)" - in Fausto, Bôris (org.) - História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, vol. 3º, p. 262

(114) Cf. Lessa, op. cit., p. 13

(115) Oliveira, Francisco de e Mazzucchelli, Frederico - "Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)", in A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977, p. 77

(116) Ib., p. 79

(117) Ib., p. 82

o "modelo dessa abertura, dizem os autores, foi a Instrução 113, que seria utilizada "à exaustão" durante o período JK.

A conclusão, bastante inquietante, seria que um governo "fraco" determinou uma mudança abrupta nos rumos da industrialização brasileira. E para isso teria bastado "um decreto discricionário da Autoridade Monetária, independente da sanção legislativa" (118). Seria o caso de indagar se o governo Café Filho era assim tão fraco. Ou, por outra, se a Instrução 113 realmente alterou da água para o vinho a política brasileira para o capital estrangeiro.

Não se trata de questionar a importância da Instrução 113. Tomando o quadro abaixo, observamos não só um salto do investimento privado direto estrangeiro a partir de 1955, como também a importância relativa das licenças a esses investimentos sob as condições da Instrução (embora, é evidente, esse salto não possa ser atribuído apenas às condições internas ao país). No entanto, cabem aqui algumas considerações.

(118) Leff, Nathaniel - Economic Policy-Making and Development in Brazil - 1947-1964, John Wiley & Sons, 1968, p. 118

Segundo Ricardo Maranhão, "o governo Café Filho foi, pelo menos no plano dos fatos políticos e das aparências, um governo no 'frágil', classificado como 'transitório' até mesmo por alguns de seus integrantes".

QUADRO II.1

	Investimento Privado Direto (lhões)	(US\$ mi (1)	Licenças a Investidores Estrangeiros pela Instrução 113 (lhões)	Ins (US\$ mi (2)
1947	36		-	
1948	25		-	
1949	5		-	
1950	3		-	
1951	-4		-	
1952	9		-	
1953	22		-	
1954	11		-	
1955	43		42	
1956	90		47	
1957	144		119	
1958	110		104	
1959	124		87	

(1) Fonte: SUMOC, Relatório do exercício de 1961 e de alguns anos anteriores, citado em "O Financiamento da Industrialização Brasileira: Fontes de Fundos e Papel da Inflação", In Baer, Werner - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, Rio de Janeiro, FGV, p. 93

(2) Fonte: Relatórios Mensais da SUMOC, citado em Gordon, Lincoln e Grommers, Engelbert L. - United States Manufacturing Investment in Brazil, Boston, Harvard University - 1962, p. 10

A idéia de uma guinada na política econômica deve ser qualificada por uma interpretação cuidadosa daquilo que efetivamente foi a política de Vargas para o capital estrangeiro. Somente assim se terá uma medida razoável da descontinuidade entre o período Vargas e o período Café Filho (119). Limite-me aqui a indicar alguns elementos de que essa descontinuidade não foi tão grande quanto frequentemente se pensa.

Voltando à tabela II.1, poderemos reparar que o investimento direto atingiu um novo patamar já em 1953. Num artigo publicado na Conjuntura Econômica de dezembro de 1956,

(119) Para uma interpretação polêmica do segundo governo Vargas, ver Lessa, Carlos e Fiori, José Luís - Relendo a Política Econômica: As Falácias do Nacionalismo Popular do Segundo Vargas, Texto para Discussão nº 30, Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, UFRJ, 1983.

afirma-se que "muito contribuiu para esse feliz resultado a nova legislação sobre capitais estrangeiros, consubstanciada na Lei nº 1807, de 07.01.1953 e na Instrução 113, da SUMOC (17.01.1955), a primeira, proporcionando inteira liberdade de movimento de capitais e suas rendas, através de um mercado livre de câmbio, ao mesmo tempo que outorgava favores especiais de ordem cambial aos investimentos capazes de acelerar o desenvolvimento econômico do país; e, a segunda, simplificando o sistema de licenciamento de importações que independem de cobertura cambial e de financiamento do exterior a empresas brasileiras" (120).

A sensação de uma certa continuidade que este texto transmite é confirmada pela leitura de outros artigos do período e dos próprios textos legais. Um outro artigo da Conjuntura Econômica, de março de 1953, explicita os "favores especiais" acima mencionados: "Certos capitais de risco, embora entrem pelo mercado livre, terão o privilégio da remessa dos respectivos rendimentos pelo mercado oficial (...). Trata-se de uma subvenção velada a esses empreendimentos. O decreto regulamentar da lei teve, entretanto, o cuidado de evitar abusos que poderiam decorrer da duplicidade da taxa aplicada a tais casos, ao exigir que esses capitais entrem, ou diretamente sob a forma de equipamentos, ou para aplicação em despesas locais, de maneira que o dólar entrado no país a Cr\$ 40,00 não possa voltar para o estrangeiro duplicado, através da importação de equipamentos à taxa oficial, no momento inferior à metade da cotação do mercado livre. Convém mencionar que rendimentos, etc., não são transferíveis pelo mercado oficial, po

(120) Conjuntura Econômica - "Movimento de Capitais Estrangeiros a Longo Prazo", Ano X, Dezembro de 1956, p. 40.

derão sempre ser remetidos através do mercado livre"(121).

Ou seja, estamos diante do "modelo" normalmente a tribuído à Instrução 113: importações sem cobertura cambial. A diferença — inegavelmente importante — reside em que o "modelo" delineado pela lei 1807 restringe a remessa de rendimentos ao câmbio livre aos investidores destinados "à execução de planos, aprovados pelo Poder Público Federal, de aproveitamento econômico de regiões sob condições climáticas desfavoráveis ou áreas menos desenvolvidas"; "à instalação ou desenvolvimento de serviços de utilidade pública nos setores de energia, comunicações e transportes, desde que realizados dentro de tarifas fixadas pelo Poder Público"(122). Coube à Instrução 113 expandir o rol das importações sem cobertura cambial. Segundo Gordon e Grommers, passaram a enquadrar-se automaticamente nos requisitos estabelecidos pela CACEX todos os bens classificados nas categorias I, II e III do sistema de leilões de divisas estabelecido pela Instrução 70 em outubro de 1953: (123) suprimentos agrícolas, minérios, matérias primas, maquinário industrial, veículos (124).

Fica claro, então, que de Getúlio a Café Filho houve uma mudança, mas não uma ruptura tão violenta quanto se a

(121) Conjuntura Econômica, Ano VII, Março de 1953, nº 3, p.51.

(122) Lex, Coletânea de Legislação - 1953, São Paulo, Lex Editora, p.17.

(123) A Instrução 70 "compartimentalizou as operações cambiais em três mercados sujeitos a taxas múltiplas", distribuindo "as principais mercadorias de importação em cinco categorias com sobretaxas cambiais variáveis em função de leilões de câmbio, nos quais a autoridade monetária ofertaria divisas em bloco por categoria superando o mecanismo de controle administrativo direto". Cf. Lessa (1975), p.11. Ver o texto da Instrução em Carone, Edgar - A Quarta República (1945-1954), São Paulo-Rio de Janeiro, DIFEL, 1980, pp.376-378.

(124) Cf. Gordon e Grommers, op.cit., pp.18-19.

firma normalmente (125). Tenha-se em conta que Vargas procura va, desde maio de 1951 — quando foi enviado ao Congresso o projeto que originaria a lei 1807 —, estimular a entrada de capital estrangeiro (126).

Por outro lado, o significado da Instrução 113 pa ra a interpretação da natureza do governo Café Filho não po de ser analisado à luz das consequências da Instrução. Do fa to da formulação pelo governô Café Filho em termos mais aca bados do "modelo" de entrada de capitais estrangeiros no Bra sil não se deduz que por trás desse governo houvesse um pro jeto claro de imprimir novos rumos ao nosso processo de in

(125) Embora nem sempre isso tenha sido percebido, pelos con temporâneos. Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho so bre Vargas: "O ultra-nacionalismo foi o ângulo sob o qual eram examinadas as possibilidades de entrada de capitais estrangei ros no país; burocracia e demagogia agiam no sentido de difi cultar a expansão desses investimentos. Em um país notoriamen te pobre de capitais tal política revela o propósito de deĩ xar inexplorados os recursos naturais do país em detrimento de sua economia. Os prejuízos que advieram para o país da falta de capitais para a ampliação das usinas hidrelétrica e a exploração do petróleo constituem eloqüentes atestados do que afirmamos". Freitas, Luiz Mendonça de - "Consequências da Política Financeira do Ministro Gudim", In Digesto Econômico, Ano XI, 01:02:1955, nº 121, pp.83-84.

(126) "Quando em 1961 foi encaminhada à Câmara dos Deputados, o ante-projeto da lei cambial cogitava da utilização da taxa livre na liquidação de operações comerciais. Pelo merca do de taxa oficial seriam efetuadas as operações de câmbio re ferentes à exportação e à importação, bem como os serviços a elas ligados. Pelo mercado de taxa oficial seriam atendidos também os serviços governamentais e todas as transações, em moeda escritural, estipuladas em ajustes, acordos ou convênio.

"O objetivo que reponitava, então, era o de fomentar a entrada de capitais, que poderiam ser admitidos através do mercado livre, como fator de atração e estímulo, desde que se destinassem a investimentos julgados essenciais" (Grifo meu). Mont'Alegre, Omer - Câmbio e Equilíbrio, In O Observador Econômico e Financeiro, Ano XVIII, Março-Abril, 1955, nº 206, p.33. Ver também o artigo de Pinto, Paulo Alves - "O Vigen te Mecanismo Cambial, Eixo da Denominação Imperialista no Brasil" - In Brasileiros contra o Brasil, Antologia Naciona lista, São Paulo, Fulgor, 1958 e Lessa op.cit., p.32.

dustrialização. É inequívoco que a Instrução 113 serviria ao projeto JK; é discutível até que ponto o antecipou. Talvez houvesse simplesmente a preocupação em responder (dentro da ótica conservadora que caracteriza o período) aos problemas do balanço de pagamentos.

Do ponto de vista da questão do petróleo, o período é bastante rico em acontecimentos. Segundo vários autores, a sorte do monopólio estatal esteve em jogo, particularmente entre os meses de agosto a novembro de 1954.

A posse de Café Filho criou grandes expectativas de mudança na política do petróleo. Segundo Miranda, ainda em agosto de 1954 *"o Wall-Street Journal dizia que 'não são os inversionistas estrangeiros encontrariam boas vindas cordiais no Brasil nos meses vindouros' como também que o novo Presidente poderia abrir a possibilidade de investimentos estrangeiros nas indústrias do petróleo e da energia elétrica"*. A Mc Graw-Hill-Letter afirmava em setembro que *"numerosos bancos prevêem um maior afluxo de capitais para o Brasil e a Petrobrás, eventualmente, terá seus estatutos reformados, a fim de admitir a participação de capitais estrangeiros"*. Em outubro, a Tribuna de Imprensa noticiava que *"em breves dias cairia o monopólio estatal do petróleo"*. (127)

Naturalmente, é necessário ter cautela ao interpretar o noticiário, Seria arriscado tomá-lo como uma evidência conclusiva acerca das intenções do governo. Haviam motivos para esperar mudanças, mas havia também motivos para ampliar os indícios existentes e criar um clima, ou exercer pressão no sentido da derrogação do monopólio.

Sabia-se que Café Filho e Eugênio Gudin eram favo

(127) Miranda, op.cit., pp.401-403.

ráveis à presença do capital estrangeiro na indústria do petróleo. Tampouco Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica, e Juarez Távora, Chefe da Casa Militar e responsável pela supervisão das atividades relacionadas com o abastecimento de combustíveis líquidos, eram simpáticos ao monopólio.

Somente uma pesquisa mais demorada permitiria aferir o volume da pressão desencadeada sob a Petrobrás durante o período. Os primeiros números da revista Petrobrás dão conta de uma intensa polêmica travada nos jornais. O Jornal, em editorial, aplaude declarações de Gudín. O Correio da Manhã posiciona-se pela participação do capital estrangeiro. O Jornal do Brasil conclui, peremptoriamente:

" O que se apura, no momento, é que dominando o Estado na solução preferida, tornou-se impossível afastar a burocracia, a deusa da Demora, que se alimenta com os embaraços, com os obstáculos em tudo em que intervêm".

Os jornais nacionalistas, como o Correio Radical, O Popular e A Noite, rebatem as críticas dos conservadores, mas também fazem as suas — enquanto o segundo critica a Petrobrás por comprar petróleo do exterior como insumo para a fábrica de asfalto de Cubatão, o terceiro cobra da empresa maior ação e dinamismo. (128)

Em setembro de 1954, a Federação das Associações Comerciais pediu ao governo a abertura da pesquisa de petróleo ao capital estrangeiro (129). A pressão conservadora deu origem a dois projetos de lei apresentados no Congresso — Assis Chateaubriand, Plínio Pompeu, Othon Mader e Apolônio Sales no

(128) Petrobrás, 1954, nºs 1, 2 e 3.

(129) Smith, op.cit., p.117.

Senado e Adolfo Gentil na Câmara. O primeiro "permitia a entrega, por meio de concessão, da exploração do petróleo, inclusive da refinação, a terceiros, com o intuito de admitir a participação estrangeira nessa exploração"⁽¹³⁰⁾. O segundo restringia a Petrobrás a um círculo de 22 Km de raio em torno dos poços pioneiros de produção comercial perfurados pela empresa estatal antes da lei⁽¹³¹⁾. Em resposta, em abril de 1955 realizou-se o Congresso Nacional de Defesa do Petróleo. O projeto do Senado foi derrotado por 32x5; o da Câmara foi paralisado.

Algumas vitórias da Petrobrás no início de 1955 de vem ter reforçado sua posição. Articulando-se a Juarez Távora, Arthur Levy conseguiu obter da SUMOC um esquema de garantia de divisas para a Petrobrás. Segundo nota da SUMOC, publicada em Petrobrás,

"1. A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil colocará à disposição da Petrobrás, em moedas conversíveis e inconversíveis, resultantes da produção nacional de óleo cru e da operação das refinarias nacionais, inclusive as de propriedade privada. Essa verba de câmbio não poderá ser inferior a 3% nem superior a 5% da receita cambial proveniente das exportações,

80% da economia realizada em referida moeda e

(130) Miranda, op.cit., p.419.

(131) Ib., pp. 420-421.

a partir de primeiro de janeiro de 1955", (132)

Os saldos poderiam ser transferidos de uma moeda para outra "na medida do possível"; a CACEX autorizaria o embarque de peças imprescindíveis ao funcionamento do equipamento em dois dias úteis.

Comentando a aprovação da medida, Arthur Levy afirmou que entre julho de 1954 e janeiro de 1955, a Petrobrás obtivera apenas dois milhões de dólares, "utilizados no pagamento de serviços já contratados", quando havia pedido quinze milhões. Segundo o relatório da empresa de 1954, o segundo semestre desse ano "foi profundamente afetado por circunstâncias adversas da vida nacional, entre as quais sobrelevou o desequilíbrio na balança comercial do país. Essa situação a normal acarretou para a Petrobrás uma justificável restrição nas divisas imprescindíveis ao seu bom funcionamento, dependente, ainda em grande parte, de bens e serviços importados". (133)

Podemos nos perguntar se uma restrição tão "justificável" poderia ser contornada pelo esquema cambial. Mais de um entrevistado responsabilizou a SUMOC por um certo boicó-

(132) "2. Para esse fim, cada vez que for feito o empenho cambial da quota distribuída pelo Conselho Nacional do Petróleo para as importações de óleo cru, a partir de 1º de janeiro de 1955, a Carteira de Câmbio creditará à Petrobrás, num registro especial, a diferença entre o valor da gasolina e outros produtos que seriam importados se não houvesse refinação nacional e o valor da importação de óleo cru. No caso de refinarias abastecidas com óleo nacional será creditado o valor total dos derivados por eles produzidos.

"3. No mesmo registro serão creditadas e debitadas todas as despesas e receitas da Frota Nacional de Petroleiros, bem como, mediante comprovação a ser feita pela Petrobrás, a economia cambial resultante da fabricação no país, com base no refino, dos produtos que de outro modo teriam de ser importados". In Petrobrás, 12.02.1955, nº 20, p.1.

(133) Petrobrás, Relatório de Atividades de 1954.

te à Petrobrás, que consistiria em atrasar a liberação das divisas para a empresa. É possível que esse problema — ou o medo de que ele viesse a ocorrer — já existisse em 1954, estando a SUMOC sob as ordens de Gudín, e que o esquema te nha sido pensado como uma garantia formal de câmbio para a Petrobrás.

Em março de 1955, a descoberta de petróleo em Nova Olinda, no estado do Amazonas, desencadeou uma onda de eufória por todo o país. Numa entrevista à imprensa em 31 de março, o candidato à Presidência Juarez Távora declarou que, para ele, o poço valia "por uma afirmação definitiva de que dispomos, intrafronteiras, de petróleo suficiente para atender nossas necessidades presentes e futuras". (134)

O "Plano Prático para a Solução do Problema do Petróleo em 5 Anos", elaborado pelo Congresso de Defesa do Petróleo, era mais preciso em seu otimismo. Estimava em 100.000 bpd a produção da Bacia Amazônica em 1960, numa previsão cautelosa pois, "na opinião dos geólogos", "as características de sedimentação da Bacia Amazônica são muito semelhantes às da Arábia Saudita". (135)

(134) Távora, Juarez - Petróleo para o Brasil, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1955, 2a.edição, p.136.

(135) Apud Miranda, op.cit., p.426.

Afirma Café Filho que, "quando surgiram as primeiras notícias sobre o petróleo de Nova Olinda, em meio da onda compreensível de otimismo e entusiasmo, não me faltaram sugestões para que lançasse uma proclamação sobre as perspectivas de redenção econômica do País, como Getúlio fizera em Lobato.

"Achei prematura tal manifestação com a responsabilidade do governo e preferi combinar com o Presidente da Petrobrás, Coronel Arthur Levy, uma visita ao poço de Nova Olinda" - In Café Filho, João - Do Sindicato ao Catete, RJ, José Olympio, 1966, p.465.

A prudência do presidente revelou-se correta. Algum tempo depois, verificou-se que o poço de Nova Olinda não era comercial.

O poço de Nova Olinda e a Refinaria de Cubatão, em Cubatão, em abril, vieram reforçar a argumentação de todos aqueles que — por princípios ou por oportunismo — defendiam a manutenção da lei 2004.

A inexistência de uma reconstituição sistemática do período Café Filho impede uma avaliação mais precisa do risco que correu o monopólio estatal. O fato de que, em meados de 1955, se não antes ⁽¹³⁶⁾, Café Filho e Juarez Távora ma

(136) Segundo Smith, o ministro da Fazenda, "procurando colocar a economia brasileira no que julgava ser uma base sólida, tentou, de um lado, restringir o crédito, e de outro, alterar a lei 2004, a fim de abrir a indústria do petróleo à participação do capital estrangeiro". Acrescenta, a seguir, que na busca do segundo objetivo Gudín "alienou personalidades importantes como Juarez Távora e o Presidente Café Filho" (Cf. Smith, *op. cit.*, p. 118). Como Gudín deixou o governo em abril, é possível que os choques com Café Filho e Juarez Távora já viessem ocorrendo há algum tempo. Ou, por outra, tornou-se o ministro da Fazenda como "bode expiatório".

nifestaram-se pela continuidade do regime vigente (137). Aliás, a confiar em sua autobiografia, o presidente Café Filho ja mais pretendeu outra coisa (138). Segundo ele, foi por sua re

(137) "O Governo não está considerando qualquer alteração na legislação sobre o petróleo, porque acha merecedores de louvor e de estímulo os trabalhos já realizados pelos técnicos brasileiros no que tange a pesquisa e lavra do 'ouro negro'. Para isso está dando e daria todo apoio de que dispuser à Petrobrás, sujeita, entretanto, à mesma crise de numeração e divisas que enfrentam os demais serviços de primeira urgência do equipamento nacional. Considera, porém, que o período em que lhe cabe na direção dos negócios públicos não é suficiente para revelar, de forma definitiva, o sucesso ou insucesso da solução que está sendo tentada com a Petrobrás.

"Essa atitude coletiva, seguida com espírito público e lealdade patriótica pelos homens do Governo que têm ação direta no problema, com a responsabilidade solidária dos demais, não importa no abandono de pontos de vista pessoais, de caráter doutrinário". Declarações de Café Filho, a "Realidade sobre o Petróleo no Brasil", Ano XX, Maio de 1955, nº 231, p. 54.

O tom das declarações de Juarez Távora, citadas no mesmo artigo, é semelhante. Embora reiterasse sua preferência por um esquema semelhante ao do Estatuto do Petróleo, concluía que

"adotada, como foi, pelo governo legalmente, a solução monopolista, parece-nos que o melhor que temos a fazer, agora, é cerrar fileiras patrioticamente, em torno dessa solução, prestando-lhe, cada qual, o apoio que estiver ao seu alcance para que, quanto antes, tenhamos obtido, através dela o petróleo de que necessitamos, com urgência, e, eventualmente, se tal solução não puder proporcionar-nos em tempo útil e em proporções satisfatórias, esse petróleo, tenham dobrada autoridade para reclamar do poder público que adote outro caminho, mais consentâneo com os interesses superiores do Brasil" (p. 56).

Fosse resultado das convicções ou meramente uma saída honrosa, o que importa é o reconhecimento oficial pelo Governo no Café Filho de que a Petrobrás devia ser preservada até se acumularem evidências em contrário.

(138) "Respondi-lhe {ao presidente de uma companhia estrangeira — Standard Oil ou Atlantic} que o meu Governo não pretendia promover a revisão da lei que criara a Petrobrás, não só porque esta tivera recentemente em seu favor a maioria dos votos do Congresso Nacional, mas também porque estava numa fase de experiência inicial, antes de cujo término não seria lícito proclamar o seu bom ou mau êxito".

"Pessoalmente favorável ao concurso do capital estrangeiro, especialmente na prospecção, não podia, entretanto, procurar impor o meu ponto de vista, pela circunstância de estar na Presidência da República (...).

"Logo que assumi o Governo, irromperam debates em que se admitia a reforma da legislação petrolífera.

"Achei, no entanto, que devia tomar posição contrária à tese revisionista. A Petrobrás ainda não fora submetida a um teste suficiente(...)

"O tema era por natureza divisionista e o meu empenho era suprimir atritos e promover a normalização da vida nacional". In Café Filho, João, op.cit., pp. 467-468.

comendação que o General Canrobert Pereira da Costa consultou as três forças sobre o tema. A consulta originou um documento, "talvez o primeiro em que se divulgou a posição oficial das Forças Armadas no tocante à Petrobrás e à idéia de alterar a lei que a instituiu e organizara". O documento, datado de 09 de novembro de 1954, afirma ser "prematuramente promover-se, sem um período mínimo de experiência objetiva, a alteração das bases em que se inspirou a lei que criou a Petrobrás". Seria conveniente manter a atual "política, apoiando-a com todos os recursos possíveis, durante um prazo mínimo, experimental. Esgotado esse prazo, refundir, ou não, a legislação, consoante os resultados apresentados". (138)

Apoiada, assim, nas Forças Armadas e no movimento nacionalista, a Petrobrás atravessou incólume a presidência Café Filho. Sob as ordens do Coronel Janary Nunes, nomeado seu presidente por Juscelino Kubitschek, teria uma papel importante nos investimentos do Programa de Metas.

II.1.2. A Comissão da Indústria Pesada e a Petrobrás

No primeiro capítulo recordei alguns dos acontecimentos que devem ter contribuído para a configuração da "questão" da produção interna de equipamentos para a indústria pesada. Os percalços enfrentados tanto pelo Estado quanto pelo capital privado nacional, durante o período de guerra, para implementar uma usina siderúrgica e um parque de refino, salientaram enfaticamente os constrangimentos impostos pela dependência de equipamentos importados. Mostrei também como, durante o segundo governo de Vargas, a constituição de um parque produtor de bens de capital foi um dos temas vindos à ordem do dia. Também desse ponto de vista, a descontinuidade entre o período Café Filho não foi tão grande quanto poderia parecer. Conquanto alguns postos centrais do Executivo estivessem ocupados por indivíduos avessos às teses industrializantes, os partidários destas lograram preservar alguns "nichos" no aparelho estatal. E não seria mesmo de se esperar que um governo constituído pela força das circunstâncias pudesse — se é que de fato chegou a tentar — impor uma alteração de monta na industrialização em curso, afrontando os fortes interesses já consolidados e já inseridos no aparelho de Estado.

Em abril de 1955 — mês da queda de Gudin — foi instituída a Comissão da Indústria Pesada (CINPE). A CINPE representa, até onde sei, a primeira entidade estatal voltada aos problemas específicos da indústria de bens de capital. Seu presidente, como não poderia deixar de ser, era um militar: o general Carlos Berenhauser Junior, diretor-comercial da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, Presidente da Comis

são Executiva da Indústria de Material Elétrico e Vice-Presidente Substituto da Comissão de Desenvolvimento Industrial. Seus outros membros eram Cleantho de Paiva Leite, diretor do BNDE, Ary Frederico Torres, ex-Presidente do BNDE e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e...o coronel Arthur Levy, presidente da Petrobrás. Ainda que a Comissão tivesse sido de todo inócua deveriam bastar o fato de surgir em pleno governo Café Filho e sua composição para despertar o interesse por seu estudo (138)

A explicitação, em 1955, de uma política de apoio a uma indústria que até então praticamente não recebera suporte direto da ação industrializante do Estado demonstra a necessidade de uma reflexão mais cuidadosa sobre a natureza do Governo Café Filho. Talvez se deva relativizar o anti-industrialismo a ele atribuído. Ou, mais provavelmente, seja o caso de tomar a CINPE como uma evidência da força e capacidade de articulação das forças "progressistas".

Infelizmente, o material por mim pesquisado não permite reconstruir o processo do qual resultou a comissão. Se a CINPE foi uma conquista ou uma concessão, se nasceu com algum respaldo institucional ou como um pequeno escritório de saparelhado, são questões que permanecem irrespondidas. Já no que diz respeito às idéias que nortearam suas atividades e aos resultados obtidos, a leitura de dois artigos publicados em 1955 fornece algumas indicações mais precisas. No primeiro deles, o general Edmundo de Macedo Soares disserta sobre "*O Movimento da Indústria Pesada e o Progresso Econômico do Brasil*" (139). No segundo, Berenhauser procura elucidar "*a importância das Indústrias Pesadas na Atual Conjuntura Econômica do*

(138) Não pude encontrar, contudo, referências à CINPE na bibliografia consultada.

(139) Macedo Soares, Edmundo de - "O Movimento da Indústria Pesada e o Progresso Econômico do Brasil", In Digesto Econômico, Ano XI, Julho, Agosto de 1955, nº 124.

Brasil" (140).

Convém esclarecer, antes de mais nada, o próprio objeto da CINPE. Quem dá a resposta é Berenhauser, reportando-se ao Plano Geral de Industrialização do País (141), que dividiria as atividades industriais em três grupos: indústria de base, de infra-estrutura e de transformação. As indústrias de transformação se dividem em leves (bens de consumo) e - pesadas - indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico e de comunicação, de construção e montagem de material de transporte (142).

Segundo Berenhauser, é "natural" que as primeiras indústrias a se instalarem num país sejam as de bens de consumo. Provocadas por estas, "que fabricam máquinas e equipamentos para as demais, inclusive naturalmente para as atividades de infra-estrutura, são em geral as últimas a serem implantadas, visto como exigem a preexistência das demais indústrias" (143).

(140) Berenhauser Junior, Carlos - "A Importância das Indústrias Pesadas na Atual Conjuntura Econômica do Brasil", in O Observador Econômico e Financeiro, Ano XX, Setembro de 1955, nº 235

(141) Elaborado pela Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI). Cf. Draibe, op. cit., pp. 194-199. Ao que parece, esta classificação das indústrias se deve à Subcomissão de Planejamento do CDI, composta pelo Dr. Luiz Simões Lopes e pelos generais Macedo Soares e Berenhauser. Cf. Berenhauser, op. cit., p. 23.

(142) As indústrias de infra-estrutura "são aquelas destinadas a obter as matérias-primas e os alimentos essenciais à vida nacional e a promover os serviços e os meios para as atividades de produção, tais como: indústrias extrativas, energia, transportes e armazenagem, comunicações".

As indústrias de base "são aquelas que elaboram as matérias-primas e os materiais para as indústrias de transformação. Aqui se incluem: a siderurgia, a metalurgia primária dos metais não-ferrosos, a indústria química primária (ácidos, bases, sais, adubos, plásticos e cimento)". Ib., p. 24

(143) "Como, em última análise, o objetivo das indústrias é a satisfação das necessidades humanas, é natural se desenvolverem inicialmente as indústrias de bens de consumo". Ib., p. 24.

Surgem as indústrias básicas. As indústrias pesadas.

Continuemos com o texto de Berenhauer. Após a periodização do desenvolvimento econômico acima resumida, o general entra direto no assunto, de forma um tanto desastrada:

"Todos os ramos industriais dependem precipuamente dos serviços prestados pelas indústrias de infra-estrutura. Estas, por sua vez, são função das de bens de produção ou bens de capital como foi explicado.

"Verifica-se, daí, quão importante para o País é o desenvolvimento harmonioso desses dois grupos - indústrias infra-estruturais e indústrias pesadas" (143).

Non sequitur! exclamaria o leitor atento, ainda não convencido da "importância das indústrias pesadas". O texto não explica porque as indústrias de infra-estrutura são função das pesadas. Que estas últimas forneçam equipamentos para as primeiras, não passa de um truísmo. O problema consiste em legitimar uma política para a produção interna de equipamentos. E a necessidade desta ainda não foi justificada no texto.

O parágrafo seguinte já acena com um argumento mais consistente:

"Efetivamente, nesses dois grupos se encontram as molãs mestras que poderão propulsionar o desenvolvimento de toda a economia brasileira e que, sendo deficientes, concorrerão para a sua estagnação" (143).

O que antes parecia uma defesa apriorística da au

tarquização do país, começa aqui a ganhar novos contornos. O custo da "deficiência" é a "estagnação" ... dada a "atual conjuntura econômica do Brasil", que é a crise cambial.

"A situação cambial, impedindo a importação de equipamentos e materiais para acelerar o desenvolvimento do parque manufatureiro nacional, oferece um verdadeiro desafio aos esforços de todos quantos são mais diretamente responsáveis pelo encaminhamento das soluções mais adequadas para a expansão da economia nacional" (143).

Prestadas as devidas homenagens ao café, o texto de clara esgotada sua capacidade de gerar as divisas necessárias à continuidade da exportação. E, mais, descarta a possibilidade de que a curto prazo qualquer outro produto venha substituí-lo nessa função (144). Não é possível, contudo, "ficar-se de braços cruzados diante da crise cambial que atravessamos". É necessário aplicar os "remédios já conhecidos" (145), e que se resumem ao fomento da substituição de importações (146).

(144) "O café sempre constituiu a grande fonte de divisas para o País e é preciso que se reconheça que, graças a ele, foi possível afinal montar o atual parque industrial brasileiro. As exportações de café, porém, não apresentam prognósticos tranquilizadores. Estamos perdendo gradativamente o mercado para os nossos concorrentes, devido à política de supervalorização do produto, que afinal só tem servido para estimular o seu plantio intenso em outras paragens". Ib., pp 24-25.

(145) Segundo Berenhauser, os remédios "já foram sugeridos em trabalhos repetidos dos órgãos governamentais e das associações das classes produtoras". Ib., p. 25

(146) Sendo necessário estimular dois grupos em especial, uma vez que os equipamentos por eles produzidos "terão reflexos em toda a economia industrial do País": a indústria mecânica pesada e a indústria de material elétrico pesado.

"Por isso, o Governo Federal resolveu instituir, em abril de 1955, um órgão especial - A Comissão de Indústria Pesada (CINPE) - diretamente subordinada à Presidência da República com a incumbência de proceder a estudos relativos à implantação das indústrias pesadas mecânica e elétrica no País e apresentar sugestões sobre medidas a serem adotadas pelo Governo". Ib., p. 26.

Antes de caracterizar a inserção da CINPE no processo de substituição preconizado por Berenhauser, vale a pena recorrer ao artigo de Macedo Soares em busca de algumas nuances interessantes. Aqui, já não se trata apenas das restrições impostas pela conjuntura de crise cambial, mas da fragilidade de uma economia incompleta; da dependência que lhe cerceia a própria possibilidade de diversificação do comércio exterior através da exportação de manufaturados:

"Estamos agora perfeitamente convencidos de que não poderemos fazer prosperar indefinidamente indústrias de transformação baseadas na importação de matérias-primas e de ferramentas e equipamentos comuns. Para que essa importação fosse praticável, seria indispensável exportar, sejam as próprias manufaturas, sejam outras mercadorias. Ora, no nosso caso, a exportação de produtos manufaturados nos põe imediatamente em concorrência com as grandes nações industriais, de onde nos vêm as matérias-primas, que trabalhamos em máquinas delas também importadas. A fragilidade do sistema é evidente. Por outro lado, nem sempre é possível o aumento rápido das exportações de mercadorias agropecuárias ou minerais.

"Essa insuficiência de nossos meios de troca nos tem levado a afirmar frequentemente que, ou produziremos dentro de nossas fronteiras os elementos básicos para a vida de um povo livre, ou definharemos irremediavelmente, baixando ainda mais o padrão de

nossa gente, cujo número aumenta com rapidez" (147).

Outra particularidade do texto de Macedo Soares é a defesa enfática do planejamento e da primazia do interesse social sobre o individual. A ausência de planejamento (148) teria ocasionado "um certo desequilíbrio no desenvolvimento industrial do Brasil". O resultado da "ausência de uma política segura de industrialização" foi um forte crescimento da produção de bens de consumo não acompanhado pelas indústrias básicas químicas, metalúrgicas e mecânicas (149).

A Grã-Bretanha fornece a Macedo Soares o contraponto à incúria verde-amarela:

"Tem-se a impressão, no estudo da história econômica da Grã-Bretanha, de que ninguém seria capaz de cometer algum ato que

(147) Macedo Soares, op. cit., p. 22.

(148) "A não ser a indústria siderúrgica, cujo crescimento obedeceu, em parte, a um pensamento diretor do próprio Governo Federal (como ressaltamos anteriormente) e a do cimento, cujo aumento resultou de estudos feitos pelos próprios particulares, mas, sobretudo, pela Associação Brasileira do Cimento Portland, os outros setores foram sendo desenvolvidos sem planejamento adequado". Ib., p. 21.

(149) "A capacidade de nossas fábricas de vagões raramente foi utilizada como devia. Nenhum estaleiro para construção de nossa frota mercante se aparelhou devidamente, pois que o mercado nacional é por demais incerto, mas o Brasil adquiriu navios no estrangeiro e continua a fazê-lo, mesmo de pois de produzir chapas largas."

"O que estamos apontando é o resultado da ausência de uma política segura de industrialização. Importamos também fábricas inteiras para a indústria têxtil, mas impedimos a entrada no País de uma das melhores e mais tradicionais organizações para fazer teares e outros equipamentos de fiar e tecer; fechamos nossas portas a fábricas de caminhões, automóveis e tratores que aqui desejaram estabelecer-se abrindo a importação (controlada) a produtos que começam a ser produzidos entre nós, não estimulamos o crescimento de indústrias fundamentais. Na aquisição de bens de capital não discriminamos entre os que vão produzir bens de consumo corrente e os que servem para produzir ferramentas, equipamentos e matérias-primas especiais. Ai está a razão pela qual nosso progresso industrial não tem tido o ritmo que muitos desejam". (Ib., pp. 21-22).

retardasse sequer a expansão industrial do país(...). Seria possível entre nós organizar, no momento, algum órgão semelhante ao "Iron and Steel Board" da Inglaterra? Sua função oficial 'é promover o suprimento adequado, de aço e ferro, dentro de condições de concorrência'. Tem-se a impressão de que produzir tornou-se para os ingleses uma função pública. O interesse geral nunca é esquecido, de forma que a atividade produtora corresponda, de fato, aos anseios nacionais, e seja, por isso, respeitada e auxiliada por todos" (149).

O planejamento, portanto, assegura a superação dos desequilíbrios, a primazia do interesse geral e até mesmo o respeito e apoio à "atividade produtora". Mas, afinal, a quem vem esta discussão sobre o planejamento? O parágrafo abaixo, a meu ver, responde com clareza:

"...a compreensão exata das 'elites', a atitude dos homens de direção econômica e política, o seu patriotismo e devotamento à causa geral, a sua capacidade de não oporem mesquinhos interesses aos do programa nacional, geram as condições de uma indústria moderna.

"Na implantação das indústrias pesadas a aquisição e instalação de máquinas é alguma coisa, mas não é tudo; tudo é a existência de uma consciência industrial nas classes dirigentes que sobreponha às vantagens

imediatas de um sistema comercial as de um sistema de produção interna que, não diminuindo o primeiro, senão modificando-lhe a estrutura, irá fortificando a economia do País em bases muito mais seguras. Isso não se faz sem um enorme esforço e alguns sacrifícios"

Fecha-se o círculo, o argumento está completo. A indústria pesada é condição do progresso, da satisfação dos "anseios nacionais"; sem ela, a renda per capita cairá. A indústria pesada exige o planejamento. E o planejamento - hêlas - significa o eventual sacrifício do interesse individual.

Os sacrifícios, talvez, do exportador de produtos primários, sujeito ao confisco cambial, do consumidor de bens de consumo importados, encarecidos pela política cambial e do empresário compelido a pagar mais caro pelo similar nacional.

Os artigos de Macedo Soares e Berenhauser permitem entrever a forma como as forças que os sustentaram em postos importantes no aparelho de Estado mapeavam o campo de conflito entre as 'élites' em torno aos rumos da industrialização brasileira. Segundo esta concepção, defrontavam-se os partidários de uma industrialização rápida, baseada num processo de substituição de importações coordenado pelo Estado, aos adversários do planejamento, cujas políticas deixariam a expansão da indústria atada ao comportamento das exportações primárias.

Ao concluir seu artigo, o general Berenhauser distingue duas opções:

"1º - Os bens de capital constituíram, em anos passados, parcela elevada nas importações brasileiras, o que permitiu impri

mir maior velocidade ao desenvolvimento econômico do País, sacrificando-se, em contrapartida, a importação de bens de consumo, cuja produção interna foi altamente estimulada, daí nascendo rapidamente o importante parque industrial brasileiro, que constitui motivo de justo orgulho nacional.

"2º - Todavia, o desenvolvimento da economia brasileira está a reclamar um programa de investimentos industriais ainda mais intenso, que não poderá ser atendido com os recursos cambiais fornecidos pela exportação nacional, cujo valor estacionou em torno de US\$ 1,5 bilhões, prevendo-se até que caia para a casa de US\$ 1,3 bilhões no ano em curso.

"3º - Entre as duas alternativas: uma, subordinando a expansão do parque industrial à melhoria, necessariamente demorada, da posição do balanço de pagamentos, através de novos produtos de exportação; e a outra, encorajando a criação de novas indústrias, sobretudo substitutivas de importação e promotoras de exportação; esta última solução, sem dúvida, é a que atende mais legitimamente aos interesses e aos anseios de todos os brasileiros.

"4º - Conseqüentemente, a implantação das indústrias pesadas, isto é, as produtoras de bens de capital, deve ser estimulada, no sentido de ser fabricada no País uma parte

importante dos equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades de infra-estrutura e das indústrias básicas" (150).

Qualquer leitor familiarizado com o imaginário típico da década de cinquenta terá notado a ausência, nesta descrição dos dois textos, de um elemento infalível: o capital estrangeiro. Para preencher a lacuna, é prosseguir a leitura das conclusões de Berenhauser:

"59 - Os investimentos estrangeiros, sob a forma de transferência de capital, sem cobertura cambial, devem ser bem acolhidos para aquelas indústrias ainda insuficientemente desenvolvidas, preferentemente as promotoras e poupadoras de divisas e às infra-estruturais, básicas e pesadas.

"69 - Nas importações com cobertura cambial, mesmo as financiadas a prazo médio (5-7 anos), devem merecer a mais alta prioridade as máquinas e os equipamentos destinados às indústrias pesadas, considerando que estas poderão produzir outras máquinas e equipamentos tão urgentemente reclamados por todas as atividades econômicas nacionais" (150).

Portanto, inexistem divergências entre os dois grupos no que toca ao capital estrangeiro - ou, ao menos, entre o grupo que os gerais parecem representar e aquele que constroem em seu texto como o grupo adversário.

(150) Berenhauser, op. cit., p. 35

As informações encontradas sobre a atuação da CINPE realmente indicam que, para ele, essencial era a fabricação de equipamentos pesados no país, por firmas brasileiras, mas não necessariamente nacionais (151). Na verdade, o material pesquisado registra unicamente o apoio decidido da CINPE à instalação da firma francesa M.M.Schneider no Brasil e o exame do projeto da Indústria Dínamo Elétrica do Brasil (IDEB); a IDEB, fundada em 1942, associara-se em 1952 à suíça Brown-Boveri.

Segundo Berenhauser, quando a comissão foi criada, *"havia diversos estudos e entendimentos anteriores, relativos ao estabelecimento no Brasil de novas indústrias mecânicas e elétricas, estudos e entendimentos esses que necessitavam ser*

(151) A estas, provavelmente, está endereçada a ressalva:

"A CINPE, evidentemente, só terá interesse em estimular a implantação daquelas indústrias de fabricação de equipamento, cuja execução ainda não suscitou iniciativas no País, ou cuja produção seja insuficiente para as necessidades nacionais". *Ib.*, p. 28.

Nem por isso, a ABDIB deixaria de demonstrar certa inquietude com o patrocínio do Governo Federal à entrada de empresas estrangeiras no setor.

A Instrução 113, por exemplo, motivou durante todo o período protestos intermitentes da parte da ABDIB. Em janeiro de 1956, por exemplo, a associação endereçou uma longa carta ao Eng. Ary Torres, da CINPE. Após manifestar apoio à forma pela qual a comissão vinha atraindo companhias de fama mundial para o país, e historiar as atividades da ABDIB (ressaltando as articulações com a Kellogg e a Petrobrás para Mataripe, e com a Du Pont para a fábrica de Freon), a associação argumenta que algumas das indústrias mecânicas, *"com a compra de algumas máquinas pesadas, poderiam ser classificadas como indústria pesada"*; a seguir, pede o apoio do destinatário (assim como o Gal. Berenhauser e do Coronel Arthur Levy) para gestões junto à SUMOC: *"Trata-se de recomendar à SUMOC que a tenda aos pedidos de importação de equipamentos para complementação da indústria mecânica ou metalúrgica já existente no país, quando estas importações foram recomendadas pela Comissão de Indústria Pesada, concedendo-se a taxa de câmbio livre para estas importações"* (...)

"Esta medida, se aprovada como esperamos, virá pôr a indústria existente brasileira em igualdade de condições com as novas indústrias que querem se instalar no país, ao amparo da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito e não precisamos justificá-la a V.Sa., conhecedor como é do assunto". Por fim, a carta ressalta que *"não nos move nenhum interesse subalterno e queremos reafirmar que a vinda ao Brasil do grupo Schneider foi por todos nós aplaudida"*.

coordenados e prosseguidos" (152). Infelizmente, o texto não dá qualquer informação adicional. Um desses estudos, possivelmente, relacionava-se ao que Macedo Soares considera o próprio objetivo da CINPE:

"...organizar uma Companhia, tanto quanto possível privada, para montar uma oficina mecânica de porte, podendo usinar peças de grandes dimensões. O Brasil passará a produzir fábricas de cimento, todo o aparelhamento para usinas de açúcar, laminadores, material elétrico pesado, etc. Será o complemento das fábricas Krupp (Jundiaí, São Paulo) e da IRFA (esta brasileira, associada à Man, no D.F.), ambas para fabricação de locomotivas elétricas, diesel-elétricas e diesel-hidráulicas (...); da Mercedes-Benz e outras fábricas de caminhões; da Cobrasma e da Fábrica Nacional de Vagões, que fazem material rodante, etc". (153). (Grifo meu).

Segundo a Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico de 1955, "estavam em estudos os problemas técnicos e cambiais relacionados com a aludida atividade industrial, sobretudo os referentes à análise do mercado para os correspondentes produtos, quando foi manifestada à Comissão a intenção de um grupo financeiro francês de instalar, no país, uma empresa destinada ao mencionado ramo de produção mecânica e

(152) Berenhauer, op. cit., 35

(153) Macedo Soares, op. cit., p. 21. "Tanto quanto possível privada"...Seria uma mera ameaça ou a possibilidade de de uma empresa estatal produtiva de equipamentos estaria sendo considerada realmente uma possibilidade?

caldeiraria pesada" (154).

Iniciaram-se os entendimentos. O grupo francês estabeleceu uma série de condições, levando a CINPE a consultar outras entidades, acerca da possibilidade de atendimento destas condições. Os contatos foram feitos especialmente com o BNDE e a Petrobrás, ambos membros da comissão. As condições eram:

"a) certa segurança quanto a encomendas nos primeiros meses de funcionamento da empresa, para o que se tornava desejável o compromisso, pelo menos em princípio, de possíveis futuros fregueses ;

"b) obtenção de capital em cruzeiros, em um mínimo, de Cr\$ 50 milhões, para suplementar os recursos de mais de Cr\$ 100 milhões que o grupo trasladaria ao Brasil sob a forma de equipamento e sem cobertura cambial ;

"c) facilidades no estabelecimento de créditos nacionais para levantamento de capital de movimento, estimado em Cr\$ 100 milhões ;

"d) concessão de prioridade para a obtenção de energia elétrica e matérias-primas" (154)

(Grifo meu).

Segundo Berenhauser, este foi o primeiro projeto examinado pela CINPE, e aprovado pelo Presidente da República (155).

(154) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico, Rio de Janeiro, 1955.

(155) Cf. Berenhauser, op. cit., p. 33

O BNDE fez um empréstimo de Cr\$ 50 milhões, convertidos em ações (156). Quanto à Petrobrás, não há notícia de que tenha garantido à Mecânica Pesada algo como uma reserva de mercado. Até porque, dado o programa de investimentos da empresa e sua disposição de colocar encomendas no país, essa garantia talvez fosse perfeitamente dispensável.

Os proprietários da Mecânica Pesada, além da Schneider, eram os grupos franceses, Batignolles-Chatillon e Neyrpic, mais a sociedade suíça Escher-Wyss. O texto de Berenhauser fornece a especialização das três últimas. A Batignolles-Chatillon era especialista na construção de locomotivas, máquinas ferramentas, equipamentos para indústrias petroquímicas e químicas em geral, siderurgia e centrais térmicas; Neyrpic, em material hidráulico; Escher-Wyss, em turbinas hidráulicas e máquinas para indústria de papel. A impressão é que a idéia francesa era somar as especializações e açambarcar o mercado brasileiro de bens de capital sob encomenda. Mais uma vez segundo Berenhauser, os equipamentos da empresa poderiam fabricar uma interminável lista de produtos, para as usinas hidrelétricas, para refinarias, indústrias petroquímicas, de papel, plástico e cimento, siderúrgicas, de energia atômica, etc. (157).

(156) Cf. O Observador Econômico e Financeiro, outubro de 1956, nº 248.

(157) É bastante possível que a IDEB, responsável pelo outro projeto examinado pela CINPE (pelo menos, são esses dois são mencionados por Berenhauser), tenha sido absorvida pela Brown-Boveri. Embora eu tenha registrado a entrada das duas na ABDIB, em 1955 (IDEB) e 1956 (Brown-Boveri), a listagem de Tadini só traz a segunda. Cf. Tadini, Venilton - Contribuição ao Entendimento do Desenvolvimento Recente do Setor de Bens de Capital sob Encomenda (1974-1983), tese de mestrado, IPE-USP, mimeo.

As informações aqui apresentadas sobre a CINPE são, é certo, insuficientes para reconstruir a trama de interesses que deu origem à comissão e sustentou sua atuação. Evidenciam, contudo, que a ala militar favorável à rápida industrialização do país, com o concurso do capital estrangeiro, não deixou de exercer influência durante o período Café Filho. E que, possivelmente sob o assédio de forças anti-industrializantes, articulou um discurso destinado a legitimar a intervenção do Estado no incentivo às indústrias pesadas.

A presença da Petrobrás na comissão demonstra que a empresa estava envolvida, desde cedo, nesse movimento pela indústria pesada.

A exata atitude da CINPE em relação ao capital nacional não pôde ser reconstituída. Já não se pode dizer o mesmo da Petrobrás. Se sua presença na comissão demonstra sua importância nesse projeto para a indústria pesada e a afinidade para com ele, se é verdade que há fortes indícios de que a Petrobrás estimulou a vinda não só da Schneider como de outras empresas estrangeiras, a Petrobrás, ao mesmo tempo, chamava o parque industrial já instalado, predominantemente nacional, a assumir o fornecimento de bens de capital à empresa em escala muito superior àquela já atingida pelo Conselho Nacional do Petróleo nas primeiras iniciativas de nacionalização.

Em janeiro de 1956, ainda como presidente da Petrobrás, Arthur Levy pronunciou um discurso a convite da Sociedade Mineira de Engenharia e da Associação Comercial de Minas Gerais (a única das associações comerciais pró-Petrobrás) e da Federação das Indústrias de Minas Gerais. Atenção para o trecho:

"Ainda no ano passado, incentivou a Petrobrás:

- a criação da Associação de Indústrias de Base, onde está reunida a grande indústria de São Paulo; idêntica medida pode ser tomada quanto às indústrias de Minas e do Distrito Federal ;
- a implantação da indústria pesada, trazendo para o país grandes grupos idôneos e capazes, franceses, alemães, suíços, etc., que se pudessem desempenhar dessa tarefa;
- a organização, no país, de firmas destinadas à montagem dos empreendimentos da Petrobrás" (158) .

Tratemos agora desta entidade caracterizada estranhamente como uma associação paulista por Arthur Levy, constituída de fato por firmas paulistas, mas com ambições de ser efetivamente uma Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base.

(158) Petrobrás, Janeiro de 1956, nº 61, p. 9.

II.. 1.3. O Surgimento da ABDIB

A 5 de maio de 1955, seis empresas paulistas fundaram a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base: Cobrasma, Bardella, Dedini, Villares, Piratininga e Cavallari.

A data, a origem paulista, o caráter restrito desta entidade paralela ao sindicalismo oficial: todos estes elementos chamam a atenção e merecem ser vistos com certo cuidado. Antes destes, contudo, ressalta a vinculação congênita da ABDIB com a Petrobrás — não vimos, há pouco, o presidente da Petrobrás registrar o incentivo da empresa à criação da ABDIB? Pois a Associação parece ter nascido, de fato, sob o patrocínio da Petrobrás. Se Arthur Levy fala em incentivo, o engenheiro Bello escreve sugestão:

"O primeiro projeto de vulto da PETROBRÁS com razoável participação da indústria nacional foi o da ampliação da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe. Esse projeto, executado pela M.W. Kellogg Co., New York, não previa, de início, nenhum equipamento brasileiro. A PETROBRÁS, num louvável esforço, admitiu, a priori, que cerca de 20% do equipamento deveria ser fabricado no país, e que os 80% restantes seriam adquiridos através de financiamento, na França. Ainda, por sugestão da PETROBRÁS, fundou-se a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústria de Base, iniciando-se, em estreita cooperação com os engenheiros projetistas americanos, a análise dos equipamentos que deveriam ser adquiri

dos no Brasil e dos estudos das especificações e normas de construção para adaptá-las às possibilidades de fabricação da indústria nacional". (159)

Não surpreende que a Petrobrás persistisse na política já ensaiada pelo CNP, ou que — dotada de organização, recursos técnicos e financeiros muito superiores aos do Conselho — decidisse aprofundá-la. O que inquieta, a meu ver, é a coincidência entre esta opção da empresa e o surgimento de uma entidade empresarial sob seus auspícios.

Antes de prosseguir com esta discussão, convém situar o momento em que se fundou a ABDIB na história da indústria brasileira de bens de capital. Valho-me, para isso, da pesquisa da FINEP coordenada por Fábio Erber, onde é proposta uma periodização bastante sugestiva. Segundo a pesquisa, aquela indústria experimentou um percurso bastante singular na industrialização latino-americana. Ao contrário do que ocorreu em outras indústrias, a produção de equipamentos pôde repetir "(...) em certa medida algumas das etapas cumpridas por suas congêneres do mundo industrializado, passando por uma etapa 'pré-capitalista' que posteriormente será desorganizada e reestruturada em moldes 'industriais'" (160).

Esta singularidade reside, então, no caráter relativamente tardio da "queima de etapas" — do momento de ruptura acelerada das estruturas anteriores ou mesmo da constituição

(159) Bello, (1969), *op.cit.*, p.16.

(160) Erber, Fábio S. (Coord.), Araújo Júnior, José Tavares de, Alves, Sérgio Francisco, Reis, Leonídia Gomes dos, e Redinger, Mirian Lewin- Absorção e Criação de Tecnologia na Indústria de Bens de Capital, Rio de Janeiro, FINEP, 1973, p.13.

ex-nihilo de uma indústria semelhante à existente nos países centrais — típica da industrialização latino-americana.

Assim, a "empresa artesanal"⁽¹⁶¹⁾, característica da primeira fase da indústria transformou-se na "empresa moderna" a partir dos anos trinta⁽¹⁶²⁾. Sem maiores descontinuidades, deu-se a transição de uma etapa onde predominavam "pequenos estabelecimentos onde o empresário muitas vezes participava como mão de obra direta na produção"⁽¹⁶³⁾ para uma etapa "industrial", em que ganharam espaço empresas de maior porte e mais dispostas à introdução de "padrões 'modernos' de funcionamento". De um lado, "a sobreutilização da capacidade produtiva dos primeiros anos da grande depressão abriu novos mercados para peças de reposição (...). Esses mercados, embora de dimensões reduzidas, permitiram o aprendizado de novas técnicas produtivas através das tentativas de reproduzir as peças desgastadas. Com isso aumenta a dimensão das empresas, que aos poucos vão perdendo seu caráter artesanal"⁽¹⁶⁴⁾.

De outro, surgia um novo empresariado, composto dos filhos de imigrantes (normalmente italianos) que haviam expan

(162) Segundo Leff, as firmas nacionais do setor de heavy-engineering (entendido como produção de equipamentos para as indústrias elétricas, metalúrgica, química, de petróleo, papel e cimento) tiveram origem no período de 1930 a 1945. Cf. Leff, Nathaniel H. - The Brazilian Capital Goods Industry, Cambridge, Harvard University Press, 1968, p.15.

(163) Erber, op.cit., p. 13

(161) Lago, Almeida e Lima criticam a idéia de que, no início do século, o setor de bens de capital foi de natureza artesanal. Advertem que "não se deve negligenciar o número de estabelecimentos que já escapavam da classificação de artesanais, pelo emprego concomitante de dezenas ou até mesmo de centenas de operários e de máquinas não movidas manualmente". In, Lago, Levy A. Correia do, Almeida, Fernando Lopes de e Lima, Beatriz M.F. de - A Indústria Brasileira de Bens de Capital, Origem, Situação Recente, Perspectivas, Estudos Especiais - IBPE, nº 1, Rio de Janeiro, FGV, 1979, p. 34.

(164) Ib., p. 14.

dido as oficinas originais e de descendentes da elite do café. O detalhe: uns e outros formados pelas escolas de engenharia. Segundo Leff, da Politécnica de São Paulo (e particularmente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas a ela ligado)⁽¹⁶⁵⁾ emanava uma "mentalidade industrial" — conscientemente oposta à "mentalidade comercial" que se acreditava prevalecer no Brasil — e uma "ideologia nacionalista" que influenciaram fortemente essa geração de empresários. Fazia-se a apologia da industrialização e da introdução da tecnologia moderna no Brasil. E mais, a ideologia "também expressava uma forte preferência por indústrias que eram consideradas a personificação tanto do desenvolvimento nacional quanto da moderna tecnologia". Por exemplo, a produção de aço, petróleo e bens de capital tinham uma mística especial e a ela era atribuída um valor maior que aos produtos têxteis ou alimentícios" (166). O "glamour" dessas indústrias — além da perspectiva de alta rentabilidade — teria atraído capital e capitalistas anteriormente dedicados a outros setores.

Segundo Bello, o papel do IPT foi decisivo. Antes da ação do Instituto, as fundições não possuíam qualquer técnica aprimorada voltada à produção de máquinas. O Instituto desenvolveu técnicas básicas da tecnologia mecânica, abrindo fundições modernas experimentais e instalando um dos primeiros (se não o primeiro) fornos elétricos. Para isso necessitava de máquinas-ferramentas, cuja produção — pelas oficinas mecânicas que faziam máquinas e implementos agrícolas — expandiu-se muito durante a segunda guerra, com o auxílio do IPT.⁽¹⁶⁷⁾ Afirma Leff que o IPT "fez a maior parte dos testes

(165) O IPT foi criado em 1934 por Armando Salles de Oliveira ao destacar da Politécnica o Laboratório de Ensaio de Materiais.

(166) Leff, *op. cit.*, p. 18.

(167) Bello, entrevista, Rio de Janeiro, 1984.

de materiais requeridos para o uso de matérias primas locais" (168), o que deve ter sido particularmente importante durante a guerra, quando a falta de material importado obrigava à fabricação de máquinas com sucatas variadas. Nas décadas de trinta e quarenta, o IPT funcionou como um laboratório central para toda a indústria de São Paulo", superando "o problema da grande escala mínima para esforços de pesquisa e desenvolvimento que impedia a maior parte das firmas locais de manter seus próprios laboratórios durante esse período" (169).

Na década de cinquenta, por fim, deu-se "a instalação efetiva do setor de bens de capital", através da "ampliação do núcleo preexistente de fabricantes nacionais" e da internacionalização da indústria. A causa básica da mudança foi o crescimento e diversificação da demanda por bens de capital, gerado pelo avanço do processo de substituição de importações e pelos investimentos governamentais nas áreas de bens intermediários e infraestrutura social:

"é nesse período (década de 50) que surge pela primeira vez na história do setor a necessidade de 'queimar etapas' do processo de incorporação de tecnologia. Até então, como se viu, os problemas técnicos relativos à produção eram basicamente resolvidos dentro do País. Mas a nova gama de equipamentos demandados incorporava um nível de sofisticação tecnológica que só seria disponível caso o processo de industrialização no Brasil tivesse repetido as etapas percorridas pela acumulação de capi

(168) Leff, op. cit., p. 20.

(169) Ib., pp. 19-20.

tal nos países centrais. O problema foi resolvido, como se sabe, com a importação maciça de tecnologia, quer através da entrada de filiais estrangeiras, ou através dos acordos de licença pelas firmas nacionais" (170).

A inserção da empresa nacional no projeto de nacionalização de equipamentos petrolíferos em larga escala (171) supunha uma autêntica "queima de etapas". A compreensão deste ponto exige um conhecimento mínimo acerca desse tipo de equipamento.

Do ponto de vista dos processos de produção (operações de fabricação, matérias-primas, engenharia de produto, instalações industriais típicas, etc...), a indústria de bens de capital pode ser dividida em três grandes grupos: Caldeiraria, Mecânica e Eletromecânica (172). Dos três, o segmento de caldeiraria é o de menor sofisticação tecnológica (173), o que constitui um dos fatores para que nele, até hoje, predominem as empresas nacionais. Para sorte da política de nacionalização de equipamentos da Petrobrás, a caldeiraria responde pela maior parte dos dispêndios em equipamentos em refinarias (57%) e oleodutos (67%) (ver Quadro III.1) (174).

(170) Erber, op. cit., p. 16

(171) E sem a improvisação dos primeiros fornecimentos. Ver, a respeito, os trechos da conferência de Henrique Pedro David de Sanson, citados no capítulo III.

(172) Bello, José Luiz de Almeida, A Capacidade Efetiva de Produção das Indústrias de Bens de Capital e a Utilização dessa Capacidade em Face da Atual Conjuntura Econômico-Financeira do País; IPEA/IPLAN, 1982, pp. 11-15.

(173) O grupo de maior complexidade tecnológica é o de eletromecânica.

(174) Os dois grupos tecnologicamente mais simples, portanto, predominam (incluindo em Mecânica os setores "Máquinas" e "Equipamentos Industriais" do Quadro III.1, relativas a refinaria, e "Bombas" e "Equipamentos Industriais", relativos a oleodutos).

Um dos cortes mais frequentemente utilizados no estudo dos bens de capital é aquele que os divide em bens seriados ou fabricados por encomenda⁽¹⁷⁵⁾. Na realidade, o segundo grupo abrange situações bastante heterogêneas. Há uma série de produtos cuja fabricação só é iniciada após o recebimento da encomenda — atributo geral do grupo — mas "cujas características de processo de produção mais se assemblem à fabricação em série"⁽¹⁷⁶⁾. Por exemplo, nenhum fabricante de material ferroviário mantém locomotivas em estoque. Só com o pedido em mãos a fabricação de uma unidade será encetada — de uma unidade, porém, idêntica àquelas produzidas anteriormente. Este é o caso de outros produtos, como a maior parte das conexões, tubos e válvulas. Por isso, talvez fosse mais apropriado considerar tais bens como de produção "repetitiva", embora não "seriada".⁽¹⁷⁷⁾

(175) Segundo Bello, máquinas e equipamento seriados "são aqueles projetados para atender a formulações padronizadas de desempenho. Os processos e operações da fabricação e as matérias-primas a utilizar são imutáveis para um 'programa de fabricação' denominado 'série'. A característica implícita da 'fabricação seriada' é a quantidade ponderável de unidades produzidas em um determinado período de tempo". Por outro lado, as "máquinas e equipamentos não padronizados" "são aqueles projetados para atender as formulações de desempenho especificadas para um determinado processo ou instalação industrial. Esses projetos poderão ser utilizados na construção de diversas instalações industriais, transmitindo às máquinas ou equipamentos o caráter de fabricação repetitiva. A característica de 'não padronizado' admite modificações nas dimensões e nas especificações de matérias-primas entre duas ou mais unidades fabricadas sucessivamente. — Também denominados como 'fabricados sob encomendas'". In Bello (1982), *op.cit.*, pp. 6-7.

(176) Tironi, Luiz Fernando — Política Econômica e Desenvolvimento Tecnológico - Diversificação ou Especialização no Setor de Bens de Capital sob Encomenda, Dissertação de Mestrado, DEPE/IFCH, Unicamp, Campinas, 1979, p.36, nota 8.

(177) Diferenciação sugerida por Bello em entrevista, Rio de Janeiro, 1984.

Há, por outro lado, equipamentos cujas características normalmente são definidas para cada unidade produzida. É em relação a esses, creio, que as seguintes afirmações de Tironi se aplicam plenamente:

"No caso dos bens seriados, a simples cópia com ou sem adaptação pode ser suficiente, do ponto de vista tecnológico, para capacitar as empresas a produzi-los, como no caso das máquinas-ferramentas em geral. Para os bens de capital sob encomenda, a capacidade de projeto é fundamental para a sua fabricação". (178)

"Os bens de capital sob encomenda são projetados segundo as necessidades do processo produtivo a que se destinam, o que torna a definição de suas especificações técnicas dependentes desse processo e das inovações que possa sofrer. Isto reforça a tese de que do ponto de vista tecnológico existe uma tendência a aproximar a atividade de projeto de bens de capital sob encomenda (projeto do produto) às atividades de pesquisas e desenvolvimento em geral existentes nas grandes empresas do setor básico (química, petroquímica, siderurgia, etc.).

"A estreita vinculação do projeto do bem de capital sob encomenda às características do processo de produção a que se destina estabelece também uma relação muito estreita da engenharia básica (ou de processo), a fase de enge

(178) Tironi, op.cit., p.36.

nharia de projeto em que é definido o processo, à engenharia do produto (projeto dos bens de capital)" (179)

Esta vinculação entre a engenharia básica e a engenharia do produto (a que me referirei com mais detalhe no terceiro capítulo) é extremamente importante na produção de equipamentos petrolíferos (assim como na de equipamentos siderúrgicos, ou para hidroelétricas). São estes, em geral, bens de capital sob encomenda stricto sensu, bens de capital sob medida. Uma empresa que pretenda fornecer equipamentos para esta indústria não poderá, portanto, sustentar-se com umas quantas linhas de produção repetitiva; não lhe bastará estar apta a produzir este ou aquele equipamento segundo especificações técnicas — proporções, peso, materiais, etc. — fixadas de uma vez por todas.

Cada refinaria, cada oleoduto, é planejado como um indivíduo à parte. De uma refinaria — ou de uma unidade petroquímica qualquer — a outra, haverá sempre modificações no projeto básico. De um lado porque, no setor industrial do petróleo, o dinamismo tecnológico é bastante intenso (mais, por exemplo, que no hidroelétrico) e "as inovações de produtos levam, frequentemente, a uma tecnologia de processo inteiramente nova, surgida de um processo de pesquisa extenso e de alto custo" (180); de outro porque a adequação da unidade produtiva ao mercado específico que pretende abastecer e até as características da matéria-prima a ser utilizada exigirão um projeto básico adequado. As variações no projeto básico, por sua vez,

(179) Ib., p.97, nota 28.

(180) Alves, Sérgio F. e Ford, Ecila M. - O Comportamento Tecnológico das Empresas Estatais: A Seleção das Empresas de Engineering, a Escolha de Processos Industriais e a Compra de Bens de Capital, FINEP, p. 11

implicarão modificações nas características dos equipamentos.

O fabricante de equipamentos petrolíferos deve estar preparado, portanto, para produzir sob medida, atendendo às especificações exigidas pelas firmas de engenharia em cada caso (181). Existem, ainda, certas normas técnicas — variáveis conforme o país e a época — que devem ser obedecidas com rigor pelo fabricante. Trata-se de regras gerais que dispõem sobre as especificações das matérias-primas (quais as ligas de aço, as dimensões da chapa que podem ser usadas para determinado fim, etc...), a qualificação da mão-de-obra, os métodos de produção e de controle de qualidade. Há diversas razões para o emprego dessas normas. Mesmo no caso de bens de capital sob medida, elas simplificam o trabalho de projeto, uma vez que preestabelecem uma série de decisões. Por outro lado, no caso da indústria do petróleo, contam outras razões de importância: os equipamentos petrolíferos são submetidos a condições de funcionamento bastante severas; um defeito de fabricação em um equipamento isolado pode não apenas paralisar o processo contínuo de produção como ocasionar a destruição da unidade. A utilização dessas normas constitui uma garantia de segurança para o usuário dos equipamentos.

O relatório CEPAL/ABDIB realiza uma sùmula das dificuldades enfrentadas pela indústria nascente. Na época da segunda ampliação de Mataripe"... os grandes estabelecimentos brasileiros produtores de equipamentos pesados apenas iniciavam a ampliação de suas instalações requerida pelo novo campo que se dispunham a abordar e não possuíam ainda a maquinaria necessária

(181) Segundo Bello, a indústria brasileira de bens de capital desenvolvera bastante a técnica de fabricação, mas não a tecnologia do produto. A partir dos serviços de manutenção de equipamentos, incluindo a fabricação de novas peças, tornou-se capaz de utilizar materiais distintos dos originais e de copiar equipamentos, mas em raros casos tinha qualificação para projetar equipamentos diferentes ou em maior escala.

para a execução de grandes construções . Desta data até meados de 1957, a indústria de equipamentos petroquímicos atravessou um período crítico porque, sem conhecer a fundo ainda as dificuldades de uma produção baseada em especificações rigorosas, apresentou cotações para a construção de estruturas metálicas de grande tamanho e características especiais, de vasos de pressão, caldeiras a vapor, permutadores de calor, tanques de armazenamento, motores elétricos, bombas e outros equipamentos, que superavam a soma de cinco milhões de dólares" (182).

Instalações e equipamentos inadequados, experiência precária ou nula na produção de equipamentos de fabricação complexa como os petrolíferos — mesmo no setor de caldeiraria — eram estes os obstáculos a superar. A empresa nacional devia fazê-lo rapidamente, se quisesse garantir sua presença no novo mercado; devia queimar etapas e se converter num relance num fornecedor qualificado. Isso porque o programa da Petrobrás deslançava, e a empresa estrangeira se colocava a postos na disputa das enormes encomendas da estatal. Um elemento importante, e nem sempre suficientemente lembrado, é o fato de que o rápido crescimento da indústria de bens de capital no pós-guerra (11,0% ao ano entre 1949 e 1955), contara já com uma ampliação bastante significativa da entrada de capital estrangeiro (183). Entre outras, entraram a Companhia Brasileira

(182) CEPAL/ONU - La Fabricación de Maquinaria y Equipos Industriales em América Latina, I - Los Equipos Básicos en El Brasil, Naciones Unidas, New York, 1963, p. 24. O relatório foi feito em colaboração com a ABDIB.

(183) Foram fundadas pelo menos oito subsidiárias norte-americanas e vinte e quatro de controle estrangeiro em geral. Esses números, somadas as décadas de trinta e quarenta, haviam sido, respectivamente, quinze e dezesseis. Cf. Lago et alii, op. cit., p. 95.

de caldeiras (japonesa) e a Mecânica Pesada (francesa), ambas em 1955, ambas particularmente bem-dotadas para a disputa do mercado de bens de capital sob encomenda para as indústrias de base.

A empresa nacional não tinha tempo — provavelmente também não tinha recursos — a perder com o desenvolvimento autônomo de tecnologia. Dado o estágio técnico em que estava, este tempo seria bastante longo. Longo demais, uma vez que concluídas as instalações, as empresas estrangeiras estariam imediatamente capacitadas a iniciar a fabricação. Era forçoso, então, recorrer aos contratos de licenciamento ⁽¹⁸⁴⁾ e assistência técnica com firmas estrangeiras.

(184) Significativamente, na amostra de empresas nacionais pesquisada pela FINEP, "o ano de 1955 constitui o marco a partir do qual as empresas passam a necessitar de know-how externo" (p.23). A "atualização tecnológica de equipamentos que antes eram produzidos com know-how próprio" e a abertura de "novas linhas de equipamentos para atender a novos mercados, sobretudo os ligados a empreendimentos governamentais" (p.23, grifo meu) teriam sido os fatores responsáveis pela tecnologia observada.

Segundo a pesquisa, destacam-se como utilizadores de know-how externo as firmas que "abriram linhas de fabricação de equipamentos que, quando em operação, são parte integrante e acoplada ao fluxo produtivo de uma planta de geração, fabricação ou processamento". Sendo equipamentos produzidos por encomenda, "sua demanda está fortemente sujeita a oscilações, o que induz as empresas à diversificação, com a evidente perda de especialização técnicas, o que acentua a tendência de utilização do licenciador estrangeiro" (p.35) — não é possível desenvolver simultaneamente a tecnologia de várias linhas de produção.

Outro fator ressaltado é o fato de que os compradores desses equipamentos — empresas governamentais e empresas privadas de grande porte — "caracterizam-se por disporem de departamentos técnicos especializados, conhecedores do desenvolvimento tecnológico existente no mercado mundial, o que obriga a empresa nacional a se qualificar aos níveis dos competidores externos e das filiais estrangeiras aqui instaladas" (35). Não era esse o caso da Petrobrás em seus primeiros anos; também ela não possuía muita qualificação técnica. As firmas de engenharia, porém, possuíam-na pela Petrobrás, e exigiam por ela a fabricação dos equipamentos segundo a tecnologia mais avançada.

Assim foi feito. Contou a favor das empresas nacionais o fato de a tecnologia para os equipamentos petrolíferos ser uma mercadoria disponível no mercado internacional. Ao contrário de outros setores, como o cimento e mineração (185).

A resposta mais criativa, contudo, proveio dos seis tradicionais fabricantes paulistas de equipamentos industriais que em maio de 1955 coligaram-se para formar a ABDIB. Convém agora ceder a palavra, novamente, à voz autorizada de Jorge Resende (primeiro presidente da ABDIB). O trecho abaixo prossegue a conferência na Escola Superior de Guerra (já citada no primeiro capítulo), e começa se remetendo às primeiras iniciativas nacionalizantes do CNP:

"Foi com esse mesmo espírito que, anos mais tarde, quando se tratou do aumento da Refinaria de Mataripe, já então no regime da Petrobrás, fomos chamados ao Rio de Janeiro, pelo encarregado de sua construção, Eng. Petrônio Barcellos, aqui presente, que nos perguntou o que era possível ser feito aqui no Brasil, pois no contrato de fabricação feito com o grupo francês, que tinha ganhado a concorrência dos equipamentos, tinha ficado estabelecido uma cláusula de que só seria contratado com este grupo aquilo que re

(185) Nesses setores, "onde é característico, o reduzido número de empresas internacionais monopolizando a engenharia básica de planta, os projetos são concebidos inteiramente no exterior. Paralelamente, observa-se a existência de uma vinculação permanente entre as empresas de engenharia consultiva e os fabricantes de bens de capital. Observa-se mesmo, a enorme dificuldade da indústria de bens de capital nacional em conseguir licenças para a fabricação dos equipamentos 'nobres' desses setores no País, em consequência da habitual rejeição das empresas estrangeiras aos acordos de licenciamento" In Alves e Ford, op.cit., p. 11.

almente não pudesse ser executado dentro de nosso país. Foi respondido ao Eng. Petrônio, na naquela ocasião, que a indústria brasileira estava disposta a cooperar de toda a forma com a Petrobrás, pois reconhecia o grande interesse e importância deste empreendimento, porém, que se tínhamos essa boa vontade, desconhecíamos quase completamente as especificações sobre as quais esses aparelhos deviam ser constituídos. Isto porque tínhamos uma idéia bastante certa do que eram as exigências de construção para uma indústria tão importante como a indústria de refinação do petróleo. Foi-nos respondido que também esta parte tinha sido estudada nos contratos, porquanto, quando foram contratados o estudo e a ereção desta refinaria para tratar os óleos parafínicos no Recôncavo Baiano, a Companhia Kellogg se obrigara a ajudar tecnicamente os fabricantes de todo o seu equipamento, sendo obrigada a testá-los e aceitá-los para sua montagem.

"Dadas estas condições, recebemos 6 grandes volumes com todas as suas especificações básicas do equipamento que deveria ser erigido em Mataripe. Estudou-se num pequeno grupo inicial de 6 firmas de São Paulo, o que achávamos que poderia ser feito no Brasil. Feito um relatório do que se achava possível executar no Brasil, foi ele entregue ao Eng. Petrônio que o encaminhou à firma Kellogg que, naquela ocasião, estava recebendo no Brasil um grupo de engenheiros

para estudos referentes a essa Refinaria. O Eng. Petrônio mandou que esses engenheiros viessem a São Paulo verificar as usinas que esse pequeno grupo dispunha nesse Estado. Estiveram eles vários dias visitando todas as nossas usinas e, depois, discutindo não só particularmente, mas com todas elas em conjunto, antes de sua volta ao Rio de Janeiro. Voltaram e, depois, recebemos a resposta de que o grupo americano achava importante a contribuição da indústria brasileira. "É esta a história do início da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (...), iniciada com 6 firmas e que hoje dispõe de 17 associadas, fazendo parte dela também a nossa grande firma de Volta Redonda, que compreendeu o interesse de fazer parte dessa Associação.

"Esta Associação nada mais é do que um escritório técnico centralizado para todas as firmas que a compõem para as obras de interesse maior, ou, antes, que saiam fora do âmbito de possibilidade de uma só companhia". (186)

Eis, então, a "história do início da ABDIB", nas palavras de um empresário portador de um respeitável curriculum industrialista. Uma história que, de certa forma, repete histórias passadas. Num trecho anterior, Resende nos explicara como o CNP, na pessoa de Plínio Cantanhede, procurara o SIMESP, "pedindo a colaboração da indústria". Alguns anos depois, cabia a Petrônio Barcellos, pela Petrobrás, consultar um sujeito não

especificado — o próprio Resende? o SIMESP? a "indústria paulista"? — sobre a possibilidade de fornecer equipamentos para Mataripe. Apenas que, desta vez, previamente à consulta, a empresa estatal tratara de instaurar as condições para que os empresários — intimidados pelo desafio proposto — aceitassem "cooperar" com a Petrobrás. Em suma: o Estado toma a iniciativa; a empresa privada reage. A Petrobrás consulta, informa e, por fim, trata com as seis empresas "em conjunto"; as seis empresas se associam para compor um "escritório técnico centralizado".

A hesitação das empresas privadas — "tínhamos boa-vontade, mas ..." — me parece plausível. O mercado de equipamentos petrolíferos era sem dúvida tentador; para ter acesso a ele era necessário queimar etapas, transportando-se a um novo estágio técnico que poderia abrir outras oportunidades além das proporcionadas pela Petrobrás. Esta mesma queima de etapas implicava, porém, assumir riscos não desprezíveis. Implicava investir em equipamentos, instalações, qualificação dos operários e do corpo técnico. Implicava, como diz o relatório Cepal/ABDIB, formular cotações sem um conhecimento profundo do custo da fabricação de equipamentos segundo os novos padrões técnicos.

Vejamos um pouco do histórico das fundadoras da ABDIB. A mais antiga do grupo existia desde 1905. Era a Cavallari, especializada na linha de produtos para fabricação de papel; operava nos setores de caldeiraria e mecânica fina.

O percurso da Bardella, a julgar por um folheto de propaganda da empresa, tipifica exemplarmente a história da indústria. Fundada em 1911, expandiu-se durante a Primeira Guerra através da substituição de importações, "manufaturando

e recondicionando partes". No início da década de trinta, Aldo Bardella (um dos fundadores da ABDIB) assumiu a diretoria da empresa, "nela introduzindo conceitos de administração" (lem bremos dos textos de Leff e da FINEP). Pouco antes, em 1927, o primeiro guindaste móvel manufaturado no Brasil com seu próprio design colocara a Bardella "na vanguarda do engineering nacional". (187) Em 1955, a Bardella possuía uma caldeiraria incipiente e uma grande fundição; fabricava também equipamentos para a indústria de papel.

Em 1918 surgiu a Villares, para montar e manter elevadores importados. Os passos seguintes foram a manufatura de partes e do equipamento inteiro. Em 1944, em consequência das restrições ao comércio exterior, criou-se a Aços Villares, "para vender barras e chapas de aço importadas ou produzidas localmente, e peças fundidas de aço" (188). A diversificação prosseguiu, e em 1954 foi fundada a Equipamentos Villares, dedicada à produção de equipamentos industriais médios e pesados.

Em 1920 foi criada a M. Dedini Metalúrgica: era então uma pequena oficina especializada na fabricação e reparo de pequenas peças para veículos e de utensílios agrícolas (189). Logo a oficina passou a reparar peças para engenhos de açúcar e fábricas de aguardente. Durante muitos anos o crescimento da firma esteve vinculado à produção de equipamentos para a produção de açúcar e álcool cada vez mais complexos. A etapa de diversificação, segundo Negri, começou em 1956, causada pela diminuição da demanda por equipamentos por parte da agroindús

(187) Bardella, folheto de propaganda.

(188) Villares, folheto de propaganda.

(189) Cf. Negri, Barjas - Um Estudo de Caso da Indústria Nacional de Equipamentos: Análise do Grupo Dedini (1970-1975) Tese de Mestrado, DEPE-IFCH, Unicamp, Campinas, 1977, p.03.

tria açucareira (190) (já a partir de 1953). Surgem a Cerâmica Dedini, a Siderúrgica Dedini, a Dedini-Capellari e a Motocana, respectivamente, em 1952, 1955, 1957 e 1959. Segundo um depoimento, a Dedini era a maior empresa do ramo de caldeiraria no Brasil e a única a contar com grande conhecimento do ramo, obtido a partir da fabricação de equipamentos como tanques, evaporadores, aquecedores e caldeiras. Era também a maior potência financeira do grupo da ABDIB (*talvez mais forte que a Cobrasma*) tendo cedido as instalações usadas pela associação durante os primeiros anos mediante o pagamento de um aluguel simbólico. No entanto, foi possivelmente a empresa que mais dificuldades enfrentou na transição para o novo padrão tecnológico representado pelos equipamentos petrolíferos.

A empresa do industrialista Jorge Resende — Máquinas Piratininga — surgiu em 1935, voltada à fabricação de equipamentos para as indústrias do algodão e da mandioca. Tinha uma boa fundição, trabalhando com caldeiraria apenas para a linha de equipamentos para o refino de óleo vegetal.

A sócia fundadora de origem mais recente era a Cobrasmas, de 1944. Em meados da década de 50, a empresa estava fortemente interessada em diversificar sua linha de produção; dada sua especialidade de fabricante de vagões, possuía equipamentos que lhe davam possibilidades técnicas de fabricar muitos produtos de chapas.

O mercado da maior parte dos fundadores da ABDIB — como, de resto, do parque brasileiro de bens de capital — era incomparavelmente menos exigente, em termos de tecnologia, que a indústria do petróleo. Tratava-se, em geral, de equipamentos

(190) Ib.p. 83.

pouco complexos e passíveis de fabricar repetitivamente (caso, em particular dos equipamentos para açúcar e algodão; as máquinas para papel já eram um pouco mais sofisticadas.

Havia, além disso, a inadequação dos equipamentos e a inexperiência das firmas nacionais em trabalhar com normas de qualquer espécie, à parte aquelas estabelecidas na rotina da produção de artigos relativamente simples. A caldeiraria de Dedini, por exemplo, utilizava em sua linha de produção chapas muito mais finas do que as necessárias para os equipamentos petrolíferos. Quanto às normas, segundo Bello, poucas das firmas da ABDIB estavam acostumadas a utilizá-las; era necessário traduzir, entender, saber como aplicá-las. A Villares era uma das firmas acostumadas a esse tipo de prática — a fabricação de elevadores, além de obedecer a certas normas, exigia a utilização de aços especiais; daí resultara, de um lado, um contrato de licenciamento com a Westinghouse e, de outro, a laminação da empresa. Outro estímulo ao aumento da qualificação da empresa havia sido a produção de auto-peças, que necessitava de um certo controle do aço empregado; antes mesmo do governo Kubitschek, a Villares fornecia aços especiais para os fabricantes de auto-peças. E era justamente pelo fornecimento desse tipo de matéria-prima que a empresa apostava mais na fabricação de equipamentos petrolíferos. Outra empresa relativamente habituada aos novos padrões era a Cobrasma, que precisava recorrer a normas técnicas para a fabricação de certas partes críticas de vagões ferroviários⁽¹⁹¹⁾.

Podia haver, portanto, motivos para hesitação. Daí não se deduz, contudo, que o empresariado devesse necessariamente constituir um pólo passivo na relação com o Estado. As indicações neste sentido devem ser lidas com a máxima cautela,

(191) Bello, entrevista, Rio de Janeiro, 1984.

afastando de toda uma concepção pré-concebida de uma Petrobrás demiúrgica, empenhada em resgatar da desorganização e do tradicionalismo um empresariado individualista e inerte.

Em primeiro lugar, seria necessário explicar porque os "seis grandes volumes com especificações técnicas" foram entregues justamente ao "pequeno grupo" de seis firmas paulistas, e não a outras. Eram as "melhores", as de maior tradição? Talvez. No entanto, causa espécie o fato de que alguns dos fornecedores pioneiros do CNP — como a Mecânica Carioca e a Sanson Vasconcellos — não formavam no grupo. Não estavam também, originalmente, outras empresas igualmente capacitadas a produzir equipamentos petrolíferos, como a ARMCO (norte-americana). Assim, a articulação privilegiada estabelecida entre a Petrobrás e as seis firmas relativiza um pouco a idéia de passividade, abrindo campo à hipótese de um empresariado com certa capacidade de mobilização, capaz talvez de ser fazer reconhecer como representante das empresas de maior potencial para adentrar um mercado praticamente desconhecido para a indústria de bens de capital.

Esta articulação entre o segmento estatal do petróleo e as fundadoras da ABDIB provavelmente antecede a Petrobrás. Como o depoimento de Resende sugere, deve provir das primeiras visitas recíprocas que se fizeram os técnicos do CNP e os empresários paulistas, quando da primeira ampliação de Mataripe. Pode ter sua origem mais longínqua num acontecimento absolutamente contigente, como os laços pessoais entre três membros da "élite" que, em 1952, estavam estrategicamente situados: Plínio Cantanhede na presidência do CNP; Jorge Resende na presidência do SIMESP; Petrônio Barcellos na Comissão responsável pela refinaria de Mataripe. Segundo o engenheiro

José Maria Caldas, na época assistente de refinação de Barcelos, "a ABDIB nasceu da idéia de três pessoas: Jorge Resende, Petrônio Barcellos e Plínio Cantanhede".⁽¹⁹²⁾

Mas o importante, no caso, não é apurar se a "idéia", a "sugestão", veio de Resende, Cantanhede ou Barcellos, dos três juntos ou "da Petrobrás" (em papel timbrado e duas vias?)⁽¹⁹³⁾. Importa, sim, perceber que havia em São Paulo um empresariado dinâmico e detentor de um histórico de participação em associações técnicas⁽¹⁹⁴⁾ e corporativas. Um empresariado para o qual a realização de esforços — frequentemente coletivos — no sentido de incorporar avanços tecnológicos não constituía novidade. Sem a existência deste empresariado⁽¹⁹⁵⁾ — schumpeteriano, talvez — a nacionalização de equipamentos petrolíferos em larga escala teria de esperar pelas firmas estrangeiras.

(192) José Maria Caldas, entrevista.

(193) Talvez seja razoável admitir que, ao empresariado, a versão que o apresenta como o pólo passivo fosse de certa forma interessante: A compra é uma atribuição do comprador. O comprador é o governo. A venda para o governo é tida em geral como um grande negócio. Portanto, seria prudente evitar qualquer suspeita de que o empresariado — pior, uma parcela restrita dele — estivesse se mobilizando com aqodamento para abocanhar o novo mercado.

(194) Como a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e a Associação Brasileira de Metais (ABM).

(195) Bello, entrevista, Rio de Janeiro, 1984.

Segundo Bello, todos os fundadores da ABDIB eram sócios da Associação Brasileira de Metais. Muitas das empresas deviam, além disso, os seus melhores engenheiros ao IPT⁽¹⁹⁶⁾; no Instituto, estes engenheiros haviam vivido as dificuldades do período de guerra, podendo apreender, com esta experiência, a importância de uma atividade cooperativa para a superação de problemas comuns a muitas empresas. Noutros termos, sugiro a existência de um laço entre a experiência do IPT como um "laboratório central para toda a indústria de São Paulo" (nas palavras de Leff) e a definição da ABDIB como um "escritório técnico centralizado para todas as firmas que compõem para as obras de interesse maior, ou, antes, que saiam fora do âmbito de possibilidade de uma só companhia" (conforme Resende).

A "queima de etapas" acelerada pela empresa nacional pressupunha, creio, a criação deste "escritório técnico". Afinal, a própria indústria européia precisara recorrer a este tipo de expediente, de sorte a poder reagir à penetração das empresas e da tecnologia norte-americana no pós-guerra. Vale a pena citar, quanto a isso, alguns trechos de dois relatórios elaborados pela Organização Européia de Cooperação Econômica, em 1953 e 1955. O primeiro relatório teve por objeto a fa

(196) O curriculum de Resende, publicado juntamente com sua conferência, é também um indicador da atividade do segmento empresarial em questão. Vejamos alguns itens: Delegado da Indústria em 1951/2 na Conferência do GATT relativa a tarifas em Torquay — Inglaterra. Na FIESP, diretor, Chefe do Departamento de Economia Industrial, Presidente do Conselho de Orientação Técnica de Produtividade. Diretor do CIESP. Presidente do Sindicato de Máquinas do Estado de São Paulo. Membro do Conselho Administrativo e da Comissão de Reestruturação do IPT. Membro da Sub-Comissão de Jipes, Tratores, Caminhões, etc., da Comissão de Desenvolvimento Industrial no Ministério da Fazenda. Juntamente com Resende, integrou esta comissão o empresário Luiz Dumont Villares (cf. Martins, op.cit., p.409), outro fundador da ABDIB e, segundo um depoimento, "o líder tecnológico do grupo".

bricação de equipamentos petrolíferos nos Estados Unidos. Após discorrer sobre o engineering norte-americano, deixando clara sua superioridade sobre o europeu ⁽¹⁹⁷⁾, o texto caracteriza os inconvenientes desta situação para o construtor europeu:

"O avanço obtido pelos escritórios de engineering americanos é inegável. Muitos dentre eles possuem sucursais na Europa. Mas até aqui os trabalhos originais mantêm as características das matrizes. O pessoal dirigente e técnico das sucursais é geralmente americano, o pessoal de execução sendo apenas europeu. Esta prática conduz de fato a favorecer a compra de material americano".

Resulta que:

- "a) cálculos, especificações técnicas, linguagem, tudo é de essência e forma americana.
- "b) os agentes responsáveis dos escritórios de engineering, sendo americanos, relutam em adaptar suas especificações às normas europeias e a fabricação do material de equipamento tende a permanecer uma cópia da fabricação americana, sem aproveitar as soluções europeias existentes, frequentemente melhor adaptadas, contudo, às nossas condições de exploração.

(197) A recuperação rápida da Europa no pós-guerra não foi possível senão pela importância da experiência acumulada na fabricação do material e nos procedimentos técnicos, pela indústria e pelas sociedades de engineering americanas.

"29. De fato, os Estados Unidos têm, nesse assunto, um tal avanço sobre a Europa que, ainda por um bom tempo, esta deverá recorrer às sociedades de engineering americanos" - In OECE - L'Equipement Pétroliers aux USA . Fabrication de Matériel de Forage et de râtinage, Paris, 1953.

"c) a adoção de normas sofre, em consequência, longos retardos porque, mesmo no caso onde o fabricante estaria pronto a adotar definitivamente as normas americanas, ele hesita, contudo, ante as repercussões que esta decisão poderia ter sobre outros setores de construção de que ele se ocupa.

"d) O fabricante encontra muitas dificuldades para fazer com que seu material seja admitido, porque o técnico americano, recém-chegado na Europa, tem uma tendência excessiva a querer ignorar as possibilidades técnicas das fábricas européias". (198)

A lamentação se estende até a letra "g". Transcrevi este longo trecho por acreditar que retrata a magnitude do "desafio americano" do ponto de vista da empresa européia, possuidora de certa tradição e de normas técnicas próprias anteriores à invasão norte-americana. Que dizer do desafio para a empresa brasileira, que nem ao menos tinha normas próprias com as quais pudesse "temperar" as normas importadas, (199) compatíveis apenas com a imensa disponibilidade de matérias-primas e com a capacitação técnica da indústria americana?

Frente ao desafio americano, o relatório recomenda aos fabricantes europeus:

"c) agrupar suas empresas, concorrentes ou não, em uma associação profissional, a fim de reforçar a eficácia de sua ação de alargar seus mercados. O Reino Unido tomou, neste

(198) Ib, pp. 19-20.

(199) As normas americanas são da responsabilidade de entidades de entidades como ASTM, ASME e API.

sentido, um avanço considerável com seu 'Council of British Manufacturers of Petroleum Equipment', que poderia servir utilmente de modelo para uma organização similar para a Europa " (200)

De fato, em dezembro de 1953, foi criada a Federação Européia de Fabricantes de Equipamento Petrolífero, reunindo a Bélgica, a França, a Alemanha, a Itália, os Países-Baixos e o Reino Unido. (201)

Dito isso tudo, podemos nos perguntar se o tal escritório técnico centralizado — condição necessária à queima de etapas pela empresa nacional — pressupunha, por seu turno, a ... ABDIB — uma nova associação, composta de apenas seis fundadores e dotada de normas internas que restringiam a filiação de outras empresas.

Por que uma nova entidade? Segundo um depoimento, nem o SIMESP — onde a fabricação de pregos, parafuso e lata convivia com a de equipamentos — nem a ABM — que tinha entre os associados muitas fundições e aciarias — eram convenientes, dada sua heterogeneidade: "O SIMESP não congregava gente capaz de enfrentar especificações técnicas como ASME e API. A ABNT, na época, era muito ligada ao pessoal do cimento".

Tal heterogeneidade, porém, não é suficiente para explicar a ABDIB. Teria sido possível superá-la, creio, abrindo uma nova divisão em alguma das entidades existentes. Mas isso seria contraditório — esse é o ponto — com os objetivos dos fundadores da ABDIB. Legitimar-se como a associação dos prin

(200) Ib. pp. 21-22.

(201) Cf. OECE - L'Equipement Pétrolier en Europe, Possibilités de Fabrication, Capacités de Production, Paris, 1955, p.131.

cipais fabricantes de equipamentos de base — os maiores, os mais competentes, os mais confiáveis — este era, a meu ver, o projeto da ABDIB; para isso, cabia congregar os pares, e somente os pares (alguns dos quais seriam identificados posteriormente) numa entidade de acesso restrito. Cabia incrementar a capacitação técnica daqueles que já eram iguais, sem precisar partilhá-la com firmas menores e sem a mesma tradição. Por outro lado, segundo um outro depoimento, *" a associação tinha por fim resolver problemas gerais em conjunto e manter os preços de modo que não houvesse leilão. Caso contrário os preços iriam para baixo, com uma quebra geral"*. Como executar um controle de preços eficiente a partir de uma base muito ampla e heterogênea de filiados?

É possível que, de início, a idéia fosse constituir uma entidade ainda mais fechada. Mais de um entrevistado afirmou que a primeira foi formar um consórcio. Faltando definição jurídica a esse tipo de organização, e pelo temor a que o consórcio fosse caracterizado como um cartel, optou-se pela associação.

Para concluir, é imprescindível ressaltar que a fundação da ABDIB não representa um episódio isolado, senão um exemplo típico de um fenômeno que ganhou maior expressão na década de cinquenta e veio a tornar-se corriqueiro após 1964. Refiro-me à configuração de uma estrutura de representação extra-corporativa, particularmente no meio empresarial. Segundo um dos estudiosos do assunto, Philippe Schmitter,

"Uma das primeiras da nova onda de associações privadas especializadas foi a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (...). Durante a década de sessenta,

grande número de associações nacionais desse tipo foi criado para representar setores industriais específicos. Tipicamente, elas têm quadros de associados pequenos mas muito densos, e suas sedes são em São Paulo, não no Rio. Algumas afirmam abertamente que seu objetivo principal é 'defender os interesses comuns dos associados' e 'cooperar com a autoridade pública no estudo e solução de problemas relacionados a interesses industriais; outras dizem que sua intenção principal é 'refinar as condições competitivas de preço e qualidade neste setor da indústria através da cooperação, estudos de mercado, e da racionalização e desenvolvimento técnico da produção'.⁽²⁰²⁾

O trabalho de Eli Diniz e Renato Boschi avançou bastante na pesquisa sobre essa "nova onda" de que fala Schmitter. Segundo eles a estrutura "extra-corporativa" teve seu surgimento e proliferação "de alguma forma vinculados a uma tentativa de contornar a rigidez da estrutura oficial", herdada da década de trinta. Não se tratariam, porém, de estruturas competitivas, mas complementares:

"As associações cumpririam, basicamente, na maioria dos casos, o papel de um instrumento para maximizar a capacidade de organização e o poder

(202) Schmitter, Philippe C. Interest Conflict and Political Change in Brazil, Stanford University Press, Stanford, Califórnia, 1971, pp. 198-199.

de barganha de setores ou grupos de empresas que já estariam representados na estrutura oficial". (203) — mas que procurariam, através das associações, constituir espaços mais adequados a sua articulação.

O pioneirismo da Petrobrás, em relação às demais estatais, na definição de uma política de nacionalização de equipamentos, incidiu, portanto, sobre um empresariado igualmente pioneiro. Eis aí um dado que não deve ser obliterado na reflexão sobre o sucesso da nacionalização e da própria ABDIB. Veremos que em pouco tempo, esta se fez reconhecer, tanto pelo Estado como pelo conjunto do empresariado, como uma associação representativa da indústria brasileira de equipamentos pesados.

(203) Diniz, Eli e Boschi, Renato Raul - Agregação e Representação de Interesses do Empresariado Industrial: Sindicatos e Associações de Classes, Relatório de Pesquisa, UFERJ, Rio de Janeiro, mimeo, 1979, p. 199.

Os dados da pesquisa indicam que o surgimento das associações deu-se predominantemente no pós-guerra; apenas 12% nasceram entre 1917 e 1945; entre 1946 e 1963, a porcentagem eleva-se para 23%, alcançando 65% para o período entre 64 e 78 (p.33). Para os mesmos períodos, as porcentagens obtidas para os sindicatos são de 50, 32 e 18%. A maior parte das associações congrega empresas do setor "moderno" da indústria (metalurgia, mecânica, material elétrico e de transportes, etc...), "particularmente a área de bens de capital, (...). a área de eletro-eletrônica, a área de química, além de associações congregando empresas de consultoria ligadas ao desenvolvimento desses setores" (p.41). Outra característica é o domínio numérico nas associações das empresas sediadas em São Paulo (47%), vindo depois Minas Gerais e Rio de Janeiro (19% e 17%) (p.43).

II. 2. A Consolidação do Monopólio Estatal (204)

II.2.1 - Expansão do Parque Produtivo

O CNP legou à Petrobrás um acervo de dimensões relativamente modestas. Poucas sondas, alguns petroleiros, um oleoduto ligando o campo de São João à refinaria de Mataripe, esta ainda com a reduzida capacidade de 5000 bpd. Legou também uma grande obra - Cubatão - e vários projetos, um deles particularmente importante, uma vez que introduzia o Estado na indústria petroquímica - o da fábrica de fertilizantes de Cuba

(204) Entre as muitas questões relativas à Petrobrás não abordadas nesta tese, está a instabilidade da direção da empresa entre 1953 e 1966. Nesse período, a Petrobrás teve na da menos que nove presidentes, dos quais apenas dois civis (Barroso e Mangabeira). O tema da instabilidade, à parte re querer uma pesquisa completamente diferente, está razoavelmente coberto pelos livros de Smith e Carvalho, já citados. Re produzo abaixo, com o objetivo de situar o leitor, parte de um quadro denominado "Rotatividade" por Carvalho (p.166):

<u>Presidentes do Brasil</u>	<u>Presidentes da Petrobrás</u>
Cetúlio Vargas - Jan.1951/Ago.1954	Juracy Magalhães - Maior1954/Set.1954
Café Filho, Carlos Luz e Neves Ramos - Ago.1954/Jan.1956	Arthur Levy - Set.1954/Fev.1956
Juscelino Kubitschek - Jan.1956/Dez.1960	Janary Nunes - Fev.1956/Dez.1958
Jânio Quadros - Jan.1961/Ago.1961	Idálio Sardenberg- Dez.1958/Fev.1961
João Goulart - Set.1961/Abr.1964	Geonísio Barroso - Fev.1961/Jan.1962
	Francisco Mangabeira - Jan.1962/Jun.1963
	Albino Silva - Jun.1963/Jan.1964
	Osvino Alves - Jan.1964/Abr.1964
H.A. Castello Branco - Abr.1964/Mar.1967	Ademar de Queiroz- Abr.1964/Jun.1966

tão (205).

A produção de petróleo bruto, em 1954, beirava os 2 700 bpd. Dobraria no ano seguinte (cf. tabela II.1). Mesmo assim, era muito pouco para um país que consumia quase 160 000 bpd de derivados de petróleo em 1954, e que ampliara o consumo de derivados a uma taxa anual, entre 1950 e 1954, de 15,3% (cf. tabela II.2). Para aliviar a pressão sobre a balança comercial, contava-se com a expansão do parque de refino. Inaugurada Cubatão, a capacidade instalada atingiu 80 000 bpd, dos quais aproximadamente 30 000 cabiam às empresas privadas. A auto-suficiência no refino, portanto, era ainda uma meta distante.

O investimento em 1954 foi pequeno, pouco menos que Cr\$ 850 milhões (valor nominal). Bem menos, portanto, que o bilhão anual que Vargas projetara para o período 1952-1956 em sua mensagem ao Congresso. Nada menos que 69% foram gastos nas obras de Cubatão. Para os investimentos em exploração e produção, coube a minguada parcela de 15,9% (cf. tabela II.3).

(205) O valor dos bens incorporados pela União à Petrobrás foi estimado em Cr\$ 3,125 bilhões, assim distribuídos:

Exploração e Produção	- 26%
Refinação	- 41%
Transporte Marítimo	- 32%
Indústria Petroquímica	- 1%

Cf. Conselho Nacional do Petróleo, 82a. Sessão Extraordinária (12 de março de 1954), in Legislação do Petróleo, p. 34
Glycon de Paiva, em 1952, estimando o valor do acervo em US\$. 125 milhões, equivalentes a Cr\$ 2,3 bilhões (à taxa de Cr\$... 18,72 por dólar), considerava muito abaixo se comparado ao da PEMEX:

"PEMEX foi criada em 1938, quando o Governo mexicano expropriou a livre empresa empenhada na indústria do petróleo do México. Estabeleceu-se PEMEX sobre um acervo de campos de Petróleo, refinarias e equipamentos de sondagens, etc., avaliados em 500 milhões de dólares pelas companhias expropriadas. Além disso, PEMEX recebeu das companhias expropriadas uma produção de 100 mil barris diários de petróleo; ao passo que a Petrobrás, do CNP não receberá mais do que 3 000 barris diários".

Cf. Paiva, Glycon de - *"Regime Legal e Produção de Petróleo"*, in Revista Brasileira de Economia, ano 6, junho 1952, nº 2, p.60

Em 1955, o investimento da Petrobrás cresceu, em termos reais, 29,6% (cf. tabela II.5). Um dado pouco significativo, em face da base Pequena? Em parte, sim. Se olharmos a tabela II.5, veremos que a taxa de variação do investimento foi puxada pelos itens "Exploração e Produção" (250,6%) e "Transporte Marítimo, Terminais e Oleodutos" (6943,5%). O item Refinação por seu turno, caiu abruptamente (46,4) após o término das obras de Cubatão.

No entanto, se analisarmos o comportamento da taxa de variação do investimento nos anos seguintes, perceberemos que essa taxa de 29,6% em 1955 foi apenas a arrancada de uma fase nunca mais igualada pela Petrobrás em termos de crescimento de seu parque produtivo. Entre 1956 e 1960, o investimento da empresa aumentou anualmente à taxa de 45,1%. Este período de expansão acelerada encerrou-se em 1961, quando o investimento caiu 1,4%, mantendo-se praticamente estagnado entre 1961 e 1963.

Em 1955, por outro lado, a Petrobrás delineou a estrutura de investimentos (cf. tabela II.3) que manteria até 1970/71: 50% em exploração e produção, 20 a 30% em refino, 10 a 20% em transporte marítimo, terminais e oleodutos. Os dados para a petroquímica indicam uma participação média de 9%, para o período 1955-1965. Os gastos na industrialização do xisto nunca ultrapassaram a 3%.

Quais os resultados desse primeiro bloco de investimentos da Petrobrás? Em 1960, a produção de petróleo bruto chegou a 81.400 bpd, abaixo da meta revisada do Programa de Metas, que era de 100 000 bpd (206). Tal resultado não pode

(206) Cf. Lafer, Celso - The Planning Process and Political System in Brazil: a Study of Kubitschek's Target Plan (1956-1961), tese de Doutorado, Cornell University, 1970, mimeo, p. 168

ser menosprezado, pois se deve ter em conta que a produção aumentou 3237% entre 1953 e 1960, elevando sua participação no consumo nacional de 1,7% para 30,4%.

Além disso, durante este período a Petrobrás constituiu um vasto parque industrial. Aqui é importante não nos limitarmos aos dados agregados. Por trás deles estão obras diferentes, cada qual com sua própria história, em termos de custos, (engineering, efeitos para trás (nacionalização de equipamentos) e para frente (petroquímica). Procurarei recuperar parte da história de algumas das obras mais importantes ao longo deste capítulo. Por agora, o que importa reter é que o núcleo do investimento da Petrobrás, na área industrial, foi o refino de petróleo. O refino, além de representar o grosso do investimento industrial, exige ainda dois tipos de obras complementares, ligadas ao transporte do cru e derivados (oleodutos) e à sua recepção e estoque (terminais marítimos).

E mais, é nas proximidades das refinarias que se instalam as unidades petroquímicas, que utilizam como insumos alguns dos produtos das primeiras. No período 1953-1961, então, o investimento industrial da Petrobrás (assim como das primeiras empresas privadas do setor petroquímico) concentrou-se em três complexos, nucleados pelas refinarias Landulfo Alves (RELAN), em Mataripe, Presidente Bernardes (RBBC), em Cubatão, São Paulo, e Duque de Caxias (REDUC), no Rio de Janeiro. Ao olhar a tabela II.6, podemos perceber que o investimento em capital fixo numa refinaria é praticamente ininterrupto. Este fato é explicado pelas constantes ampliações na capacidade produtiva, que podem ser apreciadas nas tabelas II.7/8. Por outro lado, a modificação de um processo, ou da estrutura de produtos, mesmo sem alteração da capacidade, pode exigir a compra de novos equipamentos.

A refinaria de Mataripe, por exemplo, iniciou suas atividades com a capacidade de 2 500 bpd, em 1950, dobrada três anos depois. Daí para a frente, a refinaria incorporou sucessivamente várias unidades, elevando sua capacidade aos saltos, de 10 000 bpd em 1958 para 32 000 bpd em 1959, chegando a 42 000 bpd em 1960. Como vimos anteriormente, e retomaremos em maior detalhe mais à frente, foi nesta obra, que se estendeu de 1956 a 1960, que teve início o fornecimento em grande escala de equipamentos petrolíferos pela indústria brasileira. O índice de nacionalização para materiais e equipamentos foi de 25% (207).

Em 1957, concluiu-se o terminal Almirante Alves Câmara (TEMADRE), situado na Ilha Madre de Deus, na Baía de Todos os Santos. A rede de oleodutos da Bahia, interligando os campos de produção, a refinaria e o terminal, atingia 120 Km. de extensão em 1960.

A refinaria de Cubatão, à parte ampliar-se, passando dos 45 000 bpd originais para 90 000 bpd em 1960, diversicou a produção de derivados. Já em 1955, começara a produzir asfalto. Em 1956 colocou no mercado vários produtos novos, tais como gasolina extra, querosene, hexano e solvente para borracha (208). Em 1958, através de Cubatão, a Petrobrás ingressou efetivamente na produção petroquímica, com a entrada em operação da unidade produtora de eteno, objeto de sério litígio entre a empresa estatal e a iniciativa privada. A produção de propeno e de fertilizantes, iniciada em 1959, avançou no sentido de consolidar esta posição. Os estudos para a cons

(207) Cf. Bello (1969), op. cit., p. 16

(208) Petrobrás, Relatório de Atividades de 1956

trução do terminal de São Sebastião, assim como do oleoduto que o ligaria à RPBC, começaram em 1957. Em 1959 a Petrobrás desenvolveu gestões junto ao Ministério de Viação e Obras Públicas para obter autorização para a obra, afinal concedida em meados de 1961. Tal demora deveu-se, provavelmente, ao fato de o terminal Almirante Barroso (TEBAR), como veio a ser chamado, significar para o porto de Santos a perda do movimento de recepção do óleo cru para a RPBC (209). Somente em as obras foram concluídas.

A refinaria Duque de Caxias, cujo projeto preliminar foi elaborado em 1956, teve suas obras iniciadas em 1959. A primeira fase da construção terminou em 1961, quando a refinaria começou a operar uma capacidade de 90 000 bpd. A capacidade projetada foi atingida em 1965 (150 000 bpd). Também em 1959 começaram as obras do terminal supridor da refinaria, situado na Ilha d'Água, na Baía da Guanabara (TORGUÁ) e da Fábrica de Borracha Sintética, nova arremetida da Petrobrás sobre a indústria petroquímica. Também em 1961 foram inaugurados o terminal e a primeira parte da planta da FABOR, que passou a produzir quatro tipos de borracha sintética, com matérias-primas importadas.

Segundo o relatório da Petrobrás de 1955, previa-se para 1960 uma capacidade de refino total (isto é, incluindo as empresas privadas) de 200 000 bpd, suficiente para atender a pelo menos 70% do consumo nacional. O programa de Metas formulara depois projeções ainda mais ambiciosas: 308 100 bpd (210).

(209) Em 1961, Petróleo - Revista da Indústria Petrolífera e Petroquímica, publica declaração do presidente da Cia. Docas de Santos protestando contra a autorização. Petróleo, julho de 1961, nº 1.

(210) Lafer, op. cit., p. 169.

Em 1960, porém a capacidade de refino montava a aproximadamente 190 000. Apesar disso, equivalia a 69% do consumo nacional. No ano seguinte, a capacidade instalada (300 000 bpd) superou pela primeira vez o consumo. Com isso, o Brasil começou a adquirir a auto-suficiência na produção de derivados; em 1962, a produção nacional de óleo diesel, óleo combustível e gasolina automotiva, responsáveis, em conjunto por 85,3% do consumo de derivados, respondia por 90,0%, 101,7% e 93,5% do consumo nacional. Alguns outros derivados, como gasolina de aviação, combustível para jato e óleos lubrificantes eram totalmente (ou quase) importados (Ver tabelas II.9/13) ⁽²¹¹⁾.

Entre 1961 e 1963, a ampliação dos investimentos em exploração e produção (20,8% ao ano) e petroquímica (23,8% ao ano) sustentou o patamar de investimentos da Petrobrás, compensando a queda verificada em refino (-11,0% ao ano) e transporte marítimo, terminais e oleodutos (-17,8% ao ano). Nesse período a Petrobrás deu início aos "complexos petrolíferos" de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. As obras do complexo mineiro começaram com o oleoduto Rio-Belo Horizonte, de 362 Km. de extensão, objetivando transportar para a capital mineira derivados, a princípio, e óleo cru quando concluída a refinaria Gabriel Passos. No Rio Grande do Sul, começaram em 1962 e 1963, respectivamente, as obras do terminal Almirante Soares Dutra (TEDUT) e da refinaria Alberto Pasqualini (REFAP). À exceção do ORBEL - o maior oleoduto construído até então pela Petrobrás, e um marco no processo de nacionalização de equipamentos - as obras da Petrobrás no período eram mais modestas. As duas refinarias, por exemplo, foram projetadas (por

(211) Segundo o Relatório de Atividades da Petrobrás em 1961, ao fim do ano alcançou a auto-suficiência.

um consórcio ítalo-brasileiro - outro marco importante) para operar com capacidade para 35 000 bpd. Os outros investimentos ocorreram em obras isoladas: em 1961, começaram as da Planta de Gasolina Natural, voltada para a recuperação do gás natural dos campos baianos para a produção de derivados e as do Terminal Jerônimo Gonçalves (TEGON), em Ilhéus, para a descarga de derivados para a região; em 1962, começaram as da Fábrica de Asfalto de Fortaleza, também um investimento de pequeno porte, como se pôde ver na tabela.

Além disso, durante todo o período (1953-1963) a Petrobrás aumentou a Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE), tendo colocado em 1962 as primeiras encomendas de petroleiros nos estaleiros brasileiros (212).

II. 2.2. - O Financiamento do Programa da Petrobrás

Conforme vimos no capítulo 1, o projeto formulado pela Assessoria Econômica de Vargas tinha como um de seus principais objetivos garantir a independência da Petrobrás em relação a recursos orçamentários. Para isso, segundo acreditava, não bastariam os lucros gerados pela empresa. Foram, portanto, definidas outras fontes de recursos. Desse ponto de vista, a lei 2004 não alterou substancialmente as diretrizes do projeto original. Segundo ela, os aumentos periódicos do capital da Petrobrás proviriam das seguintes fontes:

- até 1957, quando já se deveria ter integralizado um capital de dez bilhões de cruzeiros, caberia à Petrobrás uma parcela de 25% da arrecadação do imposto único sobre combustíveis líquidos (art. 13);

- o total dos impostos de importação e de consumo

(212) Cf. Petrobrás, Março de 1962, nº

incidentes sobre veículos automóveis e do imposto sobre a re messa de valores sobre o exterior, correspondente à importa ção desses veículos, suas peças e acessórios (art. 14);

- contribuições anuais, até 1957, dos proprietários de veículos automóveis, terrestres, aquáticos e aéreos (art. 15);

- contribuições especiais para pesquisa das conces sionárias de refinarias e oleodutos (art. 48).

Além disso, a lei isentava a Petrobrás de uma série de impostos e taxas, inclusive dos direitos de importação pa ra consumo e impostos adicionais em relação aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, etc. (art. 23) ⁽²¹³⁾. Em a gosto de 1955, o decreto 37 804 ratificou e ampliou o rol das isenções ⁽²¹⁴⁾.

A análise do padrão de financiamento da Petrobrás é prejudicada pelo fato de a empresa não ter publicado, no pe ríodo abordado por esta, um demonstrativo de origem e usos de recursos. Torna-se difícil apurar com exatidão o montante dos financiamentos contraídos pela empresa: as tabelas publicadas pela Petrobrás (tabelas II.14/15), não trazem estes dados e os balanços, como se sabe, trabalham apenas com os estoques. A tabela II.16, que obtive do Serviço Financeiro da Petrobrás, foi extraída diretamente dos balanços, sem a preocupação de estimar os fluxos anuais. Já a tabela II.17 foi elaborada por Henri Phillippe Reichstul ⁽²¹⁵⁾ com essa preocupação. Desconhe

(213) Lei 2004, in Legislação do Petróleo

(214) Decreto 37.804, in Coutinho e Silveira, op. cit.

(215) Cf. Reichstul, Henri Phillippe - "O Financiamento do Se tor Energético e a Questão da Autonomia das Empresas Es tatais", in Estudos Econômicos, IPE, vol. 11, número especi al, 1981.

ço, porém a metodologia utilizada (216).

Apesar desses pesares, as tabelas apresentam tendências mais ou menos semelhantes, permitindo tirar algumas conclusões importantes mesmo sem fazer uma opção por uma delas. A mais geral, tiro-a do próprio Reichstul:

"A elevada capacidade de autofinanciamento da empresa fez com que ela escapasse ao padrão de financiamento tradicional da indústria brasileira neste período 1955-1973, representado pelo uso intensivo de financiamentos internos a juros subsidiados fornecidos pelo BNDE e de financiamentos externos oferecidos pelos organismos internacionais de desenvolvimento (AID, Banco Mundial, etc.)" (216).

Já em 1955, o autofinanciamento respondeu por 43,7% dos recursos da Petrobrás. Em média, sua participação no total de recursos entre 1955 e 1960 foi de 56,6%. Em 1961 subiu a 70,0% e, em 1962, a 86,3% (tabela II.17). Já segundo a tabela da Petrobrás, em 1961 e 1962 o autofinanciamento teria atingido os valores de 83,7% e 93,3% (Tabela II.18).

Segundo o Plano Decenal,

"A política de preços vigente no País, até fins de 1956, decorria de legislação que instituiu o Fundo Rodoviário Nacional cuja recei

(216) Além disso, o texto de Reichstul não traz os valores absolutos. Após ter realizado vários ensaios de compatibilização entre as tabelas, a única conclusão que pude obter é que as séries do autofinanciamento (saldo bruto das operações industriais mais lucros não-distribuídos na tabela II.15, impostos para aumento de capital (arrecadação de fundos na tabela II.15) e capital próprio (total de recursos menos contribuição de proprietários de veículos na tabela II.15) em que se baseou Reichstul são bastantes diferentes daquelas publicadas pela Petrobrás - Ib., p. 104.

ta era constituída de taxas específicas cobra das sobre os derivados de petróleo (Lei nº 302, de 13.7.1948). A sobretaxa de importação variava com os derivados.

"O sistema de taxaçaõ específica não permitia porẽm, que a receita arrecadada acompanhasse a desvalorizaçaõ da moeda" (217).

Podemos ter uma idẽia disto atravẽs da tabela II.19, na qual relacionei o preço em São Paulo (mẽdia mensal anual) de alguns derivados de petróleo ao índice geral de preços.

Em vista dessa situaçaõ, em novembro de 1956 foi promulgada a Lei 2975, instituindo o critẽrio ad-valorem:

"Com a nova lei, as variaçaõs nos preços internos passaram a refletir oscilaçaõs correspondentes registradas no mercado internacional, bem como alteraçõs nos fretes marítimos" (218).

O resultado da mudança pode ser verificado na tabela II.19: de 1956 para 1957 os preços dos derivados sofrem reajustes considerãveis.

Embora durante o perĩodo 1955-1964 o custo CIF dos derivados de petróleo importados pelo Brasil tenha se reduzido (ver tabela II.20), "este movimento, que resultaria em baixa

(217) Plano Decenal, p. 99

(218) Ib., p. 100. Ver o texto da lei em Legislaçaõ do Petróleo. Ver também O Imposto 'Ad-Valorem' sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos, sua Importância e sua Finalidade, Ministério da Viaçaõ e Obras Pùblicas, Serviço de Document. Rio de Janeiro, 1956; contém a mensagem de Juscelino Kubitschek.

dos preços, em moeda nacional, dos derivados, foi eliminado pelos sucessivos reajustamentos da taxa cambial aplicada ao petróleo bruto e produtos refinados, embora tais reajustes nem sempre fossem suficientes para situar os preços em bases realistas" (218).

Esse problema parece ter alcançado seu ponto máximo em 1960. Nesse ano, pela primeira vez, a taxa real de crescimento do autofinanciamento da Petrobrás caiu abaixo de 17% (219). E caiu muito, despencou para 2,6%. O relatório da empresa atribui tal queda a três causas: o atraso na entrada em funcionamento da unidade de lubrificantes da RELAN e das primeiras unidades da REDUC; a estagnação dos preços fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo para os derivados, embora se tivessem permitido aumentos substanciais às empresas de distribuição e transporte; a "transferência para o mercado interno de compras anteriormente realizadas através de importação. Como é sabido, goza a Petrobrás de uma taxa de câmbio favorecida para efetuar suas importações; à medida, porém, que a indústria nacional amplia a sua capacidade, passam seus produtos a substituir os similares comprados no exterior. Essa política, embora estimulando a instalação no País da produção de equipamentos de petróleo, importa necessariamente, em maior dispêndio para a Companhia, face ao maior preço da maquinaria e materiais nacionais" (220).

Voltando à tabela II.19, veremos que, em 1960, o preço dos derivados de petróleo perde, pela primeira vez desde 1956, a "corrida" contra o índice geral de preços.

(219) Segundo os dados da tabela II.18.

(220) Petrobrás, Relatório de Atividades de 1960, pp. 43-44.

Em 1961, logo após tomar posse, Quadros denunciou que a "Petrobrás estava em 'precária' situação financeira. O General Idálio Sardenberg, ex-presidente da empresa, negou a afirmação de Quadros perante a comissão de inquérito; depois emitiu um 'Manifesto à Nação', defendendo o seu nome e o da Petrobrás" (221). Em seu primeiro número, a revista Petróleo publicou uma matéria sobre o depoimento de Geonísio Barroso (presidente da Petrobrás nomeado por Jânio) numa CPI, "após a rumorosa carta de Idálio". Geonísio falou das dificuldades administrativas, técnicas e financeiras da Petrobrás. Quanto a estas, comentou que "a posição da empresa não apresentava solidez. Isto pode ser facilmente compreendido e provado pelos seguintes fatos: comerciantes e empreiteiros sofreram as consequências desde quando a empresa não saldou os compromissos assumidos, nas respectivas datas dos vencimentos.

"A Petrobrás tinha um total de compromissos com terceiros, vencidos e não pagos, que atingiam a 2,6 bilhões de cruzeiros".

O principal fator, segundo Geonísio, era o congelamento do preço dos derivados, problema que pedia "solução mais profunda", obtida afinal com a Instrução 204 da SUMOC (222).

As Instruções 204 e 208, segundo o relatório da Petrobrás de 1961, "permitiram os necessários reajustamentos de preço dos derivados de petróleo" (223). Tais reajustamentos, somados ao maior volume físico obtido na produção de bruto, derivados e transporte marítimo, geraram um crescimento real

(221) Smith, op. cit., p. 146

(222) Petróleo, Julho de 1961, nº 1, p. 4

(223) Petrobrás, Relatório de Atividades de 1961, p. 39.

de 78,0% no autofinanciamento (224).

Segundo ofício de Geonísio ao Presidente da República, publicado em Petrobrás de agosto de 1961, "*todas as obrigações líquidas, vencidas e não pagas, foram saldados. A Petrobrás está em dia com seus compromissos financeiros, tendo, inclusive, depositado no Banco do Brasil, com a finalidade de saldar compromissos em moeda estrangeira, as correspondentes somas em moeda nacional. É oportuno referir que as obrigações imediatamente exigíveis montavam a 2 bilhões e 648 milhões de cruzeiros*" (225).

Após 1961, a taxa de crescimento real do autofinanciamento voltou a cair. Em 1962, a queda real dos preços dos derivados ainda foi compensada em parte pelo grande aumento do consumo de derivados. Entre 1963 e 1965, porém, somaram-se os efeitos dos baixos reajustes dos preços dos derivados aos do pequeno crescimento (e mesmo queda, em 1965) do consumo de derivados.

Como se vê na tabela II.14, os recursos fiscais representaram em média 31,4% do total, para o período 1955-1960. O mais importante, até 1961, foi o imposto único. Apesar de a Petrobrás ter integralizado, em 1957, um capital de doze bi

(224) "Sob a Instrução 204 da SUMOC todas as importações na categoria "geral" dos leilões foram transferidas para o mercado de câmbio livre, levando a uma desvalorização do cruzeiro da ordem de 50%. Ao mesmo tempo, a taxa de custo de câmbio aplicada às remessas financeiras oficiais, trigo, papel de imprensa e produtos de petróleo cresceu de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 200,00 por dólar. Esta taxa preferencial foi finalmente abolida em junho de 1961 pela Instrução 208 da SUMOC". In Goodman, David Edwin - Industrialization and Economic Policy in Brazil in The Post-War Period, Tese de Doutorado, Berkeley, p. 170 (Grifo meu)

(225) Petrobrás, agosto de 1961, nº 186, p. 11

lhões de cruzeiros, sua participação foi prorrogada pela lei 2975 até 1961. Observe-se na tabela II.15 que os recursos da Petrobrás provenientes do imposto haviam caído em 1956 recuperando-se em 1957, embora a lei 2975 destinasse à Petrobrás apenas 15% da arrecadação. A maior parte da explicação para isso reside, provavelmente, no início da taxaçoão ad-valorem (226).

O imposto sobre a remessa de valores para o exterior foi extinto pela Lei nº 3244, de agosto de 1957, o que não alterou significativamente a arrecadação dos recursos atribuídos à Petrobrás pelo artigo 14 da lei 2004 (Cf. tabela II.15).

Quanto às contribuições dos proprietários de veículos, representaram, até 1957, a segunda fonte de recursos fiscais da Petrobrás. Apesar de considerá-las *"a rigor também um recurso fiscal"*, Reichstul incluiu-as no item *"capital de terceiros"*, como financiamentos obtidos no país. Provavelmente essas contribuições explicam boa parte das porcentagens elevadas na tabela para os financiamentos no país, para os anos 1955-1957. Já em 1960 essas contribuições atingiam um valor desprezível (cf. tabela II.17); a porcentagem de 10,8% do total

(226) Invoquemos aqui o testemunho de Roberto Campos:

"(...) gostaria de sublinhar que, apesar de sempre ter considerado a fórmula não-monopolista de Getúlio muito superior ao produto híbrido da UDN-PC (a lei nº 2004), coube-me bizarramente a tarefa de salvar a Petrobrás de impasses financeiros. Sem a revisão da Lei do Imposto único, em que trabalhei como secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento do governo Kubitschek, os recursos tributários da Petrobrás teriam minguado, pois que se baseavam numa taxa específica (e não ad-valorem), sujeita a rápida erosão inflacionária. Subseqüentemente, coube-me promover e defender, com desgaste político, várias desvalorizações cambiais, sem as quais novamente teriam minguado as receitas da Petrobrás, relacionadas à taxa cambial do produto importado", in Digesto Econômico, 37 (271), março/abril de 1980, p. 116.

Segundo Janary Nunes a manutenção do imposto único foi por ele obtida através de "dura luta" (entrevista). Não posso assegurar de que lado dessa luta estava Roberto Campos nesse momento.

de recursos apurada por Reichstul, portanto, deve-se a finan
ciamentos strictu sensu. Cabe aqui relembrar que 1960 foi um
ano de crise para a Petrobrás, e que ela pode ter se valido de
recursos do sistema financeiro em um momento de falta de li
quidez. Quase certamente foram empréstimos de curto prazo: ao
noticiar em outubro de 1967 um financiamento do BNDE de NCr\$.
35 milhões, para o Conjunto Petroquímico da Bahia (COPEB), a
revista Petrobrás destaca que *"essa é a primeira obra da Pe*
trobrás a receber recursos de organismo financeiro nacio
nal" (227).

A contribuição dos recursos fiscais sofreu uma pri
meira queda em 1958, com a virtual extinção das contribuições
de proprietários de veículos. Em 1961 ainda se registrou cre
scimento real, apesar da redução dos fundos providos pelo art.
14 (importos de importação e consumo). Mas a grande queda o
correu em 1962, com a redução da parcela devida ao imposto ú
nico. Como alerta Reichstul, é essa queda dos recursos fi
cais que explica em certa medida o aumento da parcela devida
ao autofinanciamento nesses anos, apesar do comportamento me
díocre do quantum e dos preços dos derivados.

A questão do financiamento externo merece ser tratada
à parte. Existem na bibliografia várias referências a di
ficuldades que a Petrobrás teria encontrado para a obtenção
de recursos externos. Carlos Lessa chega a relacionar tais di
ficuldades à política de nacionalização de equipamentos: *"as*
dificuldades com que se defrontou naquela época para a obten
ção de supplier's credits levaram-na a estimular toda uma cons
telação de fabricantes de equipamentos e componentes para a

(227) Petrobrás, 9 de outubro de 1967, nº

indústria do petróleo, hoje conspícuos integrantes da indústria nacional de bens de capital. Confab, Cobrasma, Conforja, etc. estão aí" (228).

A precariedade dos dados é aqui particularmente grave - à parte as estimativas de Reichstul (que não explicita a metodologia utilizada), a tabela elaborada a meu pedido pelo SEFIN (que utiliza uma metodologia primária), não há senão referências pontuais nas entrevistas e nos relatórios e publicações da Petrobrás.

Mesmo assim, impõem-se duas conclusões importantes: no período 1955-1965, os recursos de origem externa foram em geral de importância relativamente pequena, bem menor do que aquela que viriam a ter na segunda metade da década de sessenta. Na tabela de Reichstul, somente em 1964 a participação dos recursos externos ultrapassa a marca dos 10%. Na tabela do SEFIN, porém, isto ocorre para todo o período 1962-1965, com a participação dos recursos externos atingindo valores relativamente elevados.

A segunda conclusão, bastante importante do ponto de vista da questão dos equipamentos, é que inexistiu um boicote externo generalizado à Petrobrás. O que ocorreu, na realidade, pelo menos até 1961, foi que agências de crédito norte-americanas ou com predomínio norte americano se recusaram a fornecer crédito a empresas estatais do setor petróleo, como a Petrobrás e a PEMEX.

(228) Lessa, Carlos - A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976, Sonho e Fracasso, tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro para concurso de Professor Titular, 1978, p. 149.

Segundo um artigo de Rubem Braga publicado em Petrópolis em 1961, o bloqueio às estatais do petróleo era uma "questão de princípios" jamais formulada por escrito.

"A proibição de ajudar empresas estatais de petróleo era estritamente seguida, não só pelas agências de crédito oficiais do EUA como pelas organizações internacionais de que elas participam. Não era, porém, confessada com toda a clareza. Como exemplo podemos citar uma publicação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (World Bank): 'o banco sustenta rigidamente o princípio de não financiar projetos para os quais o capital privado seja disponível em termos razoáveis'.

"O Banco de Exportação e Importação, a Administração de Cooperação Internacional e o Fundo de Empréstimos para Desenvolvimento usavam uma linguagem idêntica. E falsa. Porque a verdade é que o próprio Eximbank fez empréstimos, por exemplo, à nossa Rede Ferroviária Federal que, além de ser estatal, não tinha dificuldade em conseguir financiamento em bancos particulares. Apenas se interessava pelos longos prazos e condições favoráveis dos financiamentos do banco oficial. A verdade é que a proibição só vigorava para as empresas

estatais de petróleo, como as do Chile, do México e do Brasil" (229).

A existência desse tipo de pressão é largamente confirmada por fontes diversas. Por exemplo, veja-se o seguinte trecho da entrevista concedida por Janary Nunes:

"Sempre houve grande interesse da indústria petrolífera internacional de participar dos programas da Petrobrás. Nós obtivemos a cooperação dos grandes grupos internacionais da época, grupo Rotschild, FINMECCANICA, ENI (...). Os Estados Unidos sempre foram contra, sendo que uma vez Foster Dulles veio ao Brasil com o programa de acabar com a Petrobrás e nós apresentamos a ele outro programa, que liberasse a indústria americana que estava interessada nos

(229) O artigo de Rubem Braga prossegue afirmando que "Segundo investigações feitas por um dos melhores articulistas norte-americanos - Richard Duman, correspondente Washington do "Post Dispatch" - a proibição remontava a decisões tomadas pelo Conselho Consultivo Nacional para Problemas Financeiros e Monetários Internacionais, na década dos 40. O Conselho acompanhou a linha geral traçada pelo Conselho Nacional de Petróleo dos Estados Unidos (lá não é, como aqui, um órgão de Governo, mas uma associação da indústria petrolífera)" que em documento apresentado em 1949 ao Secretário do Interior Julius A. Krug, doutrinava: "Os recursos de petróleo de um país são melhor desenvolvidos quando todos os que estão empenhados em operações de petróleo - sejam nacionais ou estrangeiros - concorrem em termos de igualdade. Tratamento favorável a um grupo à custa de outros, '...em qualquer fase da indústria do petróleo retardam seu desenvolvimento máximo e, a longo prazo, são contra o interesse nacional (...).

"Os Estados Unidos financiaram a construção de usinas hidrelétricas, siderúrgicas e muitas outras indústrias na América do Sul; mas na hora de fundar o Banco Interamericano cuidaram de armar um dispositivo que os livrasse de cooperar através desse Banco (40 por cento do capital são seus) com as empresas estatais de petróleo. Era só citar aquela cláusula e dizer: 'para a exploração de petróleo os capitais privados são abundantes; recorram a eles'. E tanto a Petrobrás como a PEMEX recorreram às vezes, mas em condições duras de prazos e juros". In Petrobrás, Julho de 1961, nº 185, pp. 10-11.

nossos programas, em financiar nossos projetos. A indústria de perfuração, sondas, brocas, queria vender. Nós tínhamos uma tradição de ligação com a indústria americana, a maior parte de nossos técnicos estudara lá, a experiência que eles tinham era com sondas americanas. Então para nós era fácil usá-las. Mas os Estados Unidos não financiavam. Recebíamos financiamento da Inglaterra, vendas de sondas, às vezes equipamentos americanos produzidos na Inglaterra. Enquanto outros países financiavam a 180 dias, os Estados Unidos queriam que o pagamento fosse feito para ser concedida a autorização de embarque" (230).

O artigo de Rubem Braga foi motivado pelo fato de que em fins de março de 1961, a administração Kennedy mudou a

(230) Janary Nunes, Entrevista, Rio de Janeiro, 1984.

A viagem de Dulles ao Brasil é mencionada em termos semelhantes no estudo de Smith:

"Enquanto a crise no Oriente Médio, em meados de 1958 fervia, insolúvel, a Argentina surpreendeu o mundo abrindo seus campos de petróleo à pesquisa e lavra por concessão. O Secretário de Estado John Foster Dulles, dos Estados Unidos esteve no Brasil logo depois que o Presidente Arturo Frondizi, da Argentina, anunciou a dramática alteração da política do petróleo. Dulles, sem dúvida pensando na Argentina, declarou em entrevista à imprensa, no Rio de Janeiro, que o governo dos Estados Unidos nem emprestaria dinheiro à Petrobrás nem garantiria os entendimentos destinados ao financiamento por fabricantes norte-americanos, uma vez que havia fundos privados disponíveis.

"A imprensa nacionalista, liderada pela Última Hora, denunciou que a visita de Dulles fora mais uma tentativa dos 'trustes', agindo por intermédio do Departamento de Estado, para derrubar a Petrobrás (...). Última Hora transcreveu também uma declaração infeliz da Hanson's Latin American Letter, de 2 de agosto: 'O Departamento de Estado prossegue em sua política de empurrar o Brasil contra a parede até que não tenha alternativa senão ceder, como fez a Argentina'. Smith, *op. cit.*, p. 134. (Sobre a pressão norte-americana ver também Tanzer, Michel - Os Trustes Petrolíferos e os Países Subdesenvolvidos) - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, pp. 328-329.

orientação do Eximbank, que passou a poder financiar empresas estatais do setor petróleo. Segundo o artigo,

"O que na realidade aconteceu foi que as empresas estatais de petróleo, desencantadas de qualquer ajuda de Washington, foram bater, com maior ou menor êxito, a outras portas. Vários países europeus encararam com simpatia a possibilidade de financiar a exportação, para o Brasil ou outros países, de equipamento para a indústria petrolífera. A Rússia começou também a fazer acenos. E dentro dos Estados Unidos aumentou a pressão, junto ao Governo, dos fabricantes de equipamento petrolífero. Eles argumentavam que a política estava andando errada: as empresas nacionalizadas estavam procurando alhures as facilidades que não encontravam nos Estados Unidos e acabariam por dispensar completamente o equipamento e a técnica norte-americana" (231)

Que os problemas continuaram, atesta-o uma nota publicada na revista Petróleo de abril de 1962: "O senador Wayne Morse continua se batendo para que os Estados Unidos concedam empréstimos à Petrobrás, menos pela necessidade de financiamento do que pelo que isso representa como respeito à decisão brasileira de manter o monopólio estatal" (232).

Na verdade, em fevereiro desse ano, os Estados Unidos haviam rompido o bloqueio, oferecendo-se para financiar

(231) Braga, op. cit., p. 11.

(232) Petróleo, abril de 1962, nº 10, p. 3.

uma usina-protótipo para industrialização do xisto; conforme os resultados, financiariam também a usina-comercial. Essa oferta isolada causou espécie aos nacionalistas (233). Em seu livro Imperialismo, Petróleo e Petrobrás, Francisco Mangabeira discute o episódio com certo detalhe. (234).

Mangabeira apresenta um interessante quadro da situação do crédito internacional da Petrobrás:

"Tive ocasião de conversar com o Sr. Lincoln Gordon, cujas maneiras simples e cuja cultura, própria de um professor de Harvard, deixaram-me pessoalmente impressionado. Falei-lhe, então do crédito da Petrobrás, cujas promissórias eram aceitas pelas maiores empresas internacionais, sem qualquer aval - de governo, do BNDE ou do Banco do Brasil - mesmo porque ela sempre se recusou a dar avalistas (grifo meu, AC) e sempre saldou rigorosamente os seus compromissos. Um empréstimo específico para o xisto, e com ostensiva fiscalização, era inviável. Na Europa, acentuei, tínhamos linhas de crédito. Por que (...) não faziam o mesmo os Estados Unidos,

(233) Cf. Smith, op. cit., pp. 155-156

(234) A Petrobrás recusou as condições impostas pelos Estados Unidos para a concessão do financiamento: "Não poderíamos aceitar um empréstimo com supervisão, ou com fiscalização estrangeira, ou com prévia entrega dos relatórios completos sobre o Petro-six [o processo elaborado pela Petrobrás] porque, como acentuamos, se a Petrobrás ainda se ressentia de deficiências em matéria de projeto de detalhes (engineering), tem orgulho de contar com engenheiros e químicos de alto gabarito para a construção ou operação de suas unidades. Eles elaboraram o processo Petro-six, não tendo sentido a supervisão da construção e a operação da usina, mantendo as reservas necessárias sobre o Petro-six". Cf. Mangabeira, Francisco - Imperialismo, Petróleo e Petrobrás, Rio de Janeiro, Zahar, p. 126

sobretudo através do EXIM-BANK? Grandes firmas americanas, mediante contratos de vulto, para projetos e para certas obras (como a IGE para a casa de força da REDUC), aceitavam o nosso pagamento a prazo. Nossas compras rotineiras, porém, eram de materiais e peças diversas, cuja soma era grande, mas em que cada uma delas não atingia normalmente importância de grande vulto, sendo feitas mediante tomadas de preços pelo nosso escritório de Nova York, vendidas frequentemente, por empresas industriais mé dias e mesmo pequenas, que continuavam se mantendo num mercado dominado pelas 'grandes', mas que não podiam oferecer crédito. E mesmo as 'grandes' só aceitavam pagamento a prazo para fornecimentos substanciais.

"Forçados a pagamentos na sua maioria à vista, e, dessa forma, sem crédito nosso país, éramos obrigados a transferir cada vez mais as nossas compras para áreas não americanas" (235).

Somados o artigo de Rubem Braga, a entrevista de Janary e o texto de Mangabeira, vemos configurar-se uma situação em que a Petrobrás dispunha, com folga, de supplier's credits europeus e mesmo americanos. O boicote resumia-se à atitude das agências financeiras supra-citadas. Discutirei em outro item a influência que esse fato pode ter exercido sobre a política de compras da Petrobrás.

Não encontrei qualquer referência nas publicações

(235) Mangabeira, op. cit., p. 129

da Petrobrás por mim pesquisadas ao boicote do governo norte-americano, antes do artigo de Rubem Braga. De 1955 a 1961, os textos enfatizam o acesso desimpedido da Petrobrás ao crédito externo. O discurso oficial da Petrobrás e de alguns funcionários públicos vinculados ou não a ela ilustra com perfeição o fio da navalha em que se manteve a Petrobrás durante o período: um equilíbrio difícil entre as exigências do nacionalismo radical e as críticas do "entreguismo" idem.

A primeira referência encontrada durante a pesquisa ao financiamento externo data de outubro de 1954. Consultor jurídico da Petrobrás, Carlos Medeiros da Silva declarou em reunião do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio que *"o capital estrangeiro está colaborando com a Petrobrás, mediante contratos considerados favoráveis à empresa. O equipamento para a fábrica de asfalto será todo ele adquirido no exterior e financiado por capital estrangeiro"*. Medeiros não deixou de esclarecer que *"a Petrobrás pode legalmente contratar toda ordem de atividades relativas a petróleo com firmas estrangeiras, menos ceder o monopólio"*. (236)

O esclarecimento era necessário. Ao menos, assim parece ao observador, quando este se dá conta da insistência com que a Petrobrás bateu tecla. Por exemplo, no relatório das atividades da companhia em 1954:

"Tem a Petrobrás contado, desde o seu início, com a mais ampla cooperação de origem estrangeira, em termos de suprimento de materiais e mão de obra especializada, assistência técnica e apoio financeiro através de contratos, crêdi

(236) Petrobrás, Novembro de 1954, nº 5, p. 1.

tos e financiamentos. Essa cooperação, que é, tradicionalmente e ininterrupta, desde a época em que os serviços se encontravam a cargo do Conselho Nacional do Petróleo, tem sido incrementada pela Petrobrás, com integral respeito aos ditames da Lei nº 2004.

"A propósito, cumpre esclarecer que a instalação do monopólio estatal não exclui, nem poderia excluir, a utilização, pela Petrobrás, de todos os meios colocados à sua disposição, qualquer que seja a sua procedência, desde que não impliquem em participação na propriedade ou na direção da indústria nacional do petróleo. Um dos pressupostos da Lei nº 2004 foi, justamente dotar a Petrobrás da flexibilidade indispensável a que tais recursos e meios, de modo a multiplicar, tanto quanto necessário, a sua capacidade de acelerar e expandir as suas atividades, e realizar, assim, integralmente, planos e programas que, no regime estrito de administração pública, poderiam parecer impraticáveis" (237) (grifo meu).

(237) Petrobrás, Relatório de Atividades de 1954, p. 33.

O relatório de 1955 (p. 8) praticamente repete o raciocínio, adicionando-lhe algumas informações:

"Os contratos celebrados com firmas estrangeiras, para prestação de serviços técnicos, nas pesquisas geofísicas, nas perfurações dos poços, nos projetos e operação das refinarias confirmam as possibilidades de ampla colaboração técnica por parte de firmas estrangeiras, dentro da orientação traçada pela lei 2004. A colaboração financeira com capitais estrangeiros, na forma de financiamento, já oferece exemplos nítidos de articulação proveitosa para o país, tais como na instalação da Fábrica de Fertilizantes e na da Fábrica de Asfalto, no contrato de Ampliação da Refinaria de Mataripe, na construção de um terminal marítimo em Santos, e outros. As inúmeras propostas de financiamento que têm afluído à administração da Companhia, para as operações mais diversas, fazem encarar com otimismo a sua posição de crédito no exterior" (grifo meu).

O interlocutor privilegiado da Petrobrás devia ser, nos trechos citados, a ala do nacionalismo que beirava a xenofobia, e que via qualquer relacionamento da Petrobrás com o estrangeiro com bastante apreensão (238).

Evidentemente, a estratégia de legitimação da Petrobrás não podia se restringir à manutenção do apoio nacionalista. Era necessário responder às pressões do outro pólo do quadro político. O acesso aos recursos externos era, neste sentido, uma lâmina brandida para os dois lados. Vejamos este trecho de Hélio Beltrão (239), publicado em outubro de 1955 e provavelmente o primeiro de uma série de declarações do atual presidente da Petrobrás em defesa do monopólio estatal:

"Acredito na Petrobrás porque, em curioso contraste com o ceticismo de uma parte da população nacional, o mundo inteiro acredita no seu êxito, dispensando-lhe o mais amplo crédito em moeda estrangeira e expandindo assim, ilimitadamente, o poder financeiro da companhia. Segundo acabo de confirmar em recente viagem à Europa, a indústria e os bancos europeus, que já estão financiando a expansão de Mataripe, estão prontos a financiar todas as refinarias que

(238) Acredito que uma pesquisa da imprensa nacionalista do período seria extremamente interessante para uma reconstituição do projeto nacionalista para a Petrobrás Não tendo feito essa pesquisa, que se afastaria demais do objeto deste trabalho, só posso fornecer algumas indicações do que seria tal projeto. Essas indicações são mais precisas no que se refere à partilhada indústria do petróleo entre capital privado e estatal, que discutirei mais à frente.

(239) Beltrão, Hélio -

"Por que acredito na Petrobrás", in Petrobrás, outubro de 1954, nº 52, p. 3.

Beltrão escreveu o "Plano de Organização dos Serviços Básicos da Petrobrás", e foi consultor da empresa até outubro de 1954.

a Petrobrás construir com material europeu. As condições não deverão ser inferiores às asseguradas para Mataripe, isto é, financiamento de 80% do respectivo custo, para pagamento em sete anos, no mínimo. Isso significa que nosso plano de construção de refinarias, admitidos todos os índices de expansão do atual consumo, poderá ser integralmente cumprido sem dispêndio substancial de cruzeiros ou divisas, uma vez que o financiamento será totalmente pago com o lucro das próprias refinarias". (Grifos meus).

Recomendo atenção para os trechos grifados. Demonstram que o apoio à indústria nacional, ao menos para Beltrão, não representava um argumento importante. Vale reparar, também, que o financiamento europeu é relacionado ao material para refinarias. Confirmando o depoimento de Janary, o texto prossegue falando do equipamento de perfurações:

"A indústria norte-americana, por sua vez, está fornecendo todos os equipamentos necessários aos trabalhos de sondagem, e as companhias fornecedoras de óleo estão financiando integralmente os dólares necessários à construção da usina de asfalto de Cubatão e de um porto para super-petroleiros em Santos. Para aquisição de petroleiros conta igualmente a Petrobrás com as melhores condições de crédito por parte dos estaleiros europeus e japoneses. As ofertas de financiamento externo, de todos os tipos, formuladas à Petrobrás já alcançaram várias centenas de milhões de dólares"

O parágrafo seguinte sintetiza a argumentação de Beltrão:

"Acredito na Petrobrás porque não está impedida de utilizar a melhor técnica estrangeira, a lugando-a e pagando-a como qualquer companhia privada".

Conformem-se os recalcitrantes: a Petrobrás é um empreendimento viável, e sua seriedade é avalizada pelo estrangeiro. Aquietem-se os nacionalistas: o monopólio se consolida recorrendo com sabedoria à colaboração alienígena, sem ferir uma só letra da legislação em vigor.

Com essa infundável seqüência de citações, penso ter explicado a contento o papel da idéia do livre acesso da Petrobrás ao crédito internacional no discurso oficial (ou oficioso, no caso de Beltrão) da empresa. O leitor irrequieto certamente se pergunta se, discurso à parte, este livre acesso era real.

A pergunta é pertinente e creio poder respondê-la afirmativamente. A precariedade dos dados não permite obter precisão. Mas as indicações apontam todas neste sentido. E estas indicações não são poucas. Estão disseminadas ao longo de anos de relatórios da Petrobrás (inclusive nos balanços) e da revista Petrobrás e em documentos como o Programa de Metas. Ou estamos diante de uma monumental e bem-sucedida "conspiração burocrática", para falsear os fatos, ou os fragmentos recolhidos de fato contam a verdade, ainda que imperfeitamente. Vejamos agora alguns desses fragmentos, um pouco menos vagos que as referências às "centenas de milhões de dólares" e à privilegiada posição de crédito no exterior da Petrobrás.

Em janeiro de 1956, na conferência realizada em Mi

nas Gerais citada no capítulo anterior (em que menciona a Associação "paulista" de indústria de base), o coronel Arthur Levy, já em término de sua gestão, apresenta o programa de investimentos da Petrobrás (240).

Segue a explicação do programa, dividido em dois grupos, produção e refino:

A produção "é executada com grande dispêndio em cruzeiros e em dólares americanos, quase tudo à vista ou pronto". Já o refino é executado "com grandes despesas em cruzeiros, muito pouca em dólares americanos, e conta com financiamentos europeus em grande escala, a prazo de 5 a 7 anos".

Um programa de 18 bilhões de cruzeiros, financiado pelo saldo das operações industriais (estimado em 10 bilhões), pelos recursos carreados pela lei 2004 (6 bilhões) e por recursos externos (2 bilhões, ou 50 milhões de dólares):

"A cobertura das despesas em moedas estrangeiras está garantida pelos financiamentos e pelo esquema cambial aprovado pela Superintendência da Moeda e do Crédito. Uma parcela de 50 milhões de dólares (US\$ 50 000 000), destinada à instalação de refinarias, indústrias petroquímicas e aquisição de navios petroleiros, deverá ser atendida por financiamentos do exterior, selecionados entre as muitas ofertas que temos em nosso poder e que ultrapassam de muito aquele total".

Seriam necessários mais de 160 milhões de dólares,

(240) "Nenhuma outra solução", diz ele, "colocaria o País em uma situação de poder de troca ou resistência como a que apresentamos neste instante" (Grifo meu). Cf. Petrobrás Jan. de 1956, nº 61, p. 9.

que deveriam ser supridos pelo esquema cambial.

"Os recursos em divisas não são empregados indiscriminadamente. Estamos usando o critério de moeda escassa para a seleção de áreas de aquisição de equipamentos e dos serviços. Geralmente reservamos a moeda americana, a mais escassa, para os contratos de serviço com pessoas e firmas especializadas, em projetos de empreendimentos (só a parte do processo), na operação de refinarias, na produção e na exploração dos campos de petróleo; as aquisições de material de exploração e perfuração com exceção de cabos de aço e tubos de revestimento com hastes; as aquisições de outros materiais que não podem ser adquiridos em outras áreas. As demais moedas são empregadas para as aquisições dos equipamentos destinados às indústrias da Empresa, e sua distribuição é muito influenciada pelos tratados internacionais de intercâmbio assinados pelo Brasil" (241).

Em resumo: tecnologia e material para perfuração, importa-se dos Estados Unidos, paga-se (naturalmente) em dólar, à vista. Este seria o único senão encontrado pela Petrobrás em seu relacionamento com os fornecedores estrangeiros (o que é coerente com outros depoimentos citados anteriormente). Para Arthur Levy, contudo, nem chega a ser um problema: bastaria lan

(241) Ib., pp. 9-10.

A revista Mensagem Econômica, da Associação Comercial de Minas, publicou um debate realizado após uma conferência de Plínio Cantanhede: Eis uma das questões:

"Aparteante: As sondas são compradas nos Estados Unidos, conforme a explicação do Dr. Plínio Cantanhede. Perguntaria se podia comprar de outros países.

Conferencista: Temos vendedores, nunca foi necessário correr atrás de outros vendedores. O mercado para isso são os Estados Unidos; é onde a técnica é mais avançada e ninguém poderá conseguir fabricar esse material do tipo dos Estados Unidos. 26 Sondas que possuímos hoje são todas americanas. Buscar outra fonte, outro tipo de sonda, seria complicar o nosso almo xarifado. Eu, pessoalmente, não aconselho tal medida". In Mensagem Econômica, Ano IV, Fev. de 1956, nº 38, p. 35

çar mão dos dólares do esquema cambial, à razão de US\$ 32 milhões por ano. Equipamentos industriais e navios, importam-se de outros países, com financiamentos.

Como é de bom alvitre confiar desconfiando, mesmo quando as evidências se somam em bom número, realizei um exercício não muito rigoroso em torno ao esquema cambial. A primeira coluna da tabela II.22 corresponde aos 80% da liberação de divisas proporcionada pela indústria do petróleo, que deveriam ser colocados à disposição da Petrobrás. Como vimos, essa soma não seria inferior a 3% nem superior a 5% da receita cambial proveniente das exportações brasileiras.

Observando-se a tabela (II.22), vê-se que a liberação de divisas logo ultrapassa o limite de 5%. Porém, as importações da Petrobrás estão sempre abaixo desse limite. A depender do respeito ao esquema, o programa de Levy, que implicava gastos anuais de 32 milhões de dólares, poderia ser concretizado sem problemas.

Chegamos com isso ao limite deste exercício. Ignoro a presteza com que esses recursos foram, se é que sempre o foram, colocados à disposição da Petrobrás (242). Como veremos mais adiante, houve várias denúncias de uma morosidade proposital da SUMOC em conceder as divisas necessárias. Em todo caso, em face destas informações, não é muito plausível que o esforço de nacionalização de equipamentos tenha se originado de uma escassez de supplier's credits. Ademais, chamo atenção

(242) Segundo Zobarán, o esquema cambial nunca funcionou, devido à crise cambial (entrevista realizada em 1985). Não obtive informações mais rigorosas sobre esse ponto, até mesmo sobre o período em que vigorou, ainda que apenas como letra morta.

para o fato de que a nacionalização durante o período 1953-1965 teve lugar exatamente no setor de refinação, petroquímica e transporte, cujos equipamentos encontravam financiamento farto na Europa. Não há registros de um esforço de nacionalização semelhante no setor de exploração e produção.

Encontrei referências a financiamentos estrangeiros para as obras da usina de asfalto e da Fábrica de Fertilizantes de Cubatão, de ampliação de Mataripe e de construção da REDUC. Sobre o financiamento para a usina de asfalto, não tenho senão o trecho citado na página 145, segundo o qual este financiamento proveio de "companhias fornecedoras de óleo".

A construção da Fábrica de Fertilizantes foi acordada em setembro de 1952, quando se firmou um contrato multilateral reunindo Foster Wheeler Corporation, Banque de Paris et des Pays Bas e Batignolles-Chatillon (que assinou também por Babcock & Wilcox e L'Air Liquide). Também não é muito.

Há maior abundância de dados no que se refere à ampliação de Mataripe. A fonte é o programa de Metas; o texto refere-se ao programa quinquenal da Petrobrás:

"Os investimentos em divisas serão parcialmente financiados por entidades estrangeiras, de modo que os desembolsos previstos no período serão aproximadamente de Cr\$... 9 042 milhões e a parcela em dólares desembolsada até 1961, de cerca de US\$ 46 milhões.

"Até o momento já foram contratados financiamentos com um grupo de empresas lideradas pela Batignolles-Chatillon, bem como com duas empresas petrolíferas americanas,

no valor global de US\$ 22 milhões, encontrando-se em fase de estudo a proposta de um grupo de empresas americanas para o financiamento adicional de US\$ 10 milhões.

"O financiamento da Batignolles-Chatillon, no valor de US\$ 18 milhões, contratado em maio de 1955, foi concedido para a aquisição de equipamento destinado à ampliação da Refinaria de Mataripe, com prazo de oito anos, sendo que a amortização de 80% do montante utilizado deverá ser efetuada no período de dezembro de 1959 a julho de 1963".

Por incrível que pareça, ou pudesse parecer a um atento observador da época, aí estão mais uma vez financiamentos concedidos pelos "trustes" norte-americanos:

"O financiamento concedido pela Texas Petroleum Company, no valor de US\$ 6 milhões, do mesmo modo que o concedido pela California Transport Corporation, no valor de US\$ 5 milhões, e o financiamento de US\$ 10 milhões proposto por um grupo de empresas americanas, destinam-se à aquisição de equipamentos para a Refinaria do Rio de Janeiro. A amortização dos dois financiamentos já contratados, no valor de US\$ 11 milhões, deverã ser feita no período de 5 anos após o início de operações da refinaria.

"Prevê-se, ainda, a negociação de financiamentos com empresas estrangeiras, no valor de US\$ 20 milhões, destinados a cobrir em

em parte os investimentos em moeda estrangeira necessários à ampliação da Refinaria Presidente Bernardes e à construção da nova refinaria a ser instalada na região central do país" (243) (Grifo meu).

Segundo uma estimativa publicada em Petrobrás em fevereiro de 1958, a REDUC precisaria de vinte e sete milhões de dólares (244). Em setembro, a revista deu conta dos entendimentos firmados com FINMECCANICA e ENI para a importação de equipamentos; afirmou-se ainda, que a Petrobrás estudava propostas de fornecimentos "também mediante financiamentos" dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Suíça e Japão, totalizando mais de 300 milhões de dólares (245).

Alguns números adiante, foi publicada uma palestra de Beltrão no Clube Militar. A tônica era a mesma. Para a exploração, a Petrobrás dispunha de todo capital necessário. Quanto às outras fases da indústria do petróleo, "aí mesmo é que não falta dinheiro. Primeiro, porque a Petrobrás está dando lucros. Segundo, porque o crédito é abundante no exterior para essas fases. Não há problemas para a Petrobrás expandir os seus programas de refinação e transporte. É mesmo importante referir que os fornecedores da indústria mundial de equipamentos competem arduamente para conseguir a preferência da Petrobrás para vendas a crédito. A Petrobrás pode comprar a prazo praticamente tudo de que precisa" (246).

(243) Conselho de Desenvolvimento - Programa de Metas, Rio de Janeiro, 1958, p. 94.

(244) Petrobrás, fevereiro de 1958, nº 109.

(245) Petrobrás, setembro de 1958, nº 124, p. 15.

(246) Petrobrás, novembro de 1958, nº 127, p. 14.

A transcrição prossegue no número seguinte da revis
ta:

"Outra coisa que vem sendo apresentada como grande novidade, e que também se vem incluindo no célebre bilhão de dólares de capital estrangeiro, é a compra, a prazo, de 150 milhões de equipamentos. Ora, isto, na Petrobrás, é coisa velha. Há muito tempo vem ela realizando compras desse tipo, a ponto de hoje, poder padronizar as ofertas de financiamento que, com esse objetivo, recebe do mundo inteiro, para poder distribuir as cotações de preços onde ela bem entende, de maneira a obter os melhores preços internacionais, dentro das mesmas condições gerais de financiamento. Por exemplo, agora, para a Refinaria do Rio de Janeiro, nós estamos colhendo preços na Itália, Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. Isto porque descobrimos há muito tempo que essas ofertas de crédito constituem numa espécie de 'crédiário'. Não são favor. E quando eu abro um crediário em determinada casa, quem deve ficar mais satisfeito é o dono da casa, e não eu, que assumo obrigação de consumir o crédito exclusivamente naquela casa (...).

"Em viagem que realizei recentemente, pude verificar, mais uma vez, o grande interesse que existe, por parte dos fornecedores de equipamento em todo o mundo, em vender à Petrobrás à prazo, abrindo-lhe créditos ilimi

tados com esse objetivo. É nessa base que a Petrobrás adquiriu no ano passado, e está adquirindo no presente, os seus equipamentos e instalações industriais na Europa, onde todos os governos cuidam de manter o seu nível de exportação, através do financiamento oficial ao exportador" (247).

Para concluir: não me parece plausível que, no intuito de constituir a imagem de uma empresa "respeitável", a Petrobrás tenha exagerado significativamente a disponibilidade de financiamento internacional para suas compras de equipamentos. Provavelmente, o fato de a empresa ter recorrido relativamente pouco a esse tipo de financiamento - ainda que os dados disponíveis não permitam uma avaliação mais precisa - se deve a uma certa opção pela compra de equipamentos no Brasil, cujos motivos discutirei no terceiro capítulo.

II.2.3. - Ainda a Partilha: Petroquímica, Importação, Distribuição e Refino

a - Petroquímica

Segundo Leopoldo Miguez de Mello, funcionário da Petrobrás e um dos nomes mais importantes da história da petroquímica brasileira, esta indústria "teve seu início, no Brasil, em 1952/1953, com uma série de decisões relativas a empreendimentos do maior significado: amônio, nitrato de amônio e nitrocálcio, através do Conselho Nacional de Petróleo; estireno, polietileno de alta e baixa pressão, metanol e negro de

(247) Petrobrás, novembro de 1958, nº 128, p. 10.

fumo, de iniciativa privada; Cia. Brasileira de Estireno, Union Carbide, Elclor, Alba e Copebrás, respectivamente" (248)

"A história negra das origens da petroquímica brasileira", nas palavras do Marechal Poppe de Figueiredo (249), começou em meados de 1953:

"(...) o Conselho Nacional do Petróleo, por intermédio de sua Comissão Especial de Indústria Petroquímica (ainda não existia a Petrobrás), fez publicar edital convocando as empresas do ramo a manifestarem seu interesse no aproveitamento dos gases resi

(248) "Palestra feita pelo Dr. Leopoldo Miguez de Mello, Diretor da Petrobrás, na aula inaugural do 'Curso de Análise de Projetos de Investimentos na Indústria Petroquímica'" em 10 de abril de 1973, p.1.

Segundo ele, "o risco assumido por esse grupo pioneiro foi realmente considerável, pois todos esses empreendimentos se basearam nos afluentes da primeira refinaria brasileira de grande porte, a de Cubatão, que ainda se encontrava em construção.

(249) Poppe de Figueiredo, M. - Brasil - Um Gigante que Desperitou, Rio de Janeiro, Símbolo, 1972.

Poppe de Figueiredo foi um dos redatores do relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (Cf. Lafer, op. cit., p.54) e presidiu o CNP de setembro de 1956 a maio de 1958.

duais das refinarias de Cubatão e Mataripe. Nasceu daí a Resolução 3-54 do Conselho, autorizando a CEIP a convocar os autorizados e com eles negociar contratos de suprimento de gases residuais". Quais os fatores determinantes desse primeiro movimento de demarcação das vastas (e férteis) terras da petroquímica? Segundo o próprio texto da Resolução 3-54,

"Dada a grande diversificação que caracteriza a indústria petroquímica, reconhece, ou trossim, que a implantação dessa indústria deve caber, quanto possível, à iniciativa particular" (250).

Atenderam à convocação quatro empresas dispostas a fabricar o etileno (ou eteno), "produto básico da indústria petroquímica": Trol, Union Carbide, Koppers e Cia. Eletro-Cloro.

O passo seguinte foi dado pela própria Petrobrás. Segundo o Marechal, a empresa estatal julgou "altamente prejudicial, dos pontos de vista técnico e econômico, a instalação de quatro fábricas para a produção de etileno, utilizando os gases residuais da mesma refinaria (...). Em consequência, su

(250) Cf. Conselho Nacional de Petróleo, Assessoria de Relações Públicas - Resoluções do CNP, Brasília, 1976, p.14. Só encontrei outra referência ao tema, em um texto editado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo:

"Havia nessa época {abril de 1954}, por parte de setores oficiais; a preocupação de proteger o Governo dos desgastes da implantação de um tipo de indústria altamente diversificada em sua tecnologia, assim como exigindo conhecimento de comercialização, para os quais os técnicos brasileiros não tinham a devida experiência". IBP - A Indústria Petroquímica Brasileira, 1983, p. 37.

geriu aos interessados que se organizassem em uma única empresa, com o que desapareceriam os inconvenientes apontados"⁽²⁵¹⁾. Como a proposta não foi implementada, "em vista dos impasses surgidos e da alta rentabilidade do empreendimento, a Petrobrás decidiu mui justamente assumir ela própria os encargos do aproveitamento dos gases residuais de Cubatão, instalando a fábrica de etileno, cuja produção seria distribuída às quatro empresas interessadas, na proporção solicitada. A seguir a Petrobrás firmou contratos de suprimento de etileno com a Union Carbide e a Cia. Brasileira de Estireno, subsidiária da Koppers. Trol S.A. não compareceu para contratar quota, que ficou em aberto" (252).

A partir disso, segundo Poppe de Figueiredo, a Trol, que organizara a Petrosil - Indústria Petroquímica Brasileira, encetou uma longa guerra contra a presença da Petrobrás na fabricação de eteno. Infelizmente, o livro do marechal é o único texto localizado em minha pesquisa a tratar desse assunto. Mesmo assim, creio ser interessante resumir-lhe o relato.

A Trol protestou contra a solução da Petrobrás e, segundo o marechal, reivindicou a anulação dos contratos de fornecimento de eteno. Pouco depois, em novembro de 1956, "o Presidente Juscelino Kubitschek envia ao CNP requerimento que fizera Petrosil S.A., propondo-se a investir 30 milhões de

(251) Poppe de Figueiredo, *op. cit.*, pp. 241-242

(252) *Ib.*, p. 242 - Em julho de 1955, a revista Petrobrás menciona que "com a assinatura desse contrato pode-se considerar como iniciada, sob os melhores auspícios, a indústria petroquímica no Brasil". Petrobrás, novembro de 1955, nº 40, p. 2.

dólarês em um conjunto petroquímico" (253).

Colocando em dúvida o "caráter verdadeiramente nacional" da empresa, o CNP propôs em dezembro de 1956 o indeferimento da proposta, "uma vez que a requerente pretendia para si a exclusividade do aproveitamento dos gases residuais da refinaria" (m) (Grifo meu).

Pouco depois, em janeiro de 1957, o CNP baixou uma importante resolução sobre a indústria petroquímica. Tratava-se, creio, de reconhecer e circunscrever com maior precisão o problema da partilha da petroquímica entre Estado e capital privado. Assim, a primeira preocupação foi diferenciar claramente o refino da petroquímica. Esta ficou definida como "o ramo da indústria química que tem origem no aproveitamento do gás natural, e dos produtos e subprodutos da refinação do petróleo". Em seguida, discriminaram-se as "matérias-primas básicas da indústria petroquímica" e os "produtos essenciais"

(253) No requerimento citado pelo Marechal (p. 244), a Petrobrás declara que:

"3 - Para que possam os vultosos capitais a serem investidos, encontrar a segurança que o próprio interesse nacional recomenda, tem a signatária como escopo principal adquirir os gases residuais da Refinaria Arthur Bernardes, de Cubatão, pelo preço que a Petrobrás vier a fixar. Firmado que seja o respectivo contrato, passará a signatária a cumprir o seguinte programa de realizações, dentro dos prazos adiante fixados:

- 1) fábrica de eteno, em 15 meses;
- 2) fábrica de estireno, em 15 meses;
- 3) fábrica de polietileno, em 15 meses;
- 4) fábrica de butadieno, em 36 meses;
- 5) fábrica de benzeno, em 30 meses;
- 6) fábrica de buna (borracha sintética), em 36 meses".

(235) Ib., p. 245.

do setor" (254).

Uma vez delimitado o terreno, a Resolução afirma ser prerrogativa do CNP "... autorizar a instalação no País das indústrias que se destinem à produção das matérias-primas básicas e produtos essenciais da indústria petroquímica, bem como autorizar a ampliação das já existentes".

O artigo seguinte admite a participação da Petrobrás em

"(...) atividade industrial e comercial no setor da petroquímica, respeitada a conveniência econômica da Empresa:

a) para garantir a produção de matérias-primas básicas e de produtos essenciais da indústria petroquímica, quando as empresas de capitais privados não revelarem interesse nessa produção;

b) para evitar o monopólio, sob qualquer forma, por parte de interesses privados, dos suprimentos dessas matérias-

(254) "§1º - Constituem produtos e subprodutos da refinação do petróleo sujeitos ao monopólio de produção pela União na forma da Lei 2004, de 3 de outubro de 1953: gás liquefeito (GLP), gasolina, querosene, óleo combustível para motores de combustão interna (diesel oil), gasóleo, óleo para lamparina (signal oil), óleo combustível (fuel oil), óleo lubrificante e asfalto.

"§2º - Consideram-se matérias-primas básicas da indústria petroquímica:

a) hidrocarbonetos alifásicos:

saturados: metano, etano, propano e butanos;

não saturados: eteno, propeno, butenos e acetileno;

b) hidrocarbonetos aromáticos: benzeno, tolueno e xilenos;

c) misturas de hidrogênio e monóxido de carbono: gás de síntese.

"§3º - Consideram-se produtos essenciais da indústria petroquímica:

a) metanol (álcool metílico);

b) amônio;

c) ácido nítrico;

d) chumbo tetraetila;

e) butadieno;

f) estireno;

g) borracha sintética".

Conselho Nacional do Petróleo, Resolução nº 1-57, apud Poppe de Figueiredo, pp. 245-248.

primas básicas e produtos essenciais da indústria petroquímica;

c) para estimular o desenvolvimento adequado da indústria petroquímica no País" (254).

Como se vê, a Resolução não resolvia o problema, mas pelo menos regulamentava o conflito em torno à petroquímica, retirando parcialmente dessa indústria a condição de "terra de ninguém" em que se encontrava. Algo como uma declaração de princípios quanto à legitimidade da presença da Petrobrás na petroquímica, agora delimitada com clareza. Sem entrar em maiores detalhes, o texto do IBP interpreta a decisão do CNP como resultante da preocupação "com a situação que vinha dificultando a implantação da indústria petroquímica" (255). Daí, segundo o texto, a concessão à Petrobrás, em 1958, para a fabricação de borracha sintética.

Em minha pesquisa não encontrei vestígios dessas dificuldades, além das reivindicações da Trol. Em 1957 Cubatão já produzia aromáticos e eteno. Além disso, várias empresas, (na maioria estrangeiras) concluía ou estavam por concluir suas instalações, constituindo em torno da RPBC o que Jean-Marie Martin denomina "primeiro complexo petroquímico brasileiro" (256).

(255) IBP, op. cit., p. 37

(256) Cf. Martin, op. cit., p. 263

O texto do IBP fornece uma lista das empresas que entram no setor entre 1957 e 1960 (p.38):

- Alba - Adesivos e Laticínios Brasil América (Borden) - metanol, 1957
- Companhia Brasileira de Estireno (Koppers Firestone-Hull) - estireno, 1957
- Companhia Petroquímica Brasileira (Columbia Carbon-Celanese) - negro de fumo, 1958.
- Union Carbide - polietileno, 1958.
- Petroclor (Solvay) - polietileno, 1959.
- Cia. Química da Rhodia Brasileira (Rhone Poulenc) - acetona, 1959
- Indústria Brasileira de Enxofre (Refinaria União) - 1960.

Em maio de 1958, onze empresas haviam pedido e obtido registro no Conselho com base na Resolução 1.57 (inclusive a Petrobrás, para a produção de propeno, que começou, também em Cubatão, em 1959).

Nesse intervalo, a Trol voltara a carga mais de uma vez. Em fevereiro de 1958, solicitara ao CNP a transferência para si da fábrica de eteno da Petrobrás, reservando, desta vez, à Petrobrás, o direito de exigir que Petrosil "*the assure o fornecimento desse produto no montante prometido por ela, Petrobrás S.A. a terceiros, na forma dos contratos assinados*" (257). De resto, a Petrosil reiterava basicamente o programa de investimentos pleiteado anteriormente.

O Memorial da Trol foi afinal indeferido em abril de 1958, quando o CNP apoiou por unanimidade o voto do relator, o então coronel Ernesto Geisel.

Em face desse memorial, o CNP solicitara um pronunciamento da Petrobrás, que se declarou contrária às pretensões da Trol, levantando, no item, "*idoneidade financeira e técnica*", a oscilação do "*Grupo Petrosil-Bakol-Trol*", que se teria apresentado à Petrobrás ou ao CNP como parte de esquemas muito diferentes: associado à Union Carbide, em março de 1954; à Chemische Werke Huls, em maio; à Koppers e Eletro-Cloro, em outubro; à Koppers e Huls em novembro (258).

Não encontrei, infelizmente, outras fontes que pudesse contrapor ao depoimento de Poppe de Figueiredo. A citação abundante de documentos - oficiais e da Petrosil - não garante a "veracidade" (até onde isso existe) do relato. Afinal,

(257) Memorial da Petrosil, citado por Poppe de Figueiredo, *op. cit.*, p. 257

(258) Citado por Poppe de Figueiredo, *op. cit.*, p. 261

trata-se de documentos em sua maioria inacessíveis ao pesquisador. Uma consulta circunstanciada aos jornais da época talvez agregasse alguns dados importantes.

Que os nacionalistas acompanhavam o problema, vendo com bastante apreensão os rumos definidos para a indústria petroquímica, é bastante evidente. Em 1958, por exemplo, a Revista Brasiliense publicou uma entrevista com o engenheiro Manuel Siqueira Cavalcanti, supervisor técnico da refinaria de Cubatão até setembro de 1955 e que teria sido afastado por apontar " 'erros' dos planos da firma de engenharia Mac Kee e dos planos de operação da Hidrocarbon" como causa de um incêndio numa das torres da refinaria. O CNP e a Petrobrás são acusados pelo engenheiro de seguir "uma política contrária aos seus próprios interesses e aos interesses do País. Haja vista em primeiro lugar o fato de haver a indústria petroquímica sido colocada fora do monopólio estatal pela resolução nº 1 de 30 de janeiro de 1957. Aliás é uma resolução ilegal pois fere o texto da Lei 2004 de 30 de outubro de 1953, que criou a Petrobrás (sic).

"Em qualquer indústria as grandes possibilidades de lucro residem não na produção da matéria-prima, mas na sua industrialização (...). Não é com sua extração {do petróleo} , com todos os riscos que ela envolve, que residem os grandes lucros do negócio, mas no seu refino e no comércio dos produtos refinados" (259).

Idéias semelhantes são encontradas num dos Estudos nacionalistas de Osny Duarte Pereira, publicado originalmen

[259] "O 'Entreguismo' na Petrobrás - Conversa com o Eng. Manuel Siqueira Cavalcanti" - in Revista Brasiliense, julho/agosto de 1958, nº 18, p. 27.

te em julho de 1959. Segundo ele, "os trustes apoderaram-se da petroquímica de Cubatão": "Se a Petrobrás mantivesse sob seu exclusivo domínio a petroquímica resultante da Refinaria de Cubatão, os trustes iriam perder o controle que exercem sobre centenas de fábricas de artigos plásticos e de artefatos de borracha e sobre o próprio sistema de transportes aéreos e rodoviários de todo o país através dos pneus (...). Em 1954, principiaram os trustes a plantar-se em torno de Cubatão, como parasitas na copa de uma laranjeira" (260). Duarte Pereira refere-se aqui ao que Martin denomina a "terceira vaga de indústrias" induzida por Cubatão, indústrias em geral nacionais e de dimensões inferiores às dos fornecedores (261). Do fornecimento ao controle há, certamente, uma passo bastante largo, especialmente se nos referimos ao controle do sistema de transportes...

Em maio de 1958, na última reunião do CNP presidida por Poppe de Figueiredo, aprovaram-se duas exposições de moti

(260) Duarte Pereira prossegue afirmando que "tanto no governo do Café Filho como no do Sr. Juscelino, os diretores da Petrobrás realizaram alguns atos de defesa desses produtos, porém, pressionados por poderosos elementos entreguistas da SUMOC, no Banco do Brasil, no Conselho Nacional do Petróleo, a verdade é que agiram impatrioticamente na Refinaria de Cubatão (...). Equipamento que a Petrobrás poderia ter adquirido e constituir, hoje, uma fonte prodigiosa de receita, funciona como válvula de sucção, para enviar lucros para o estrangeiro e, assim, já pagamos várias vezes esse mesmo equipamento e continuaremos pagando, do mesmo modo como os povos vencidos pagavam tributos a Roma ou Cartago (...). Esta dilapidação e este entreguismo sordido e revoltante acabaram por despertar protestos do povo, das Forças Armadas e de alguns deputados nacionalistas. Graças a isto, conseguiu o povo brasileiro salvar a fábrica de fertilizantes nitrogenados (...). Lá estão ambas as fábricas de eteno e de fertilizantes a destruir 'slogan' dos trustes de que o Estado é péssimo industrial". In "A Borracha Sintética, os Trustes e a Petrobrás", in Duarte Pereira, Osny-Estudos Nacionalistas, São Paulo, Fulgor, pp. 350.352, Cf. também, no mesmo livro, "Política Nacional da Borracha", Conferência no ISEB, p. 96".

(261) Martin, op. cit., p. 263.

vos. Uma delas fazia um retrospecto da política petroquímica e dos resultados até então obtidos, concluindo pelo indeferimento do memorial da Petrosil. A outra recomendava atribuir a implantação da indústria de borracha sintética à Petrobrás (262).

Este ponto merece ser visto com algum detalhe..

Em 1955, o Conselho Nacional de Economia sugeriu em sua Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil " a criação de condições favoráveis à instalação de uma fábrica de borracha sintética em nosso país" (263). Já nessa época aventou o Conselho a partilha da indústria entre Estado e capital privado:

"Conhece o Conselho Nacional de Economia a dificuldade de se interessarem os capitais privados na produção do butadieno, já que o processo industrial para sua obtenção constitui praticamente uma sub-instalação das refinarias de petróleo. A sua produção em unidade independente importaria em investimentos bem mais elevados, em comparação com aquelas necessárias para a produção nas re

(262) As Exposições de Motivos de nº 2461 e 2468 estão parcialmente reproduzidas em Poppe de Figueiredo, op. cit., pp. 266-273.

(263) Schiffino, Rinaldo - Borracha Sintética, Rio de Janeiro, Petrobrás, 1959, p. 10.

Schiffino era em 1959 o chefe da Assistência de Indústrias Petroquímicas da Petrobrás (cf. Petrobrás, fevereiro de 1959, nº 133). Segundo ele,

"A indústria de borracha sintética resultou, em grande parte da escassez de borracha natural, verificada no Ocidente durante a última guerra.

"A interrupção dos suprimentos do Extremo Oriente fez com que o Governo norte-americano instituisse um vasto programa de desenvolvimento do produto sintético, visando à criação de uma indústria para a substituição da borracha natural" (p. 10).

finarias, nas quais, conseqüentemente, os custos do produto seriam também inferiores em face da redução dos dispêndios fixos e gerais para ambos os empreendimentos. Assim, em virtude das maiores refinarias estarem sujeitas ao monopólio estatal, caberia à Petrobrás iniciar a produção, constituindo alta prioridade na sua escala de investimentos. A copolimerização deve ser reservada à iniciativa particular, mediante adequadas medidas que facilitem e estimulem esse investimento" (264).

A proposta do CNE foi ativada pela Petrobrás no Governo Kubitschek, modificando-se o projeto da refinaria Duque de Caxias no sentido de capacitá-la a fornecer matérias-primas à indústria de borracha sintética. Ao que parece, a solução não satisfazia a empresa estatal, que pretendia obter o controle sobre todo o processo (265).

Em fevereiro de 1958, o CNP aprovou as recomendações de um parecer elaborado pelo então coronel Ernesto Gei

(264) Conselho Nacional de Economia - Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil, 1955, apud Schiffino, op. cit., p. 16.

(265) Chamados a colaborar num sub-grupo de um grupo de trabalho criado no Conselho do Desenvolvimento, "os representantes da PETROBRÁS puderam verificar que o interesse manifestado pelas indústrias que se dirigiram àquele Conselho, cingia-se, apenas, à fase final do processo de fabricação de borracha, ou seja, a copolimerização dos monômeros butadieno e estireno. Para isso, no entanto, seria necessário que a PETROBRÁS se aparelhasse, com dispêndios vultosos, superiores aos dos próprios interessados, para poder fornecer-lhes as matérias-primas de que necessitavam.

"Esse esquema apresentava vários aspectos negativos: Primeiro, à PETROBRÁS caberia o maior investimento e nenhuma participação; e segundo, não se instalaria uma fábrica integrada pois algumas matérias-primas (benzeno e butadieno) seriam fabricadas no Rio, e o estireno e o copolímero em São Paulo". In Schiffino, op. cit., p. 17.

sel (representante do Ministério da Guerra no Conselho). Segundo a quarta recomendação, a Petrobrás deveria dar "início imediato ao preparo do projeto detalhado e à construção da fábrica de borracha sintética, a fim de que esta entrasse em funcionamento ao mesmo tempo que a Refinaria Duque de Caxias"⁽²⁶⁶⁾.

Em março, o CNP convocou os interessados na instalação e exploração da indústria a apresentar propostas, que deveriam atender a certas exigências:

"É preciso que se destaque que o Conselho Nacional do Petróleo, pelo edital de 6 de março de 1958 (...) estabeleceu certas condições quanto ao seu grau de nacionalização do capital social, à não-utilização de créditos governamentais e de cobertura até o pleno funcionamento das unidades, à não formação de estruturas monopolísticas e à máxima diluição do dispêndio total de divisas. Atendidas plenamente essas condições, seria atribuída à iniciativa particular a responsabilidade de implantar a indústria de borracha sintética em nosso país" ⁽²⁶⁷⁾.

Simultaneamente, contudo, o CNP solicitou à Petrobrás "um relatório circunstanciado sobre a exequibilidade da instalação, integralmente pela Petrobrás", da referida indústria

(266) Ib., p. 21.

(267) Ib., p. 26. Segundo O Observador Econômico e Financeiro, o projeto "terá de ser levado em efeito sem crédito governamental e sem cobertura cambial na fase de montagem da indústria até seu pleno funcionamento. Daí por diante, a fábrica terá de assegurar o máximo de diluição de dispêndio de cambiais. Estabelecem ainda as condições que os grupos progressistas deverão necessariamente ter maioria comprovada de capitais nacionais". Ano XXIII, abril de 1958, nº 266.

tria (268). Estabelecendo as condições acima relatadas, creio, o CNP partia já de um pressuposto: a opção era a Petrobrás. Me ses depois, o Conselho aprovava, mais uma vez, um parecer de Ernesto Geisel. Em maio sobreveio o desfecho não muito surpre endente.

O parecer de Geisel, em parte transcrito na Exposi ção de Motivos, enumera uma série de vantagens da Petrobrás em relação às concorrentes privadas: o estado avançado do proje to da Petrobrás, a necessidade de entrosamento entre as opera ções da REDUC e da FAVOR, o caráter monopolista da indústria de borracha sintética projetada. (Mas já não se sabia isso tu do anteriormente?) Esgrime, além disso, alguns argumentos à Horta Barbosa - com a mesma desconfiança para com a iniciati va privada que caracterizava o general:

"e) - a indústria de borracha sintética go zará de alta rentabilidade, em virtu de da conjuntura econômica do País, principalmente em consequência da ne

(268) Ib., p. 22. Além da Petrobrás, apresentaram-se mais duas empresas: Cia. Brasileira de Elastômeros e Fábrica Brasileira de Produtos Petroquímicos S.A. Cf. O Observador E conômico e Financeiro, número citado na nota anterior.

Janary Nunes apresenta uma "Síntese das razões ofereci das pela proposta da Petrobrás". Transcrevo alguns pontos:

"As garantias de nacionalização do capital se apresen taram insubsistentes porquanto revelaram excessiva concentra ção do controle em poder de grupos de âmbito internacional".

"O pagamento de serviços de assistência técnica ao mes mo grupo que venha a deter o controle da Fábrica, poderá per mitter a fixação arbitrária do custo total da produção, gerando um montante nominal de lucros maior ou menor, em função do in teresse específico do grupo de controle da companhia. Ora, a determinação do preço da borracha sintética a ser fixado pe riodicamente pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha, re sultará da análise do preço da borracha internacioanl ou do similar importado e do custo de fabricação do produto sintéti co no país. Portanto, na medida em que a empresa tem o poder de fazer variar o valor do item 'assistência técnica' ("Know-how"), que recebe de empresa associada, apresentará um custo total inflado ou subestimado, influenciando assim a própria determinação do preço final". In Esclarecimentos Prestados à Comissão de Inquérito, Rio de Janeiro, Petrobrás, 1958, pp. 122-123.

cessidade imperiosa de assegurar-se a sobrevivência da economia da borracha silvestre, na área amazônica;

"fL - o desmedido lucro, assim proporcionado pela indústria, contra-indica a atribuição do empreendimento ao capital privado, parecendo mais razoável utilizar esse lucro como recurso complementar, no desenvolvimento futuro da indústria nacional do petróleo;

"gI - o CNP não tem atribuições legais para interferir na composição e fiscalização do capital das empresas privadas que atuam no campo da indústria petroquímica, escapando-lhe também o controle do funcionamento dessa indústria" (269).

(269.) Poppe de Figueiredo, op. cit., p. 272.

Segundo Duarte Pereira,

"A luta pela fábrica de borracha sintética tornou-se, hoje, aquilo que fora anteriormente, no tempo de Plácido de Castro, a posse pelos seringueiros da Amazônia (...) essa mesma luta hoje se desenvolve para que o povo brasileiro e não grupos comerciais ianques, mantenha o controle da produção de borracha sintética". Cf. "Política Nacional da Borracha", conferência no ISEB em 10 de junho de 1959, in Estudos Nacionalistas, op. cit.

No trecho abaixo, Duarte Pereira elogia a atuação de Geisel no episódio:

"A luta pela Fábrica de Borracha Sintética desenrolada no primeiro trimestre de 1958, tendo de um lado o povo, as pequenas fábricas nacionais de artefatos de borracha e os intelectuais patriotas e de outro os trustes, sua imprensa e seus repugnantes advogados administrativos, constitui outro episódio repugnante de nossa história (...). O Conselho Nacional do Petróleo baixou editais, exigindo maioria absoluta de capital nacional, para que a iniciativa privada tomasse o encargo e privilégio e onde proibiu que esses particulares se socorressem, no financiamento, com os recursos de institutos oficiais de crédito. Este edital, fruto da habilidade do Cel. Ernesto Geisel, com prazo até 15 de abril de 58, desencorajou os trustes e a construção da Fábrica de Borracha Sintética permaneceu em mãos da Petrobrás" ("A Borracha Sintética, os Trustes e a Petrobrás", Ib., p. 354).

Argumentos ameaçadores, convenhamos, uma vez que poderiam ser aplicados a qualquer outro empreendimento no setor petroquímico...

Em junho, Juscelino Kubitschek sancionou as duas Exposições, consolidando com isso a posição da Petrobrás na indústria petroquímica. Ao fim de seu governo, a Petrobrás contava com um parque petroquímico bastante significativo: produzia várias das "matérias-primas básicas" e se encaminhava para a produção de vários "produtos essenciais" além da borracha sintética, como butadieno, estireno e chumbo tetraetila (270).

b - Importação e Distribuição

Em fins de 1963, o decreto nº 53 337 atribuiu à Petrobrás o monopólio da importação de petróleo e derivados. Este foi o momento final de um processo iniciado em 1956, quando, "em vista do elevado custo, em dólares, da importação de gás liquefeito efetuada por duas firmas distribuidoras, entendeu o CNP de atribuir à Petrobrás as quotas de câmbio de importação das quantidades de gás liquefeito que fossem eventualmente ne cessárias para complementar a produção de gás pelas refinarias nacionais" (271). O passo seguinte foi a outorga à Petrobrás da responsabilidade de importar 70% do óleo combustível em 1958, e da responsabilidade pela importação total desse derivado no

(270) A Petrobrás foi autorizada pelo CNP a produzir chumbo tetraetila em 1959. Nesse mesmo ano, o CNP negou a um grupo francês a permissão para construir uma fábrica de fertilizantes na Bahia; como resultado, em 1963 o CNP autorizou a Petrobrás a construir em Camaçari o Conjunto Petroquímico da Bahia, para a produção de amônia e uréia (cf. IBP, op. cit., e Petrobrás, Serviço de Relações Públicas - O Petróleo e a Petrobrás, 1976, p. 75).

(271) Petrobrás - Relatório de Atividades, 1956, p. 8.

ano seguinte.

Além das vantagens evidentes acarretadas pelo aumento do poder de barganha brasileiro no mercado internacional de cru e derivados, devido à centralização das operações, o monopólio da importação atendeu aos reclamos nacionalistas, que denunciavam com frequência o superfaturamento nas importações realizadas pelas empresas privadas.

O problema da distribuição de derivados mobilizou intensamente os grupos nacionalistas. Ainda em 1953, por exemplo, o CEDPEN emitia nota, chamando os patriotas a continuar a campanha exigindo a nacionalização do comércio distribuidor e atacadista de combustíveis e lubrificantes líquidos: "*Sem essa nacionalização, teremos a Petrobrás trabalhando para esses trustes, como já ocorre com a Refinaria de Mataripe e a frota de petroleiros*" (272).

Em abril de 1955, realizou-se o Congresso de Defesa do Petróleo, que aprovou um "*Plano Prático para a Solução do Problema do Petróleo em 5 anos*". O item 4 refere-se à "*Organização, pela Petrobrás, em combinação com as refinarias particulares, da distribuição em grosso dos derivados do petróleo produzido no país*":

"atualmente, o comércio atacadista de distribuição dos refinados de petróleo é dominado pelos trustes em todo o território nacional. Os lucros obtidos pelas companhias estrangeiras nesse comércio são elevadíssimos, ultrapassando 500 milhões de cruzeiros anualmente. Impõe-se que, entre as Refina

(272) Miranda, op. cit., pp. 393-394

rias nacionais e os consumidores, não se coloquem trustes como intermediários. A própria Petrobrás, em combinação com as Refinarias particulares, deve incumbir-se da distribuição em grosso dos produtos que saem das Refinarias nacionais, estabelecendo diretamente contratos com os proprietários dos postos de venda existentes ou que vierem a instalar-se, e montando, a própria Petrobrás, seus postos, que dará em arrendamento a firmas particulares" (273).

Em 1956, foi discutido na Câmara um projeto de lei estendendo o monopólio à distribuição. Segundo seu relatório nesse ano, a Petrobrás concluiu "não achar recomendável, no momento, a extensão do monopólio estatal à distribuição do petróleo e derivados" (Grifo meu), ressaltando que, "na hipótese de que o Congresso desejasse maior controle sobre a distribuição foi indicado, à guisa de sugestão, o monopólio apenas sobre a importação" (274).

Em julho de 1961, o CNP autorizou a Petrobrás a ingressar no mercado de distribuição. Aliás, segundo Smith, já em junho de 1960 a empresa inaugurara um posto de serviço em Brasília (275). Em agosto de 1962, por fim, o Ministério das Minas e Energia enviou à Petrobrás um ofício solicitando à empresa que passasse a abastecer os órgãos estatais e paraestatais. Em resposta, a Petrobrás criou o Escritório de Distribuição

(273) Congresso de Defesa do Petróleo - "Plano Prático para a Solução do Problema do Petróleo em 5 anos", apud Miranda, op. cit., p. 427.

(274) Petrobrás, Relatório de Atividades, 1956, p. 8.

(275) Cf. Smith, op. cit., p. 161

ção (EDIPE), passando a fornecer aos órgãos citados, assim como às autarquias e companhias de economia mista (276).

Em 1964, mais precisamente no dia 19 de abril, João Goulart assinou decreto nacionalizando a distribuição. Após o golpe, diz Smith, "aparentemente, não mais se mencionou a nacionalização da distribuição, e o decreto não foi implementado" (277).

c - As Refinarias Particulares

Como vimos no capítulo primeiro, a lei 2004 impedia a ampliação da capacidade das refinarias privadas. Fora esta uma concessão aos nacionalistas, muitos dos quais desejavam a encampação dessas unidades. Nas palavras de Gondin da Fonseca "refinarias particulares são bandalheiras públicas. Autorizar um parceiro a estabelecer-se com refinaria equivale a autorizá-lo a estabelecer-se com Casa de Moeda" (278). Menos mal, sendo uma Casa de Moeda proibida de aumentar a produção de cédulas. O debate foi acirrado, contudo, pelo fato de que essa proibição foi desrespeitada pela Refinaria União. Embora sua capacidade nominal fosse de 20 000 bpd, já em 1956 refinara aproximadamente 27 000 bpd. Uma "safadeza" e um "desaforo absoluto", exclamou Gondin da Fonseca, remetendo-se ainda a "declarações confidenciais" de Janary Nunes, segundo as quais as instalações da refinaria, na verdade, teriam sido construídas com uma capacidade para 37 000 bpd.

Esta situação de fato foi regulamentada pelo Decreto

(276) Cf. para essas informações, Mangabeira, op. cit., cap. 9

(277) Smith, op. cit., p. 173.

(278) Gondin da Fonseca, op. cit., p. 224.

nº 41 652, de 4.6.57. Considerando que as instalações das refinarias privadas "possibilitam, conforme ficou evidenciado, a refinação de óleo cru em quantidade maior de que a fixada no título de autorização", o CNP poderá "determinar ou autorizar a refinação de óleo cru, além daquele limite, mas em benefício do monopólio da União e por conta da Petrobrás e suas subsidiárias". Caberia ao CNP "estabelecer os critérios da justa remuneração devida pelo uso das instalações e real prestação dos serviços", promovendo acordos entre a Petrobrás e as empresas permissionárias ⁽²⁷⁹⁾. Dessa forma, em 1957, as refinarias União e Ipiranga tiveram suas capacidades ampliadas, respectivamente, de 20 000 e 6 000 bpd para 31 000 e 9 300 bpd.

Em Petróleo, Apesar de Mr. Link, o General Tácito Freitas não deixou de abordar o tema. Um dos capítulos intitula-se "Encampação de Capuava". O tom do livro todo é bastante panfletário (e o leitor deve se recordar de um trecho citado no primeiro capítulo sobre o geólogo Link), embora menos - como não sê-lo? - que o de Gondin da Fonseca. Não é o panfletarismo, contudo, que dificulta a utilização do livro como fonte documental. Pelo contrário, assim como outros "estudos nacionalistas" o livro do General fornece um testemunho extremamente interessante do papel representado pela Petrobrás no imaginário político do período anterior ao golpe de 1964. O problema reside na escassez de outras fontes com as quais confrontar algumas informações. Apesar desta limitação - semelhante à existente para a utilização do livro de Poppe de Figueiredo - creio ser pertinente resumir um texto transcrito pelo autor, sob o título "Razões do monopólio total e refinação, analisadas pelos técnicos da Petrobrás" ⁽²⁸⁰⁾. Assinalo que o mesmo capítulo trans

(279) Decreto nº 41 652, in Legislação do Petróleo, p. 161.

(280) "Razões do Monopólio total de Refinação", analisadas pelos técnicos da Petrobrás", apud Freitas, op.cit., pp.151-159

creve um texto praticamente idêntico, apenas mais sintético, assinado pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás nos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara e cuja existência é mencionada por Smith (281). Seguem as "razões do monopólio":

- "*Privilégio do refinador particular*" - trata-se de privilégios de ordem cambial, fiscal e financeira, cabíveis para a Petrobrás, obrigada a pesquisar e produzir petróleo, mas não para as refinarias privadas.
- "*Distorção da estrutura de produção*" - como é natural, a refinaria particular compõe esta estrutura segundo a lucratividade, e não segundo a estrutura de consumo; assim, Capuava "*polimeriza uma parte do gás liquefeito para produzir gasolina B, que lhe oferece maior lucro, muito embora custe muito mais, ao país, importar gás liquefeito do que gasolina*";
- "*Ampliação do Parque de Refinação na área Geo-Econômica de São Paulo*" - a encampação de Capuava e sua ampliação seria tecnicamente mais interessante que a ampliação de Cubatão;
- "*Importação de Petróleo*" - A importação pelos refinadores particulares possibilitaria o sobrefaturamento do preço do petróleo e diminuiria o poder de compra do Brasil como comprador de petróleo.
- "*Processamento de Petróleo Nacional*" - os refinadores particulares "*sempre se negaram a receber petróleo baiano em suas refinarias*", devido às suas especificações particulares (alto ponto de fluidez).
- "*Infração da lei 2004 - Justa remuneração*" - como se não bastasse operar acima da capacidade autorizada, a refinaria de Capuava discordava dos critérios estabelecidos pelo CNP para

(281) Este texto foi publicado originalmente no Correio da Manhã de 8 de setembro de 1963. Smith, op. cit., p. 166

munerá-la pela produção excedente, exigindo vantagens ainda maiores (282 L).

- "Sub-faturamento de matéria-prima para indústria subsidiária" venda de gás sulfídrico à Indústria Brasileira de Enxofre S.A., como "expediente de transferir lucro para uma subsidiária, não obrigada a contribuir com uma parte do seu lucro líquido para o Fundo de Pesquisa".

A campanha pela encampação atingiu um auge em novembro de 1963 quando, segundo Smith, dez mil empregados da Petro

(282) Os "técnicos da Petrobrás" retomam rapidamente o histórico do problema (pp. 156-157):

"O título de Autorização da refinaria de Capuava é de 20 000 barris por dia de capacidade.

"Entretanto, após o início de operação em 55, a refinaria em questão ampliou suas instalações, infringindo o disposto no seu Título de Autorização, e passou a processar cerca de 31 000 barris por dia de petróleo.

"Em junho de 1957, o Governo baixou o decreto nº 41652, para regular a utilização da capacidade das refinarias privadas, estabelecendo que o refino excedente ao Título de Autorização seria um benefício da União e por conta da Petrobrás e suas subsidiárias.

"O Conselho Nacional do Petróleo, através da Resolução nº 3/58, estabeleceu que a remuneração devida à refinaria de Capuava, pelo processamento do excedente à sua capacidade autorizada, seria constituída pelo pagamento do custo médio de produção". Em consequência, caberia à Petrobrás o pagamento de uma parte do custo fixo da refinaria, diluído na produção incrementada.

"Não obstante, incôformada com a Resolução (...), a refinaria de Capuava interpôs recurso para o Presidente da República, que foi denegado.

"Em seguida, a refinaria recorreu à Justiça interpondo uma ação contra a União Federal, alegando ser injusto o critério de remuneração estabelecido pela resolução nº 3/58 do CNP e pleiteando, como 'justa remuneração', pelo uso de suas instalações e serviços prestados, a porcentagem de 15% do valor de seu patrimônio, líquido atualizado, tal como figura nos seus balanços anuais, calculados proporcionalmente à produção excedente".

O Relatório de Atividades da Petrobrás de 1960 noticia a assinatura do acordo provisório com a Refinaria União, "tendo ficado expressamente ressalvado que a assinatura do referido acordo provisório não implicava em aceitação por parte da Petrobrás, do critério, segundo o qual havia sido fixado a quantia objeto do acordo provisório". Logo a seguir, registra-se o protesto da Petrobrás contra a permissão concedida pelo CNP à Refinaria União para que instalasse "unidade de reformação catálitica e outra na Refinaria de Capuava" (p. 36).

Em 1963, segundo os "técnicos", a decisão da ação movida pela refinaria estava ainda pendente na justiça.

brás "fizeram uma greve de vinte e quatro horas para forçar a nacionalização da refinaria de Capuava" (283), que também entrou em greve. O Exército cercou as refinarias na área do Rio "e o governo deu uma demonstração clara de que pretendia continuar firme contra a pressão trabalhadora" (283), embora o Ministro do Trabalho promettesse a desapropriação no momento oportuno (284).

De fato, alguns meses depois, decretou-se a desapropriação. Não exatamente, porém, no momento oportuno - o decreto foi assinado pelo Presidente João Goulart no famoso comício da Central, a 13 de março de 1964.

Após o golpe de 31 de março, "embora a Petrobrás lutasse para que o decreto fosse mantido (mas não demais, pois a companhia já tivera excessiva publicidade), ele foi afinal anulado pela justiça superior e pelo Conselho de Segurança Nacional, e as refinarias em causa reiniciaram as operações como entidades privadas" (285).

(283) Smith, op. cit., p. 166. Diz Smith que a Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT - teria ameaçado deflagrar uma greve geral pela encampação (p. 167).

(284) Segundo a revista Petróleo, o fracasso da greve representou "a mais séria derrota comunista". Cf. Petróleo, Novembro de 1963, nº 29, p. 2.

(285) Smith, op. cit., p. 181.

A pesquisa que realizei não permite enunciar com a devida sutileza as nuances entre os vários projetos para a Petrobrás surgidos antes de 1964. Terá havido, inclusive, vários projetos nacionalistas, distintos uns dos outros no grau de estatização considerado desejável; para alguns, como vimos, a estatização deveria ser completa, ampliando as fronteiras do monopólio que a lei 2004 deixara demarcadas para os campos da petroquímica, da importação e da distribuição, sem esquecer de eliminar as refinarias privadas remanescentes.

Uma pesquisa que caracterizasse os vários projetos, seu peso relativo e sustentação política seria, a meu ver, bastante bem-vinda. Seria este um passo necessário a uma discussão acerca do lugar ocupado pela Petrobrás na luta política travada no período. A Petrobrás, creio, tornou-se a própria expressão do movimento pela "emancipação nacional" (286). Por que isso ocorreu, como ocorreu, são questões ainda por responder.

Para os objetivos deste trabalho, pareceu-me suficiente, de um lado, indicar esta posição central ocupada pelo petróleo no cenário político; de outro, delinear o percurso ao longo do qual a Petrobrás viu serem ampliadas suas atribuições, às vezes sob o fogo cruzado dos campeões da empresa privada e dos radicais do estatismo. Estes elementos ajudarão a situar a política de nacionalização de equipamentos desenvolvida pela empresa, que será discutida no próximo capítulo.

(286) Ou, para o outro pólo do quadro político, um dos instrumentos mais importantes do comunismo brasileiro. Exemplo notável desta visão é o texto de Glycon de Paiva, publicado a 16 de fevereiro de 1964 no Jornal do Brasil: "Petrobrás como banco da subversão nacional e escola prática de corrupção". Segundo Paiva, desde Mangabeira, a Petrobrás tornou-se "o mais importante bastião comunista da América, depois de Cuba, ao mesmo tempo que é o Banco de Financiamento da Subversão Social no Brasil ou a Caixa Econômica do Caos" (sic). O artigo foi transcrito em Petróleo, Março de 1964, nº 33.

INVESTIDO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOSREFINARIAS

1) <u>EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS</u>			
Fornos	4%		
Filtros, agitadores e misturadores	3%		
Outros	3%	10%	
2) <u>MÁQUINAS</u>			
Compressores	5%		
Bombas	3%	8%	
3) <u>CALDEIRARIA</u>			
Caldeiras	3%		
Torres e Colunas	6%		
Reatores	4%		
Tubulações	15%		
Vasos de pressão	5%		
Tanques	14%		
Trocadores de calor	10%	57%	
4) <u>MOTORES ELÉTRICOS</u>	3%	3%	
5) <u>TRANSFORMADORES E QUADROS</u>	4%	4%	
6) <u>ESTRUTURAS METÁLICAS</u>	3%	3%	
7) <u>COMPONENTES E MATERIAIS</u>			
Instrumentação	5%		
Válvulas	7%		
Outros	3%	15%	100%

COMPOSIÇÃO DE UM OLEODUTO EM PERCENTUAIS DO VALOR INVESTIDO EMMÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Bombas	14%
Tubulação	67%
Motores Elétricos	7%
Equipamentos Industriais	7%
	100%

FONTE: ABDIB, in Tadini, op. cit.

BRASIL - O MERCADO NACIONAL DE PETRÓLEO E DERIVADOS - 1955/1965

PETRÓLEO
(em 1.000 barris, por ano)

DERIVADOS (*)

ANOS	PETRÓLEO			DERIVADOS (*)		
	PRODUÇÃO (1)	IMPORTAÇÃO (2)	CONSUMO (3)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE (2) s/ (3)	PARTICIPAÇÃO CONSUMO (**) (2)s/ (3)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE (1) s/ (3)
1955	2.023	25.933	69.416	37,4	2,9	58,1
1956	4.059	36.255	76.674	47,3	5,3	45,7
1957	10.108	35.954	71.310	50,4	14,2	40,2
1958	18.924	41.934	82.169	51,0	23,0	40,0
1959	23.591	42.600	86.038	49,5	27,4	33,0
1960	29.616	42.169	97.450	43,3	30,4	33,6
1961	34.811	56.045	102.472	54,7	34,0	23,6
1962	33.404	73.901	113.226	65,3	29,5	9,8
1963	35.713	76.968	118.205	65,1	30,2	9,9
1964	33.313	78.765	125.480	62,8	26,5	7,3
1965	34.327	77.333	121.684	63,6	28,2	6,1

FONTE: Plano Decenal, p. 96.

(*) Consumo real de derivados de petróleo inclusive o consumo próprio das refinarias, em termos de petróleo bruto (excluído asfalto, por não possuímos os coeficientes de transformação do produto em óleo cru equivalente).

(**) Consumo real de derivados de petróleo, inclusive consumo próprio das refinarias.. Os dados referem-se a gás liquefeito, gasolina de aviação, gasolina automotivas, querosene, combustível para jato, óleo diesel, óleo combustível e óleos lubrificantes e asfalto.

NOTA: Para 1965 utilizaram-se os mesmos coeficientes do ano de 1964 para transformação dos derivados em petróleo bruto equivalente, em virtude de não dispormos dos dados para aquele ano.

ANOS	QUANTIDADE (**) (Barris/ano)	VARIAÇÃO %	INDICES 1939 = 100
1939	9.538,109	-	100
1946	16.146.631	69,3	169
1947	20.103.807	24,5	211
1948	22.840.021	13,6	239
1949	26.979.870	18,1	283
1950	33.046.492	22,5	346
1951	38.870.749	17,6	408
1952	45.623.495	17,4	478
1953	50.610.764	10,9	531
1954	58.379.229	15,3	612
1955	65.712.025	12,6	689
1956	73.120.554	11,3	767
1957	68.340.690	-6,9	717
1958	78.591.334	15,0	824
1959	82.370.183	4,8	864
1960	94.003.174	14,1	986
1961	99.359.187	5,7	1.042
1962	109.846.042	10,5	1.152
1963	115.438.555	5,1	1.210
1964	122.962.607	6,5	1.289
1965	117.380.082	-4,6	1.231

FONTE: Conselho Nacional do Petróleo, in Plano Decenal, p. 80.

(*) O consumo total inclui gás liquefeito, gasolina de aviação, gasolinas automotivas, óleo diesel, óleo combustível, óleos lubrificantes, combustível para jato e querosene.

(**) Inclusive o consumo próprio de óleo combustível das refinarias.

INVESTIMENTO POR ATIVIDADE EM CAPITAL FIXO E CUSIOS CAPITALIZADOS

1954-1983

A PREÇOS DE 1983

	EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO		REFINAÇÃO		TRANSPORTE MARÍTIMO TERMINAIS E OLEODUJOS		INDUSTRIALIZAÇÃO DO XISTO		SUBSIDIÁRIAS (1)		DIVERSOS		TOTAL
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
1954	3.597.689	15,9	16.229.577	71,9	26.650	0,1	506.342	2,3	-	-	2.211.913	9,8	22.572.171
1955	12.613.096	43,1	8.698.687	29,7	1.877.085	6,4	869.869	3,0	-	-	5.196.321	17,8	29.255.058
1956	21.946.853	54,0	6.316.878	15,5	1.526.738	3,8	725.200	1,8	-	-	10.114.639	24,9	40.630.313
1957	43.585.138	70,4	11.297.375	18,2	501.363	0,8	768.756	1,2	-	-	5.815.808	9,4	61.968.440
1958	63.429.087	62,1	33.181.451	32,4	234.705	0,2	792.130	0,8	-	-	4.606.090	4,5	102.243.463
1959	49.380.787	41,0	53.672.903	44,5	11.084.388	9,2	836.962	0,7	-	-	5.611.941	4,6	120.586.981
1960	50.794.106	27,0	61.245.363	32,6	62.175.840	33,1	1.271.099	0,7	-	-	12.511.600	6,6	187.998.008
1961	68.363.303	36,8	59.422.367	32,1	30.368.873	16,4	1.721.509	0,9	-	-	25.561.983	13,8	185.438.035
1962	81.677.787	42,8	61.708.997	32,3	28.310.436	14,9	1.946.517	1,0	-	-	17.198.900	9,0	190.842.638
1963	89.478.859	46,3	43.154.169	22,3	34.542.937	17,9	3.001.851	1,6	-	-	22.938.972	11,9	193.116.788
1964	92.837.122	45,7	45.804.678	22,6	41.739.273	20,5	2.509.435	1,2	-	-	20.275.517	10,0	203.166.025
1965	109.058.784	48,3	46.933.725	20,8	44.318.874	19,6	4.125.740	1,8	-	-	21.596.766	9,5	226.033.889
1966	108.999.226	47,1	38.842.902	16,8	45.732.352	19,7	4.001.021	1,7	-	-	33.954.239	14,7	231.529.740
1967	111.272.658	52,6	33.887.457	16,0	34.604.964	16,3	3.762.065	1,8	-	-	28.115.079	13,3	211.642.223
1968	109.312.466	50,7	29.605.445	13,7	39.468.954	18,3	3.293.271	1,5	7.146.812	3,3	26.809.650	12,5	215.636.598
1969	119.282.589	50,1	39.044.247	16,4	55.574.536	23,3	4.769.346	2,0	-	-	19.565.748	8,2	238.236.466
1970	141.261.762	39,5	99.261.460	27,8	61.804.872	17,3	7.750.094	2,2	-	-	38.912.027	10,9	357.391.812
1971	119.882.186	24,1	212.207.630	42,8	96.016.220	19,3	7.496.651	1,5	8.401.597	2,3	29.977.029	6,1	496.367.631
1972	143.570.108	29,9	139.591.342	29,1	104.323.580	21,8	3.962.100	0,8	30.787.915	6,2	58.549.737	12,2	478.723.335
1973	168.709.057	29,5	144.693.032	25,3	125.461.209	21,9	6.739.707	1,2	29.726.468	6,2	47.824.557	8,3	572.594.666
1974	217.553.092	26,9	310.893.751	38,4	160.315.025	19,8	6.265.301	0,8	90.560.043	11,2	23.654.565	2,9	809.241.777
1975	296.763.273	27,8	391.689.949	36,8	279.288.898	26,2	6.266.917	0,6	58.604.513	5,5	33.052.631	3,1	1.065.666.181
1976	369.409.537	36,4	314.272.964	30,9	218.460.790	21,5	7.279.931	0,7	52.007.842	5,1	55.116.260	5,4	1.016.547.324
1977	414.341.745	39,9	231.676.755	22,3	276.174.012	26,6	6.497.284	0,6	74.683.525	7,2	35.082.968	3,4	1.038.456.289
1978	522.383.724	49,5	186.202.682	17,7	208.097.405	19,8	9.441.626	0,9	74.064.816	7,0	53.680.672	5,1	1.053.870.925
1979	585.818.550	54,5	199.475.601	18,5	130.836.351	12,1	11.745.184	1,1	105.220.024	9,8	43.237.500	4,0	1.076.333.210
1980	729.763.673	70,9	97.316.691	9,4	75.182.993	7,3	10.428.745	1,0	87.210.509	8,5	29.696.309	2,9	1.029.598.920
1981	1.147.720.245	83,2	50.374.061	3,7	68.161.792	5,0	3.350.241	0,2	91.560.592	6,6	17.991.003	1,3	1.379.166.934
1982	1.595.684.130	81,3	64.568.206	3,3	102.706.319	5,2	3.800.625	0,2	174.342.267	8,9	20.607.540	1,1	1.961.709.087
1983	1.371.424.247	76,2	51.594.648	2,9	45.586.780	2,5	3.501.627	0,2	322.945.427	17,9	5.759.148	0,3	1.800.811.877

FONTE: Serviço Financeiro - SEFIN

(1) Recursos aplicados na constituição do capital das subsidiárias

(2) Petroquímica até 1973 e Serviços, Escritórios, Comercialização e outras aplicações financeiras, participação em outras empresas e fontes alternativas.

TABELA II.4

PETROBRÁS - Investimento por Atividade em Capital Fixo e Custos Capitalizados
Cr\$ milhões a preços de 1965 (1)

ANO	Exploração e Produção	Refinação	Tranporte Marítimo Terminais e Oleodutos	Industrialização do Xisto	Diversos	TOTAL
1954	4 721	21 297	35	664	2 903	29 620
1955	16 552	11 415	2 463	1 141	6 819	38 390
1956	28 800	8 289	2 003	952	13 273	53 317
1957	57 195	14 825	658	1 009	7 632	81 318
1958	83 235	43 543	308	1 039	6 044	134 169
1959	64 800	70 433	14 546	1 098	7 364	158 241
1960	66 655	80 370	81 591	1 668	16 418	246 701
1961	89 710	77 977	39 852	2 259	33 544	243 342
1962	107 182	80 978	37 150	2 554	22 569	250 434
1963	117 419	56 629	45 329	3 939	30 102	253 418
1964	121 826	60 107	54 773	3 293	26 607	266 607
1965	143 113	61 589	58 157	5 414	28 340	296 614
1966	143 035	50 972	60 013	5 250	44 557	303 826
1967	146 018	44 469	45 411	4 937	36 894	277 729

FONTE: Serviço Financeiro - Petrobrás

(1) Deflator: IGP - Disponibilidade Interna

TABELA II.5

Investimento por Atividade em Capital Fixo e Custos CapitalizadosTaxa Real Anual de Crescimento

Ano	Exploração e Produção	Refinação	Transporte Marítimo, Terminais e Oleodutos	Industrialização do Xisto	Petroquímica (2)	Diversos	TOTAL
1955	250,6	-46,4	6,943,5	71,8	-	134,9	29,6
1956	74,0	-27,4	-18,7	-16,6	140,5	94,6	38,9
1957	98,6	78,8	-67,2	6,0	-65,1	-42,5	52,5
1958	45,5	193,7	-53,2	3,0	61,0	-20,8	65,0
1959	-22,1	61,8	4.622,7	5,7	84,1	21,8	17,9
1960	2,9	14,1	460,9	51,9	4,1	122,9	55,9
1961	34,6	-3,0	-51,2	35,4	126,2	104,3	-1,4
1962	19,5	3,8	-6,8	13,1	16,1	-32,7	2,9
1963	9,6	-30,1	22,0	54,2	-27,6	33,4	1,2
1964	3,8	6,1	20,8	-16,4	-22,4	-11,6	5,2
1965	17,5	2,5	6,2	64,4	5,9	6,5	11,3

FONTE: SEFIN - Petrobrás (Tabela II.3).

(2) Petrobrás - Relatórios de Atividades (provavelmente incluído em "Diversos").

TABELA II.6

Refinação - Investimento em Capital Fixo - Cr\$ milhões, a preços de 1965 (1)

ANO	RELAN	RPEC	REDUC	REGAP	REFAP	F. ASF. FORT.	TOTAL
1954	733	20 537					21 271
1955	870	10 530					11 400
1956	2 877	5 404					8 281
1957	9 596	5 214					14 810
1958	29 424	4 245	10 176				43 845
1959	39 287	3 601	27 471				70 359
1960	10 083	12 206	57 982				80 271
1961	22 016	7 381	48 489				77 886
1962	16 440	6 533	54 015		3 646	251	80 886
1963	17 955	2 014	22 359	4 852	7 302	2 082	56 564
1964	11 695	3 450	20 742	12 973	10 338	773	59 972
1965	7 083	2 481	16 719	17 553	15 042	2 597	61 475

FONTE: Petrobrás

(1) Deflador: IGP - Disponibilidade Interna

CAPACIDADE DE REFINO (barris por dia)

Ano	Petrobrás (1)	Petrobrás (2)	Particulares (3)	Total (1+3)	Total (2+3)
1950	2 500	n.d	1 800	4 300	----
1953	5 000	n.d	6 800	11 800	----
1954	5 000	4 680	26 800	31 800	31 480
1955	50 000	46 580	36 800	86 800	83 380
1956	70 000	87 010	41 800	111 800	128 810
1957	70 000	90 520	56 100	126 100	146 620
1958	99 000	95 210	56 100	155 100	151 310
1959	121 000	115 720	56 100	177 100	171 820
1960	132 000	134 470	56 100	188 100	190 570
1961	244 000	230 560	56 100	300 100	286 660
1962	249 000	234 660	56 100	305 100	290 760
1963	269 000	253 410	56 100	325 100	309 510
1964	272 500	256 340	56 100	328 600	312 440
1965	312 500	293 545	56 100	368 600	349 645

(1) O Departamento Industrial - Origens, Desenvolvimento, Perspectivas Futuras - Flávio de Magalhães Chaves - Petrobrás, 1971.

(2) Petróleo Brasileiro - Preconceito & Realidade - Leon Zeitel, Serviço de Comunicação Social, Petrobrás, s.d., possivelmente 1983.

(3) Programa de Metas - Conselho de Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1958 e Panorama do Setor Petróleo, Ministério das Minas e Energia, 1967.

TABELA II.8
CARGA PROCESSADA DE PETRÓLEO
(Em Barris/ano)

ANOS	NÚMEROS ÍNDICES MÉDIA 1955 = 100	TOTAL DO PAÍS	PETROBRÁS					REFINARIAS PARTICULARES					URUGUAIANA
			PRESIDENTE BERNARDES	LANDULPHO ALVES	DUQUE DE CAXIAS	MANAUS	MANGUEINHOS	CAPUAVA	MATARAZZO	IPIRANGA			
1955	100	25.721.886	12.989.507	1.854.988	-	-	-	2.054.720	7.250.064	234.169	1.287.931	50.507	
1956	154	39.613.969	22.023.875	2.343.504	-	-	469.622	3.133.113	9.799.899	257.832	1.544.687	41.437	
1957	175	45.056.919	24.548.743	2.295.777	-	-	1.802.185	3.427.595	9.658.334	229.578	3.055.679	39.028	
1958	192	49.315.586	27.788.085	3.158.989	-	-	1.811.368	3.450.553	9.449.418	266.310	3.338.060	52.803	
1959	213	54.373.182	31.521.018	3.266.891	-	-	1.836.622	3.434.482	10.608.786	259.422	3.397.750	48.211	
1960	254	65.512.223	35.134.147	10.004.783	-	-	1.830.143	3.558.996	11.137.400	384.445	3.390.945	71.364	
1961	311	79.987.166	39.292.223	13.113.478	8.129.346	-	1.832.030	3.645.694	10.202.433	303.043	3.395.454	73.465	
1962	404	103.897.734	40.189.872	12.654.323	31.119.257	-	1.825.193	3.496.468	10.859.025	312.226	3.356.426	84.944	
1963	435	111.971.932	41.059.972	13.905.521	36.973.489	-	1.825.143	3.563.046	10.868.208	319.113	3.358.722	98.718	
1964	443	114.388.122	40.125.028	15.032.498	39.482.751	-	1.830.143	3.388.643	10.778.278	325.306	3.326.487	98.988	
1965	433	111.355.604	39.539.428	15.433.899	36.151.805	-	1.915.057	3.657.019	10.848.277	334.679	3.394.415	81.025	

FONTE: Conselho Nacional do Petróleo, in Plano Decenal, p.

PERCENTAGEM, EM VOLUME, DA PRODUÇÃO NACIONAL DE DERIVADOS
DE PETRÓLEO, EM RELAÇÃO AO CONSUMO NACIONAL - 1954/1965

ANOS	GÁS LIQUEFEITO	GASOLINA AUTOMOTIVA	QUEROSENE	ÓLEO DIESEL	ÓLEO COM BUSTIVEL	ASFALTO
1954	3,4	4,2	3,5	3,6	4,5	35,8
1955	55,8	51,4	2,1	20,8	42,1	29,9
1956	83,0	79,7	4,6	23,9	57,1	98,3
1957	91,7	80,1	32,2	40,7	69,9	139,4
1958	77,6	72,8	43,2	40,9	67,9	87,0
1959	72,6	77,1	58,7	38,6	73,5	100,2
1960	68,9	76,8	96,2	46,7	72,7	84,7
1961	64,5	79,4	93,2	70,0	83,0	139,1
1962	54,7	93,5	92,7	90,0	101,7	92,4
1963	57,3	93,2	102,9	95,9	103,0	92,1
1964	65,2	92,8	112,2	90,1	96,5	94,1
1965	75,2	96,4	113,5	86,1	96,0	101,8

Fonte dos dados Básicos: Conselho Nacional do Petróleo e PETROBRÁS, in Plano Decenal, p. 56

NOTA: Embora não tenha havido importação de óleo diesel em 1964 e 1965, os dados existentes no C.N.P. revelam um consumo superior à produção. Tal fato se deve à venda de querosene produzido na Refinaria Lançulpho Alves como óleo diesel em virtude da pequenez de mercado para aquele produto.

PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO 1955/1965

TOTAL DO PAÍS
(Em Barris/ano)

ANOS	ETENO	PROPENO	GÁS LIQUEFEITO	GASOLINA AUTOMOTIVA		SOLVENTES	QUEROSENE	ÓLEO DIESEL	ÓLEO COM BUSTÍVEL	RESÍDUOS ROMÁTICOS	ASFALTO (CIMENTO ASFÁLTICO)	TOTAL
				TIPO A	TIPO B							
1955	-	-	544.099	11.240.124	-	190.549	94.127	2.153.439	10.328.701	-	96.423	24.647.46
1956	-	-	1.344.407	17.875.550	299.269	384.445	225.303	2.891.396	15.612.618	-	343.008	38.976.29
1957	-	-	1.914.678	17.202.257	794.339	507.367	1.329.255	4.752.258	17.234.398	9.183	500.479	44.244.21
1958	20.662	-	2.050.129	17.278.018	725.466	741.536	1.937.636	6.097.584	18.648.597	208.916	918.311	48.626.85
1959	82.648	13.775	2.401.383	18.419.019	686.437	748.423	2.311.847	6.607.246	21.208.388	406.353	1.108.860	53.994.37
1960	94.385	25.323	2.787.803	20.467.678	904.712	736.661	4.030.919	9.097.769	24.353.567	517.965	1.238.512	64.255.29
1961	119.380	29.845	3.103.891	22.921.038	764.494	867.804	4.031.384	14.282.029	29.608.636	417.831	1.255.790	77.402.12
1962	96.423	25.254	3.335.764	29.569.608	1.186.917	803.522	4.364.259	20.395.621	38.761.781	417.830	1.347.617	100.304.59
1963	105.605	36.732	4.100.245	32.159.146	642.816	748.421	4.038.272	23.290.658	40.795.957	454.564	1.320.072	107.692.48
1964	105.895	39.135	5.474.315	34.991.418	485.736	775.797	4.353.676	23.582.374	39.280.169	356.820	1.077.367	110.522.7
1965	115.562	33.323	6.549.739	36.267.050	365.639	711.062	4.123.624	22.018.099	34.969.508	286.978	1.817.041	107.257.6

FONTE: Conselho Nacional do Petróleo e PETROBRÁS, in Plano Decenal, p. 55.

Inclusive a produção de gasolina e gás liquefeito de gás natural.

Nota: A Refinaria Landulpho Alves produz óleos lubrificantes, mas ainda em regime incipiente, devido a dificuldades operacionais não solucionadas. A gasolina de aviação e o combustível para avião a jato são totalmente importados.

TABELA II.11

IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO E DERIVADOS - 1955/1965

(Quantidade: Barris/ano)

ANOS	PETRÓLEO BRUTO	DERIVADOS DO PETRÓLEO									
		TOTAL	GÁS LIQUEFEITO	GASOLINA DE AVIAÇÃO	GASOLINAS AU TOMOTIVAS	QUEROSENE PARA JATO	ÓLEO DIESEL	ÓLEO COM BUSTÍVEL	ÓLEOS LUBRIFICANTES		
1955	25.933.018	38.164.880	330.590	2.004.207	8.129.322	4.270.132	-	7.863.012	14.178.676	1.388.941	
1956	36.255.253	33.520.398	515.663	2.334.296	4.037.826	4.677.800	-	9.021.801	11.581.699	1.351.313	
1957	35.954.164	27.602.127	277.789	2.327.918	3.778.849	3.055.679	-	6.559.035	10.282.785	1.320.072	
1958	41.934.663	31.711.568	654.297	2.610.298	5.755.513	2.415.157	-	8.269.389	10.916.420	1.090.494	
1959	42.600.438	27.517.183	858.620	2.619.482	3.510.243	1.763.157	-	9.373.657	8.101.797	1.290.227	
1960	42.169.263	31.846.795	1.406.564	2.463.212	5.262.525	766.588	-	9.323.371	11.148.910	1.475.625	
1961	56.044.508	23.671.757	1.501.438	2.217.721	4.802.765	1.074.424	-	4.419.371	8.377.290	1.278.748	
1962	73.901.062	10.836.067	2.548.311	2.029.467	1.625.410	757.606	1.104.269	282.381	805.818	1.682.805	
1963	76.968.220	11.405.420	2.899.566	1.795.298	2.743.454	130.859	1.848.100	401.761	-	1.586.382	
1964	78.765.222	9.004.781	2.631.263	1.383.542	1.266.137	-	1.922.226	-	-	1.801.613	
1965 (*)	77.333.091	7.357.338	1.077.392	1.402.925	1.136.310	-	2.131.220	-	-	1.609.491	

FONTE: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda, in Plano Decenal, p. 70

(*) Dados sujeitos a retificações.

IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO E DERIVADOS - 1955-1965

(Valor CIF em dólar)

ANOS	TOTAL (Petróleo e Derivados)	PETRÓLEO BRUTO	DERIVADOS DO PETRÓLEO									
			TOTAL	GÁS LIQUEFEITO	GASOLINA DE AVIAÇÃO	GASOLINA AUTOMOTIVA	QUEROSENE COMUM	QUEROSENE PARA JATO	ÓLEO DIESEL	ÓLEO COM BUSTÍVEL	ÓLEOS LUBRI- FICANTES	
1955	255.864	77.076	178.788	5.076	14.496	38.604	19.164	-	34.752	38.628	28.068	
1956	279.708	106.068	173.640	4.956	17.580	20.124	22.788	-	42.684	35.784	29.724	
1957	262.356	116.688	145.668	2.568	18.804	19.848	15.960	-	45.924	25.248	17.316	
1958	281.220	133.260	147.960	5.928	19.524	26.940	11.208	-	37.524	34.344	12.492	
1959	253.680	122.676	131.004	7.680	19.116	16.284	8.400	-	42.564	22.536	14.424	
1960	256.284	112.632	143.652	12.156	16.992	24.072	3.516	-	39.630	30.168	17.112	
1961	245.196	143.652	107.556	10.656	15.132	20.400	4.956	-	19.008	22.392	15.012	
1962	241.620	174.192	67.428	16.068	13.872	6.108	3.444	5.184	1.176	2.088	19.488	
1963	242.628	176.364	66.264	16.068	11.688	9.480	588	8.568	1.560	-	18.312	
1964	220.534	167.952	52.582	13.596	7.968	3.600	-	7.440	-	-	19.978	
1965 (*)	207.769	159.833	47.936	10.115	7.985	3.231	-	7.499	-	-	19.106	

FONTE: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda, in Plano Decenal, p. 71

(*) Dados sujeitos a retificações.

PERCENTAGEM EM RELAÇÃO AO CONSUMO TOTAL DO PETRÓLEO

ANOS	TOTAL	GÁS LIQUE- FEITO	GASOLINA DE AVIAÇÃO	GASOLINAS AUTO MOTIVAS A e B	QUEROSENE	COMBUSTÍVEL PARA JATO	ÓLEO DIESEL	ÓLEO COM BUSTÍVEL (**)	ÓLEOS LUBRI- FICANTES
1948	100,0	0,3	4,5	39,0	5,9	-	13,2	34,8	2,3
1950	100,0	0,6	3,9	39,5	6,1	-	12,9	34,7	2,3
1954	100,0	0,9	3,3	36,3	7,1	-	15,8	34,4	2,2
1955	100,0	1,5	3,1	33,3	6,9	-	15,8	37,3	2,1
1956	100,0	2,2	3,1	31,2	6,6	-	16,6	37,4	2,9
1957	100,0	3,1	3,7	32,9	6,0	-	17,1	36,1	1,1
1958	100,0	3,4	3,7	31,5	5,7	-	19,0	35,0	1,7
1959	100,0	4,0	3,4	30,1	4,8	0,3	20,8	35,0	1,6
1960	100,0	4,3	3,0	29,6	4,5	0,6	20,7	35,6	1,7
1961	100,0	4,8	2,4	29,1	4,3	1,1	20,5	35,9	1,9
1962	100,0	5,6	2,0	30,0	4,3	1,2	20,6	34,7	1,6
1963	100,0	6,2	1,5	30,5	3,4	1,7	21,0	34,3	1,4
1964	100,0	6,8	1,2	31,0	3,3	1,7	21,2	33,0	1,8
1965	100,0	7,4	1,1	32,4	3,1	1,7	21,8	31,0	1,5

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Conselho Nacional do Petróleo, in Plano Decenal, p. 82.

(*) Excluiu-se o asfalto do quadro acima, em virtude de só dispormos dos dados referentes ao consumo de produto a partir de 1954.

(**) Inclusive o consumo próprio das refinarias de petróleo.

TABELA II.13-B

CONSUMO DE DERIVADOS DO PETRÓLEO NO BRASIL - 1939/1965

QUANTIDADE (BARRIS/ANO)

ANO	GÁS LIQUEFEITO		GASOLINA DE AVIAÇÃO		GASOLINAS AUTOMOTIVAS A e B		COMBUSTIVEL PARA JATO		QUEROSENE		ÓLEO DI-SEL		ÓLEO COMBUSTIVEL (*)		ÓLEOS LUBRIFICANTES		ASFALTO	
	BARRIS	% AUMENTO	BARRIS	% AUMENTO	BARRIS	% AUMENTO	BARRIS	% AUMENTO	BARRIS	% AUMENTO	BARRIS	% AUMENTO	BARRIS	% AUMENTO	BARRIS	% AUMENTO	BARRIS	% AUMENTO
1939	256	-	97.970	-	3.418.513	-	-	-	894.542	-	1.071.427	-	3.824.613	-	230.788	-	-	-
1946	21.907	755,7	592.639	504,9	6.176.777	80,7	-	-	1.054.774	17,9	1.600.287	49,4	6.278.089	64,1	422.958	83,3	-	-
1947	40.118	83,1	892.194	50,5	7.386.381	19,6	-	-	1.179.587	11,8	2.352.757	47,0	7.773.978	23,8	478.792	13,2	-	-
1948	73.813	84,0	1.026.386	15,0	8.889.775	20,4	-	-	1.354.928	14,9	3.013.678	28,1	7.952.215	2,3	529.228	10,5	-	-
1949	123.115	66,8	1.135.830	10,7	10.658.826	19,9	-	-	1.651.035	21,9	3.496.469	16,0	9.314.318	17,1	600.277	13,4	-	-
1950	182.290	48,1	1.301.707	14,6	13.041.668	22,4	-	-	2.017.895	22,2	4.253.696	21,7	11.476.668	23,2	772.748	28,7	-	-
1951	246.853	35,4	1.471.662	13,1	15.667.030	20,1	-	-	2.262.632	12,1	5.094.337	19,8	13.194.583	15,0	933.552	20,8	-	-
1952	347.059	40,6	1.474.494	0,2	18.763.883	19,8	-	-	2.721.390	20,3	6.451.357	25,6	14.897.593	12,9	967.719	3,7	-	-
1953	414.144	19,3	1.472.191	-0,2	20.118.344	7,2	-	-	3.474.444	27,7	7.926.145	22,9	16.037.155	7,6	1.166.341	20,7	-	-
1954	533.722	28,9	1.899.399	29,0	21.186.166	5,3	-	-	4.115.508	18,5	10.353.954	16,5	20.110.933	25,4	1.303.325	11,6	116.376	177,1
1955	975.705	82,8	2.068.485	9,0	21.862.684	4,4	-	-	4.550.230	10,6	12.101.966	12,2	24.539.566	22,0	1.361.397	4,4	322.485	8,2
1956	1.620.655	66,1	2.281.348	10,3	22.818.088	4,4	-	-	4.852.757	6,6	12.101.966	16,9	27.357.764	11,5	2.087.976	53,4	348.940	8,2
1957	2.086.861	28,8	2.550.608	11,8	22.468.769	-1,5	-	-	4.132.399	-14,8	11.687.801	3,4	24.661.237	-9,9	753.015	-177,3	359.024	2,9
1958	2.642.439	26,6	2.894.975	13,5	24.736.997	10,1	-	-	4.488.244	8,6	14.917.959	27,6	27.480.451	11,4	1.430.259	89,9	1.055.530	194,0
1959	3.305.919	25,1	2.793.961	-3,5	24.773.730	0,1	229.578	-	3.939.962	-12,2	17.110.426	14,7	28.855.621	5,0	1.365.986	-4,7	1.106.647	4,8
1960	4.046.148	22,4	2.743.412	-1,8	27.842.313	12,4	570.021	148,3	4.189.360	6,3	19.477.384	13,8	33.485.162	16,0	1.649.374	20,7	1.462.234	32,1
1961	4.809.581	18,9	2.392.138	-12,8	28.951.761	4,0	1.080.226	89,4	4.322.182	3,2	20.389.322	4,7	35.651.696	6,5	1.761.981	6,8	902.796	-38,3
1962	6.097.584	26,8	2.155.735	-9,6	32.907.668	13,7	1.363.692	26,2	4.708.639	8,9	22.663.810	11,1	38.103.010	6,9	1.845.805	4,8	1.458.460	61,5
1963	7.153.641	17,3	1.687.396	-21,7	35.189.670	6,9	1.912.382	40,2	3.925.779	-16,6	24.280.138	7,1	39.602.153	3,9	1.687.396	-8,6	1.433.303	-1,7
1964	8.393.336	17,3	1.452.604	-12,9	38.207.406	8,5	2.032.725	6,3	4.044.732	3,0	26.165.294	7,8	40.712.055	2,8	1.954.455	15,8	1.144.917	-20,0
1965	8.707.810	3,7	1.298.439	-10,6	37.991.304	-0,6	2.039.497	0,3	3.832.534	-10,2	5.585.352	-2,2	36.439.625	-10,5	1.685.521	-13,8	1.785.723	56,0

FONTE: Conselho Nacional do Petróleo (até 1954) e PETROBRÁS (a partir de 1955) in Plano Decenal, P. 85.

(...) Dados não disponíveis

(*) Inclusive consumo próprio das refinarias

TABELA II.14

RECURSOS DA PETROBRÁS - Cr\$ milhões, a preços de 1965 (1)

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
A) PRÓPRIOS											
a) Saldo Bruto das Operações Industriais	30 630	70 474	103 082	150 531	187 543	168 458	377 194	362 892	367 803	414 597	341 491
b) Lucros não distribuídos	-	1 601	21 296	52 703	51 032	76 198	58 190	134 231	105 704	86 703	130 334
c) Autofinanciamento (a+b)	30 630	72 075	124 378	203 234	238 575	244 656	435 384	497 123	473 507	501 300	471 825
d) Dividendos Reinvestidos	-	2 552	13 255	14 983	14 896	15 941	11 560	15 775	9 318	5 397	3 980
SUB-TOTAL	30 630	74 627	137 633	218 217	253 471	260 597	446 943	512 897	482 826	506 697	475 805
ÍNDICE	100	244	449	712	828	851	1 459	1 674	1 576	1 654	1 553
B) FISCAIS											
e) Arrecadação de fundos (artigos 13, 14 e 48 da lei 2004)	28 080	32 522	56 022	58 964	64 352	66 616	73 190	20 102	6 241	5 801	6 160
f) Contribuição de Proprietários de veículos	13 380	11 808	9 114	136	155	22	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	41 460	44 330	65 136	59 100	64 507	66 638	73 190	20 102	6 241	5 801	6 160
ÍNDICE	100	107	157	143	156	161	176	48	15	14	15
C) TOTAL DE RECURSOS	72 090	118 957	202 769	277 318	317 979	327 235	520 134	533 000	489 067	512 498	481 965
ÍNDICE	100	165	281	384	441	458	728	746	685	717	675
% de A/C	42,5	62,7	67,9	78,7	79,7	79,6	85,9	96,2	98,7	98,9	98,7
% de B/C	57,5	37,3	32,1	21,3	20,3	20,4	14,1	3,8	1,3	1,1	1,3

FONTE: Petrobrás - Relatórios de Atividades

(1) Deflator Utilizado: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

TABELA II.15

ARRECADADAÇÃO DE FUNDOS

CR\$ milhões, a preços de 1965 (1)

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Imposto Único (Art.13/2004)	27630	25493	38516	40007	48612	44796	62226	4369	30	-	-
Imp.Importação e Consumo (Art.14/2004)	450	7030	8654	8102	10268	16464	4616	6460	717	1559	-
Contribuições Especiais (Art.48/2004)	-	-	8851	10855	5472	5357	6348	9252	5494	4242	6160
TOTAL	28080	32523	56021	58964	64352	66617	73190	20081	6241	5801	6160

FONTE: Petrobrás, Relatório de Atividades

(1) Deflator utilizado: IGP - disponibilidade interna.

TABELA II.16

RELAÇÃO CAPITAIS PRÓPRIOS/CAPITAIS DE TERCEIROS
(1954 - 1965)

NOMENCLATURA/ANO	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
CAPITAL PRÓPRIO	<u>89</u>	<u>71</u>	<u>71</u>	<u>76</u>	<u>73</u>	<u>75</u>	<u>75</u>	<u>59</u>	<u>66</u>	<u>64</u>	<u>51</u>	<u>56</u>
CAPITAL DE TERCEIROS	<u>11</u>	<u>29</u>	<u>29</u>	<u>24</u>	<u>27</u>	<u>25</u>	<u>25</u>	<u>41</u>	<u>34</u>	<u>36</u>	<u>49</u>	<u>44</u>
INTERNOS	11	29	29	24	24	21	21	34	19	22	26	24
EXTERNOS	-	-	-	-	3	4	4	7	15	14	23	20
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: Petrobrás, Serviço Financeiro

(1955-1968)
8

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968
CAPITAL PRÓPRIO	82,1	88,8	95,0	91,1	95,7	82,9	92,2	96,6	91,7	87,2	99,8	100,0	66,3	95,4
-Autofinanciamento	43,7	59,5	56,8	60,8	64,5	54,1	70,0	86,3	85,2	73,8	76,2	92,0	47,6	52,1
-"Aportes" de Capital	38,4	29,3	38,2	30,3	29,9	28,7	15,7	10,2	5,1	9,8	18,9	8,0	18,7	40,5
-Impostos (para aumento de capital)	38,4	29,3	30,9	23,9	24,2	23,0	13,3	6,0	2,6	8,1	17,9	1,9	16,1	21,7
-Governo	-	-	7,3	6,0	5,4	5,3	2,0	3,9	2,4	1,3	1,0	5,0	2,6	18,8
-Particulares	-	-	-	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,1	0,4	-	1,1	-	-
- Recursos Fiscais (p/ amortização de investimento)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-Outros	-	-	-	-	1,3	0,1	6,5	0,1	1,4	3,6	4,7	-	-	2,8
CAPITAL DE TERCEIROS														
-Financiamentos	17,9	11,2	5,0	8,9	4,3	17,1	7,8	3,4	8,3	12,8	0,2	-	33,7	4,6
-País	17,9	10,6	5,0	-	-	10,8	-	0,2	-	-	-	-	-	-
-Exterior	-	0,6	-	8,9	4,3	6,3	7,8	3,2	8,3	12,8	0,2	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

TAXA DE CRESCIMENTO REAL DOS RECURSOS

SOS	-	48,0	63,7	36,5	11,1	8,3	97,6	-30,6	-5,4	10,1	-6,8	-17,0	58,1	-19,3
-----	---	------	------	------	------	-----	------	-------	------	------	------	-------	------	-------

Fonte: Petrobrás, in Reichstul, op. cit., p.

TABELA II.18AUTOFINANCIAMENTO DA PETROBRÁS

AUTOFINANCIAMENTO		AUTOFINANCIAMENTO	
Taxa real de crescimento		Sobre Total de recursos (%)	
1956	135,3	55	42,5
1957	72,6	56	60,6
1958	63,4	57	50,8
1959	17,4	58	73,3
1960	2,6	59	75,0
1961	78,0	60	74,8
1962	14,2	61	83,7
1963	- 4,8	62	93,3
1964	5,9	63	96,8
1965	- 5,9	64	97,8
		65	97,9

FONTE: Tabela II.14

TABELA II.19

RELAÇÃO ENTRE PREÇO EM SÃO PAULO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

E ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - Disponibilidade Interna

(1957 = 100)

	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Óleo Combustível	----	0,95	0,86	0,79	0,69	0,67	0,59	1	1,28	1,38	1,15	1,62	1,40	1,48	1,39	1,57
Óleo Diesel	0,75	0,78	0,73	0,67	0,67	0,73	0,65	1	1,20	1,43	1,15	1,72	1,43	1,44	1,54	1,86
Querosene	0,85	0,78	0,74	0,64	0,59	0,72	0,82	1	1,10	1,25	0,98	1,11	0,90	1,16	1,21	1,38
Gasolina "A"	0,99	0,87	0,83	0,90	0,86	1,08	0,97	1	1,04	1,04	0,85	1,15	0,95	0,95	0,99	1,21
Gasolina "B"	----	----	----	----	----	----	----	-	0,89	0,89	0,74	1,01	0,83	1,24	1,13	1,17
Gás liquefeito de Petróleo	----	----	----	----	----	----	----	-	0,82	0,77	0,67	0,69	0,51	0,52	0,48	0,54

Fonte: Diário Oficial, in Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social

CUSTOS CIF DOS PRODUTOS - 1953/1964

(US\$/BARRIL)

ANOS	GÁS LIQUEFEITO	GASOLINA DE AVIAÇÃO	GASOLINA AUTOMOTIVA	QUEROSENE	QUEROSENE PARA JATO	ÓLEO DIESEL	ÓLEO COM BUSTÍVEL	ÓLEOS LUBRIFICANTES	PETRÓLEO BRUTO
1953	16,19	7,76	5,29	4,72	-	4,44	2,81	20,63	4,38
1954	15,43	7,62	4,73	4,46	-	4,22	2,53	19,70	3,61
1955	15,33	7,23	4,75	4,49	-	4,42	2,72	20,23	2,97
1956	9,60	7,30	4,98	4,87	-	4,73	3,09	22,00	2,93
1957	9,21	8,08	5,25	5,22	-	5,17	3,62	13,12	3,25
1958	9,08	7,48	4,68	4,64	-	4,54	3,15	11,45	3,18
1959	8,95	7,30	4,64	4,76	-	4,54	2,78	11,19	2,88
1960	8,65	6,90	4,57	4,59	-	4,25	2,71	11,60	2,67
1961	7,10	6,83	4,25	4,62	-	4,30	2,67	11,74	2,46
1962	6,31	6,84	3,76	4,55	4,70	4,16	2,59	11,58	2,36
1963	5,54	6,51	3,46	4,51	4,63	3,89	-	11,55	2,29
1964	5,17	5,75	2,75	-	3,74	-	-	11,08	2,13

FONTE: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda, in Plano Decenal, p. 68

(*) Em 1956, a Empresa já obtivera o monopólio das importações de gás, liquefeito de petróleo e a partir de 1959, o Conselho Nacional do Petróleo conferiu-lhe a responsabilidade por todo o óleo combustível a ser adquirido no exterior, em complementação à produção interna.

LIBERAÇÃO DE DIVISAS PROPORCIONADA PELA INDÚSTRIA NACIONAL DO

PETRÓLEO - 1955/1964

A N O S	LIBERAÇÃO DE DIVISAS (US\$ 1.000)					(1)	
	TOTAL	PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	REFINAÇÃO				TRANSPORTES MARÍTIMO
			PETROBRÁS	PARTICULARES	SUBTOTAL		
1955	32.518	5.601	13.101	12.950	26.051	866	
1956	71.089	11.283	36.701	19.360	56.061	3.745	
1957	103.288	30.510	40.578	26.862	67.440	5.338	
1958	124.883	59.273	38.811	20.168	58.979	6.631	
1959	143.544	67.493	45.832	25.411	71.243	4.808	
1960	176.439	79.917	53.314	30.173	83.487	13.035	
1961	193.465	88.403	69.141	25.343	94.484	10.578	
1962	200.412	80.052	78.985	20.169	99.154	4.927	
1963	201.352	83.503	93.978	21.041	115.019	2.830	
1964	186.200	70.925	93.209	19.443	112.652	2.623	

FONTE: PETROBRÁS

(1) Liberação líquida (receita de longo curso - equivalente em dólar - menos custeio em moeda estrangeira)

O ESQUEMA CAMBIAL DA PETROBRÁS

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
80% da liberação de divisas (US\$ 1.000)	Exportações Brasileiras	3% das Exp. Brasileiras (US\$ 1.000)	5% das Exp. Brasileiras (US\$ 1.000)	Importações da Petrobrás (materiais e equipamentos) (US\$ 1.000)
1955	26.014	42.570	70.950	26.000
1956	56.871	44.460	74.100	n.d.
1957	82.630	41.760	69.600	n.d.
1958	99.906	37.290	62.150	49.942
1959	114.835	38.460	64.100	16.980
1960	141.151	38.070	63.450	28.000
1961	154.772	42.090	70.150	45.010

FONTES: Os dados de importação de materiais e equipamentos pela PETROBRÁS foram extraídos da Tabela III 2. As taxas de câmbio utilizadas para a conversão em cruzeiros foram extraídas de Baer, Werner - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1983, 5ª edição, p. 507.

Foi utilizada a taxa oficial e, em 1957 e 1958, a mais baixa do ano.

CAPÍTULO III

PARA NACIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

CAPÍTULO III. A NACIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

III.1. Petrobrás, ABDIB e Firmas de Engenharia em Três Grandes Obras.

A separação entre as funções de "pesquisa e desenvolvimento" e as funções diretamente ligadas à produção é um fenômeno bastante recente. (287) De início, diferenciaram-se os indivíduos responsáveis por cada atividade. Posteriormente, construíram-se tanto os departamentos de engenharia das empresas quanto o próprio ramo de empresas especializadas naquilo que hoje se denomina — com certa imprecisão — engineering.

Segundo Jacques Perrin, a "autonomia da função de concepção dos conjuntos" surgiu de um conjunto de fatores: complexidade crescente das técnicas de produção, desenvolvimento dos processos contínuos de produção, dimensão dos complexos industriais e necessidade de integrar os grandes complexos em seu meio econômico e social. Se os quatro fatores são perti

(287) "Até a era da utilização em massa da energia elétrica, da mecânica complexa e da grande química industrial, dificilmente se pode distinguir aquele que concebe e aquele que realiza daquele que produz. Os grandes inventores do século XVIII foram, na maioria das vezes, artesãos que conceberam e construíram eles mesmos as máquinas destinadas a melhorar sua produção (...). Ao longo das últimas décadas, em consequência do porte dos conjuntos a operar, da complexidade crescente das técnicas a dominar, a concepção de unidades de produção industriais, a engenharia cessou de estar à medida de um artesão de gênio ou de um fabricante de talento. A função de concepção e realização teve de se distinguir da função de produção; sua autonomia se afirmou no quadro das unidades de produção, de um lado, sob a forma de repartições de estudos e de 'travaux neufs' no exterior das unidades de produção, de outro lado, sob a forma de escritórios liberais de assessoria (ingénieurs conseils) e de sociedades de engenharia, especializadas ou polivalentes". In, Perrin Jacques — Engineering: Terminologie et Fonction Economique, Centre de Développement de L'OCDE, Industrie et Technologie, Étude spéciale n° 9, 1976, p.15.

nentes para a análise da indústria do petróleo, dois deles dizem-lhe respeito de forma especial:

"Os processos contínuos de produção apareceram e se impuseram nas indústrias petrolíferas e petroquímicas. E as principais sociedades de engenharia atuais no mundo, chamadas: Bethtel, Lummus, Foster Wheeler para os Estados Unidos, Technip, Heurtey para a França, foram criadas ou se desenvolveram no quadro da engenharia de instalações petrolíferas e petroquímicas. Além da complexidade e da diversidade das técnicas que devem ser dominadas para a concepção desses conjuntos industriais, era necessário conceber esses conjuntos como um todo; a concepção de cada sub-conjunto deve ser feita em função de sua integração e de seu lugar e de seu papel no conjunto do complexo. A engenharia desses complexos industriais não pode ser dominada senão por um único grupo de engenheiros e técnicos sob a responsabilidade de um engenheiro de projeto". (288)

Por outro lado, o caráter contínuo do processo demanda uma integração planejada com o "meio econômico e social":

"É necessário integrar a concepção dos complexos e a concepção de suas redes de transportes e de comunicação. Passa-se então da concepção de um complexo industrial à concepção de um conjunto de sistemas". (289)

(288) Perrin, op.cit., p.16.

(289) Perrin, op.cit., p.18.

A importância da indústria petroquímica para o desenvolvimento do setor de engineering é reiterada por Alves e Ford, quando afirmam que as "atuais estruturas de engineering" surgiram com a implantação do setor petroquímico nos Estados Unidos. (290)

Não é de estranhar que o CNP e a Petrobrás devessem recorrer às mesmas firmas que comercializavam os processos de produção na Europa e nos Estados Unidos, e que até então eram quase que exclusivamente norte-americanas. (291) A alternativa de desenvolver autonomamente a tecnologia — embora aventada no início da década de sessenta (292) e de fato levada a efeito no caso do xisto (293) — só viria a ganhar mais corpo na Petrobrás na década de setenta.

Assim, a descrição sumária do histórico da relação entre empresas estatais e empresas de engineering sugerida por Alves e Ford se aplica perfeitamente ao setor petróleo:

"Nas etapas iniciais de implantação dos primeiros projetos industriais, o engineering estrangeiro operou livremente devido às tímidas restrições impostas pelas empresas estatais, que trabalha

(290) Alves e Ford, op.cit., p. 59

(291) Cf. Alves e Ford, op.cit., p. 59. Veja-se também os relatos da OECE citados no capítulo anterior.

(292) Segundo Mangabeira, "*Estava combinado um encontro com Matei (o grande presidente da ENI), quando ele morreu vítima de desastre de avião (...). Pretendíamos (...) estudar com Matei: (...) b) contratos com técnicos da ENI para criarmos o nosso Departamento de Projetos, marco essencial para a nossa autonomia e nosso desenvolvimento na indústria do petróleo. Ainda pagamos — caríssimo, em dólares, os projetos para as nossas refinarias e outras indústrias de petróleo. Tais projetos precisam ser realizados pelos engenheiros brasileiros, pela Petrobrás (...). Era preciso — e é preciso acabar com a situação de dependência em que nos encontramos, em que não fazemos os nossos projetos para as nossas refinarias e outras unidades industriais, mas somente executamos — e com auxílio da firma projetista — a construção dessas unidades". In. Mangabeira, op.cit., p.151.*

(293) Ib. pp. 123-128.

vam então próximas da base turn-key". (294)

Ou seja, encarregavam-se de todas as operações que se estendem do projeto ao início da operação. Para a construção de Mataripe, a M.W.Kellogg foi contratada para os serviços de projeto, detalhes, compra, inspeção e expedição de material; sua subsidiária, Kellogg Pan American Corporation, para a supervisão de montagem e construção civil. (295) A contratação da Hydrocarbon para a construção da refinaria de Cubatão se deu nos mesmos moldes.

"Na etapa seguinte à implantação dos primeiros projetos industriais, passam a operar no País as primeiras empresas de engenharia de projeto, subsidiárias de firmas estrangeiras, que já vinham desenvolvendo trabalhos para as empresas estatais. Assim, no ramo siderúrgico aparecem a Kaiser e a McKee ; no hidroelétrico a Companhia Internacional de Engenharia e no refino, destaca-se a atuação da Foster Wheeler Co., entre outras". (296)

Seria interessante investigar as circunstâncias em que se deu a entrada no Brasil das firmas de engenharia especializadas nos diversos setores da indústria pesada. Arrisco aqui a hipótese de que apenas no setor petróleo tal entrada es teve intimamente associada à problemática da nacionalização de equipamentos. No caso da Petrobrás, a "etapa seguinte", de que falam Alves e Ford, teve início com a segunda ampliação de Mataripe, quando foi implantada a Companhia Kellogg Brasileira , a fim de viabilizar o primeiro grande salto no índice de nacio

(294)Alves e Ford, op. cit., p. 9.

(295)Cf. CNP- Relatório de 1947.

(296)Alves e Ford, op.cit., p.10.

nalização. Qual a importância da realização de parte das tarefas de engineering no Brasil para o aumento deste índice ?

Para entender os papéis da Kellogg e da ABDIB na ampliação de Mataripe é necessário retornar ao problema das várias etapas do engineering, apenas afluído no capítulo segundo. A primeira dificuldade, neste sentido, é colocada pela falta de uniformidade na terminologia dos vários textos consultados.

Segundo o relatório CEPAL/ABDIB, o engineering pode ser dividido em duas partes principais:

"a do funcionamento da instalação (ou process engineering), na qual se estabelece todo o fluxo das operações desde a entrada das matérias-primas até a saída do produto, e construção da própria instalação (ou mechanical engineering)". (297.)

Esta definição é a mesma proposta pelo Plano Mestre de Siderurgia e pela pesquisa da Tecnometal. O Plano diferencia a engenharia do projeto da engenharia de fabricação do equipamento. A primeira compreende "o projeto básico, as compras e o detalhamento e deve realizar desde os primeiros esquemas da instalação, as especificações das máquinas e equipamentos, julgamento das propostas de fornecedores, até o projeto de instalação e montagem dos mesmos, uma vez escolhidos". A segunda é "responsável pela concepção, projeto e fabricação de equipamentos, e envolve todos os serviços básicos, como o de desenvolvimento de materiais, métodos operatórios e planos de fa

(297) CEPAL/ONU - op.cit., p.72.

bricação", (298)

Alves e Ford dividem a engenharia de projeto em tres etapas: anteprojeto, projeto básico e projeto executivo (ou de detalhamento). Após a primeira etapa, em que se confrontam as alternativas, o "projeto básico para o investimento compreende o estabelecimento dos primeiros esquemas gerais da instalação para a concepção do projeto, as estimativas dos custos e do pessoal necessário". (299) Segundo Tironi, essas duas atividades são frequentemente denominadas como engenharia de processo, "fase na qual se definem os processos tecnológicos a adotar nas unidades principais, sua escala e modularidade" (300). Na terceira etapa "são estabelecidos os detalhamentos de cada componente principal do projeto através dos cálculos e desenhos relativos a estes componentes, especificações dos equipamentos (circuitos, tubulações, material elétrico, etc.) assim como dos planos para a construção civil e montagem". (300) No relatório CEPAL/ABDIB, a engenharia de processo compreende também essa terceira etapa.

A engenharia de fabricação, por seu turno, compreende o projeto do produto e a engenharia de produção. O primeiro "é basicamente o desenho do equipamento, com as definições geométricas e de materiais, ou seja, as especificações técnicas do produto. A engenharia de produção é relativa à organização da produção, envolvendo portanto questões de processos de fabricação". (301)

(298) MIC, Plano de Siderurgia: Levantamento do potencial de engenharia no país, Relatório final, Brasília, 1976, citado em Thorstensen, Vera - O Estado Planejador, o Estado Produtor e o Setor de Bens de Capital sob Encomenda, tese de doutoramento, FGV, São Paulo, 1980, p.173.

(299) Alves e Ford, op.cit., p.8

(300) Tironi, op.cit., p.88.

(301) Tironi, op.cit., p.89.

A distribuição de todas essas etapas pelos agentes envolvidos na construção de uma planta de processamento é bastante variável. Conforme a época, o país, a indústria, modifica-se o papel do usuário e do fornecedor do equipamento, e também da firma de engenharia, que pode ou não estar presente. O produtor de bens de capital, por exemplo, pode deter o controle de todo o percurso da engenharia de processo à engenharia de produção. No caso brasileiro, os produtores mal dominavam a engenharia de produção (302).

Para estabelecer o fornecimento em grande escala de equipamentos petrolíferos no Brasil era necessário realizar no país ao menos a etapa tecnologicamente mais simples da engenharia de projeto: o detalhamento.

A importância da engenharia de detalhamento na definição das especificações dos equipamentos — e, portanto, da capacidade de um parque industrial assumir sua fabricação — é motivo de controvérsias. Para alguns, o detalhamento não pode senão ratificar as decisões tomadas anteriormente, na formulação do projeto básico. Para outros — a maioria dos meus entrevistados, por exemplo, — o projeto básico, mesmo sendo realizado no exterior, pode deixar e deixa, em geral, alguns graus de liberdade cruciais para a escolha do fornecedor dos equipamentos.

(302) Na opinião de Tironi, "uma característica do processo de industrialização brasileira é a incapacidade das empresas produtoras de bens de capital operarem no campo da engenharia de projeto e na parte da engenharia de produto. Entretanto, a primeira deficiência vem sendo preenchida pelas consultorias de engenharia e departamentos especializados das grandes empresas compradoras de bens de capital estatais". (op. cit., p. 89)

Segundo o relatório CEPAL/ABDIB,

"para fabricar no país uma proporção que permita aproveitar plenamente todas as possibilidades da indústria brasileira de equipamento, é essencial realizar ao menos a terceira fase do projecto no país {especificação detalhada dos equipamentos}. De todo modo, as especificações do projecto dificilmente poderiam adaptar-se às condições próprias do Brasil (...). Se este projecto é preparado em sua totalidade no exterior, haverá com frequência matérias primas que são especificadas de acordo com as características próprias do país de onde se origina o projecto e que no mais das vezes traduzem também os hábitos ou a conveniência dos produtores e consumidores desse país". (303)

A questão do detalhamento envolve também as das normas técnicas:

"Dado o estado ainda embrionário das normas brasileiras para a construção mecânica, os fabricantes de equipamentos, pressionados pelos engenheiros projetistas, adoptam normas e espeficicações estrangeiras, principalmente norte-americanas". (304).

No entanto, nem sempre a indústria nacional estará capacitada a operar seguindo tais normas. Requer-se, então, todo um trabalho de engenharia no sentido de estabelecer os limites dentro dos quais essas normas possam ser infringidas.

(303) CEPAL/ONU, op.cit., p.73.

(304) Ib, p. 24.

sem prejuízo das condições de segurança da instalação.

Difícilmente a firma de engenharia estrangeira leva rã em consideração a "constelação de recursos" própria do país ao qual se destinam os equipamentos. A idéia de que o motivo disso reside nos laços entre as firmas de engenharia e os pro dutores de equipamentos é bastante frequente. De fato, este alimento parece ser muito importante em setores específicos, co mo cimento e mineração⁽³⁰⁵⁾. Seria leviano, contudo, generalizar essa situação.⁽³⁰⁶⁾

No caso dos equipamentos para petróleo, a única re ferência a esse tipo de esquema proveio da entrevista de Plínio Cantanhede. Referindo-se à nacionalização de equipamentos, o ex-presidente do CNP afirmou que "com a Hydrocarbon não houve mui to problema, ela não era muito ligada a nenhum grupo de fabri cantes de equipamentos".⁽³⁰⁷⁾ Já segundo outro depoimento, a Hydro carbon não era mais desvinculada que as demais. Porém, era uma firma de menos tradição, pois surgira recentemente de uma dis sidência da Kellogg. Ou fazia concessões ou não vendia. Por

(305) Ib, p. 54.

(306) Tratando do engineering petroquímico, Alves e Ford afirmam que em geral "o detentor do processo busca a colabo ração do 'grupo de engineering' para o projetamento e operação da unidade em escala industrial, sendo este também solicitado para servir de veículo de comercialização futura do know-how de processo. Este tipo de procedimento é mais comum às empresas norte-americanas, dado a existência de várias empresas de engineering autônomas. Estas são menos encontradas entre os paí ses europeus ou no Japão, de forma que a colaboração se realiza dentro de um mesmo grupo industrial". (In Alves e Ford, op.cit. p.56). Porém, o relatório da OEEC menciona a Foster Wheeler e a Kellogg como proprietárias de oficinas de caldeiraria, OEEC (1959) op.cit., p.33. Seja como for, o fato de que a construção de Cuba tao e a ampliação de Mataripe combinaram engineering americano com equipamento predominantemente europeu por si só teria bastado para conturbar o circuito firma de engenharia/fabricante de equi pamentos.

(307) Plínio Cantanhede, entrevista.

isso, na época da construção de Cubatão, era uma firma mais acessível.

Ao que parece, pesam fortemente outras razões, e bem mais prosaicas. De um lado, comodismo e desinformação. Não parece razoável atribuir a importação de postes de eucaliptos, pequenos transformadores e material sanitário, para a construção de Mataripe, a uma articulação entre a Kellogg e os produtores americanos. Outro exemplo? Basta recorrer, novamente, à entrevista do engenheiro da Petrobrás que acompanhou os trabalhos da Kellogg e, posteriormente, a construção da Fábrica de Borracha Sintética:

"Lembro-me, no caso da FABOR, que tínhamos tanques de látex de aço inox. Mas usávamos tanques de madeira. Estava no projeto. E agente questionava: 'Por que de madeira? Não tem que ser de madeira!' O projetista insistia, não tínhamos tempo para questionar... Os tanques são de madeira até hoje. Mas nós descobrimos depois que eles eram de madeira porque na época da guerra o aço inox estava difícil, saía caro nos Estados Unidos. E aquilo foi transposto para nosso projeto".

Às vezes, ainda, erros na adaptação do projeto às condições locais prejudicaram a própria empresa estrangeira que se instalava no Brasil. Exemplo típico foi o da Mecânica Pesada, que construiu para si mesma um edifício insuportavelmente abafado, com uma parede de vidro voltada para o...soleil.

Por outro lado, a eventual resistência das projetistas em adaptar as exigências técnicas ao nível da indústria brasileira também pode ser creditada aos custos e riscos que es

sa opção necessariamente acarreta. O trabalho adicional começa com a conversão de pés e polegadas em metros, passa pelo levantamento das características atuais e potenciais do parque industrial, levando em conta a matéria-prima, as instalações e equipamentos, a capacitação dos engenheiros e dos operários qualificados e conclui com a inspeção rigorosa nas várias etapas de fabricação e montagem. Enfim, requer tempo, muitos homens/hora, podendo mesmo dificultar o fechamento de outros contratos pela firma de engenharia devido à falta de capacidade ociosa. Até aqui quanto aos custos. Essa adaptação significa enfrentar a todo momento o problema dos desvios em relação às normas vigentes nos Estados Unidos. A firma de engenharia deve ainda enfrentar as pressões dos fabricantes nacionais, interessados em relaxar as normas, sabendo que responde pelas alterações perante o usuário do equipamento. (308)

Já o fornecimento dos primeiros tanques da SANVAS para Mataripe, ainda nos tempos do CNP, exigira a aceitação de desvios em relação às normas americanas. Este tipo de operação só se tornou rotineiro, contudo, com a criação quase simultânea da Petrobrás, da ABDIB e da CKB. Só então foram geradas as condições financeiras, políticas e técnicas para o aprofundamento da nacionalização de equipamentos. A Petrobrás podia, em primeiro lugar, arcar com os custos desta opção; a dimensão de seu programa de investimentos a tornava, além disso, um clien-

(308) "Compreende-se, pois, que não haja grande interesse por parte dos engenheiros estrangeiros em dar trabalho à indústria local. Em princípio, pareceria que não tem importância colocar qualquer pedido neste ou naquele lugar; porém, raciocinando como estes engenheiros, se o país interessado está iniciando uma indústria, se não conta ainda com métodos de construção mecânica adequadamente definidos e claros, então o trabalho de controle e inspeção aumentaria bastante e grande parte do risco que se correria na fabricação poderia malograr todo o conjunto". In CEPAL/ONU, op.cit., p. 73.

te com poder de barganha bastante grande, capaz de dobrar as resistências das firmas de engenharia. A ABDIB assumiu uma série de tarefas de cunho técnico e se constituiu rapidamente num interlocutor qualificado dessas firmas. A instalação destas no Brasil, que começou pela CKB, viabilizou o trabalho de aproximação das normas da indústria do petróleo à realidade da indústria nacional.

III.1.1. Mataripe: a Segunda Ampliação

A fonte mais completa sobre esta obra (chamada "Matãmplia" na Petrobrás) é o Relatório Geral da Obra da Refinaria Landulpho Alves. (309) Segundo este texto, já em 1952, em meio à primeira ampliação da unidade, a "Comissão da Refinaria de Mataripe constatou as possibilidades técnicas e as vantagens econômicas em produzir óleos lubrificantes". Para isso era necessário elevar a capacidade de processo a 15000 bpd.

As dificuldades existentes entre os proprietários da patente do processo aprovado pelo CNP e as empresas de engineering Foster Wheeler e Lummus, eliminaram-nas do processo. Restou a Kellogg.

Durante o governo Café Filho, acontecimentos referidos de forma um tanto obscura determinaram a colocação de encomendas no mercado externo na Europa, e não nos Estados Unidos. Assim, foram assinados os seguintes contratos:

"10.1. Com The M.W. Kellogg e suas subsidiárias, para o projeto completo, especificação, agenciamento, fiscalização e inspeção de materiais e equipamentos na Europa e no Brasil.

"10.2. Com um consórcio de firmas francesas tendo como Mandatária a Companhia Batignolles - Chatillon, para fornecimento financiado de materiais e equipamentos, — exclusive aqueles que pudessem ser fabricados e adquiridos no Brasil.

(309) Petrobrás — Relatório Geral da Ampliação da Obra da Refinaria Landulpho Alves, redigido pelo engenheiro-representante, Marino Guimarães, 1960.

*"Cumpre assinalar que, em ambos os contratos ,
foi prevista a participação da Indústria Bra-
sileira, até o máximo tecnicamente possível"
(309)
(grifos meus).*

Estudos posteriores indicaram ser mais econômico am
pliar a refinaria para 37000 bpd, do que fazer uma outra refi
naria em Recife, conforme se previa no Plano de Refinarias apro
vado pelo CNP em 1952.

A opção da Petrobrás pelo aprofundamento da política
nacionalizante instaurou um novo padrão de relacionamento en
tre clientes e fornecedores de equipamentos, intermediados pe
la firma de engenharia.

A fim de viabilizar o índice de nacionalização pré-
-fixado em 20% a Kellogg instalou no Brasil a Companhia Kellogg
Brasileira -CKB.

Segundo o engenheiro da Petrobrás ⁽³¹⁰⁾ que à época tra
balhou junto à CKB, esta empresa teve um papel fundamental.
Além de uma pequena participação no projeto, a CKB assumiu, com
certa autonomia, o agenciamento das compras:

*"A CKB assessorava a Petrobrás na aquisição dos
equipamentos aqui no Brasil (...). Houve uma
grande visitaçãõ a todas as indústrias naquela
época, mais ou menos em 1958, para ver quais
as indústrias que tinham possibilidade de for
necer alguma coisa. Então se fez um vendedor's
list, para caldeiraria, tubulação, eletricida-
de, válvulas....(...). Talvez tenha sido o pri*

(310) Este engenheiro exercia em 1983, quando foi entrevistado
função de importância no Serviço de Engenharia da Petrobrás.

meiro cadastro da Petrobrás. Foi feito em colaboração com a ABDIB".

A CKB inspecionava as fábricas, explicava às empresas como elaborar os orçamentos, recolhia as propostas, emitia pareceres técnicos, assistia às empresas na etapa de fabricação, passando-lhes informações acerca da matéria-prima necessária, da ferramenta mais adequada e da melhor forma de utilizá-la, etc. Nesse sentido chegava a ter, ao que parece, uma presença ainda mais ativa do que teria nos Estados Unidos; segundo uma ata da ABDIB, combinou-se que a CKB faria inspeção contínua, e não apenas periódica, como nos Estados Unidos, o que devia representar fundamentalmente uma garantia para a Petrobrás, senão para os próprios fabricantes (uma vez que se tornaria mais fácil detectar os erros de fabricação antes de ocasionarem maiores prejuízos). (311)

Durante suas andanças pelo parque industrial brasileiro os engenheiros da CKB certamente esbarraram algumas vezes na figura do "empresário tradicionalista", completamente avesso à modificação da rotina e à incorporação dos requisitos

(311) ABDIB, RD, 25-6-1956.

técnicos exigidos pela indústria do petróleo. (312)

Não foi esta a tônica, contudo, dos trabalhos da ABDIB. Pelo contrário, nestes a palavra de ordem era o incremento da capacitação técnica dos associados. Uma das primeiras decisões da entidade foi estudar a compra de um aparelho de raios X para testar os vasos de pressão que seriam fabricados para Mataripe. A ABDIB contratou desenhistas, que realizaram plantas de tanques, torres, permutadores e estruturas metálicas; procurou filiar-se à ASTM e à ASME, obtendo desta última a permissão para traduzir especificações. Nas palavras de Bello, no "período heróico" da produção de equipamentos pesados (de 1955 a 1957/8), teve a ABDIB

(312) Este fenômeno foi referido em várias entrevistas. Por exemplo, na do engenheiro que trabalhou com a CKB:

"As indústrias não estavam preparadas para vender equipamentos para a indústria de petróleo. Nós não tínhamos nem as brasileiras, nem a Petrobrás, nem a ABNT. Todas as normas eram estrangeiras: ASTM, etc. Algumas empresas não aceitavam nem a inspeção da Petrobrás. Estavam preparados para fornecer equipamentos da sua linha - 'eu lhe vendo isso'. Mas na indústria do petróleo tudo é feito sob medida, o usuário tem que dar o projeto do equipamento, a empresa detalha, o usuário olha o desenho, aprova o equipamento, entra em fabricação, você vê se o material é o especificado, fiscaliza as dimensões, a disposição das peças, o tratamento térmico. Tudo isso requer durante a fabricação um relacionamento muito íntimo entre fabricante e cliente. Muitas empresas achavam que isso era uma intromissão, algumas nem aceitaram. Foi uma situação que logo em seguida se modificou, quando a indústria percebeu que ou aceitava isso ou estava fora. A etapa seguinte foi das firmas pedindo à Petrobrás que fosse a elas para cadastrá-las, para verificar suas instalações, se tinham meios de controle de qualidade adequados para fornecer equipamentos de petróleo". Problemas de resistência a esse novo padrão ocorreram mesmo dentro da ABDIB. Segundo mais de um depoimento, o protagonista recorrente foi a Dedini. A história, contudo, encerrou-se com um happy-end. Frente a uma consulta da Petrobrás acerca da fabricação de uma torre para a Fábrica de Fertilizantes, a Dedini respondeu impávida: "As especificações ASME serão cumpridas... na medida do possível", ou algo parecido. As cotações apresentadas foram, então, recusadas pela Petrobrás. Passados alguns meses, a Dedini surpreendeu os técnicos da Petrobrás com a entrega da torre, fabricada clandestinamente, sem ter passado pelos eventos regulamentares de inspeção e certificações. Neste caso, a bravata deu resultado e Dedini, "tido como um ótimo sujeito mas sem qualificação industrial", passou a ser mais respeitado.

"um papel de destaque, reunindo todos os fabricantes interessados em desenvolver esse setor industrial, promovendo reuniões e seminários para difundir as novas técnicas e processos de fabricação, chegando até a estabelecer um serviço de qualificação de soldadores a fim de poder atender às normas de construção exigidas pelos projetistas americanos". (313)

Um dos trabalhos mais importantes da ABDIB foi intervir na etapa de detalhamento. A Associação adquiriu uma experiência preciosa, neste sentido, através da prestação de serviços à Du Pont. No segundo semestre de 1955 (setembro ou outubro), esta firma consultou a ABDIB acerca da possibilidade da associação realizar os desenhos dos equipamentos necessários à construção de uma unidade de freon (gás utilizado em todas as unidades seladas de refrigeradores e aparelhos de ar condicionado). Segundo Bello, a idéia original da Du Pont era importar todo engineering em regime de turn-key completo. Talvez pelas relações de amizade entre o diretor da Du Pont e membros da ABDIB, a Du Pont decidiu importar somente a engenharia de processo (também chamada engenharia básica), atribuindo à ABDIB a realização de toda a engenharia de detalhamento. (314)

A documentação da ABDIB explicita em detalhes as tarefas da Associação: desenhos de execução de aparelhos, reservatórios de pressão e maquinária; das tubulações; dos edifícios e estruturas metálicas; das fundações; do conjunto e de montagem. Caberia à Du Pont a direção técnica dos trabalhos, e o fornecimento dos dados necessários aos desenhos; os engenheiros da companhia visariam todos os desenhos, isentando a ABDIB

(313) Bello (1967), op.cit., p.16.

(314) Bello, entrevista.

de responsabilidade técnica sobre dados fornecidos e sobre o funcionamento da instalação.

Apesar destas limitações, o serviço prestado pela ABDIB ia muito além do que se costumava fazer no Brasil — uns poucos cálculos e desenhos, segundo Bello. "No caso da Du Pont vimos pela primeira vez o funcionamento de um projeto de uma unidade petroquímica pequena a ponto de poder ser acompanhada pela ABDIB. Pela primeira vez entramos em contato com engenharia de processo, controle de qualidade, montagem e operação " (315) ;

O processo durou seis meses, ao fim dos quais a Du Pont realizou uma concorrência e comprou aqui uma parte dos equipamentos, o que teria sido impossível, na opinião de Bello, se a etapa de detalhamento do projeto não tivesse sido realizada no Brasil.

A importância da etapa de detalhamento é confirmada pelo fato de que, em fins de 1955, a ABDIB enviou carta a Kellogg e à Hydrocarbon, pedindo a essas firmas que se projetassem aparelhos com tubos e chapas de aço com especificações semelhantes às empregadas pelos fabricantes nacionais de matérias-primas. (316) Da solicitação a ABDIB passou, posteriormente, para a criação de normas nacionais, tarefa em que esteve associada à ABNT. Em 1959, uma ata da reunião da diretoria da ABDIB reproduz um histórico da entidade feito por Bello. Entre outros pontos, Bello destacou já se terem elaborado as normas para válvulas, tanques de armazenamento e qualificação de processos de soldagem e soldadores, explicando a seguir que essas normas eram necessárias para obrigar os projetistas estrangeiros a desenhar equipamentos de acordo com as possibili

(315) Bello, entrevista

(316) ABDIB, RD, 26.12.56.

dades de fabrico nacional.

Segundo Caio Sã, secretário da ABDIB no Rio de Janeiro aconteceu muitas vezes de, para Mataripe, a "Kellogg soltar consultas para fornecimento de materiais, vergalhões, etc., com especificações completamente desconhecidas. Porque nos volumes grandes de encomendas se fez um estudo, mas tinha um mundaréu de materiais em que ela soltava a consulta com especificação dela, sem o cuidado de ver qual o material existente na praça. A ABDIB, a Kellogg e a Petrobrás discutiam possíveis mudanças nas especificações, a Petrobrás através do SENGE (Serviço de Engenharia), dirigido pelo Petrônio Barcellos. Houve casos em que a Kellogg não queria ceder e o Petrônio impôs. Havia coisas que a gente via que estava na cara que podiam ser feitas". (317)

A fabricação de equipamentos de caldeiraria, do ponto de vista da matéria-prima, é relativamente simples: necessita-se basicamente de chapas de aço (chapas de aço, porém, com determinadas especificações, que variam conforme o uso a que se destinam). No Brasil, evidentemente, não havia a variedade de tipos com que as firmas de engenharia podiam contar nos Estados Unidos. A resposta da ABDIB a esse tipo de situação foi dupla. De um lado, discutiu com essas firmas os possíveis desvios em relação às normas. É Bello quem nos conta um episódio em que telegrafou aos Estados Unidos informando não dispor de um aço "x", propondo-se substituí-lo por outro. "Mas esse é mais caro!", responderam os americanos. E de fato era, nos Estados Unidos, mas não no Brasil; aqui havia escala para produzi-lo porque sua especificação era idêntica à usada em auto-peças (318). De outro lado, a ABDIB atuou no sentido de ampliar

(317) Caio Sã, entrevista, Rio de Janeiro de 1984.

(318) Bello, entrevista.

o número de aços fornecidos pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Em agosto de 1955, a ABDIB decidiu não entregar os orçamentos de tanques à Kellogg (319), "visto estarem completamente fora de concorrência". (320) Conforme a ata da primeira reunião da entidade, todas as chapas de aço doce para vasos de pressão e reservatórios seriam importadas pela Petrobrás (321). Verificou-se depois que o fornecimento só seria viável se as chapas fossem fornecidas pela CSN. Segundo Caio Sá,

"Decidido que se ia fazer esse ou aquele equipamento no Brasil, começou-se a pensar na matéria-prima necessária, que eram chapas. Nessa época fizeram-se os primeiros contatos com a CSN, que era a única siderúrgica, para o for

(319) Uma das tarefas realizadas pela ABDIB no período foi orientar e, de certa forma, centralizar o processo de orçamentos. A Associação calculou, por exemplo, as bases de preço (custo homem/hora, número de homens/hora necessários às diversas tarefas de fabricação e base de lucro "FOB usina". (Cf. ABDIB, RD, 18/07/1955). Também as condições de pagamento a indicar nos orçamentos foram discutidas na entidade; no caso dos reservatórios de pressão, tanques e estruturas para Mataripe, foram sugeridas as condições seguintes:

"Reservatórios de pressão - 25% no pedido
75% - 30 e 60 dias da encomenda do equipamento.

Tanques e estruturas - 25% no pedido após a entrega
65% - 30 e 60 dias
10% - depois de montado, ou após

um prazo máximo a ser fixado oportunamente; independentemente dessas condições, cada sócio dará as suas condições, baseado aproximadamente nesses valores". (ABDIB, RD, 25/07/1955).

(320) ABDIB, RD, 08/08/1955.

(321) ABDIB, RD, 30/05/1955. Este tipo de esquema pode ter sido bastante frequente. Zóbaran afirmou em entrevista que havia um controle estrito sobre as firmas de modo a evitar que as matérias-primas importadas pela Petrobrás a um câmbio favorável fossem utilizadas na fabricação de equipamentos para outros clientes que não a empresa estatal. Todo pedido de importação, segundo ele, devia ser claramente justificado.

necimento das chapas necessárias para os tanques de armazenamento e também alguns vasos de pressão que pudessem ser feitos com chapas CSN. Surgiu uma dificuldade: a CSN não produzia chapa larga, e começou a reagir em fornecer as chapas na especificação exigida. Isso porque, na época, chapa qualificada (...) era uma novidade (...) de forma que quando o departamento comercial começou a pensar no que aquilo ia representar de diminuição de produção, ou de encargos extras, pensou em tirar o corpo fora. Aí surgiu um mal-estar, ter que fazer tanques de armazenamento com chapas importadas era inviável. A ABDIB começou a fazer pressão sobre a CSN para o fornecimento. O presidente era o general Macedo Soares, que convocou uma reunião em que esteve presente (deve ter sido em 57, 59), Dr. Jorge Bello, eu e representantes da Petrobrás. Começou-se a discutir. Sentiu-se realmente uma reação dos técnicos da área de inspeção e comercialização da CSN. O general percebeu e disse: 'vamos acabar a reunião, não adianta, tem que fornecer'. Houve uma troca de cartas entre os presidentes da Petrobrás e da CSN (Janary e Macedo Soares), ponto final. Não era uma questão de escala. Era uma tonelagem que ia criar problema, pois ia baixar a produção deles, o fornecimen

*to ia ser feito em detrimento de outros usuá-
rios mais antigos, e sem o rigor que a chapa
para a Petrobrás exigia". (322)*

De fato, a ata da reunião da ABDIB de 17 de novembro de 55 registra o recebimento pela Petrobrás de carta da CSN, prontificando-se a fornecer chapas de 5 polegadas. Registra, além disso, o envio de carta da ABDIB à Kellogg, com novas estimativas de custo para os tanques de armazenamento. Um ano depois, deu-se a comunicação oficial de que o grupo de membros da ABDIB ganhara a concorrência para tanques efetuada pela Kellogg para Mataripe. (323)

Se não na forma, no conteúdo a ABDIB funcionava, além disso, como uma espécie de cartel. Um de seus objetivos, como aliás salientou um depoimento citado anteriormente, era justamente evitar uma concorrência de preços violenta. Até porque, dada a inexperiência em trabalhar com os padrões técnicos da indústria petrolífera, a ausência de alguma regulação poderia conduzir à apresentação de cotações totalmente irreais. Assim, a ABDIB orientou e, de certa forma, centralizou o processo de confecção de orçamentos. A Associação calculou, por exemplo, as bases de preço — custo homem/hora, número de homens/hora necessários às diversas tarefas de fabricação e base de lucro "FOB usina" (324) E, em 1956, alocou um engenheiro para percor

(322) Caio Sá, entrevista.

(323) Outro exemplo dessa associação entre ABDIB e CSN está numa carta enviada à CACEX e à FIESP, com o objetivo de advertir que nas importações de equipamento sem cobertura cambial havia a possibilidade de importar, junto com máquinas, estruturas metálicas para os prédios e pontes rolantes, e que a própria CSN vinha se ressentindo da queda da demanda de chapas e perfilados. (ABDIB, RD, 12.1. 1955). E, por fim, como disse Resende na ESG, a "nossa grande firma de Volta Redonda(...) compreendeu o interesse de fazer parte dessa Associação".

(324) ABDIB, RD, 17-7-1955.

rer as firmas de modo a comparar os preços dos aparelhos, evitando diferenças nas cotações. (325)

A relação da ABDIB com as firmas projetistas parece ter transcorrido sem maiores problemas. A documentação consultada e as entrevistas não sustentam a hipótese de uma oposição cerrada e sistemática dessas firmas à nacionalização de equipamentos. Há referências a atritos pontuais, interpretados como decorrentes do "preconceito", da "mã vontade", da "cautela excessiva" das projetistas norte-americanas.

A esse respeito, são significativos os trechos citados abaixo em que, ainda em 1955, Bello descreve o resultado de seu contato com a Hydrocarbon nos Estados Unidos, a fabricação de certos equipamentos no Brasil era de interesse da projetista, como responsável pela construção e pela manutenção das refinarias de Cubatão e de Capuava.

"Estive inicialmente com Mr. W. K. Norton (Sales Manager) que serviu de introdutor à conversa com Mr. Miller, comprador geral da Hydrocarbon para o estrangeiro ("Overseas Purchasing Manager").

"Ele gostou imensamente da existência de um grupo de indústrias formando a Associação, e acha que esse é o único modo de se fazer no Brasil alguma coisa para Refinarias de Petróleo. Ele contou que desde que começou a traba

(325) O exame de documentação da ABDIB sugere o seguinte processo-padrão: a Petrobrás, com supervisão da Kellogg, consulta a ABDIB para o fornecimento de algum item. A Associação, por sua vez, comunica as firmas associadas, pedindo que o orçamento seja enviado à ABDIB, para discussão, antes da apresentação definitiva. Solicita ainda uma cópia do pedido quando o serviço for contratado e uma cópia da nota fiscal por ocasião da entrega. No preço ofertado prevê-se 1% sobre o preço líquido, valor a ser creditado à ABDIB como indenização por serviços técnicos prestados.

lhar com as Refinarias União e Cubatão verificou que não há continuidade nas realizações para fabricação dos equipamentos e que elas variam de acordo com o interesse momentâneo, influenciado por correntes políticas, ao passo que agindo em grupo, as indústrias interessadas provocariam maior estabilidade nessas realizações. A Hydrocarbon está necessitando muito de equipamentos, tanto para a expansão, como para a manutenção e modificação de certas unidades, serviços esses que precisam ser feitos no País. Há sempre dificuldades enormes em mandar material dos Estados Unidos. De fato deve haver grande necessidade de material para manutenção, pois diversas vezes durante a minha palestra com o Mr. Miller, ele foi chamado para atender a telegramas da Refinaria União e Cubatão sobre peças, tendo sido todos os casos muito urgentes.

"Ele ressaltou ainda a necessidade de que o 'piping' fosse fabricado no Brasil, pois a importação é absolutamente anti-econômica e na construção da Refinaria de Cubatão causou problemas sérios. Existe em Cubatão uma oficina completa que fabrica o 'piping' e que vai ser transferida para Mataripe, porém, há uma série de tubulações que precisam de fornos grandes para o tratamento térmico e essa oficina não dispõe desse equipamento.

"Mr. Miller falou-me ainda na questão de vá

vulas, que representa uma parte importante no fornecimento às Refinarias. Ele sugeriu que as firmas da Associação pensem e estudem a possibilidade da fabricação tanto do 'piping' como das válvulas. Quanto às bombas, provavelmente a Worthington poderá fornecê-las.

"Mr. Miller me pediu um resumo das instalações e da capacidade de fabricação de cada uma das indústrias da Associação, resumos estes que me foram enviados pela Associação e que lhe foram entregues.

"A Hydrocarbon se mostrou imensamente interessada na Associação e acho que se continuarmos mantendo contato com ela, poderemos algum dia fornecer grande quantidade do material de que estão precisando" (326).

É possível, então, que a internacionalização do fornecimento de alguns itens — por exemplo, daqueles destinados à manutenção das unidades — fosse do interesse das firmas de engenharia. Por maior que fosse este interesse, porém, não bastaria para explicar os rápidos progressos da participação nacional no total de equipamentos comprados pela Petrobrás. Sem o suporte da empresa estatal o processo de nacionalização certamente teria sido muito mais arrastado.

Vasculhada a documentação disponível da Petrobrás e da ABDIB, emergem estas, mais a Kellogg, como os principais agentes envolvidos na obra de Matampia. Não há referências a pressões por parte do grupo francês fornecedor de equipamentos; como vimos, já nos contratos com o consórcio e com a

(326) ABDIB, RD, 26/10/1955.

Kellogg ficara explicitada a intenção nacionalizante da Petrobrás. (327). A documentação enfatiza, sim, os fatores de ordem técnica na determinação do volume e estrutura das encomendas no mercado interno; teria sido produzido no país tudo que de fato era possível produzir aqui. Em meio a este processo regido pela razão técnica, a Petrobrás aparece somente como fiadora da nacionalização.

Sabemos, porém, que a Petrobrás não se restringiu a "comunicar" à Kellogg a opção de comprar 20% dos equipamentos para Matampilha no mercado interno. Páginas atrás, vimos que a Petrobrás acompanhou o trabalho da CKB e que o Serviço de Engenharia (sob as ordens de Barcellos) precisou por vezes dobrar a resistência da Kellogg. Infelizmente, os dados obtidos não permitem esclarecer até que ponto esta atuação da Petrobrás foi importante ao se definir que equipamentos seriam nacionalizados, e em que condições. Não há dúvidas de que a Petrobrás teve participação ativa. E que deve ter transformado seu potencial como compradora de serviços de engenharia num argumento de peso. Até porque, neste período, dificilmente a Petrobrás estaria capacitada a sustentar um confronto, no plano estritamente (ou, ao menos, pretensamente) "técnico" com uma firma de engenharia norte-americana. Neste plano, aliás, a ABDIB estava mais avançada que a Petrobrás; foi, por isso, cha

(327) O que, evidentemente, não seria condição suficiente para garantir a "boa-vontade" dos contratados estrangeiros para com a "emancipação econômica" do Brasil. Em todo caso, as atas da ABDIB, que não precisavam ser excessivamente diplomáticas, apenas mencionam a realização de uma reunião entre a entidade, Petrobrás, Kellogg e o grupo francês, em que se daria a decisão final quanto aos equipamentos a fabricar no Brasil.

mada com alguma frequência a assessorar a empresa estatal.

Em 1955, a Petrobrás era ainda uma empresa em constituição. Segundo Janary Nunes, nomeado presidente da Petrobrás em 1956, "com Juracy se deu a constituição jurídica da empresa. O Levy continuou a implantação dessa estrutura jurídica e tomou as primeiras medidas de planejamento. A parte administrativa, a implantação do manual de planejamento feito pelo Beltrão durante a administração Levy, as primeiras compras de sondas, o primeiro plano administrativo amplo foi na minha administração". (328)

O Plano de Organização dos Serviços Básicos da Petrobrás, também elaborado por Hêlio Beltrão, havia sido aprovado em fevereiro de 1954. No ano seguinte, esse esqueleto da empresa devia estar ao menos formalmente implantado. Faltavam-lhe, contudo, em muitos pontos, os músculos necessários a sua sustentação. Por exemplo, um corpo técnico experiente e plenamente habilitado para o exercício das funções previstas, e mais, dotado já de condições objetivas que permitissem o aproveitamento de sua capacidade. Além disso, os órgãos em constituição deviam ver-se assoberbados pelas atividades da empresa, da manutenção das plantas já existentes à gestão das novas obras.

Segundo o Plano uma das unidades de administração geral era a Assessoria Geral de Materiais, que veio a ser conhecida como ASMAT. Sua função seria estudar, planejar, coordenar e fiscalizar as seguintes atividades, entre outras : elaboração de especificações; padronização, catálogo, classificação, previsão, calendários de compra, mercados, fontes abastecedoras, preços, tendências, entrega, recepção, inspeção, despacho, em

(328) Janary Nunes, entrevista.

barque, frete, seguros, alfândegas, guarda e armazenamento, al
moxarifado, cadastros, registros, estoques, reparos, recupera
ção, oficinas, articulação com a indústria nacional, avaliação,
depreciação, obsolescência. (329)

Não era possível organizar todo esse rol de ativida
des de um único golpe. Por isso, durante certo tempo, a empre
sa funcionou em caráter relativamente precário. Exemplo disso
são esses informes de Bello à diretoria da ABDIB, em outubro
de 1955:

*"O Coronel Geisel, Superintendente de Cubatão pe
diu-me uma lista completa das firmas da Asso
ciação, com indicações sobre a fabricação e as
instalações de cada uma. Essa lista deverá vir
à Seção de Compras para futuras consultas".* (330)

De forma semelhante, uma carta da Petrobrás à ABDIB
em setembro do mesmo ano pedia à entidade informações sobre a
linha de fabricação dos fornecedores para a elaboração de ca
dastro. (331)

Na opinião de um ex-chefe de obras da Petrobrás a
organização de compras da empresa, era, de início, "uma bagun
ça total. Quem comprava era o SENGE, Serviço de Engenharia, e
que fazia coisas sensacionais. A gente não tinha a terminologia
brasileira, muitas palavras não haviam sido traduzidas. Era
qualquer coisa assim como você pedir um conjunto de tubing e
o cara lhe mandar uma flauta. Nós no campo não achávamos nada
engraçado. Recebíamos aquilo e tínhamos que devolver para o
Rio de Janeiro, para São Paulo. Ficávamos desesperados com a

(329). Cf. Beltrão, Hélio M.J. - Plano de Organização dos Ser
viços Básicos da Petrobrás, Rio de Janeiro, Imprensa Na
cional, s/d.

(330) ABDIB, RD, 26-10-1955.

(331) ABDIB, RD, 2-9-1955.

incompetência da Petrobrás em compras. E furavâmos o esquema. Muitas vezes um engenheiro viajava de Mataripe para São Paulo para comprar diretamente, bypassando o serviço de compras".

Segundo Marçal Zobaran, durante o período de Matamplia o SENGE realmente se desviou de seus objetivos. Na ansiedade de evitar os atrasos, ocasionados pelo acúmulo de tarefas sobre o ESCOM, o SENGE viu ampliadas suas funções, com autorização da diretoria da Petrobrás. "Até que começou a fazer *besteiras, compras erradas, e passaram tudo para o ESCOM*". (332)

Já segundo Paulo Carneiro, coordenador da obra de ampliação, em artigo publicado na revista Petrobrás em agosto de 1958,

"Os equipamentos e materiais nacionais são adquiridos diretamente pela Obra de Ampliação e pelo Escritório Central de Compras da Petrobrás; os equipamentos que exigem inspeção, por força das especificações, são adquiridos com o auxílio da Companhia Kellogg Brasileira". (333)

Levando em conta que a Obra de Ampliação da Refinaria de Mataripe (criada em 1956) bypassava o SENGE (também criado nesse ano) que bypassava o ESCOM, e que em agosto de 1958, a situação já era outra, pode-se ter uma idéia da falta de sedimentação da estrutura organizacional da empresa (embora pelo menos um caso semelhante de apropriação por um órgão de prerrogativas de outro tenha acontecido depois).

Outro exemplo: o relatório da Petrobrás de 1957 anuncia terem entrado em vigor nesse ano "*normas gerais de aquisição de materiais e equipamentos, bem como disposições regula*

(332) Marçal Zobaran, entrevista.

(333) Petrobrás, Agosto de 1958, nº 121, p. 7.

doras do funcionamento do sistema de suprimento, armazenamento e controle de materiais"; anuncia, ainda, o início do "trabalho de classificação dos produtos e bens de capital usados pela empresa". (334)

Seguindo ano a ano o item "Organização e Administração" nos relatórios da Petrobrás pode-se perceber como, aos poucos, a empresa real passou a corresponder à empresa projetada no plano de Beltrão. Em 1958, entre outras atividades, fizeram-se estudos sobre a padronização de materiais e se iniciou a organização do Cadastro da Indústria. Em 1959, deu-se um trabalho de estruturação, reestruturação e fixação de normas gerais de organização para a ASMAT, e assim por diante.

Aos poucos, também o corpo técnico da empresa foi se tornando mais qualificado, dominando cada vez mais a tecnologia que antes era exclusividade da firma. Segundo vários depoimentos, esse processo de amadurecimento saltou para um novo patamar durante a construção da refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

O índice de nacionalização de Matampia chegou a 25% (335) superando as expectativas iniciais. Muitos dos equipamentos comprados pela Petrobrás nunca haviam sido fabricados no Brasil. (336)

(334) Petrobrás, Relatórios de Atividades, 1957, p.24.

(335) Bello (1969), op.cit., p.16. Segundo Bello (entrevista), esses índices não descontam o valor dos insumos e partes importadas.

(336) Por exemplo, os permutadores de calor TEMA, produzidos principalmente pela Cobrasma (que, inclusive, licenciou-se com a Kellogg para a fabricação deste item). Segundo Rolf Jank, "químico industrial da Relan", na obra de Matampia "torres são feitas em São Paulo com chapas de Volta Redonda e todo ferro estrutural é de procedência brasileira. A maioria das bombas e motores elétricos possantes de 100 000 Ls por minuto são feitas no Brasil. Grande parte da tubulação vem das usinas Mannesmann, de Minas Gerais. Intercambiadores são feitos pela Cobrasma, enfim, uma grande parte do equipamento é fornecido pela indústria nacional". Cf. "Mataripe, sua justificativa", In Boletim da Petrobrás Rio de Janeiro, Ano II, Dezembro de 1959, nº 3, p.240. Ver os dados sobre equipamentos brasileiros para Matampia, no Quadro III. ↓

III:1.2. Construção da Refinaria Duque de Caxias e da Fábrica de Borracha Sintética.

A idéia de uma nova refinaria no Rio de Janeiro, já presente num plano de localização de refinarias de petróleo aprovado pelo CNP em abril de 1952^(337), começou a ser concretizada em 1956, quando foi elaborado seu anteprojeto, pela Universal Oil Products. Em 1957, realizou-se concorrência para o engineering, quando se confrontaram a Foster Wheeler, a Lummus e a Kellogg — as três gigantes do setor — para a construção de uma refinaria de 150000 bpd.

As obras preliminares, de topografia e sondagem, começaram em setembro de 1957. Em junho de 1959, apenas, fincou-se a primeira estaca. Em 1961, concluída a primeira etapa da construção, a refinaria começou a operar. A capacidade plena, de 150000 bpd, só foi atingida em 1965. Segundo o "chefe de obras" citado anteriormente (o qual, entre outros cargos, trabalhou na ampliação de Mataripe e na construção da REDUC),

"a refinaria Duque de Caxias começa cedo, pouco após Mataripe (...). Mas não havia recursos para tocar as duas obras no mesmo ritmo. E a Petrobrás corretamente dá prioridade a Matamplic, primeiro porque era uma refinaria barata, colocada ao lado dos poços de petróleo e ao lado de um centro de consumo, Bahia e Pernambuco (...). A Petrobrás começa as obras lentamente. Começa porque ela encontrou um terreno muito grande, que o Ministério da Marinha cedeu por um pagamento simbólico. Mas o terreno era mui

(337) Cf. Petróleo, julho de 1961, nº 1, p.14.

to ruim, como sempre era na beira do mar, como deve ser uma refinaria, e era no mangue.

"Então havia um trabalho imenso de terraplanagem, de aterro, de elevação de nível. Esse trabalho levou o ano de 58 inteiro, simplesmente preparando o chão para a obra começar (...).

São Mataripe, em fins de 59, já estava em curva descendente de despesa, (...) é quase liberaram recursos para tocar Caxias. Eu vim ao Rio nessa fase, Mataripe já com as unidades prontas para teste (...) e vou tocar até a montagem".

Do ponto de vista da capacitação técnica, a construção da REDUC representou um processo extremamente importante, seja para a Petrobrás, seja para os fornecedores de bens de capital. Segundo Bello ⁽³³⁸⁾, a REDUC foi o grande passo da organização da Petrobrás, abrangendo as áreas de administração, técnica e os corpos de inspeção que acompanhavam o corpo da Foster Wheeler. Contou para isso a experiência adquirida em Mataripe e a política de formação de pessoal seguida pela empresa, na opinião de nosso "chefe de obras":

"Na operação de Mataripe formou-se uma equipe de químicos, basicamente chefiados por Rolf Janke (...), químicos que entraram em Mataripe e em dois anos eles próprios projetaram modificações na unidade, aumentando com um dispêndio ridículo de cruzeiros, 10, 15% na capacidade. O proje

to que esse grupo fez em Mataripe fez com que ela passasse de 37500 — que era a capacidade garantida pelo performance bond da Kellogg — para 50000 bpd. Não se gastou um milhão de dólares, modificando-se a patente do cracking catalítico da Kellogg e se criando um processo Petrobrás, que depois ela submeteu nos Estados Unidos a um crivo (...).

"É este o papel da REDUC. Ela provoca a transferência de tecnologia de projeto e ela dá um impulso tremendo na indústria de bens de capital, transferindo sua tecnologia de projeto para as firmas brasileiras, mas mesmo assim ela termina a obra com 60% de índice de nacionalização, e ainda dependendo das patentes de destilação e craqueamento de firmas estrangeiras. Mas aí a assessoria de refinação — AREFI, depois Departamento Industrial — DEPIN — já possuía um grupo de 25 a 30 químicos que tinham curso superior de química no Brasil, curso de especialização em química do petróleo no Brasil, de refinação no exterior, prática de Mataripe e Caxias. Porque esses químicos estavam sempre trabalhando ao lado da construção. Sempre trabalhei com pessoal de processamento do lado, olhando e discutindo os problemas do equipamento. Quando eles davam a partida estavam há um ano já. Daí o susto que a Kellogg, a Brow-Root, a Foster tinham quando a gente dava a partida e trinta dias depois alcançava o índice teórico da refinaria, enquanto nos Es

→ tados Unidos levaram de cinco a seis meses. Como a Petrobrás tinha dinheiro e não estava se preocupando com esse aumento de mão de obra, ela botava como assessores durante a obra sete ou oito químicos, já em nível senior, e dez ou doze encarregados de refinação que praticamente não faziam nada na obra, passeavam, conversavam com os engenheiros, viam os testes e iam se familiarizando com os equipamentos. Rolf Janke me disse em Caxias, um ano antes de dar a partida: 'nós já sabemos dar a partida na unidade de destilação atmosférica. Nós já simulamos e deu certo' (...). Eis a belíssima performance dos engenheiros químicos formados na escola da Praia Vermelha, da Petrobrás (...).

"Você só aprende tecnologia na fase em que está fazendo. Não é na fase de projeto, nem na de fabricação. É quando se está operando o equipamento. Aí a tecnologia embutida nele sai para os engenheiros encarregados daquilo, eles começam a bolar melhorias no equipamento e a descobrir como ele foi calculado. Então a Petrobrás com uma equipe de engenheiros químicos muito boa criou

inclusive patentes; (...) (339)

"A Petrobrás passava tecnologia para os fabricantes. Entregava os projetos da Foster-Wheeler e dizia: 'copiem, analisem, façam o protótipo, eu compro'. Ela era a contrabandista da tecnologia. Eu fiz isso dezenas de vezes, pegar desenhos da Kellogg, da Foster, e entregar à Worthington, à ICESA, à Jaraguá. E os caras saíam a campo, ficavam em palpos de aranha para os cálculos das

(339) O depoimento prossegue com alguns "casos" interessantes:

"A Petrobrás tirava qualquer engenheiro químico ou geólogo de qualquer Esso, simplesmente pagava mais. E quando o embaixador americano vai a JK, e reclama que a Petrobrás estava fazendo aliciamento de pessoal da Shell e na Esso, — saíram da Shell comigo 18 engenheiros seniors (...) — porque além de pagar um pouco mais, a Petrobrás oferecia entusiasmo de trabalho, uma ideologia, a nacionalização da indústria, a industrialização da Nação, JK reclama: 'Uê, mas os engenheiros não são a favor da iniciativa privada? Levantem os salários..'"

Segundo a entrevista, a Petrobrás chegou a lançar mão de métodos pouco convencionais ao longo deste processo de capacitação técnica:

"Eu mesmo participei de uma operação muito bonita, sob o ponto de vista técnico, e muito feia, sob o ponto de vista moral. Foi quando resolvemos invadir os escritórios da Kellogg em Mataripe, à noite, e pegar o coordination procedure — era um livro de mais ou menos 1500 páginas, onde estava condensada toda a experiência da Kellogg em construção de refinarias. Isso seria traduzido como normas de comportamento e métodos de trabalho.

Não havia xerox. Existia então uma máquina chamada Termofax, que era muito antiquada, dava um trabalho horrível, tinha um papel amarelo, especial, tinha perigo de pegar fogo, era uma coisa muito rudimentar, mas de qualquer maneira tirava cópias em segundos. E nós ficamos das 8 horas da noite às 6 da manhã, xerocamos a C.P. toda. Depois esse documento veio para Salvador, onde foram tiradas 10 ou 12 cópias e distribuídas nos vários setores da Petrobrás. Quando eu chego em Caxias, ela estava sendo construída pelo C.P. da Kellogg, já traduzido para português, já com o nome do SENGE, para ódio terrível da Foster, que era a projetista e queria impor seu C.P. e não sabia que a Petrobrás tinha um. Nem nunca imaginou como é que foi gerado esse C.P., que era a tradução literal do da Kellogg. Nossa participação era trocar todavia por entretanto. Nós sabíamos que aquilo era um documento de alta qualidade que não precisava de melhoria nenhuma".

operações unitárias, isto é, a destilação, os volumes de destilação, que são muito complexos. Então nós os encaminhávamos aos químicos da Petrobrás, que sabiam a teoria do problema. Com o projeto na mão e a teoria por trás era fácil, por uma série de tentativas, descobrir de que maneira a Kellogg tinha calculado aquele vaso, aquele equipamento. É em três ou quatro anos, é durante a refinaria de Caxias que isso se processa, é nessa fase que a Petrobrás absorve a tecnologia associada a refinarias".

Para entender o aumento da participação dos fabricantes brasileiros, é necessário voltar à concorrência entre as firmas de engineering. Segundo Caio Sã, para a REDUC "houve uma concorrência vastíssima, uma coisa muito melhor orientada, feita pela AREFI, chefiada pelo José Schor. A AREFI já fez um survey para saber o que podia ser feito no Brasil, foi feita concorrência e ganhou a Foster. Nosso relacionamento com ela era muito bom. A Foster Wheeler mandou pessoal para o Brasil para fazer o survey. Parece que na concorrência era prevista vantagem a quem possibilitasse maior nacionalização"⁽³⁴⁰⁾ (informação não confirmada por outros depoimentos). A documentação da ABDIB explica em maior detalhe como se deu essa "concorrência muito melhor orientada":

"De acordo com informações que o Eng. J. L. de Almeida Bello recebeu da Petrobrás e as quais expôs na reunião desta data, as firmas estrangeiras que tomarão parte na concorrência para

(340) Caio Sã, entrevista.

o 'Engineering' da Refinaria do Rio de Janeiro, deverão apresentar propostas tanto para o 'Engineering', como para o equipamento, para pagamento em US-dólares. Serão então apresentados sumários de propostas sem se entrar em detalhes. "Nessa mesma ocasião, a Petrobrás quer fazer uma tomada de preços em cruzeiros para os equipamentos que poderão ser fabricados no Brasil, e procurou a Associação para que ela se encarregasse de apresentar a referida relação.

"O Eng^o José Schor comprometeu-se a enviar uma carta à Associação, autorizando-a a recolher as propostas e apresentá-las em conjunto. A Associação deverá aguardar o recebimento das especificações, nas quais se baseará para elaborar a referida relação, o que provavelmente será no fim deste mês.

"A fim de completar o quanto possível a linha de equipamento que pode ser fabricado no Brasil, a Associação consultará outros fabricantes que não fazem parte dela".

"Acontece, entretanto, que a Companhia Kellogg Brasileira pretende apresentar também uma proposta em cruzeiros para o equipamento fabricado no Brasil, e para esse fim chamou a

Associação, além de uma série de outras firmas, para o fornecimento de cotações". (341) (grifos meus).

O longo trecho acima transcrito apresenta alguns elementos de grande importância. Mostra, em primeiro lugar, o interesse da Kellogg em fazer uma proposta também em cruzeiros, embora, aparentemente, isto não estivesse previsto, o que deve indicar o peso que, para essa companhia, teria esse fator no julgamento das propostas pela Petrobrás. Em segundo lugar vê?

(341) ABDIB, RD, 4-2-1957. Cito abaixo a continuação do texto da ata:

"A Associação teria, portanto, que apresentar duas vezes cotações para o mesmo equipamento, existindo ainda a possibilidade da Lummus ou Foster-Wheeler solicitarem o mesmo.

"Numa reunião da Companhia Kellogg Brasileira no Rio de Janeiro, na qual o Eng. J.L. de Almeida Bello esteve representando a Associação, Mr. Higgs da Kellogg expôs o problema e pediu para que as firmas presentes enviassem suas propostas à Kellogg. Visto, entretanto, nenhum fabricante estar capacitado a tomar a seu cargo o fornecimento de todo o equipamento, seria interessante a apresentação de propostas em conjunto. Queria nessa ocasião a Companhia Brasileira de Solda Elétrica encarregar-se da organização de tais trabalhos. O Eng. J.L. de Almeida Bello, entretanto, explicou que a ABDIB, integrando uma série de fabricantes que certamente seriam consultados, além de estar familiarizada com tais trabalhos e possuir desenhos e especificações necessárias, seria uma entidade indicada a tomar a si a tarefa e a responsabilidade de reunir e apresentar as ofertas.

"Esta sugestão foi bem recebida por todos os presentes (...).

"Passará, portanto, a Associação a liderar a tomada de preços, sendo as firmas que não fazem parte dela, consideradas 'convidadas' para o trabalho conjunto.

"Ficou ainda combinado nesta data que as cotações apresentadas serão iguais tanto para a Petrobrás, como para a Kellogg ou qualquer outra firma consultora".

A tomada de preços realizou-se em abril de 1957, com três concorrentes:

"1) ABDIB - representando 28 fabricantes brasileiros.

"2) GICRA - grupo francês, composto do consórcio

Werkspoor - Holanda

Schneider - França

Cockrill-Ougree - Bélgica

Ansaldo - Itália

"3) George Wempey & Co. Ltd. - London - grupo inglês" (ABDIB, RD, 29-4-1957).

-se como a Petrobrás de certa forma designou a ABDIB como a representante do empresariado brasileiro, autorizando-a a recolher as propostas e a apresentá-las em conjunto. Curiosamente, nenhum dos depoimentos por mim realizados confirmou seja o papel da ABDIB nessa concorrência seja a apresentação da proposta conjunta referida na ata da ABDIB. Há sempre uma preocupação em explicar que a ABDIB nunca forneceu equipamentos, e sim seus membros, e que as concorrência sempre foram indivduais. Que essa tomada de preços em que os fabricantes brasileiros se apresentaram em grupo se realizou, é confirmado pelo próprio relatório da Petrobrás de 1957:

"Realizou-se tomada de preços globais para fornecimento dos equipamentos da Refinaria, inclusi-ve os de fabricação nacional, apresentados em conjunto pela Associação Brasileira de Desenvolvimento das Indústrias de Base".(342)

Não que a idéia fosse optar integralmente por um dos grupos concorrentes, embora a ata da ABDIB, ao descrever o procedimento a ser adotado pela Petrobrás quanto ao julgamento das propostas possa induzir a esta interpretação:

"A Petrobrás dará o resultado do grupo vencedor , até o dia 31 de maio de 1957, resultado esse que estará a disposição dos demais grupos interessa-dos". (grifo meu).

Logo antes, contudo, afirma-se que a "Petrobrás estu-dará as propostas no total e parceladamente, quanto aos vários equipamentos"(343) — o que parece indicar a idéia de compor os vários grupos, o que só seria prescindível no caso em que os brasileiros não tivessem qualquer participação, uma vez que a

(342) Petrobrás, Relatórios de Atividades, 1957, p.19.

(343) ABDIB, RD, 4-2-1957.

indústria brasileira não teria condições, de assumir, sôzinha, o fornecimento integral. Perguntado sobre uma possível atuação da ABDIB como um cartel, um importante funcionário do Serviço de Engenharia da Petrobrás respondeu:

"A Petrobrás nunca admitiu esse cartel da ABDIB. Havia esse entendimento prévio, em que a ABDIB reconhecia em nome da indústria nacional que aquilo não pode ser fabricado aqui e portanto deve ser importado. Mas não havia nenhum compromisso de que os equipamentos que pudessem ser feitos aqui fossem feitos por esse ou aquele ou até por associados à ABDIB. Para isso a Petrobrás dispunha de um cadastro seu, feito por critérios inteiramente da Petrobrás". (344)

A julgar por esse depoimento, se não era um cartel, a ABDIB assemelhava-se a um sindicato, reconhecido pela Petrobrás como a representante da indústria de equipamentos petrolíferos. O que não é pouco.

Segundo a ABDIB, com a vitória da Foster Wheeler houve mudanças "profundas" no projeto. Daí uma "política de aproximação com a Foster Wheeler promovendo todas as facilidades necessárias aos engenheiros daquela Companhia para estudar e confirmar as possibilidades de produção da indústria nacional". Os resultados favoráveis dos estudos "culminaram com as consultas da Petrobrás aos engenheiros fabricantes brasileiros para fornecimento dos equipamentos críticos". (345)

O artigo de Bello esclarece mais a questão:

"O projeto para a REDUC, a cargo da Foster Wheeler

(344) Da entrevista do "engenheiro da Petrobrás que trabalhou com a CKB".

(345) ABDIB, Relatório Anual da Diretoria, 1958.

*Corp., foi elaborado nos Estados Unidos da Amé-
rica, entretanto já foi preparado para que uma
parte do equipamento fosse fabricado no Brasil.
"Assim, melhoraram bastante as condições de par-
ticipação da indústria nacional, em comparação
com as da refinaria anterior, contudo, houve
equipamentos que por razões econômicas e finan-
ceiras foram produzidos no estrangeiro, apesar
de haver possibilidades técnicas de fabricá-los
aqui". (346) (grifo meu)*

As especificações dos equipamentos, segundo um depoimento, foram realizadas no Brasil e depois enviadas aos Estados Unidos; a ABDIB e o representante da Foster no Brasil teriam desempenhado um papel fundamental nessa tarefa. Um dado interessante, neste sentido, é o fato de Bello ter viajado ao exterior como representante da ABDIB e assessor da Petrobrás, autorizado a negociar a participação dos equipamentos nacionais com o consórcio liderado por bancos ingleses que financiou a construção da REDUC.

A revista Petrobrás de janeiro de 1958 noticiou o início oficial dos trabalhos de construção da REDUC, estimando em 1/3 a participação dos fornecedores brasileiros no total dos equipamentos. (347) Em 1961, uma outra matéria da revista falou em "mais de 50%". (348) O índice atingiu 58% (349) . A indústria brasileira utilizou novos materiais e produziu equipamen-

(346) Bello, (1969), op.cit., p. 34.

(347) Petrobrás, Janeiro de 1958, nº 106.

(348) Petrobrás, Fevereiro de 1961, nº 180.

(349) Cf. Bello (1969), op.cit., p.16.

tos semelhantes aos de Mataripe, mas dentro de especificações muito mais rigorosas. (350)

O que teria possibilitado tal aumento, em tão pouco tempo? Como vimos anteriormente, o relatório da Cepal (cujo item sobre indústria de equipamentos para petróleo certamente teve a participação decisiva de Bello) afirma que, "a partir de 1957-58, com a chegada de toda a maquinaria e o término das instalações de diversas indústrias, foi possível consolidar esta atividade, produzindo outros equipamentos sobre bases mais seguras e realistas". (351) Comenta depois o aumento do índice de nacionalização, que mostraria "eloqüentemente quanto pode influir a ^{especialização} especialização sobre a origem de fabricação de um equipamento". Segundo o relatório anual da ABDIB de 1958, a Associação tomara parte ativa no projeto de tanques de armazenamento e no cálculo preliminar dos vasos de pressão para a refinaria; a ABDIB, "funcionando como consultora da Petrobrás e elemento de ligação entre os fabricantes e a Foster Wheeler contribuiu decisivamente para o progresso dos trabalhos". (352)

Segundo Bello, o investimento das empresas brasileiras no período foi mais no sentido da modernização do que do aumento da capacidade produtiva. E investimento especialmente

(350) "Já em 1959, 60, para a Refinaria Duque de Caxias a participação nacional alcançou cerca de 60% (...). Com o emprego de materiais altamente sofisticados, isto não era nada para o pioneirismo daquela época. Foi usado bronze e alumínio largamente, um material que durante muitos anos, após aqueles, ainda permanecia nos quadros americanos como material tentativa. Foi importado na forma de matéria-prima para ser manuseado e transformado pela habilidade da indústria nacional. Em poucos anos, muito poucos anos, não mais do que 4, saímos do zero quase que absoluto, para uma taxa de 60%, maior do que a alcançada, mesmo nos dias atuais, em muitos investimentos setoriais". In: Sanson, op.cit., p.175.

(351) Cepal/ONU, op.cit., p.24.

(352) ABDIB, Relatório Anual da Diretoria, 1958.

em "massa cinzenta", controle de qualidade, inspeção de material, elevando o nível de qualificação do pessoal a partir já do porteiro e do auxiliar de almoxarifado que, por exemplo, devem receber e estocar as chapas de aço, tendo o cuidado de separar as chapas com e sem "pedigree".⁽³⁵³⁾ Outro fator que deve ter contribuído para o índice de nacionalização foi a ampliação do conjunto de fornecedores da Petrobrás, incorporando-se a ele pelo menos uma empresa brasileira de porte, a Confab (fundada em 1942), e várias estrangeiras, como Companhia Brasileira de Caldeiras (CBC, japonesa), Mecânica Pesada e Nordon (francesas), fundadas, as duas primeiras, em 1956 e a terceira em 1956.

Em 1958, como vimos, a Petrobrás foi autorizada a construir uma fábrica de borracha sintética que seria alimentada por subprodutos da REDUC. Segundo Caio Sã, "*a concorrência para o projeto da FABOR foi uma briga danada. Prevaleceu afinal o processo da Goodyear. Nessa ocasião a ABDIB propôs à Petrobrás que ela atuasse junto à Blaw-Knox para nacionalizar ao máximo, que a nacionalização fosse feita já na fase do produto. O presidente da Petrobrás, que era o Idálio, topou o negócio, desde que a coisa fosse feita com a assistência da Petrobrás. Nessa época, trabalhava junto com o Leopoldo Miguez de Mello — o cérebro da implantação da petroquímica — o engenheiro Paulo Carneiro. Ele já tinha experiência de Mataripe, e fui designado para ir com ele à Blaw-Knox". (grifo meu). O relatório da Diretoria da ABDIB de 1958 confirma o depoimento de Caio Sã, comunicando que a Assistência de Indústria Petroquímica havia convidado a ABDIB a investigar nos Estados Unidos quais os equipamentos que poderiam ser fabricados no Brasil. Segundo um depoimento, a Blaw-Knox só aceitou realizar as*

(353) Bello, entrevista.

adaptações do projeto às peculiaridades da indústria nacional após os fabricantes brasileiros terem concordados em indenizá-la pelo aumento do custo de engenharia.

Em maio de 1959, a revista Petrobrás noticiou que "a construção, financiamento, treinamento de pessoal, cessão de patentes e assistência técnica durante as operações da Fábrica de Borracha Sintética", seriam confiados a The Firestone Tire & Rubber Co, e The Goodyear Tire & The Rubber Co. (354) Segundo Osny Duarte Pereira, em um artigo de junho de 1959, isto significava "associar os trustes a Petrobrás", "burlar o edital de 07/03/1958", "contrariar a Resolução do CNP aprovada pelo Presidente da República".

"Não precisa ser muito inteligente, nem perspicaz para compreender no que isto importará. Essas duas empresas pertencem ao cartel mundial da borracha sintética que atua sob o nome de 'International Synthetic Rubber Co. Ltd.'. Portanto, um contrato com essa gente é algo como a Petrobrás confiar à Standard e à Shell a 'construção, financiamento, treinamento de pessoal, cessão de patentes e assistência técnica durante as operações da Refinaria de Mataripe' (...).

"Qual é o industrial, neste mundo de Deus, ocidental e cristão, que, podendo ele próprio fabricar alguma mercadoria e tendo-a em excesso, vai ensinar e ajudar, como um São Francisco de Assis, o seu irmão em Nosso Senhor, a fabricar e produzir a mercadoria, para lhe fazer concorrência?" (355).

(354) Petrobrás, maio de 1959, nº 139, p. 16.

(355) Duarte Pereira, "A Borracha Sintética, os Trustes e a Petrobrás", loc. cit, pp. 354-355.

"Business is business" responderiam a Firestone e a Goodyear a Duarte Pereira, se tivessem algum motivo para dar satisfações aos nacionalistas. Se não é possível vender diretamente o produto, vende-se o processo, a menos que se esteja seguro de que nenhum outro concorrente o fará em seu lugar. A julgar pelas referências de Caio Sã à concorrência para o projeto, não era bem esse o caso....

A revelia dos nacionalistas, o processo teve sequência com o envio, registrado pela ABDIB em outubro de 1959, de técnicos da Blaw-Knox ao Brasil, encarregados de perfazer um roteiro de visitas elaborado pela ABDIB, compreendendo vinte associados e onze não-associados. Nesse momento, já se sabia que os reatores caberiam a Mecânica Pesada, CBC, Babcox & Wilcox ou Dedini; que a decisão quanto à grande maioria de equipamentos cuja fabricação no país era duvidosa, constituída de bombas, caberia à Worthington; e que certos equipamentos seriam importados, como vasos revestidos de vidro, compressores de gás e grandes compressores de ar, bombas e vasos com revestimentos de borracha especial e misturadores com juntas especiais. (356)

O índice de nacionalização, que foi de 67% (357), segundo a revista Petróleo, foi "extremamente elevada se tivermos em conta a complexidade das instalações, o seu alto grau de instrumentação e o emprego de maquinária especializada de pouca utilização noutros ramos da indústria de petróleo". (358)

(356) ABDIB, RD, 23-10-1959.

(357) Bello (1969), op.cit., p.16.

(358) Petróleo, Setembro de 1961, nº 3, p.16.

III.2. A Importância Crescente da ABDIB

Em 1957, o eng. Bello abriu a primeira reunião da ABDIB com uma exortação aos membros da Associação:

"Como Assessor Técnico desta Associação, pedi ao Sr. Presidente - Engenheiro Jorge de Souza Resende, que convocasse esta reunião, a fim de ser esclarecida a posição da ABDIB em face dos grandes projetos industriais brasileiros.

"Estamos atravessando um momento de suma importância para todos nós e que nos trará uma posição invejável no panorama de realizações brasileiras.

"A ABDIB tem que se impor como coordenadora e orientadora de grandes projetos, auxiliando assim, não só empresas como a Petrobrás, mas todas as grandes companhias de capital privado que se lancem no campo de grandes realizações e dos grandes investimentos.

"É claro que os primeiros beneficiados seremos nós, membros fabricantes, que teremos a oportunidade de estarmos tecnicamente preparados para enfrentar esses problemas.

"É necessário, entretanto, e imprescindível, que todos os sócios reúnam seus esforços junto

ã ABDIB e prestigiem esse nome em todas as ocasiões" (359)

A fala de Bello demonstra uma consciência clara de que se vivia em 1957, um momento histórico de enorme importância para a economia brasileira. Uma época de grandes projetos e grandes realizações. Por exemplo, a própria Reduc; na reunião seguinte chegariam as notícias sobre a concorrência para a refinaria, o maior empreendimento da Petrobrás até então.

A coordenação e orientação desses projetos, a liderança da indústria de base deviam ser os objetivos da ABDIB. As armas seriam o preparo técnico, a eficiência, o rigor no cumprimento de prazos e especificações.

A avaliação da conjuntura, não pode haver dúvidas, era correta: o programa de Metas abria um período de grandes investimentos. Que dizer, porém, do espaço que Bello acreditava ser passível de conquista pela ABDIB? Que elementos davam suporte a esta perspectiva? Não seria ela uma petulância imperitante para uma pequena associação extra-corporativa, que nem ao menos representava oficialmente todos os interessados no fornecimento de equipamentos industriais?

Para responder estas questões, é necessário abrir, em primeiro lugar, o ângulo pelo qual abordávamos as atividades da ABDIB, e que só permitia examinar a entidade em seu rela

(359) A exortação prossegue: "Exponho agora os fatos que motivaram esse meu apelo. "Em todas as propostas de fornecimento os membros fabricantes devem se portar exemplarmente. "As propostas devem ser claras, concisas e completas. "Os fornecimentos têm que ser estritamente de acordo com os especificados. "A Associação está a disposição de todos os seus membros para elucidar qualquer dúvida, preparar estudos para orçamentos, inspecionar matérias-primas e produtos acabados. "Se assim fizermos, teremos nossa posição de 'leaders' do desenvolvimento das indústrias de base, garantida para proveito de todos nós". In ABDIB, Reunião da Diretoria (RD), 29-1-1957.

cionamento com a Petrobrás. Deve-se evitar a imagem de uma entidade parasitária, crescida à sombra de um único e benevolente interlocutor — a Petrobrás — e destituída, portanto, de qualquer poder de pressão.

Não obstante concentrar-se, em seus primeiros anos, no fornecimento à Petrobrás, a ABDIB desde o início procurou outras empresas e entidades governamentais. Em 1955/1956 a entidade expediu uma longa série de cartas em que apresentava seus objetivos e oferecia os préstimos. Entre os destinatários estavam empresas como a F.N.M., Acesita, Refinaria União, Moinhos Santista, Sanbra, e entidades como CACEX e o BNDE. No caso da ACESITA, entabularam-se negociações com o Gal. Edmundo de Macedo Soares e Silva com vistas ao fornecimento de equipamentos. A carta à CACEX, mencionada anteriormente, apoiava a CSN na crítica à importação de estruturas metálicas e pontes rolantes. (360) Associada ao SIMESP, a ABDIB procurou a FIESP, apresentando-se e pedindo apoio para que na importação amparada pela Instrução 113 fossem ouvidos os órgãos representativos da indústria antes da concessão das licenças.

E a ABDIB não clamava no deserto. Já em fevereiro, a CACEX respondeu à associação informando que

"já vem escoimando da relação de materiais licenciados tudo quanto possa ser obtido da indústria nacional, salvo onde se trate de um detalhe cujo destaque do conjunto seja de molde a prejudi

(360) Uma outra carta à CACEX, enviada simultaneamente à anterior, apoiava a entrada de novas indústrias, fazendo a seguinte restrição: "Não acreditamos ser justo, entretanto, que sob o amparo da referida Instrução 113 sejam montadas no Brasil indústrias que venham concorrer de forma vantajosa com a já existente no Brasil, nem que as novas indústrias sejam autorizadas a importar equipamentos encontrados de fabricação nacional!"

car a unidade ou o conjunto deste. Não obstante isso, a Carteira em apreço terá o máximo interesse em se articular com a Associação, no sentido de obter a sua cooperação no exame de equipamentos a serem importados, quando quer que haja alguma dúvida a respeito" ⁽³⁶¹⁾ (grifo meu)

Outro dado importante é que, desde os primeiros meses de atividade, a ABDIB foi bastante solicitada por outras empresas privadas. Já em junho de 1955 a ABDIB enviava aos sócios consulta da Refinaria União acerca de vários equipamentos. Também em 1955 a ABDIB foi procurada pela Du Pont (como vimos anteriormente) e pela Cia. Imperial de Indústrias Químicas do Brasil para a realização de desenhos técnicos de aparelhos e máquinas; a Duperial (através da Fichet) pediu ajuda para a realização de um projeto, enquanto a Votorantim declarou-se disposta a "fazer todo o material no Brasil" ⁽³⁶²⁾. A meu ver, estes contatos indicam que a contratação de serviços da ABDIB e a colocação de encomendas junto a seus membros representavam negócios que não dependiam apenas da boa-vontade — mais facilmente encontrável numa empresa estatal que numa empresa privada — para parecerem atraentes.

Em fins de 1955, a ABDIB recebeu uma carta extremamente significativa da parte da Companhia das Docas de Santos. Além de indagar da possibilidade de fabricar certos equipamentos no Brasil, a companhia pedia à ABDIB o fornecimento de um certificado do que não poderia ser aqui fabricado, "a fim de facilitar a obtenção de licenças de importação" ⁽³⁶³⁾ (grifo meu)

(361) ABDIB, RD, 7-2-1956.

(362) ABDIB, RD, 12-9-1955.

(363) ABDIB, RD, 12-12-1955.

Ao menos na opinião da Cia., portanto, havia bons motivos para confiar no peso da palavra dos fabricantes reunidos na ABDIB (na época já eram dez) junto a instâncias governamentais.

Em face destes dados, torna-se natural a suspeita de que a estratégia proposta por Bello em janeiro de 1957 estivesse, afinal, solidamente calçada no espaço já ocupado pela Associação em seus dois primeiros anos de atividade.

É preciso esclarecer que, nesse momento, a Associação não mais se resumia às firmas pioneiras. Ainda em 1955 haviam entrado Fichet-Schwartz Haumont, Ibesa-Confab, ARNO e indústria Dínamo Elétrica do Brasil. Em 1956 associaram-se G.E., duas grandes empresas estrangeiras do setor de caldeiraria, Babcock & Wilcox e ARMCO, e White Martins, brasileira⁽³⁶⁴⁾.

Após um rápido entrevero com a indústria sediada no Rio de Janeiro, a Associação perdera seu caráter eminentemente paulista. Segundo uma entrevista, *"logo após a ABDIB começar a funcionar foi tida como uma panela, e andou por baixo junto à Petrobrás"*. "Andou por baixo", também, junto a outros pretendentes a fornecedor da Petrobrás. Em 1955, a Torque S.A. Indústria e Comércio de Máquinas Elétricas enviou uma carta à Petrobrás perguntando-lhe *"quais os compromissos que existem entre a Petrobrás e a Associação"*⁽³⁶⁵⁾. Segundo a documentação da ABDIB, surgiu daí um movimento no Rio de Janeiro visando formar uma outra associação. Após Petrônio Barcellos ter dado as devidas explicações à Torque — apoiando a ABDIB — concertou-se um acordo, em que se decidiu pela filiação das firmas cariocas à ABDIB.

(364) ABDIB, RD, 12-12-1955.

(365) ABDIB, RD, 17-11-1955.

Das que se filiariam à ABDIB, "a princípio", somente oito de fato o fizeram, sendo sete entre 1956 e 1964 e uma (Mecânica Carioca) bem depois; as sete eram General Electric, Babcock & Wilcox, White Martins, Eletromar, ARMCO, Worthington e Rheem. (366)

Vimos anteriormente que, alguns meses após o incidente na conferência em Minas Gerais citada anteriormente, Arthur Levy referiu-se à ABDIB como uma associação paulista, aventando a seguir a possibilidade de a Petrobrás incentivar o surgimento de entidades similares em outros estados. Este aparente lapso pode ter sido, na realidade, um recado endereçado aos industriais paulistas. Talvez a ABDIB fosse ainda — ou aparentasse ser — uma entidade excessivamente fechada.

(366) Cf. ABDIB, RD, 17/11/1955.

As outras empresas eram Mannesmann, Cia. Ferro Brasileiro, F. Sauer & Filhos, Hime, Indústrias Reunidas Ferro Aço - IRFA. A maioria das empresas do "movimento" carioca não estava em relação de concorrência direta com os fundadores da ABDIB. Várias produziam componentes e matérias-primas para estes últimos. Por exemplo, Eletromar, G.E. e White Martins (que produzia oxigênio, após as chapas de aço, a matéria-prima mais importante de caldeiraria). Outras corriam em faixa própria, como a Worthington (bombas) e Mannesmann (a primeira a produzir tubos de aço sem costura no Brasil). Outras, ainda, não eram propriamente do ramo de equipamentos industriais, como a Rheem (latas e Tambores) e Hime (ferro, concreto e pregos); a Rheem, contudo, passou posteriormente a fornecer tubos para a Petrobrás. A IRFA fabricava locomotivas. Concorrentes imediatos, de fato, eram a ARMCO, a Babcock, e a Mecânica Carioca. A ARMCO era uma das principais importadoras de chapas no Brasil; possuía, além disso, uma licença da Chicago Bridge, uma das principais fornecedoras mundiais de equipamentos para refinaria (licença que, não sendo exclusiva, foi também obtida pela SANVAS e pela Confab). A Babcock, que começou em 1937 com um escritório de representação, montou na década de cinquenta instalações construídas especialmente para a fabricação de vasos de pressão. E a Mecânica Carioca, como vimos, havia sido uma das primeiras fornecedoras do CNP. Essa empresa, fundada em 1920, ingressou na ABDIB muitos anos depois. A Sanson Vasconcellos, outra fornecedora pioneira, não parece ter participado do "movimento". A SANVAS entrou na ABDIB em 1957, segundo um depoimento, porque só então dispôs-se a arcar com o custo financeiro (mensalidade, etc.) relativamente alto da participação na ABDIB (dados obtidos em entrevistas).

Um outro indício do bom andamento do "projeto-ABDIB" apareceu na ata de uma reunião realizada em abril de 1957, quando um dos presentes ressaltou

"a posição que esta Associação já conseguiu, nesses dois anos de existência, junto à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e ao Conselho Nacional de Petróleo, que já a reconheceram como órgão consultivo.

"Foi citada como exemplo, uma carta daquela Carteira à Indústria Brasileira de Embalagens S.A., firmando a situação da Associação neste sentido". (367)

Porém, talvez não haja indício mais seguro que o próprio crescimento da entidade. Em 1957, entraram a Sanson Vasconcellos (SANVAS), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Nordon, Mecânica Pesada, Brown-Boveri; entre fins de 1957 e 1958 a Companhia Brasileira de Caldeiras e Equipamentos Pesados (CBC); em 1958, Empresa Brasileira de Solda Elétrica (EBSE), Jaraguá, Fábrica Nacional de Vagões (FNV), Sociedade Técnica de Fundições Gerais (SOFUNGE) e Companhia Industrial Santa Matilde.

Qual o perfil da ABDIB, com todas estas novas associadas? Vejamos que empresas eram estas. O grupo mais importante era constituído, em boa medida, justamente daquelas empresas cuja entrada no mercado brasileiro sob o amparo da Instrução 113 tanto preocupava a associação: Babcock, ARMCO, Nordon, Mecânica Pesada, CBC e Jaraguá. Algumas das matrizes já haviam exportado equipamentos como o CNP e a Petrobrás, como a Schneider e

(367) ABDIB, RD, 29-4- 1957.

a Babcock. Com a entrada da Ibesa-Confab, SANVAS e EBSE, praticamente completou-se o quadro dos grandes fornecedores nacionais da Petrobrás. Por outro lado, a ABDIB abriu suas portas aos fabricantes de material elétrico ; em primeiro lugar entrou a ARNO, que fabricou para a Petrobrás motores à prova de explosão; depois vieram duas grandes multinacionais do setor de material elétrico usado, G.E.e Brown-Boveri. Santa Matilde, FNV e SOFUNGE eram empresas ligadas historicamente à produção de material ferroviário. As duas últimas, segundo um depoimento, entraram "de alegres" na ABDIB, retirando-se da associação em 1962. Em todo caso, vale notar que o relatório CEPAL/ABDIB situa a FNV, assim como a Santa Matilde, entre os principais fabricantes brasileiros de equipamentos petrolíferos e petroquímicos, embora restritos a estruturas metálicas (Ver quadro III.1). A presença da CSN e da White Martins era também até certo ponto anômala, pois seu vínculo com a "indústria de base" praticamente se resumia ao fornecimento de matérias-primas, aço e oxigênio (a CSN também é incluída no quadro supra-citado como fornecedora de estruturas metálicas). (368)

A julgar pelos dados sobre a construção da Reduc e da Fabor, apresentados no ítem anterior, em 1957 a ABDIB consolidava uma posição um tanto quanto surpreendente para uma entidade extra-oficial e de pequeno porte; a de representante dos fornecedores de equipamentos industriais sob encomenda, perante a Petrôbrás, as projetistas norte-americanas, a CACEX e o CNP. Este o significado, em última instância, das viagens de Bello e Caio Sã ao exterior para discutir a nacionalização

(368) Ao final do capítulo há vários quadros sobre o crescimento da ABDIB e sobre as principais firmas do setor de mecânica pesada.

com a Foster e a Blaw-Knox; da outorga pela Petrobrás à ABDIB do papel de organizar a proposta brasileira para a REDUC (assim como da aceitação, pela EBSE, desse papel da ABDIB); da organização, pela ABDIB, da turnê dos técnicos da Blaw-Knox pelas empresas brasileiras; da consulta da Cia. Docas de Santos.

Tal posição só poderia consolidar-se com a entrada, em 1957 e 1958, de empresas nacionais importantes ainda excluídas e de parte da grande vaga de empresas estrangeiras que adentrava o mercado brasileiro desde 1955. (369) A ABDIB era cada vez mais representativa do grande capital no setor de equipamentos industriais. Esta situação permitiu a sua diretoria considerar, em 1958, vencida a primeira etapa que se propôs à Associação, já que grande parte dos equipamentos para refinarias de petróleo passaram a ser correntemente comprados no mercado interno; em 1959 seria aberta uma nova etapa, "a de cooperação estreita com outras indústrias de base". (370)

(369) Pelo que puder apurar, a ABDIB não procurou opor, no período, qualquer tipo de obstáculo à admissão de empresas estrangeiras no quadro de associadas (embora protestasse contra a privilégios concedidos à empresa estrangeira através da Instrução 113). A Reunião da Diretoria de 26-10-1955 por exemplo, registra a decisão de convidar a Schneider (Mecânica Pesada) a integrar a Associação, tão logo a empresa se instalasse no Brasil. Seria incorreto caracterizar a ABDIB como um lobby da empresa nacional, a despeito de que o objetivo inicial dos fundadores — todos nacionais — fosse economizar escala na queima de etapas exigida pela fabricação de equipamentos petrolíferos, o que era necessário apenas para os neófitos no ramo, e não para as empresas estrangeiras. Estas, por seu turno, associavam-se tendo em vista a articulação entre a ABDIB e a Petrobrás e o fortalecimento contínuo da ABDIB enquanto um lobby do grande capital produtor de equipamentos sob encomenda. Na opinião de Boschi e Diniz, a partir de 1973 a ABDIB passou a emitir uma série de críticas à atuação do capital estrangeiro no país (Cf. Boschi, Renato Raul e Cerqueira, Eli Diniz — "O Papel das Associações de Classe na Mediação Empresa-Estado: Uma Análise Institucional da ABDIB", In Empresa, Burocracia e Mediação de Interesses, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978, pp. 173-185). Comparando-se os quadros III.2 e III.4, vê-se que as principais firmas da indústria mecânica pesada (pe-lo menos segundo CEPAL e ABDIB) eram filiadas à ABDIB.

(370) ABDIB, Relatório Anual da Diretoria, 1958.

Em 1959 sobreveio, enfim, o reconhecimento oficial: o Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (GEIMAPE) foi instituído tendo como membros natos o BNDE, a Comissão de Tarifas, a SUMOC, a CACEX, a Carteira de Câmbio e.... a ABDIB. Finalidades e atribuições,

"elaborar e submeter à aprovação do Presidente da República os planos, esquemas e programas para as diversas linhas de fabricação ligadas à indústria mecânica pesada, atuando executivamente no exame, negociação e aprovação dos pertinentes projetos específicos, recomendando, quando for o caso, às entidades especiais as medidas que se tornarem necessárias à plena facilitação dos empreendimentos". (371)

O SIMESP — representante legal da indústria de máquinas de São Paulo, segundo a legislação corporativa — ocupava lugar de menor destaque, no Conselho Consultivo de GEIMAPE, juntamente com o IPT, a Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças e a Escola Nacional de Engenharia.

Ao que parece, o GEIMAPE permaneceu letra morta até maio de 1961, quando foi publicado um decreto estabelecendo as *"diretrizes básicas para racionalização, instalação ou ampliação de empresas que tenham linhas de fabricação ligadas a indústria mecânica pesada"*. Segundo fonte ligada à ABDIB, este decreto foi elaborado ainda sob a presidência Kubitschek, mas

(371) Cf. Decreto nº 46753 — de 26 de agosto de 1959, In Lex, vol. XXIII, pp. 289-290.

pressões diversas (inclusive de outras empresas estatais) lograram adiar sua assinatura. (372)

No entanto, apesar de sua crescente projeção e reconhecimento oficial, a ABDIB persistia em seu projeto original de congregar somente as firmas mais importantes. As atas da associação registram vários casos de candidatos que acabaram não se associando. As razões disso normalmente não são explicitadas. Suponho que devem ter sido desencorajados ou mesmo recusados. Em 1959, uma reunião voltou a discutir o regulamento para admissão de novos membros, e manteve, no essencial, as diretrizes vigentes desde 1955. O processo começaria pela apresentação do candidato por dois associados, sendo então realizada uma sindicância para verificar a constituição da firma, os dirigentes, a linha de fabrico, a idoneidade técnica e comercial. O interessado deveria ser "firma de renome e proje

(372) O novo decreto manteve praticamente inalterado a composição do GEIMAPE; destacam-se, todavia, a inclusão de um representante do Ministério da Guerra no grupo e de representantes da Confederação Nacional da Indústria e da ABNT no Conselho Consultivo. Seria interessante pesquisar a fonte e a eficácia das pressões contrárias do GEIMAPE. Uma possível pista é fornecida pelo trecho abaixo:

"Art. 13. Fica estabelecido que somente serão concedidos favores fiscais, cambiais ou creditícios, nas importações de máquinas, equipamentos e seus acessórios, feitas por entidades governamentais, para estatais, autarquias, sociedades de economia mista e empresas concessionárias de serviços públicos, quando provada a impossibilidade de produzir os respectivos materiais dentro do País.

"Art. 14. As entidades mencionadas no artigo precedente darão preferência nas suas compras, aos materiais de fabricação nacional quando os preços destes forem iguais aos dos similares estrangeiros, devendo a comparação ser feita na base dos preços CIF de importação calculados sem favor cambial, acrescidos dos impostos de importação e consumo e das taxas aduaneiras.

"Parágrafo Único. As entidades acima, sempre que organizarem concorrências ou coletas de preços para projetos de instalações que envolvam basicamente equipamentos de indústria pesada tomarão em consideração o índice de nacionalização desses equipamentos, devendo esta condição constar dos respectivos editais de concorrência ou cartas-convites para a apresentação de propostas" (Decreto Nº 50.522 - de 3 de maio de 1961 In Lex, vol. XXV, pp. 451-454).

ção na especialidade", além de trabalhar para as indústrias de base (petróleo, siderurgia, mineração, eletricidade, química e congêneres) ou outros equipamentos, desde que fossem úteis para os objetivos da Associação. (373)

Somente uma pesquisa mais detalhada acerca do parque produtor de bens de capital sob encomenda na segunda metade da década de cinquenta permitiria aferir com algum rigor a importância relativa das empresas filiadas à ABDIB. Sem dúvida, muitas concorrentes ficaram de fora da entidade. Nem por isso, contudo, a associação deixou de lograr uma inserção privilegiada no aparelho de Estado e no mundo empresarial. Muito maior, aliás, do que mereceria um mero "escritório técnico centralizado". (374)

(373) Em 1955, interessaram-se pelo menos duas empresas, a Forbril e a Trivellato, que viriam a entrar muitos anos depois. Em 1956, as atas registram as tentativas da Luwa e da Techint. No caso desta última, manifestaram-se dúvidas por ser considerada uma "organização técnica de montagem e de pequeno fabricante, o que foge aos princípios fundamentais da Associação, que visam reunir um grupo de fabricantes de maior capacidade de produção" (ABDIB, RD, 7-2-1956). Já em 1959, na mesma reunião em que se comunicou a instituição do GEIMAPE, registraram-se sete propostas de entrada. Em fevereiro de 1960, duas foram aceitas, as de Bopp & Reuther e Transmotécnica. Três pedidos tiveram sua apreciação adiada — Ipem, Edimetal e Cornesol. Esta última mereceu uma observação da "Comissão Especial Permanente" — que avaliava os pedidos — de que o candidato lhe parecia ter um capital muito reduzido. Não há qualquer menção aos outros pedidos, da Condeal e da Metalmecânica. Algumas destas empresas não eram desprezíveis, pelo menos a julgar por algumas informações fragmentadas que pude obter. A Trivellato consta de uma ata da ABDIB como uma das empresas que discutiria na associação o programa de trabalho para a formação do grupo nacional de fornecedores para a REDUC. A Cornesol era uma fornecedora pioneira de válvulas para a Petrobrás. A Metalmecânica ganhara em 1955 uma concorrência feita pela Cia. Brasileira de Estireno. E a Edimetal, por fim, figura no relatório CEPAL/ABDIB como um dos principais fabricantes para a indústria do Petróleo.

(374) Segundo o próprio Bello, o crescimento da capacitação técnica dos fabricantes tornou menos importante a atuação da entidade neste sentido. Cf. ABDIB, RD. 3-12.1959.

III.3. Nacionalização: Somando os Fragmentos

O objetivo deste item é delinear o que foi, afinal, a política de compras de equipamentos da Petrobrás. Feito isso, será possível discutir as possíveis razões da opção da empresa estatal pelo mercado interno.

A grande dificuldade para a realização da primeira tarefa é que, dessa política de compras, restam apenas fragmentos obtidos no material primário pesquisado. Inexiste um levantamento sistemático das práticas e dos resultados da nacionalização de equipamentos impulsionada pela Petrobrás. Pior, é impossível fazê-lo, uma vez que a documentação pertinente, originada de órgãos como o Escritório de Compras ou a Assessoria de Materiais da Petrobrás, ou foi incinerada, ou descansa em paz, inacessível, num prédio-arquivo da Petrobrás: o tenebroso edifício Cidade de Lima, onde fica o arquivo (literalmente) morto. Ninguém na Petrobrás sabe informar o que (e onde) foi arquivado e o que foi destruído. As atas das reuniões de diretoria e o boletim interno ou são secretos ou têm sua leitura vedada a não-funcionários.

Em resultado, torna-se praticamente inviável elaborar uma história dessa política de compras, à parte aquela contada pelo aumento progressivo do índice de nacionalização. A única lista completa dos incentivos à nacionalização que pude

obter faz parte de um documento do Serviço de Material da Petrobrás escrito em... 1979⁽³⁷⁵⁾. Entre 1953 e 1979, há apenas referências esparsas, que não permitem reconstituir quando surgiu, como evoluiu e a quem beneficiou cada tipo de incentivo.

Há, de qualquer forma, a certeza de que a nacionalização de equipamentos jamais deixou de estar em pauta durante o período coberto pela pesquisa. A importância atribuída à ques

(375) Trata-se de um ofício do chefe do Serviço de material da Petrobrás a um dos diretores da empresa, datado de 6 de setembro de 1979. Eis a lista dos incentivos:

- "1. Adiantamento de até 40% (quarenta por cento) do valor das encomendas pioneiras (nas AFMs de rotina o máximo é 20%), vinculado a eventos da fabricação.
- "2. Recomendação de firmas à FINEP, para concessão de ajuda financeira, nos termos estipulados pelo Acordo FINEP-PETROBRÁS. (Presentemente acham-se em estudo três processos dessa natureza).
- "3. Prestação de informes sobre consumo pela PETROBRÁS dos itens a nacionalizar e, eventualmente, da demanda provável.
- "4. Fornecimento de amostras de materiais, equipamentos ou peças para fins de estudos da engenharia do produto (eventualmente, quando disponíveis, acompanhados de desenhos ou informes das características ou especificações pertinentes).
- "5. Realização de ensaios em laboratórios dos órgãos da Companhia, CENPES, PETROFLEX e outros, para determinação ou controle das características dos itens a nacionalizar. Colaboração junto aos laboratórios oficiais - INPM - IPT - INT e até em laboratórios no exterior, para finalidades análogas.
- "6. Fabricação de protótipo por conta da PETROBRÁS, eventualmente a fundo perdido; apoio à engenharia básica e/ou tecnologia do produto (Ata Conselho de Administração nº 549, item 9º, de 21/09/1977).
- "7. Colocação de encomendas em lotes econômicos para viabilizar a produção e adoção de critérios de confronto de preços mais flexíveis na fase de pioneirismo.
- "8. Adoção de prazos de entregas mais dilatados para fabricações pioneiras; maior tolerância na apreciação de pedidos de dilatação de entrega.
- "9. Comprovação em pedido de guias de importação da destinação dos materiais a serem importados por firmas fornecedoras de equipamentos à PETROBRÁS, para efeito de obtenção de isenções de tributos ou dispensa do pagamento de depósito compulsório, em conformidade com as resoluções aplicáveis do Banco Central".

tão pode ter variado, mas sua presença foi uma constante. Comprovam-no o histórico das obras de Mataripe e Cubatão, assim como as inumeráveis referências à nacionalização nos relatórios da direção e na revista Petrobrás.

Existem, contudo, indicações de que a política de nacionalização, durante a gestão de Janary Nunes, sofreu uma inflexão no sentido de sua intensificação e aperfeiçoamento. Veja-se, por exemplo, o depoimento do próprio Janary:

*"Quando assumi a ampliação de Mataripe estava sendo negociada, com grupos franceses. Nós renegociamos, porque foram feitas sub-empregadas lá na França que modificamos ou anulamos porque não só quanto ao tempo como quanto à qualidade não nos interessavam. A maioria dos equipamentos prevaleceu (...). A ABDIB participou não só na ampliação de Mataripe como em Manaus e na refinaria do Rio de Janeiro, que foi toda combinada com ela (...). As bases para nacionalização foram discutidas no meu tempo. Criou-se uma comissão Petrobrás/ABDIB para o exame das peças. O Sr. Resende tinha entrada franca no meu gabinete, era recebido toda vez que queria (...). Na gestão de Levy havia as idéias, desde a formação da Petrobrás havia uma idéia predominante de nacionalização. A idéia de nacionalização perante o grande público foi feita sob minha gestão, percorrendo o Brasil, visitando a Assembléia Legislativa, pregando a necessidade de nacionalização e da Petrobrás",⁽³⁷⁶⁾
(Grifo meu).*

(376) Janary Nunes, entrevista.

Segundo alguns textos mais recentes, produzidos por funcionários da Petrobrás que ocuparam postos importantes na Assessoria de Material (ASMAT) da empresa, ou no Serviço de Material (SERMAT), que substituiu a primeira após a reforma administrativa de 1965, 1957 foi um ano chave.

O Brigadeiro Aloísio Telles Ribeiro, que chefiou a Divisão de Nacionalização do SERMAT, afirma num texto escrito em 1968 que

"Sendo evidente a impossibilidade de colocar nos fabricantes nacionais, de imediato, todas as suas encomendas de materiais e equipamentos até então importados, foi necessário à Petrobrás estabelecer um critério cuja aplicação permitisse selecionar aquelas cuja produção no País conduzisse a maiores vantagens.

"Tal critério, que vem sendo obedecido pela Petrobrás desde 1957, visa a indicar como prioritários para que sua fabricação seja nacionalizada, os itens:

- . cuja importação acarrete apreciáveis dispêndios em divisas;*
- . cuja falta eventual acarrete prejuízo para as operações;*
- . cuja importação se torne inviável". (377)*

O Coronel Luiz Wilson Marques de Sousa, que chefiou após 1960 o setor de Normalização e Articulação com a Indústria Nacional da ASMAT, ratifica em documento redigido após 1977 as palavras do Brigadeiro:

(377) Telles Ribeiro, Aloísio - Fundamentos da Política de Nacionalização de Equipamentos Adotada pela Petrobrás, 1968, mimeo., p.6.

"A partir de 1957, a Petrobrás estabeleceu uma diretriz de nacionalização segura, intensificando o diálogo de seus técnicos com os fabricantes nacionais, buscando transmitir conhecimentos e colaborar na absorção de novas tecnologias, objetivando acelerar a substituição das importações". (378)

Todas estas referências são bastante vagas. Não permitem caracterizar qualquer mudança substancial da postura da Petrobrás frente à nacionalização após 1956. No relatório de 1957, contudo, há um trecho que chama a atenção:

"Vem a Petrobrás estimulando o parque industrial do país, no sentido de ampliar o suprimento interno de materiais e equipamentos especializados para a indústria do petróleo. Várias fábricas nacionais demonstraram, em 1957, grande interesse em desenvolver algumas dessas linhas de produção. Com o objetivo de coordenar esforços nesta direção a Companhia instituiu a Comissão de Articulação com a Indústria Nacional". (379)
(Grifo meu).

A julgar pelas entrevistas realizadas, a Comissão não representou uma iniciativa importante. Ao menos, ninguém conseguiu lembrar-se sequer de sua existência. Segundo o número da Petrobrás de outubro de 1964, a Comissão foi uma iniciativa efêmera: teria sido "criada e extinta no decurso do ano de 1957, reorganizada em março de 1963 e incorporada em setembro do mes

(378) Souza, Luiz Wilson Marques de - Incentivos à Participação do Empresariado Brasileiro , s/d, mimeo., p. 1.

(379) Petrobrás, Relatório de Atividades de 1957; p.24.

mo ano àqueles setores especializados da Assessoria Geral de Material, assegurando-lhe, assim, mais amplos recursos em pessoal e novo incentivo à nacionalização". (380)

O que, sim, pode ser afirmado sem margem de erro, é que ao longo da década de 50 a Petrobrás aperfeiçoou sua organização interna e seus quadros técnicos, tornando-se cada vez mais capaz de intervir ativa e eficazmente sobre o processo de nacionalização (de que participavam também as firmas de engenharia e os fornecedores de bens de capital). Exemplos disso são os trabalhos de cadastramento das empresas e padronização de materiais.

Um fato marcante, em 1957, foi a concorrência para a Refinaria Duque de Caxias, onde desde o início esteve presente a preocupação de nacionalizar equipamentos. É provável, contudo, que isso possa ser explicado pelo maior amadurecimento da Petrobrás e dos fornecedores, assim como da relação entre ambos, e não a uma mudança na política da Petrobrás.

Em fevereiro de 1962, um mês após a posse de Francisco Mangabeira na presidência da Petrobrás, Bello informou à ABDIB que com a mudança "começaram a surgir dificuldades na boa marcha das relações entre ela e as associadas fornecedoras, tornando-se necessário um novo entendimento entre a Petrobrás e a ABDIB, visando o estudo das providências para a remoção dessas dificuldades". (381) Não obtive outras informações acerca dessas dificuldades. Seja como for, em setembro do mesmo ano Mangabeira enviou à "Confederação Nacional da Indústria e a todas as federações das indústrias lista dos equipamentos, peças e materiais importados, apressando-se em declarar que da

(380) Petrobrás, outubro de 1964, nº 210, p.19.

(381) ABDIB, RD, 20.2-1962.

ria toda colaboração e apoio aos que quisessem iniciar a fabricação do que importávamos" (382). Nessa carta, Mangabeira não deixou de homenagear a ABDIB

"pelo seu esforço em aproximar indústrias e estabelecer liames efetivos de cooperação com a PETROBRÁS. Idêntica cooperação temos obtido da Federação das Indústrias, das Associações de Classe, com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo do Estado da Guanabara, os quais muito têm cooperado conosco na solução dos problemas concernentes ao suprimento da Empresa" (383).

Poucos meses depois, como vimos, foi recriada a Comissão de Articulação com a Indústria Nacional (COMIN), definida por Mangabeira em discurso à FIESP como uma "comissão essencialmente executiva, organizada para o fim específico de desenvolver e estimular o intercâmbio da Petrobrás com a indústria nacional, procurando resolver todos os óbices e dificuldades a tal objetivo, proporcionando orientação e facilidade onde e quando solicitadas, oferecendo o know-how que já possui a nossa empresa e o que venha a possuir, buscando, enfim, desenvolver ao máximo tanto no sentido horizontal como no vertical, as relações indispensáveis ao aumento da nacionalização do equipamento e dos materiais para a exploração, a produção, o transporte, a indústria do petróleo ou dele resultante. É este, meus senhores, o caminho para a continuidade da expansão de todas as nossas atividades, para se cooperar na solução das dificuldades cambiais do País,

(382) Mangabeira, op.cit., p. 167.

(383) Mangabeira, Francisco - "A 'Petrobrás' e a Expansão Industrial Brasileira", In Desenvolvimento & Conjuntura, Novembro de 1962, p.106.

para se estimularem indústrias fundamentais como a mecânica pesada, para se ter, enfim, um desenvolvimento integrado da economia nacional". (384)

Tendo visto que a política de nacionalização de equipamentos foi uma constante, ao menos no discurso oficial da Petrobrás, cabe agora somar os fragmentos daquilo que foi, efetivamente, esta política.

Em primeiro lugar, convém esclarecer que a nacionalização de equipamentos sempre foi entendida pela Petrobrás como a fabricação dos equipamentos em território brasileiro, seja por empresas nacionais, seja por empresas de capital estrangeiro. É possível que a empresa tenha dado preferência a empresas nacionais em alguns momentos. Segundo Janary Nunes, "*a preferência pelo nacional era absoluta. Não só não importar mas formar grupos nacionais, embora relacionados via patentes, etc., com grupos estrangeiros*". (385) Esta foi contudo, a única referência por mim obtida neste sentido. Por outro lado, há várias referências ao papel da Petrobrás em atrair grupos estrangeiros para o mercado nacional. Vide, por exemplo, o trecho da conferência de Arthur Levy em Minas Gerais, transcrito no capítulo II. Ou então o seguinte trecho da carta de Mangabeira à CNI, particularmente significativa pelo fato de Mangabeira ter sido um dos presidentes de discurso mais fortemente politizado e nacionalista do período. Segundo ele, um dos "*resultados imediatos*" da política de incentivo à indústria era a

"vinda de indústrias estrangeiras para o Brasil, para produzirem aqui espécies de material e de equipamentos que eram, até então, importados ,

(384) Mangabeira (1964), *op.cit.*, pp.169-170.

(385) Janary Nunes, entrevista.

obtendo-se com isto a nacionalização dessa produção" (386)

O único caso conhecido de intervenção direta da Petrobrás foi o da Mecânica Pesada. Uma das proprietárias da empresa era a Schneider, que juntamente com a Fives-Lille organizara o consórcio de fornecedores para a refinaria de Cubatão; participava também a Batignolles-Chatillon, que produzia equipamentos para a fábrica de fertilizantes e financiava parte das compras de equipamentos para Matampia. Algo semelhante pode ter ocorrido com a Babcock & Wilcox. A Babcock instalou-se no Brasil em 1937. Segundo um depoimento, tratava-se de início, de uma firma de representação, que montava caldeiras importadas. A Babcock inglesa foi também um dos fornecedores de equipamentos para a Fábrica de Fertilizantes. Posteriormente, já na década de cinquenta, a firma construiu uma fábrica especializada em vasos de pressão. (387)

Em segundo lugar, um truísmo: o principal estímulo à nacionalização de equipamentos foi a própria disposição da empresa de colocar em grande escala encomendas junto a firmas que até então operavam com padrões tecnológicos sensivelmente inferiores àqueles próprios da indústria do petróleo (apesar de serem os principais produtores nacionais de bens de capital). Rea

(386) Mangabeira (1962), op.cit., p. 105.

(387) Nas palavras de Leff, "os investimentos públicos se tornaram especialmente importantes após 1956, quando esforços enérgicos foram tomados para aumentar a produção doméstica de muitos 'produtos básicos' como aço e petróleo refinado. A medida em que o governo começou a desenvolver essas indústrias e ofereceu a perspectiva de novos mercados favoráveis, muitas firmas no setor de heavy-engineering instalaram capacidade para supri-las. Em um importante caso, o de equipamento para a companhia de petróleo do setor público, firmas entraram no mercado após negociações diretas com a corporação governamental relacionadas com suas demandas futuras de equipamento". Leff, (1968.) op.cit., p.22.

lizar encomendas pioneiras significa assumir o risco de enfrentar atrasos e problemas de fabricação; significa, possivelmente, pagar mais caro do que se pagaria pelo produto importado.

Talvez o aspecto mais marcante da política de nacionalização da Petrobrás não tenha sido o pioneirismo em si próprio, mas a escala em que foi praticado. O fato de a ABDIB ter sido requisitada por várias empresas privadas (inclusive estrangeiras) demonstra que a fabricação de equipamentos no Brasil não era um absurdo. Por outro lado, a escassez de divisas pode ter influenciado as empresas privadas no sentido de realizar as encomendas no mercado interno. Pelo menos, este parece ter sido um fator importante no caso das encomendas da Refinaria União. Veja-se, por exemplo este trecho de uma conferência de Henrique Pedro David de Sanson (386):

"O surgimento dessa indústria de bens de capital deve-se a dois acontecimentos quase que simultâneos. Por ordem cronológica, o primeiro, a Refinaria União, inaugurada em dezembro de 1954, que precisava adquirir equipamentos de reposição e não podia importar devido à não liberação, pelo governo, das dívidas {sic; deve ser divisas} necessárias. Segundo, a opção teimosamente exercida pela Petrobrás, em conexão com a ABDIB, de adquirir, no Brasil, pelo menos 20% dos equipamentos destinados à expansão de Mataripe.

"No caso da Refinaria União, os equipamentos de

(386) Sanson, Henrique Pedro David de. "Perspectivas da Indústria Produtiva", In. Semana de Tecnologia Industrial - Indústria Petroquímica, Ministério da Indústria e do Comércio, Secretaria de Tecnologia Industrial, Salvador, abril de 1976.

reposição foram fabricados com desenhos fornecidos pela própria Refinaria, pois referiam-se a aparelhos existentes porém a adaptação chegou a assumir laivos homéricos. Incidentalmente, coube a mim, na época trabalhando na COBRASMA, receber as instruções dos engenheiros da Refinaria e transformá-las em alguma coisa que pudesse ser colocada ao alcance dos mestres de fábrica e dos seus operários (...)

(387)

"Imediatamente após o episódio da Refinaria União, seguiu-se o da ampliação de Mataripe com a Petrobrás e a ABDIB liderando a abertu-

(387) A sequência do texto caracteriza o caráter improvisado dos primeiros fornecimentos:

"Construímos, assim alguns trocadores de calor, componentes em latão, inclusive com partes críticas feitas em latão, e naquela época não havia fabricação de latão nacional, mas não se podia importar. Então a COBRASMA partiu para uma solução alternativa, ela fundiu os componentes em latão . E as primeiras fundições resultaram em verdadeiras misturas de metal, areia e outras inclusões. Mas assim se começou, e nós não tínhamos normas, nós não tínhamos códigos, não tínhamos controle de qualidade, não tínhamos raios-X, os aparelhos foram construídos desta maneira.

"É necessário que se conte esta experiência porque além da COBRASMA, outros também participaram. A Jaraguá, por exemplo, naquela época construiu algumas pequenas colunas e outros também participaram com pequenos componentes. É necessário , também, confessar que no capítulo dos permutadores, que, afinal operaram numa refinaria, sem terem causado qualquer irregularidade operacional significativa, não foram usados códigos, normas, simplesmente foram seguidas instruções de engenheiros da Refinaria. A fabricação de componentes foi totalmente improvisada, os estojos e porcas, por exemplo, tinham as roscas usinadas em tornos pequenos, sem muita precisão, mas funcionaram.

"O que me espanta, ainda nos dias de hoje(...), é que a introdução, por exemplo, dos feixes tubulares dentro dos cascos(...) somente foi possível com a utilização de dispositivos mecânicos de alto vigor, capazes de vencer interferência de diâmetro, pois o diâmetro externo do feixe era maior do que o diâmetro interno do casco. Não sei, e nunca desejei perguntar aos engenheiros da Refinaria, a quem eu sou grato por tudo o que aprendi, se alguma vez conseguiram remover esses feixes".

(p.174).

na para a indústria de bens de capital que não era, sequer, emergente àquela época. Reconheça-se que a Refinaria União, premida pela não liberação de dívidas (sic), foi obrigada a se defender, de qualquer maneira, para manter sua unidade em operação. Mas reconheça-se, por outro lado, que a Petrobrás, mesmo não tendo nenhuma dificuldade quanto à importação, pois não lhe faltava disponibilidade total de divisas, decidiu espontaneamente, e contra a vontade da projetista americana, comprar um pouco no Brasil".

Pondo à parte a diferença no que diz respeito à motivação que originou a compra de equipamentos no mercado interno, que discutirei mais adiante, percebe-se pelo trecho acima citado que a atuação da Petrobrás e da Refinaria União pouco tinham em comum. Havia, em primeiro lugar, uma enorme diferença quanto à escala; em 1955, a Refinaria União já estava em operação. As encomendas de equipamentos — por exemplo, devido a uma mudança na estrutura de derivados — não podiam sem comparadas às encomendas necessárias à ampliação de Mataripe. Em segundo lugar, e talvez exatamente por causa dessa diferença de escala, a Petrobrás exigiu desde o início um padrão de fabricação muito superior à improvisação que parece ter reinado

no fabrico dos equipamentos para a Refinaria União. (388)

Embora impusesse novos padrões de exigência, a Petrobrás aceitou frequentemente os desvios em relação às normas americanas. Nem sempre, porém, as coisas foram fáceis para a empresa nacional. Veja-se, por exemplo, o seguinte caso ocorrido com a SANVAS, narrado por um ex-diretor comercial da empresa:

"A primeira esfera foi fabricada por Sanson. Conseguímos saber que a fábrica de borracha ia fazer uma esfera para gás butano, pequenininha. Então, Alberto do Amaral Osório conseguiu fazer os cálculos, calculando áreas de solda, para ver dentro daquele diâmetro que chapa dava — e era exatamente a chapa que a Siderúrgica tinha no seu programa de trabalho, e de qualidade idem. Começamos a batalhar. Ninguém queria. Foram ameaças veladas, não de perseguição, mas de rompimento de relações. Isso foi em 58/59. O negócio foi fechado no gabinete do general Idálio contra umas promissórias que o Dr. Sanson assinou no valor da esfera. Então aquelas promissórias ficaram no cofre em seu gabinete. Quando a esfera

(388) Segundo uma matéria sobre a Cobrasma publicada em Petróleo (Novembro de 1961, nº 5), a empresa "mobilizou-se para fornecer permutadores de calor à empresa estatal", tendo recorrido ao licenciamento: "para o cálculo termodinâmico dos permutadores, dimensionamento mecânico e escolha dos métodos de produção a empregar, a Cobrasma firmou um contrato de licença desse equipamento" com a Kellogg. Em resultado, a Cobrasma praticamente monopolizou o fornecimento desse item durante algum tempo. Fabricou 64 permutadores para a Relan, 17 para a RPBC e116 para a Reduc, até a data do artigo citado. Esses fornecimentos equivalem, respectivamente, a 7432,3252 e 25084 m² de superfície de aquecimento. Em 1961, a Cobrasma possuía uma capacidade de produção de 20000 m² por ano, sendo seguida de longe pela CBC, com 9000 m por ano (ver o quadro III.1).

foi entregue ele foi lá e apanhou as promissórias. Era nessa base, a luta era grande. Os outros países tinham medo do que está acontecendo agora, que a gente está lá fora, exportando.... Não tinha prensa, a gente fez numa pera, porque a norma deixa fazer a esfera desse tamanho, você pode prensar batendo, de modo artesanal; hoje parece que tiraram da norma essa possibilidade. Mas naquele tempo estava no rodapé. Em três meses ou quatro nós montamos todo o esquema, com desenhos aprovados, a Petrobrás não pôde falar nada. Foi a primeira esfera para gás, está lá na FABOR, não explodiu, graças a Deus, e foi apelidada de Martha Rocha, porque o americano foi reclamar que tinha uma polegada a menos, e eu disse que tinha a mais e era muito boa".

Em outras tentativas ousadas de nacionalização, o final foi decididamente infeliz. Segundo o Brigadeiro Telles Ribeiro,

"Apesar dos cuidados com que foram procedidos os estudos para essas nacionalizações forço so é reconhecer que em alguns casos o sucesso pode ser qualificado como discutível e em outros o insucesso foi evidente.

"Entre estes últimos, citaremos somente para referências:

"uma fabricação de Árvores de Natal, classificadas como similares às que a PETROBRÁS pretendia importar, a qual, desde 1960 oca

sionou prejuízos ao fabricante e à PETROBRÁS em montante muito superior ao valor da referida encomenda;

"Uma tentativa de fabricação de turbinas a vapor de pequena potência por um fabricante que pretendia acabar de se preparar após o recebimento da encomenda.

"O fabricante cerrou as portas da sua fábrica antes de acabar de se preparar para atender a encomenda;

"Encomendas pioneiras de corrente do tipo API para acionamento de equipamentos de perfuração, que embora renovadas durante dois anos no mesmo fabricante, não atingiram a qualidade indispensável para poderem substituir o produto importado.

"Uma fabricação pioneira de válvula de controle confiada a uma subsidiária brasileira do próprio fabricante no exterior, que ocasionou tal prejuízo à subsidiária que esta encerrou sua atividade nesse ramo, embora a colaboração dos órgãos da PETROBRÁS interessados tivesse conseguido evitar prejuízo total"

(grifo meu).

Após a enumeração desses insucessos, o texto do Brigadeiro explicita os sacrifícios impostos à Petrobrás pela sua opção de nacionalizar:

"Devemos assinalar ainda, que o início da nacionalização de uma fabricação representa sempre um ônus financeiro para a PETROBRÁS já que são

excepcionais os casos em que as primeiras encomendas se constituem de quantidades apreciáveis do mesmo item. Portanto, como todo cliente que deseja incentivar um fornecedor, a PETROBRÁS tem aceitado dentro de certos limites, e com raras exceções :

" . Pagar preços unitários mais elevados à Indústria Nacional quando ocorrem encomendas pioneiras;

" . Pagar à vista, inclusive parceladamente durante a fabricação, o equipamento fabricado no Brasil, mesmo quando lhe é possível efetuar essas mesmas aquisições no exterior:

" - a preço mais baixo.

" - sob contrato de financiamento, assim a nacionalização é, pelo menos no seu início, um ônus financeiro mediante o qual a PETROBRÁS adquire a segurança de poder contar com a Indústria Nacional"⁽³⁸⁹⁾ (grifo meu).

Chegamos assim à questão das condições de fornecimento. Embora esse texto seja de 1968, acredito que descreva também a situação do período abrangido por este estudo. Não é inequívoco, como veremos mais adiante, que a Petrobrás tenha pago invariavelmente preços superiores aos de similar importado. Mas não há dúvidas de que a empresa tolerava diferenciais de preço. Uma das poucas referências oficiais da empresa a esse respeito foi feita em 1956, como resposta a uma jornal que teria noticiado uma suposta preferência da Petrobrás por materiais estrangeiros. Segundo Petrobrás, a Presidência da em

(389) Telles Ribeiro, op.cit., pp.8-0.

presa afirmou que "A PETROBRÁS dá invariável preferência aos materiais brasileiros, desde que sua qualidade corresponda às exigências dos trabalhos da empresa e não sejam seus preços chocantemente superiores (sic) aos dos materiais importados" (390). A julgar pelo depoimento de Janary, a tolerância da Petrobrás tinha limites:

"A Petrobrás naturalmente forçava a equiparação dos preços, porque a tendência natural do técnico é importar. Para substituir importação tinha que haver estudos, interferência para que os preços fossem razoáveis". (391)

O depoimento do "chefe de obras" vem no mesmo sentido:

"Os preços brasileiros eram bem maiores. Procedia-se a uma comparação, obrigatoriamente (...). Fazíamos a comparação em dólar e forçávamos os nacionais a diminuir o preço. Muitas vezes algumas dessas firmas cederam demais e foram à concordata (...). Não tínhamos uma política tão perfeita. Às vezes se pressionava o preço e o fornecedor ia para o brejo. Às vezes se afrouxava no preço e a qualidade era ruim. E um terceiro fator, o prazo de entrega. A indústria brasileira não tinha prazo. Prometia em abril, entregava em agosto". (392)

Já no que diz respeito à Petrobrás assumir o ônus das fabricações pioneiras, dividindo com o fabricante parte

(390) Petrobrás, 15-5-1956, nº 68, p.10.

(391) Janary Nunes, entrevista.

(392) Entrevista.

dos prejuízos, há, compreensivelmente, um silêncio quebrado apenas pelo texto supra-citado do brigadeiro. Não obtive qualquer referência semelhante, à fabricação de correntes insatisfatórias durante dois anos citada pelo Brigadeiro. Um texto do Coronel Luiz Wilson, de 1966, por exemplo, afirma que o risco do comprador numa encomenda pioneira se limita aos "riscos de lucros cessantes, em razão do eventual insucesso operacional do material ou equipamento" (393).

A concessão de condições facilitadas de pagamento ao vendedor, sim, é confirmada por vários depoimentos. O mais bombástico, nesse sentido, é o do "chefe de obras".

"O Escritório de Compras foi, na época, mais ou menos o que é hoje o BNDE. Quantos fornecedores chegaram no Escom e disseram assim: 'eu posso fabricar essa peça, eu tenho a fundição, o aço, faço o modelo. Mas eu nunca fiz'. A parte mais cara da fundição não é o aço, mas o molde, na época quase sempre de madeira. 'Você me empreste, me dê o pedido de cinco milhões. Me empreste um milhão de sinal e eu compro os moldes. Se não sair certo eu lhe devolvo o sinal'. Isso era colocado em contrato. Era financiamento da indústria. Houve casos que eu conheci especificamente. O da ICESA, firma de caldeira que tem até hoje no Rio, agora nas mãos

(393) Souza, Luiz Wilson Marques de - "Fabricação de Materiais e Equipamentos para a Indústria Petroleira" - In Boletim do IBP, 3º/4º trimestre de 1966, p. 153. Segundo o coronel, "a eventualidade do insucesso deve ser minimizada pela disponibilidade do material importado e pela não-vinculação das atividades normais do consumidor às compras de produtos de fabricação pioneira".

de um grupo alemão, Ela queria fazer um tipo de flange que não era feito no Brasil, talvez pelo tipo de aço, pelo tipo de usinagem (...). Chegou-se à conclusão de que, talvez, pela proximidade, a gente poder fiscalizar melhor e pelo que ela já tinha feito, que a ICESA era a melhor para tentar. Chamou-se ela. A ICESA foi, voltou, sentou com seus técnicos. Nunca tinha feito flanges nenhum e disse: 'com uma condição, quero 90% de sinal'. O funcionário do ESCOM disse: 'Não é possível. Eu lhe dou 100%'. Pagou o pedido no ato. E a ICESA é hoje o maior fabricante de flanges da América do Sul, exportando para o mundo inteiro".⁽³⁹⁴⁾

Este tipo de adiantamento certamente não foi a regra. Segundo Zobaran (o primeiro chefe do Escritório de Compras da Petrobrás), o ESCOM podia conceder até 25% de adiantamento. Percentuais superiores a esse deveriam ser autorizados pela diretoria da Petrobrás. Concedido o sinal, liberavam-se outras parcelas do pagamento quando entregues os desenhos de fabricação, e à medida em que iam sendo vencidas as várias etapas de fabricação; a última parcela era entregue após o aceite do equipamento.

De acordo com Mangabeira, a "concessão de financiamentos para possibilitar a aquisição da matéria-prima de que necessita a indústria para o fabrico dos equipamentos que são encomendados" era uma das modalidades de cooperação, "embora excepcional".

(394) Entrevista.

"Esses adiantamentos excepcionais para compra de matéria-prima se justificam quando se afigura a hipótese de grande desembolso de numerário, bem como a escassez da matéria-prima de produção nacional, e, ainda, a dificuldade de sua importação que pode acarretar demoras prejudiciais na entrega desses equipamentos, que devem se ajustar inteiramente aos cronogramas de execução das obras e projetos".⁽³⁹⁵⁾

Além disso, segundo Janary, a Petrobrás procurava facilitar a concessão de crédito às fornecedoras pelos bancos:

"Nós dávamos o estímulo da encomenda, que permitia à empresa negociar nos bancos, e o estímulo do contrato, um documento que valia dinheiro. A Petrobrás ajudava, tinha uma grande força na época, ia ao Banco do Brasil e dizia, 'esse aqui tem um contrato no valor de tanto, vai viabilizar não só economia de divisas como execução do projeto. Precisa de ajuda'. Eu tinha contatos diários com diretores de bancos".

Em 1963, Mangabeira chegou a aventar a institucionalização desse esquema e de uma articulação com o BNDE:

"A Petrobrás faz aqui um apelo aos meios bancários brasileiros para que ajudem a financiar o desenvolvimento do parque industrial nacional, a fim de que sua expansão siga em ritmo ascensional e proporcional ao crescimento das indústrias de base que dele necessitam e nele se apóiam. Sendo as compras da Petrobrás feitas à vista, uma autorização de fornecimento pela mesma significa um compromisso certo de pagamento a cur

(395) Mangabeira (1962), op.cit., p.106.

to prazo. Assim, seria possível que as nossas Autorizações de Fornecimento (AFs) pudessem servir como instrumento de crédito que permitisse às indústrias o levantamento dos recursos financeiros necessários para atender as encomendas das mesmas. Esta colaboração dos meios financeiros brasileiros representaria um grande incentivo à indústria e uma enorme cooperação à Petrobrás. Poderíamos talvez pensar em fazer, de acordo com o Governo, depósitos no Banco de Desenvolvimento Econômico, fazendo esse, por seu turno, empréstimos específicos às indústrias relacionadas com as atividades do petróleo, para sua expansão ou para a construção de indústrias pioneiras"

(396).

Um dos mais importantes casos de nacionalização de equipamentos foi o do oleoduto Rio-Belo Horizonte, cujos estudos tiveram início em 1957 (397). Seja pela extensão do oleoduto (362 km), seja pelo relevo do terreno a ser percorrido, tratava-se de uma obra de certa complexidade, e que requeria tubos que até então não eram fabricados no Brasil. No começo de 1962 começaram os trabalhos de campo para a construção do oleoduto. Segundo o engenheiro Orfilla Lima Santos, que chefiou a obra, os tubos foram divididos em seis lotes, partindo da hipótese de colocar a encomenda em vários países. A

(396) Mangabeira (1964), op. cit., pp. 172-173.

Para aquilatar a importância desses aspectos da política de compras da Petrobrás, seria necessário dispor de informações adicionais. Possivelmente a Petrobrás não era a única grande empresa a suprir, por conta própria, e como condição para viabilizar a compra no mercado interno (tornada necessária, por exemplo, pela escassez de divisa), a ausência de financiamento de capital de giro para os clientes.

(397) Cf. Petróleo, nº 36.

proposta japonesa acabou sendo considerada a melhor, tanto pelo financiamento quanto pelo atendimento da exigência de contrapartida: o fornecedor japonês aceitou adquirir uma certa quantidade de minério de ferro (398). A revista Petrobrás de maio de 1962 noticiou que "a indústria nacional ainda se encontra impossibilitada de produzir tudo nas especificações requeridas pelo Oleoduto Rio-Belo Horizonte, sendo necessária a sua importação. No entanto, a exemplo do que vem ocorrendo com outros rendimentos da Petrobrás, poderá emprestar sua ajuda à construção da grande obra, fornecendo materiais e equipamentos que já fabrica" (399).

Contudo, a diretoria da Petrobrás decidiu entregar um dos lotes a uma empresa brasileira. Segundo Orfilla, houve um pedido da indústria nacional, que pleiteou participação. Já haviam sido visitadas várias empresas, como Confab, Santa Matilde, EBSE e o Arsenal da Marinha.

"Quanto à compra de tubos a ser realizada no País, apesar do potencial de algumas fábricas, concluiu-se que a Confab Industrial S/A, instalada em São Caetano do Sul, São Paulo, era aquela que apresentava melhores condições" (400).

Segundo Orfilla, a empresa já fabricava tubos segundo especificações menos exigentes, tinha maior tradição em caldeiraria e um corpo técnico mais credenciado; além disso, em suas instalações seria mais fácil adaptar a linha de montagem.

"Apesar disso, essa empresa não estava devidamente preparada. Entretanto, comprometeu-se a importar equipamentos próprios, como foi o ca

(398) Orfilla Lima Santos, entrevista, Rio de Janeiro, 1984.

(399) Petrobrás, Maio de 1962, nº 195, p. 9.

(400) Santos, Orfilla Lima - Manuscrito entregue ao autor.

so de uma calandra capaz de preparar tubos de seis metros de comprimento. Assim sendo, a Petrobrás colocou na referida empresa a encomenda de cerca de 80000 metros de tubo, num peso aproximado de 5800 toneladas, tendo a Petrobrás fornecido as chapas.

"Evidentemente, a fabricação pioneira de tubos para um oleoduto de alta pressão (...), obedecendo especificações do American Petroleum Institute, exigiu cuidados especiais. Muitas dificuldades surgiram. Entretanto, foram as mesmas superadas, para o que a Petrobrás prestou grande assistência ao fabricante, o qual mostrou-se à altura da missão. Em determinado momento, a Petrobrás manteve na fábrica da CONFAB um engenheiro e um mestre em tubulação em tempo integral. Desta ação conjunta resultaram positivos aspectos e as especificações puderam ser cumpridas. Uma das dificuldades estava na obediência às tolerâncias com relação do diâmetro dos tubos" (grifo meu).

Fabricação mais pioneira é difícil de imaginar. O fato de que os tubos encomendados à Confab eram aqueles que podiam usar as chapas mais finas, (precisavam suportar pressão menor) e com maior prazo de fabricação é apenas um atenuante relativo. Não é todo dia que uma firma abre mão de colocar uma encomenda junto a um fornecedor qualificado e capaz de financiar a compra, em prol de um fabricante que ainda não possui nem a maquinaria necessária nem a experiência para utilizá-la. E, além disso, fornece-lhe chapas e assistência técnica.

Há indícios de que a Petrobrás procurou por em prática uma política de regulação do mercado dos fornecedores. Obtive, contudo, depoimentos contraditórios, fato que atribuo ao caráter delicado da questão. O próprio Mangabeira declarou publicamente que

"Na distribuição de encomendas, a PETROBRÁS tem adotado critérios de examinar a capacidade de produção de cada indústria, evitando monopólio de marcas e a preferência por fabricante". (401)

Em vários depoimentos, mencionou-se que a Petrobrás pretendeu evitar seja o monopólio, seja um número excessivo de fornecedores. O depoimento de um funcionário da ASMAT e depois do SERMAT com longa atuação em processos de nacionalização ilustra o primeiro caso:

"Não havia demanda para todos. A demanda prevista não se realizou. Aí surgiu necessidade de política para dividir o mercado. Isso foi, talvez, em 1967. A CBV ganhava todas as concorrências, vendia mais barato. A Petrobrás agiu no sentido de dar parte para a BRASQUIP(...). Houve uma concorrência, para unidades de bombeio, em que o brigadeiro se bateu para que o segundo colocado tivesse 40% de encomenda. Isso para evitar que a Petrobrás ficasse na dependência de um só fornecedor, o que ocorreu no caso da Saurer, a maior indústria de máquinas do Rio de Janeiro, e que faliu. A política de compras

(401) Mangabeira (1964), op.cit., p.106.

indústria do petróleo era suprida por outros se
tores da indústria nacional em cerca de 3/4 de
suas necessidades. Tal índice é bastante signi
ficativo, mas não é satisfatório, uma vez que
são 100% de suprimento garantem a estabilidade
desejada. Ainda mais, naquela quarta parte de
elementos importados, não produzidos no País,
existem vários de importância básica em nos
sas atividades. Ainda importamos cerca de 95%
dos equipamentos e material necessários à ex
ploração e produção do petróleo cru. Entretan
to, dada as dificuldades em que se encontra a
indústria nacional, sobretudo a indústria pe
sada de equipamentos, dificuldades de capitali
zação, de financiamento, de crédito, é lícito
temer-se uma queda do seu ritmo de expansão, o
que viria a tornar ainda mais precário o para
lelismo de desenvolvimento indispensável à Pe
trobrás, à emancipação econômica do País e à
própria segurança nacional, no sentido pleno
da palavra" (404) (grifos meus).

O problema da nacionalização de equipamentos para ex
 ploração e produção é merecedor de uma pesquisa à parte ⁽⁴⁰⁵⁾.
 Os depoimentos a respeito são absolutamente contraditórios. Um
 deles chega a afirmar que havia na realidade duas Petrobrás: a
 do setor industrial, nacionalizante, e a do setor extrativo ,
 acostumada ao equipamento norte-americano. Dizem alguns que a
 nacionalização poderia ter avançado mais rapidamente no setor

(404) Mangabeira (1964), pp.170-171.

(405) Que, aliás, vem sendo realizada por Cintia Costa Neves,
 para elaboração de tese de mestrado no IEI/UFRJ.

extrativo, enquanto outros argumentam que os equipamentos desse setor são ainda mais complexos que os utilizados no refino e no transporte.

Ao que parece, os empresários também tinham seus motivos para hesitar em fabricar estes equipamentos, Basicamente, o fato de que a Petrobrás seria para eles um monopólio:

"Ha cerca de dois anos, era conceito corrente a impossibilidade de fabricar, no Brasil, os elementos da coluna de perfuração, senão pela iniciativa de fabricantes estrangeiros, tradicionais proprietários do know-how de fabricação, senhores de uma técnica apurada, de patentes indispensáveis e de maquinaria especialíssima. Apesar de todos os esforços desenvolvidos pelo Governo, nenhum fator de motivação, seja de ordem competitiva, seja de ordem restritiva às importações, era bastante forte para nele despertar o interesse pela implantação de indústrias filiadas em nosso País. Por sua vez, a indústria privada nacional não podia correr o risco de empreendimentos vultosos num campo de características tão especiais, lançando-se cativa, em um mercado restrito às necessidades de um único consumidor.

"O Arsenal de Guerra do Rio e a Fábrica de Andaraí se dispuseram à imediata cooperação e, em pouco mais de 16 meses de trabalho, levantando características de know-how e utilizando equipamento instalado há mais de 25 anos, demonstraram ser possível o Brasil fabricar colunas de perfuração, inclusive produzindo protótipos e pequenas séries.

A fabricação desses protótipos pelos arsenais de guerra brasileiros foi suficiente para motivar a implantação de indústrias nacionais e filiadas de especialistas estrangeiros, tornando possível a manufatura desses elementos no Brasil" (406) (grifos meus).

Essa articulação com o Arsenal da Marinha e a fábrica do Exército foi uma das realizações da COMIN de Mangabeira. Segundo o funcionário da ASMAT/SERMAT citado há pouco, Andaraí nunca chegou a fornecer uma unidade à Petrobrás, pois as empresas privadas entraram vendendo mais barato; a articulação serviu, porém, para aguilhoar os empresários, que não teriam decidido fabricar o equipamento se não fosse pela iniciativa de Andaraí.

No que diz respeito a outros equipamentos, contudo, a indústria pesada já começava a mobilizar-se no início da década de sessenta. Em 1961, constituiu-se em Salvador a BRASQUIP, contando com incentivos da SUDENE e com um empréstimo do BID (407) para a fabricação de brocas e outros equipamentos.

Outra empresa que entrou nesse mercado no período foi a CBV (fundada em 1957). Em seu livro, Mangabeira publicou um trecho de uma carta enviada pelo Comandante Paulo Didier, diretor da CBV, ao Presidente da República:

"Foi em atenção a um apelo do Prof. Francisco Mangabeira, presidente da Petrobrás, que a CBV investiu capitais e demonstrou publicamente a sua capacidade de montar brocas no Brasil". (408)

(406) Petrobrás, Janeiro/Fevereiro de 1966, nº 218, p.9.

(407) Cf. Petróleo, julho (nº 1) e outubro (nº4) de 1961.

(408) Mangabeira (1964), op,cit., p. 174.

A CBV iniciou também a fabricação de outros equipamentos, como válvulas⁽⁴⁰⁹⁾ e árvores de natal⁽⁴¹⁰⁾. O caso de fracasso na produção de árvores de natal mencionada atrás pelo Brigadeiro é provavelmente o da SIDEL, que faliu. Outra empresa que surgiu no período como fabricante de equipamentos para exploração e produção — no caso, conexões e tubulações de sondas — foi a Equipetrol.⁽⁴¹¹⁾

Voltando ao fio da meada, é bastante plausível que a Petrobrás tenha podido aplicar uma política de organização de mercado mais rigorosa no que diz respeito a esses equipamentos, uma vez que o mercado estava sendo criado por e para ela, o que não ocorreu no caso das empresas mecânicas e de caldeiraria, que não só podiam produzir equipamentos para as empresas privadas do setor petroquímico como para empresas de outros setores.

Colocação de encomendas pioneiras (assumindo eventualmente os prejuízos), financiamento do capital de giro, apoio técnico, regulação do mercado: estes foram os incentivos da Petrobrás aos fabricantes brasileiros. Ficam pendentes várias questões, e entre elas a seguinte: até que ponto estas práticas foram exclusividade da Petrobrás durante o período estudado?

O tema da implantação da indústria de bens de capital no Brasil ainda não foi suficientemente pesquisado em nossa historiografia. Os obstáculos a essa implantação em países "periféricos" ou de "capitalismo tardio", foram já mapeados. O sig

(409) Cf. Petróleo, Setembro de 1964, nº 39.

(410) Cf. Petróleo, Novembro de 1965, nº 53.

(411) Cf. Petróleo, Abril de 1965, nº 46.

nificado dessa implantação para a dinâmica do "desenvolvimento econômico" ou da "acumulação de capital" está esclarecido. Falta, contudo, investigar minuciosamente a presença desse tema ao longo das discussões sobre a industrialização brasileira realizadas no século vinte. Faltam estudos mais circunstanciados a respeito da identificação dessa indústria como um possível objeto de política econômica, e falta até mesmo um histórico da indústria que permitisse acompanhar o crescimento e a criação das empresas (e do empresariado) nacionais e a entrada das empresas estrangeiras.

São lacunas que prejudicam bastante a discussão da política de compras da Petrobrás. Para contextualizá-la, seria necessário dispor de informações precisas acerca do comportamento de outros compradores importantes de equipamentos sob encomenda, incluindo tanto as empresas estatais como as privadas, levantando também seu padrão de financiamento e a situação de seus fornecedores reais ou potenciais frente aos requisitos tecnológicos e financeiros para a produção dos equipamentos necessários.

Uma das poucas fontes a esse respeito, o relatório Cepal/ABDIB, contribuiu com alguns dados interessantes. Além dos equipamentos para refino e petroquímica, o relatório discute a fabricação de equipamentos para geração de energia elétrica, para a produção siderúrgica, de cimento, papel e celulose.

Um dos objetivos do estudo foi avaliar a parcela dos programas de expansão dessas indústrias para o período 1961-1970 que poderia ser suprida pela fabricação brasileira. Estas estimativas são comparadas, no quadro abaixo, com as estimativas de participação potencial e efetiva da indústria brasileira

elaboradas pela ABDIB.

QUADRO III-1

Indústria	Índice de nacionalização previsto para 1961-1970 (1)	Participação Potencial(2)	Participação Efetiva(3)	2/3
	(%)	(%)	(%)	
Papel e Celulose	90	80	60	1,3
Energia Elétrica	86	80	50	1,6
Siderurgia	77	70	25	2,8
Petróleo	64	85	85	1,0
Cimento	62	80	70	1,1
Petroquímica e Química	-	65	50	1,3
Mineração	-	75	75	1,0
Transporte Ferroviário	-	95	50	1,9
Transporte Naval	-	80	80	1,0
Média Ponderada	-	80	66	1,4

FONTE: (1) Cepal, ONU, op.cit.

(2) e (3) ABDIB, In Mazzuchelli, Frederico - A Expansão Inconclusa, Considerações Sobre o Setor de Bens de Capital do Brasil, Dissertação de Mestrado, DEPE/IFCH, 1977, p.89

Uma apreciação descuidada dos números apresentados pela CEPAL concluiria que o esforço de nacionalização de equipamentos da Petrobrás não foi assim tão significativo. Afinal, o índice obtido para Petróleo foi um dos mais baixos. Não se pode esquecer, contudo, que esses valores eram apenas previsões, à exceção do índice do setor petróleo, que consistia simplesmente "na projeção para o período 1961-1970 da participação da indústria nacional observada recentemente".⁽⁴¹²⁾ Depreende-se da

(412) Cepal/ONU, op.cit., p.5.

leitura do relatório que os índices efetivos dos demais setores deviam ser bastante inferiores aos projetados. Estes, por seu turno, eram ainda excessivamente otimistas. Compare-se a primeira coluna à segunda, elaborada por uma fonte objetivamente interessada nesse tipo de otimismo; a avaliação da participação potencial dos equipamentos de fabricação nacional, sugerida pela ABDIB e em 1975 (senão depois) resulta inferior àquela elaborada pela CEPAL, para os setores de Papel e Celulose, Energia Elétrica e Siderurgia. Estas diferenças, relativamente modestas, tornam-se abismos se o confronto é feito entre a primeira coluna e a terceira: são em três setores, segundo, a ABDIB, igualam-se a participação potencial e efetiva: no Petróleo (com o maior índice, 85%), em Transporte Naval e em Mineração.

Deixando de lado o otimismo infundado do relatório, passo a resumir o que ele tem a dizer acerca dos setores estudados.

Segundo o relatório, a necessidade de recorrer a recursos externos era um dos principais obstáculos à nacionalização dos equipamentos para energia elétrica. Embora os equipamentos respondam em média por apenas 25% do total do investimento, não se conseguia tornar independente o financiamento dos equipamentos do financiamento para as obras civis. O resultado: vinculação do financiamento global à compra do equipamento no país de onde de originava o financiamento. Uma parte das encomendas, porém, era feita no Brasil, o que o texto explica pelo fato de que "os produtores brasileiros de equipamento {G.E., Brown Boveri, Mecânica Pesada e Bardella} são firmas subsidiárias ou têm sólidas relações técnicas e financeiras com reputados fabricantes de equipamento europeus ou ameri-

canos" (413) ,

Somente em relação a esse setor o relatório menciona a existência de uma política governamental de apoio à nacionalização de equipamentos. Em alguns casos, afirma, o projeto das usinas é elaborado no Brasil, e assim, se "*procura aproveitar cada vez mais todos os recursos locais. Isto vem ocorrendo sobretudo no caso de entidades públicas produtoras de energia elétrica que, por decisão do poder público, dão preferência à indústria brasileira*" (413) . (grifo meu).

O relatório não especifica, nem em que consistiu esta decisão. Em todo caso, sabe-se que, nos anos seguintes, os índices permaneceram bem abaixo daquele previsto pelo relatório (414) .

No caso do cimento, adverte-se que "*a participação da indústria brasileira nos últimos anos é extremamente reduzida, dependendo portanto a hipótese de fabricação nacional de 62%*

(413) Cepal/ONU, op.cit. p.39

(414) O índice previsto não foi atingido em 1976, quando o FINAME se fortaleceu e iniciou "*sua ação efetiva como agência de financiamento fortalecedora da posição das empresas nacionais*"- In Thorstensen, op.cit., p.218. Veja-se, neste sentido, o quadro abaixo:

Usina	Nacionalizador	Financiador	Data
Furnas	11%	Banco Mundial	1963
Estreito	37%	" "	1969
Funil	44%	" "	1969
Porto Colombia	49%	" "	1973
Marimbondo	41%	" "	1975
Itumbiara	89%	Finame	1976
Itaipu	82%	Finame	1978

FONTE: Thompson, Motta, "O Fortalecimento da Indústria Nacional" O Estado de São Paulo, 3 e 10/7/78, citado por Thorstensen, op.cit., p. 218.

das necessidades previstas, da solução prévia do principal obstáculo a essa fabricação", qual seja, "a resistência que até agora opuseram os principais fabricantes mundiais de equipamentos de fabricação de cimento a ceder o direito de uso de suas patentes no Brasil mediante acordos de pagamento de 'regalias'", (415)

Quanto aos equipamentos siderúrgicos, o relatório menciona que alguns foram fabricados no Brasil "ocasionalmente", e que "não existe informação suficiente que permita comparar conjuntos fabricados localmente com os importados" (416). Neste setor, o problema residiria na "vinculação dos financiamentos externos à importação de equipamentos", bem como na "transferência ao país do engineering correspondente" (417). Este caráter de fabricação "ocasional" manteve-se até o chamado "Estágio III" do setor siderúrgico, iniciado em 1974, quando o "índice de nacionalização foi utilizado 'condicionante do financiamento BNDE-FINAME e do seu percentual de participação'" (418). O índice mínimo foi aumentando até atingir 60%. No estágio II , iniciado em 1970, e financiado com recursos externos, o índice de nacionalização ficara em 22% .

No caso de papel e celulose, considerava-se não se apresentarem "maiores problemas para lograr o grau mencionado de fabricação nacional de equipamentos nem quanto a experiência técnica nem a capacidade de produção" (419). É registrada a ocorrência de importações de equipamentos que poderiam ser fa

(415) Cepal/ONU, op.cit., p.5.

(416) Ib, p.45.

(417) Ib, p.45. Segundo Bello (entrevista), contudo, o índice para siderurgia do Relatório estava brutalmente superestimado, pois só recentemente a indústria brasileira se tornou apta a produzir estes equipamentos em larga escala.

(418) Thorstensen, op.cit., p. 211.

(419) Cepal/ONU, op.cit., p.5

bricados no país, devido às "dificuldades de equipamento com que tropeçam atualmente os fabricantes de equipamentos" e à "obtenção de créditos no estrangeiro a longo prazo por parte dos usuários destas máquinas". (420)

Ainda que precárias, creio que estas informações permitem entrever o caráter original da experiência da Petrobrás. Durante este período, em que ocorreram transformações estruturais de monta na economia brasileira, a instalação de nova capacidade produtiva incentivada pela política econômica lançou mão, essencialmente, de equipamentos importados. Houve, é certo, apoio à indústria produtora de equipamentos, por exemplo, por parte do BNDE. Nada semelhante, porém, como o esforço sistemático de nacionalização de equipamentos realizado pelo II PND, de que a ação da Petrobrás constituiu um dos modelos (421).

(420) Ib, p.61.

(421) O pioneirismo da Petrobrás é referido constantemente tanto em manifestações provenientes do setor empresarial, quanto em documentos oficiais. Por exemplo, a Exposição de Motivos nº 010/75 do Conselho de Desenvolvimento Econômico que ao recomendar a criação dos Núcleos de Articulação com a Indústria nas empresas estatais, menciona a experiência da Petrobrás como "significativa" e tendo obtido "notável êxito"; explicita, a seguir, que, "com as adaptações à situação e à peculiaridades das diversas empresas, é o esquema que se propõe". - Conselho de Desenvolvimento Econômico - Exposição de Motivos nº 010/75, CDE-II, 1975.

III.4. A Petrobrás e a "Emancipação Econômica Nacional"

É notável a freqüência com que a idéia de autarquia aparece nos textos do período. Não a palavra, mas a idéia, noção nunca explicitada mas sempre presente: seja "por trás" (como pano de fundo, pressuposto), seja "à frente" (como estandarte, ou chamariz). Em todo caso, sempre, e no discurso dos mais variados agentes. Está nos documentos da Petrobrás, nos artigos dos militares e de nacionalistas civis e...na revista Petróleo, em matérias propagandísticas de fornecedores de equipamentos petrolíferos

Auto-suficiência Nacional. Emancipação Econômica. Desenvolvimento. Segurança. São estas as palavras, invólucros quase intercambiáveis da mesma noção. Uma noção cuja gênese e disseminação não foram ainda rastreadas, a contento, pela historiografia do período. E que explica, creio, em boa medida, a política de nacionalização de equipamentos levada a cabo pela Petrobrás. (É certamente temerário explicar um fenômeno a partir de outro que ainda permanece obscuro. Nem sobre a areia, nem sobre a rocha: é construir a casa sobre terreno ignorado. Não há porém, alternativa).

Nos documentos da Petrobrás, o projeto autárquico aparece às vezes com sutileza, às vezes com estardalhaço. Com sutileza nas palavras de Arthur Levy, na tão citada conferência em Minas Gerais:

"Criada a Petrobrás para produzir os combustíveis líquidos necessários ao abastecimento do país, não é demais lembrar que, ao fazê-lo, está ela ajudando o Brasil a resolver um outro grave problema que o vem estrangulando e asfixiando :

o de seu deficitário balanço de pagamentos com o exterior(...)

"Nenhuma outra solução colocaria o País em uma situação de poder de troca ou de resistência como a que apresentamos neste instante". (422)

A Petrobrás tem uma missão, e a cumpre:

"1º. Se a Petrobrás está entregando ao uso da Nação todos os empreendimentos programados, nas ocasiões certas e dentro das especificações, se ela opera esses empreendimentos a contento;

"2º. Se a Petrobrás programa em larga escala para o futuro, com objetivos a atingir, dentro de prazos muito curtos, objetivos que representam a solução quase integral do nosso problema do petróleo;

"3º. Se a Petrobrás tem recursos próprios provenientes da sua receita industrial e da receita orçamentária para a realização integral de seus programas, e se esses recursos são não só em cruzeiros, como nas tão faladas divisas;

"Como não reconhecer, já, o seu sucesso?

"Como pretender baní-la, ou simplesmente alterá-la, em plena marcha ascensional?

"Por que enganar-se àqueles que tão bem servem à causa do Brasil?

"Como imaginar-se que outros interesses possam

(422) Petrobrás, janeiro de 1956, nº 61,p.9.

ter o mesmo desejo, a mesma ambição da Petrobrás em servir ao Brasil?" (423)

O mesmo tipo de preocupação com o comércio exterior aparece nos relatórios da diretoria da empresa. Por exemplo, no de 1955, que aponta a escassez de divisas como um dos fatores limitativos do desenvolvimento econômico.

"Neste caso, ressalta em importância a expansão de uma indústria nacional do petróleo que, além de constituir uma fonte germinadora direta do aumento da renda nacional, e conseqüente melhoria do padrão de vida das populações brasileiras, propiciará a liberação gradual de divisas para aplicação em outros itens, especialmente na importação de equipamentos". (424) (Grifo meu).

É mais, é relacionada à escassez de divisas que surge no texto a questão dos equipamentos:

"A Petrobrás está adotando as providências necessárias para que a indústria nacional venha a ter, nesse programa de construção industrial, o máximo de participação, de maneira a reduzir quanto possível os investimentos em moeda estrangeira". (425) (grifo meu).

Certamente não por acaso, distração ou falta de assunto, a revista publicou em fevereiro de 1958 o discurso de um certo capitão Leônidas Pinto de Abreu. Orador oficial

(423) Ib, p.10.

(424) Petrobrás, Relatórios de Atividades, 1955, p.6

(425) Ib., p.19.

da "Turma Petrobrás" de engenheiros militares, diplomada pela Escola Técnica do Exército, o capitão conclui que, dada a importância para as Forças Armadas do grande desenvolvimento científico-técnico-industrial no Brasil, e dado o caráter subsidiário do país em caso de conflito, é "asada a situação, para que o nosso planejamento militar suba a alturas realmente estratégicas e dedique-se à solução do seu verdadeiro problema de base, que é, de igual forma, o mesmo básico da Economia Nacional: a instalação no país de um grande parque de indústria média e pesada"(...) Força Armada poderosa e eficiente sem Indústria Nacional, Força Armada de Importação, é, na era atômica, idéia utópica e nociva "(426) (Grifo meu).

Força Armada de importação....Que dizer, então, de uma economia inteira fundada na troca do café por produtos industrializados? Uma economia sujeita aos azares do comércio internacional, sujeita a outrem, ao que se decide alhures — uma economia vulnerável. A autarquia emancipa, a autarquia garante a segurança.

Falei antes em sutileza e estardalhaço. Por pouco sutis que pareçam, hoje, as palavras de Arthur Levy — após

(426) Na verdade, devido a "injunções regulamentares", que só admitiam homenagens a "vultos tradicionais de nossa história", o nome escolhido não foi oficializado. "Mas", afirma o capitão, "aquela votação não foi inócua; ela vale por uma definição. Por uma definição político-econômica de apoio às idéias nacionalistas, aquelas mesmas idéias que inspiraram o Legislativo e o Executivo de nosso País a adotar a solução do monopólio estatal na indústria petrolífera brasileira e que, fatalmente, dentro da mesma linha de pensamento, também os conduzirão à extensão desse monopólio à indústria petroquímica e ao aproveitamento estritamente nacional de nossos minérios. Oficialmente, a turma de engenheiros militares de 57 não tem um nome; mas, em nosso foro íntimo, sabemos que somos a Turma PETROBRÁS". In Petrobrás, Fevereiro de 1958, nº 109, p.10.

anos e anos de convivência com a gélida "objetividade" do discurso tecnocrático consolidado em 1964 — ainda transpiram como medimento frente às declarações de Francisco Mangabeira:

"A Petrobrás pensa em termos de segurança nacional, de integração e de emancipação econômica do Brasil. Ela exprime a grande verdade de que um país subdesenvolvido jamais poderá alcançar, na fase histórica do mundo moderno, a condição, de país desenvolvido, economicamente independente, sem a profunda intervenção do Estado em todos os setores de produção, onde, no campo privado, inclusive pelo imenso volume necessário de Investimentos, imperam, de fato, o monopólio, os trustes e os cartéis, ainda que por mil modos disfarçados"⁽⁴²⁷⁾ (grifo meu).

Em janeiro de 1963 (ainda na presidência Mangabeira), a revista Petróleo publicou um documento da direção da Petrobrás, prestando contas das atividades da empresa. Em relação aos equipamentos, o documento explica que

*"A política de incentivo à indústria nacional tem proporcionado substancial economia de divisas, não só pelo Balanço Cambial do País, como, também, porque significa dar estrutura econômica interna sólida, para as atividades da Empresa não sofram solução de continuidade, devido à falta de divisas para a importação, ou mesmo na eventualidade de um conflito internacional.
Disponha a Petrobrás de um parque industrial para*

(427) Petróleo, Março de 1962, nº 9, p.16.

apoio logístico é, obviamente, um imperativo da segurança" (428) (grifo meu).

Perdoem-me ou não os leitores pela picuinha,destaco:

Logística: "parte da arte militar relativa ao transporte e suprimento das tropas em operações", diz o dicionário (429) .

Mas atenção: as falas de Levy e Mangabeira, os textos da Petrobrás, não dizem em registros distintos exatamente o que afirmam Macedo Soares e Berenhauser? O diagnóstico é um só: o problema nacional é a escassez de divisas, o "estrangulamento", a "asfixia". O receituário , a ação do Estado, via planejamento e via empresa estatal. O objetivo, produzir dentro de nossas fronteiras petróleo, derivados, equipamentos, e com is so promover a "emancipação", o "desenvolvimento", a "segurança" nacionais.

Neste projeto para o Brasil, a Petrobrás reivindica posição de destaque:

"A Petrobrás simboliza a capacidade empreendida na do povo brasileiro . Prestigiá-la é dever

(428) Petróleo, janeiro de 1963, nº 19, p.7.

(429) O trecho seguinte ,extraído do texto do Brigadeiro Telles, atesta a permanência desse tipo de pensamento da Petrobrás: "Através da nacionalização da fabricação de equipamentos a PETROBRÁAS visa a eliminar apreciável parcela dos riscos inerentes à sua posição de responsável pelo suprimento, ao País, de derivados de petróleo, atividade essa intimamente ligada ao Desenvolvimento e à Segurança Nacional.

"A parcela dos riscos eliminados é aquela que corresponde à servidão de importar materiais e equipamentos necessários as suas operações , cuja obtenção no mercado externo possa se tornar difícil, ou mesmo impossível, por contingências políticas, restrições à exportação no País de origem, limitações no transporte e dificuldades cambiais".(grifo meu) In Telles Ribeiro, op.cit., p.4.

de quantos almejam a emancipação econômica do Brasil" (430).

Ou

"O pleno desenvolvimento do programa da Petrobrás abrirá novas perspectivas à emancipação econômica do Brasil" (431).

Mais que um palavreado vago, estes slogans encontrados na Revista Petrobrás descrevem com eloquência o lugar efetivamente ocupado pela empresa no discurso de muitos nacionalistas: como símbolo, ou síntese, ou posto avançado da luta pela emancipação. (432)

Ouvimos já a Petrobrás e os militares, ouçamos agora a voz dos empresários, numa rara fuga à discrição profissional,

"A criação da Petrobrás (...) assinala um dos momentos de mais alta significação para a história econômica do Brasil. Criado o monopólio estatal, surgia no país a indústria do petróleo, pois tinha sido criado o núcleo propul

(430) Por exemplo, Petrobrás, janeiro de 1958, nº 107, p.5

(431) Por exemplo, Petrobrás, setembro de 1957, nº 99, p.13.

(432) Naturalmente, nem só de Petrobrás viviam os projetos nacional-estatistas, embora aquela fosse a empresa estatal mais celebrada:

"É preciso conhecer de perto a eficiência e o fervor patriótico dos jovens brasileiros que movimentam e ampliam o parque petrolífero de Cubatão, bem como daqueles da Bahia e que se colocam como monumentos imperecíveis das lutas do povo brasileiro por sua emancipação. Essa indústria, também a Hidrelétrica do São Francisco, os operários de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores e da Empresa Vale do Rio Doce constituem uma antevisão do Brasil do futuro, livre da pilhagem dos trustes e criando riquezas para seu próprio povo". (Duarte Pereira, "A Borracha Sintética, os Trustes e a Petrobrás", loc.cit., p.352)

sor da abertura de poços, da construção de oleodutos, da montagem de refinarias ou seja, de todo equipamento básico que o ouro negro exige para ser produzido, refinado, distribuído, consumido (...)

Com a nacionalização "foram beneficiados os serviços de manutenção das refinarias e indústrias petroquímicas, pois passaram a obter no país abreviados prazos de entrega, praticamente imediatos, podendo ainda serem substituídas partes dos permutadores e mesmo de conjuntos completos, o que seria dificilíssimo se houvesse necessidade de recorrer à importação(...).

"Assim a Cobrasma forneceu equipamentos à Petrobrás num nível técnico elevado, contribuindo para a emancipação econômica do país". (433)

A idéia mesma de autarquia não é objeto de discussão, ao menos nos textos pesquisados. Decerto seria ingenuidade supor que quando militares, jornalistas, empresários falavam em emancipação nacional, tinham em mente a mesma coisa. A "emancipação nacional", para nacionalistas mais radicais, passava pela ruptura de laços com o estrangeiro, laços considerados imprescindíveis por militares e empresários para sustentar a "emancipação nacional". Lembremo-nos, por exemplo, da reação in

(433) Petróleo, Novembro de 1961, nº 5, pp.14-17.

Outro exemplo extraído de Petróleo: uma seção intitulada "Objetivo: Auto-Suficiência Nacional". Em 1961, a chamada encimou uma matéria sobre "a importância da Fábrica de Borracha Sintética que a Petrobrás está construindo em Duque de Caxias" (Setembro de 1961, p.14) e, em 1962, uma nota sobre a contribuição da Companhia Brasileira de Caldeiras à Indústria Petroquímica e Petrolífera (Fevereiro de 1962, nº 8, p. 19).

dignada de Duarte Pereira ao cientificar-se de que a FABOR seria construída com financiamento e assistência técnica da Goodyear e da Firestone. Ou, então, da insistência dos nacionalistas quanto à nacionalização das empresas distribuidoras (434). Não seria de se esperar também que, em nome da "emancipação nacional", uma empresa privada se pusesse a desenvolver uma política de compras de equipamentos semelhante àquela da Petrobrás.

E esta política, enfim, como explicá-la? Não creio que seja possível "explicar" cabalmente o comportamento da empresa estatal. Em primeiro lugar, devido à fragmentação dos dados obtidos por esta pesquisa. Em segundo, devido ao estado ainda insatisfatório dos estudos sobre os projetos e os percursos da industrialização pesada brasileira.

Procurei demonstrar que há fortes indícios de que a política de nacionalização de equipamentos da Petrobrás tenha se dado sob o signo da idéia de autarquia. Uma idéia que, embora já difundida antes da Segunda Guerra, muito provavelmente se tornou bem mais forte neste período em que, interrompidos os fluxos normais do comércio internacional, transpareceu como nunca a dependência da industrialização brasileira em relação ao exterior. Refiro-me aos problemas, rapidamente sumariados no

(434) A respeito dos vários "nacionalismos" do período, ver, por exemplo, Toledo, Caio Navarro de - ISEB: Fábrica de Ideologias, São Paulo, Editora Ática, 1977, 3a. parte, Cap. I. Ver também Almeida, Lúcio Rodrigues de - As Redefinições do Nacionalismo Populista no Brasil, tese de Mestrado, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1984. Nas páginas 143-144, o autor transcreve um programa de dezoito pontos, apresentado ao Governo em 1962 por "importantes organizações sindicais". O ponto 14 reza: "Fortalecimento da Petrobrás: com o monopólio estatal da importação do óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares".

primeiro capítulo, que atrasaram a instalação da siderurgia e a ampliação da atividade de refino de petróleo no Brasil.

Sérgio Abranches e Sulamis Dain desenvolveram a tese de que a empresa estatal se caracteriza por uma dupla inserção: na economia (como organização para produção de bens e serviços) e no Estado (como aparelho produtivo do Estado). (435). A política de compras da Petrobrás é, creio, uma das manifestações da face estatal da Petrobrás. — de sua coerência com as propostas hegemônicas (ao menos em certos segmentos do aparelho de Estado).

Diante disso, é perfeitamente razoável lembrar-se o tão decantado pioneirismo da Petrobrás. E as outras empresas-CCSN, elétricas, etc... — em que espelhos teriam perdido suas "faces estatais"? Teria a Petrobrás mais motivos para constituir uma política nacionalizante?

Em primeiro lugar, cabe aventar a hipótese de que a "face estatal" das empresas não seja necessariamente a mesma; de que outras estatais estivessem situadas em outros segmentos do aparelho do Estado, sintonizadas com outros interesses sociais. A própria origem de cada estatal pode ser um fator de diferenciação:

"... é importante notar que o apoio político, técnico e financeiro dado à criação das Empresas Estatais pelas empresas estrangeiras, embora sem dúvida tenha facilitado sua criação

(435) Ver, por exemplo, Abranches, Sérgio Henrique - "A empresa Pública como Agentes de Políticas do Estado: Fundamentos Teóricos do seu Papel, inclusive em face de nossas Relações com o Exterior", In IPEA, A Empresa Pública no Brasil: uma abordagem multidisciplinar, Brasília, IPEA, 1980, assim como Dain, Sulamis - Empresa Estatal e Política Econômica no Brasil, in Martins, Carlos Estevam (org.) - Estado e Capitalismo no Brasil, São Paulo, Hucitec-CEBRAP, 1977.

ção, por outro lado pode ter tido conseqüências negativas, ao reduzir sua necessidade de uma identidade própria, definida em termos de nacionalidade e de autonomia, inclusive tecnológica. Assim, a relação estabelecida por Furnas com a Light e, através desta, com o Banco Mundial provavelmente contribuiria substancialmente para sua orientação para tecnologia do exterior. Em contrapartida, a luta inicial da Petrobrás para implantar-se e mais tarde, para sobreviver, sem dúvida aguçaram sua percepção de identidade nacional, própria e dos fornecedores, orientando-a mais para tecnologia nacional, em função de objetivos de maior autonomia em relação ao exterior" (436)

Até onde sei, a Petrobrás foi de fato a única empresa estatal a sofrer algo parecido a um boicote externo. Apesar de restrito e de não ter ameaçado a expansão da empresa, deve ter chamado a atenção uma vez mais sobre os riscos de dependência externa. Cabe lembrar que a Petrobrás foi também a única estatal a instalar-se no período em um setor que poderia interessar às empresas estrangeiras, como o refino (437)

Por outro lado, a "luta inicial da Petrobrás para implantar-se" e sobreviver, a julgar pelos dados antes apresentados, foi travada fundamentalmente no plano interno. Não foi pequena a oposição enfrentada pela Petrobrás durante o período. No

(436) Erber, Fábio S.- "A Empresa Estatal e a Escolha de Tecnologias", Ciência e Cultura, vol. 26(12), p.122.

(437) Ib., p. 119.

Congresso , a empresa sempre esteve em pauta, seja nas várias CPIs em que foi chamada a responder, seja nos projetos que reduziam ou eliminavam o monopólio estatal. Nesse contexto, a consolidação dos laços com todas as forças políticas simpáticas em alguma medida à autarquia era uma boa política. Entre essas forças, os empresários, pelo menos enquanto a idéia de autarquia lhes rendesse encomendas de monta. Há, ainda, indícios de que a obtenção das divisas necessárias à Petrobrás esbarrou algumas vezes na incompatibilidade entre esta e um outro segmento do aparelho de Estado onde predominavam interesses bastante distintos: a SUMOC. Pelo menos, assim foi interpretada a dificuldade a essa obtenção por funcionários da Petrobrás. Em 1955, como vimos, julgou-se necessário concertar um esquema cambial. Em 1962, o relatório da Petrobrás atribuiu parte da responsabilidade da queda da produção de cru a dificuldades de obtenção de divisas. Em seu livro, Mangabeira denunciou claramente a atuação da SUMOC e da CACEX:

"... a CACEX e a SUMOC têm, muitas vezes, retardado incrivelmente o registro de contratos da Petrobrás, inclusive de financiamento, retardando-lhe o emprego de créditos já obtidos no exterior, como também para a execução de obras de importância fundamental para a economia do País e para a própria poupança de divisas.

"Por outro lado, vê-se a Petrobrás ameaçada de ter abalado o seu crédito, do mais alto nível no exterior, devido a atrasos na libera

"ção dos cambiais" (438)

Em suma, não são a escassez real ou potencial de divisas impulsionavam em direção ao estímulo aos fabricantes nacionais, como provavelmente a ocorrência (ou o temor) de um certo boicote da SUMOC.

Entretanto, talvez a pergunta acerca da motivação da Petrobrás (ou, quem sabe, da motivação dos empresários para adentrar a produção de equipamentos pesados via Petrobrás) não seja a única relevante. Mesmo na hipótese de que outras estatais pretendessem encetar política semelhante, teriam elas as mesmas possibilidades?

A resposta tende a ser negativa. Aqui, a hipótese a ser discutida por outras pesquisas é que, nos setores siderúrgico e de energia elétrica, a necessidade de recorrer a financiamentos externos colocou empecilhos a possíveis intenções

(438) Mangabeira, op.cit., p.137. Vários funcionários da Petrobrás por mim entrevistados referiram-se ao boicote. Não há contudo, uma única opinião a respeito. O General Tácito Freitas, por seu turno, não deixou de abordar o tema:

"Enquanto ocorre a sonegação de divisas, dizem ainda os engenheiros da Petrobrás no boletim nº 7 da Associação de 'Engenheiros da Petrobrás nos Estados do Rio e Guanabara (AEPERG), de setembro de 1963: (não podemos concordar que as atividades da Empresa se vejam prejudicadas pela falta de divisas, quando sabemos que continua o superfaturamento dos preços de petróleo e derivados por parte das Refinarias Particulares e das Empresas Distribuidoras; que continuam as remessas indevidas de lucros e 'royalties', pelos grandes grupos operantes no país? que se continua a importar uma série imensa de artigos perfeitamente dispensáveis etc.). E nós acrescentamos, que se continuam a importar até mesmo os filmes de mocinho para televisão, além do uísque para o café-society..." (In Tácito Freitas, op.cit., p.73.

Tácito Freitas cita também uma "Carta Aberta ao Marechal Osório" de 30 de janeiro de 1964, assinada por dezessete entidades de engenheiros e trabalhadores do setor petróleo e que menciona o problema:

"Grande entrave ao desenvolvimento da PETROBRÁS é a política financeira do Governo que dificulta constantemente as operações de câmbio por impatriotismo da SUMOC, fato que exige imediata atenção". (p.230).

nacionalizantes. Para fundamentar convenientemente esta hipótese seria necessário recompor com um nível de detalhe até agora não atingido o padrão de financiamento de outras empresas estatais (439)

Que dizer, por fim, da "face privada" da Petrobrás? Como teria a empresa, deste ponto de vista, enfrentado o ônus de uma política nacionalizante?

Aparentemente, este ônus não foi descomunal. Uma prova (fraca) neste sentido é a própria rapidez com que se expandiu a empresa, com margens crescentes de autofinanciamento. Mas se não foi descomunal, decerto não foi insignificante. E isso, provavelmente, não tanto pelo custo da fabricação brasileira, segundo o relatório CEPAL/ABDIB, os preços da indústria pesada brasileira — particularmente os do segmento produtor de equipamentos petrolíferos — saíam-se bem

(439) Sabe-se que nesses dois setores foram contratados vários financiamentos com instituições oficiais estrangeiras ou internacionais (como indica o relatório CEPAL/ABDIB). No setor elétrico, Reichstul menciona a ocorrência de financiamentos pelo BIRD e pelo EXIMBANK (o americano, suposto), "apoiados nas recomendações do Plano SALTE e da Comissão Brasil-Estados Unidos" (Reichstul, *op.cit.*, p.100). No plano siderúrgico houve, naturalmente, o financiamento do EXIMBANK americano à instalação da CSN, a segunda expansão da usina foi também financiada pelo EXIMBANK (Cf. O Observador Econômico e Financeiro, Abril de 1958, nº 266, p.42). Quanto à USIMINAS e à COSIPA, que não tinham, de início, participação federal, a primeira "foi implantada com financiamento japonês (EXIMBANK do Japão), consultoria japonesa (Nippon Steel) e equipamentos japoneses, sendo que a própria comissão de compras se deslocou para o Japão para, lá, coordenar as aquisições.

"Já a COSIPA viveu outra experiência: teve diversos tipos de financiamento, sua consultoria no início foi também americana, mas realizou concorrências que deram a firmas italianas e francesas diversos de seus equipamentos".

(Thorstensen, *op.cit.*, p.210).

Há referências ao problema em Mazzucchelli, *op.cit.*, pp. 89-90.

na comparação com os preços dos produtos importados (440)

"Os estudos realizados demonstram que a produção mecânica pesada brasileira é razoavelmente competitiva, quanto ao custo, em relação com as importações, com relação a um grande número de equipamentos. Isto deriva principalmente de duas circunstâncias. Em primeiro lugar do nível mais baixo dos custos reais da mão-de-obra no Brasil, em comparação com os países industriais mais desenvolvidos. Como os equipamentos industriais de base — na generalidade dos casos — por sua natureza não se fabricam em série, a incidência do insumo de mão-de-obra na fabricação desses equipamentos é um fator importante que determina que o custo final de produção no Brasil seja relativamente baixo. Este fator favorá

(440) "A comparação se efetuou dividindo o preço de venda do equipamento fabricado no Brasil, em cruzeiros, pelo preço de venda em dólares do produto com idênticas características técnicas, fabricado nos Estados Unidos. Em ambos os casos os preços são fob fábrica", ou seja, excluem gastos em embarque, frete, seguros e direitos aduaneiros. O resultado obtido foi denominado "dólar de fabricação nacional". Como se pode observar no Quadro III. 5, somente os preços estimados para os equipamentos siderúrgicos são inferiores aos vigentes para os equipamentos para petróleo e petroquímica. A diferença entre a taxa de câmbio livre — a mais favorável à importação, 180 cruzeiros por dólar em outubro/novembro de 1960 — e o dólar de fabricação nacional é bastante pequena para os setores petróleo, cimento, celulose e papel. A julgar por esses dados, e lembrando ainda que não estão computados vários dos custos que gravam a importação, conclui-se que, ao menos do ponto de vista do custo de fabricação, comprar equipamentos no Brasil não será propriamente um gesto filantrópico, mas uma alternativa perfeitamente razoável. Considerando-se o câmbio para importação de mercadorias na categoria geral — 245 cruzeiros por dólar na mesma data — a comparação resultaria ainda mais favorável para a maioria dos equipamentos brasileiros.

vel , em muito países de reduzido desenvolvimento industrial, fica anulado por um fator desfavorável de igual ou maior importância: o elevado custo das matérias-primas usadas na indústria, principalmente as ferrosas. Porém, este não é o caso do Brasil, onde o nível de preços das matérias-primas produzidas no país é um pouco superior ao dos preços internacionais" (441) .

"O setor de equipamentos para refinação de petróleo e indústrias petroquímicas oferece uma boa ilustração das considerações mencionadas anteriormente sobre a influência da mão de obra e das matérias-primas nos custos da produção mecânica brasileira. Os equipamentos que usam matéria-prima inteiramente nacional, em cuja fabricação entre uma grande proporção de mão de obra, e que tanto no Brasil como nos Estados Unidos se fabricam 'por encomenda', como fornos de aquecimento direto, depósitos de pressão, permutadores de calor, etc...têm no Brasil preços que se comparam favoravelmente com os de produção norte-americana, usando como base de referência tanto o câmbio livre (que se aplica para a exportação de manufaturas) quanto o câmbio de importação de mercadorias. Nos casos em

(441) CEPAL/ONU , op.cit., p.68. A necessidade de importar algumas matérias-primas (como bronze, latão, cobre e aços especiais) explicaria os preços mais elevados do Quadro III:5

que a matéria prima é parcialmente importa da e se pode organizar a fabricação em série (com uma proporção menor de insumo de mão de obra), como bombas e compressores, tubos e válvulas, a comparação com os preços norte-americanos é menos favorável, sem que o valor de equivalência do dôlar que resulta da comparação entre preços brasileiros e preços norte-americanos alcance o nível do dôlar da categoria geral de importação. (442)

Isto, contudo, em fins de 1960, quando já se consumara a "queima de etapas" da indústria de bens de capital. As estimativas do relatório não nos informam, portanto, dos custos arcados pela Petrobrás nas etapas iniciais do proceso de nacionalização: defeitos, atrasos, homens-hora de as

(442) Ib., p.69.

sistência técnica e inspeção, etc. (443). De toda forma, talvez não se deva buscar aí a maior parte do presumível ônus do incentivo à nacionalização (444), e sim na impossibilidade de financiar as compras de equipamentos no mercado interno (445). Os preços dos equipamentos brasileiros e importados podiam ser semelhantes; o problema reside em que a fabricação dos primeiros era em certa medida financiada pela Petrobrás, que concedia aos empresários uma série de adianta

(443) Defeitos e atrasos não eram, contudo, uma exclusividade das firmas brasileiras. Voltemos, uma vez mais, ao depoimento do "chefe-de-obras":

"Havia o dilema de nacionalizar com risco de qualidade ou desnacionalizar. Dilema que foi resolvido impondo condições de qualidade aos fornecedores. Então os contratos de fornecimento, que eram terrivelmente teóricos e bacharelescos, que não representavam nenhuma obrigação, passaram a conter cláusulas onde as multas começaram a aparecer, onde devolução era uma coisa muito grave, e esses fornecedores foram então aprimorando os métodos e melhorando a qualidade. As duas correntes estavam erradas: nem era solução você dar para qualquer firminha brasileira que aparecesse, pondo em risco a refinaria inteira — o que chegou a ser feito, comprar equipamento nacional que não tinha qualidade nenhuma, com prejuízos enormes. Mas até aí é um problema de estatística, porque o maior prejuízo que a Petrobrás teve até 1964 foi com equipamento holandês, alemão, que foram os compressores da fábrica de fertilizantes de São Paulo. Eram muito grandes, não havia a menor possibilidade de fazê-los no Brasil, e eram do tipo de comprimir gás, o que tem uma série de outras implicações; foram adquiridos totalmente fechados e montados (...). Esses compressores chegaram em Cubatão e levaram um ano e meio para funcionar. Como não existiam semelhantes — era um protótipo — não se teve como partir para outra fornecedora, porque toda a fábrica estava em função desses compressores (...). Isso atrasou em um ano e meio o início da fábrica, que era o início da indústria de fertilizantes do Brasil (...). Foi incompetência. Os holandeses erraram no projeto. Não havia nenhum compressor igual no mundo. Eles venderam o protótipo e aprenderam às custas da Petrobrás. Desenvolveram depois, uma linha de compressores magníficos às custas da Petrobrás, que nunca conseguiu a menor indenização".

(444) Vale lembrar, porém, que o Relatório de Atividades da Petrobrás de 1960 atribuiu parte da responsabilidade pelo pequeno aumento do saldo bruto justamente ao preço mais elevado dos equipamentos nacionais.

(445) Veja-se a citação de um texto de Bello à página . As "razões econômicas e financeiras" para que não se tenham esgotado, na construção da REDUC, todas as "possibilidades técnicas", certamente têm a ver com o problema do financiamento.

mentos, quando a empresa estatal detinha, como espero ter demonstrado anteriormente, a possibilidade de financiar a compra de equipamentos estrangeiros (especialmente europeus)⁽⁴⁴⁶⁾

(446) A Revista Civilização Brasileira de Dezembro de 1966/ Março de 1967 publicou um artigo intitulado "A Situação da Petrobrás", sem indicação de autor. Segundo ele, a Petrobrás atravessava uma crise devido a vários motivos, entre eles a pequena utilização de financiamentos e as relações da Petrobrás com a indústria nacional:

"Além de reinvestir seus lucros poderia a PETROBRÁS contar com uma capacidade muito maior de investimento se a proveitasse melhor as possibilidades de financiamento. Razões de ordem política impedem organismos financeiros nacionais e internacionais de conceder à PETROBRÁS, sem atentar para a enorme repercussão que os investimentos da Empresa têm na economia nacional como um todo. Os fabricantes de equipamentos estrangeiros nos quais a PETROBRÁS coloca pedidos de compra consideráveis poderiam, no entanto, contribuir de forma significativa para a expansão da capacidade de investimentos da Empresa, se esta adotasse uma política mais decidida e agressiva neste sentido, com uma cobertura do Governo Brasileiro.

" Em suas relações com a indústria nacional adota a PETROBRÁS uma posição que é sem dúvida uma das grandes causas da crise atual. A PETROBRÁS tem por diretriz prestigiar ao máximo a indústria nacional contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de vários setores do parque industrial brasileiro, o que é altamente louvável. No entanto, a PETROBRÁS se tornou não só o grande comprador da indústria de base nacional como também o organismo financiador do seu desenvolvimento. A forma mais comum de pagamento da PETROBRÁS à indústria nacional é de 30% com o pedido, 30% ao meio da fabricação e 40% um mês após a entrega. As tentativas para modificação desta situação têm encontrado enorme reação dos industriais que alegam não dispor de cobertura financeira de outra fonte para a execução dos trabalhos. Assim, sendo, a PETROBRÁS está em crise, sem recursos para continuar crescendo, em parte porque está financiando o crescimento da indústria de base nacional; esta, no entanto, entrará forçosamente em crise em decorrência da crise da PETROBRÁS" (pp. 88-89).

em condições bastante favoráveis⁽⁴⁴⁷⁾.

A nacionalização de equipamentos era, do ponto de vista estritamente financeiro, uma operação dispendiosa. Dispendiosa mas não perdulária, arriscaria dizer, Vimos, afinal, outras empresas dispostas a colocar encomendas no mercado interno, solicitando os serviços da ABDIB. Nenhuma o fez, porém, na extensão e velocidade da Petrobrás. E muitas o faziam, provavelmente, por falta de opção — de acesso às divisas escassas e ao sistema financeiro internacional (quanto a este último fator, devia afetar mais as empresas privadas nacionais). A Petrobrás dispunha de recursos políticos respeitáveis para disputar as divisas disponíveis; dispunha, ainda, de certo acesso ao financiamento externo. Seu prejuízo financeiro, porém, talvez fosse mais que compensado por retornos de outra natureza. A nacionalização rendia à Petrobrás dividendos políticos, reforçando a imagem da empresa como ponta-de-lança da luta pela "emancipação econômica". Além disso, conferia à Petrobrás certa garantia quanto à continuidade dos fornecimentos. De uma penada, portanto, arrebatava os nacionalistas, satisfazia o empresariado e tranquilizava os militares. Mas pondo à parte estes retornos não quantificáveis, quanto custou a nacionalização? Uma resposta mínima-

(447) Pelo menos, não parece ter havido problemas no financiamento dos bens de capital para as grandes obras da Petrobrás. Quanto ao equipamento para reposição, talvez, não houvesse tal facilidade, passando a pesar os aspectos referidos pelo relatório CEPAL/ABDIB:

"...a obrigatoriedade do funcionamento contínuo de uma indústria química cria dificuldades especiais para a manutenção da fábrica, que se sanam em parte quando o provedor é nacional e pode contribuir com a assistência de suas próprias oficinas. Além disso, devido às dificuldades de importação, os equipamentos fabricados no estrangeiro são de aquisição mais demorada, sobretudo no caso de reposições e também obrigam a manter uma existência de estoques muito maior, com a consequente imobilização do capital da empresa". In CEPAL/ONU, op.cit., p.17.

mente precisa a esta questão poderia elucidar muito do que ficou obscuro e indefinido; por exemplo, a importância das motivações acima referidas. Uma outra pesquisa talvez não bastasse para respondê-la. Seriam necessárias uma outra pesquisa e uma outra Petrobrás, um pouco menos esquiva e desmemoriada do que a Petrobrás que pude estudar.

TABELA III.1

AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E
MATERIAIS À INDÚSTRIA NACIONAL
PARA A AMPLIAÇÃO DO MATARIPE
ATÉ 31/12/58, Cr\$ 1.000

Chapa de Aço, Perfilados e Barras	241.000
Tanques de Armazenagem	117.665
Tubulações e Suportes	90.886
Intercambiadores	34.894
Fornalhas	32.078
Material Elétrico	48.909
Estruturas Metálicas	28.576
Bombas, Motores e Turbinas	22.579
Vasos e Tambores	10.738
Outros	75.640
T O T A L	703.035

FONTE: In Petrobrás: Realizações e Perspectivas, CLUBE MILITAR:
DEPTO. CULTURAL, s.d., provavelmente 1960.

TABELA III.2COMPRAS CENTRALIZADAS DA PETROBRÁS

(Em milhões de cruzeiros
correntes)

	NO PAÍS	NO EXTERIOR
1958	1241	2563
1959	2884	1698
1960	4448	2800
1961	8464	4501
1962	15583	7780
1963	48578	11056
1964	81412	12394

FONTE: Petrobrás - Relatórios de Atividades

TABELA III.3

COMPRAS DE MATERIAIS E
EQUIPAMENTOS PELA PETROBRÁS NO
PAÍS E NO EXTERIOR

MILHÕES DE CRUZEIROS

ANOS	COMPRAS			PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL	
	TOTAL	NO PAÍS	NO EXTERIOR	NO PAÍS	NO EXTERIOR
1958	4	1	3	32,6	67,4
1959	5	3	2	62,9	37,1
1960	7	5	3	61,4	38,6
1961	13	9	5	65,3	34,7
1962	23	16	8	66,7	33,3
1963	60	49	11	81,5	18,5
1964	95	82	13	86,3	13,7
1965	142	126	15	89,1	10,9
1966	200	155	44	77,8	22,2
1967	197	155	42	78,6	21,4
1968	283	224	59	79,0	21,0
1969	390	312	79	79,8	20,2
1970	580	113	113	80,6	19,4
1971	674	498	176	73,8	26,2
1972	732	543	189	74,2	25,8
1973	1.115	841	273	75,5	24,5
1974	3.783	2.025	1.758	53,5	46,5
1975	5.302	4.019	1.284	75,8	24,2
1976	5.342	4.366	976	81,7	18,3
1977	8.846	7.171	1.675	81,1	18,9
1978	11.140	8.676	2.465	77,9	22,1
1979	18.786	15.300	3.486	81,4	18,6
1980	70.776	36.065	34.711	51,0	49,0
1981	95.836	69.424	26.412	72,4	27,6
1982	202.530	170.264	32.267	84,1	15,9
1983	336.966	280.169	56.798	83,1	16,9

FONTE: PETROBRÁS

QUADRO III.1 - CAPACIDADES ESTIMADAS DE PRODUÇÃO ANUAL DOS PRINCIPAIS FÁBRICANTES BRASILEIROS
DE EQUIPAMENTOS PARA AS INDÚSTRIAS PETROLÍFERAS E PETROQUÍMICAS
1960

Fabricantes	Tanques de armazenamento (ton/ano)	Vasos de pressão (2) ciclones-tubulação grande diâmetro-juntas de ex-ex-pansão (ton/ano)		Refratários de calor (sup. AQTG/ano)	Condensadores de superfície (sup. AQTG/ano)	Geradores de vapor fornos de aquecimento direto (verticais (sup. AQTG/ano)		Estruturas metálicas (formas de aquecimento di reto (horizontalis) (ton/ano)
		até 5 ton	De 5 ton Até 25 ton			Até 50 PSIG	Até 200 PSIG	
MEC. PESADA		800	1.000	5.000m ²	10.000m ²			3.500
DEDINI		550	750	800		4.000m ²	12.000m ²	15.000m ²
IBESA	10.000	2.000	1.500	1.500				1.000
FICHER	10.000							10.000
C.B.C.		360	430	9.000m ²	7.000m ²	5.000m ²	15.000m ²	20.000m ²
BARCOCK		650	800	850		6.500m ²	20.000m ²	25.000m ²
ARCO	10.000							
CORRASVA		250	250	20.000m ²	10.000m ²			
ERSE	4.500							
FAB. NAC. VAGÕES								5.000
STA. MATHIE								5.000
MEC. JARAGUA		300	700	500		1.000m ²		1.000
MORON	500	200	200	500m ²				1.000
SPANSON	10.000	400	500	700				1.500
C.S.N.								12.000
EDMETAL								5.000
UNILÃO CONST.								
METALICOS								
CONST. METALICA NACIONAL								5.000
Totais	45.000	5.510	6.130	39.500m ²	27.000m ²	15.500m ²	47.000m ²	60.000m ²
								3.500
								53.500

FONTE: CEPAL/ONU - A Fabricação de Máquinas e Equipamentos Industriais na América Latina

1955	1956	1957	1958	1959
Piratinunga (1) Cobrasma (1) Villares (1) Bardella (1) Dedini (1) Cavallari (1) Fichet IBESA-CONFAB Arno Dinamo-Elétrica	General Electric White Martins ARMCO Babcock & Wilcox	SANVAS Brown Boveri Nordon Companhia Siderúrgica Nacional Mecânica Pesada C.B.C. (2)	EBSE Jaraguá Fábrica Nacional de Vagões SOFUNGE Santa Matilde	ASDOBRA Roml Equipamentos Indust. Villares
1960	1961 (3)	1962 (4)	1963 (5)	1964
Redutores Transmotécnico Bopp & Reuther MAFERSA Sociedade Brasileira de Eletrificação Companhia Federal de Furação	Atlas Worthington	Ishikawajima Krupp ELETROMAR	Cia. Sorocabana de Material Ferroviário Pirelli	Torque Verolme Cia. de Comércio e Navegação Rheem BRASQUIP

FONTE: ABDIB, Atas das Reuniões da Diretoria e Relatórios Anuais da Diretoria

- (1) Sócios fundadores.
- (2) A CBC ingressou na ABDIB entre fins de 1957 e 1958.
- (3) Nesse ano a Babcock retirou-se da ABDIB. Esta firma abandonou o mercado brasileiro.
- (4) Retiraram-se ASDOBRA, Fábrica Nacional de Vagões e SOFUNGE.
- (5) Retirou-se a MAFERSA.
- (6) Idem para White Martins.

QUADRO III.3NÚMERO DE ASSOCIADAS DA ABDIB

A N O	Nº DE ASSOCIADAS
1964	39
1965	50
1966	52
1967	54
1968	57
1969	56
1970	62
1971	70
1972	77
1973	84
1974	91
1975	102
1976	110

FONTE: Relatórios Anuais da Diretoria da ABDIB, in Tadini, op. cit.

EMPRESAS	Investimen- to fixo aprox. (Cr\$ 1.000) ta (m ²)	Operarios e emprega- dos total	Produção destinada aos setores em estudo	Porcentagem da produção destinada aos setores em estudo	Fatores de Limitação técnica da Produção
Bardella S.A.	288.000	465	Energia elétrica Papel/celulose Cimento Siderurgia Me. Geral	turbinas hidráulicas Conjuntos completos Britadores/moinhos Laminadores Pontes rolantes e guindastes	Dimensões de máquinas operatrizes Área de trabalho
Ind. mecânicas		135 600		100%	
Cia. Brasileira Mat. ferroviário	624.000	2.000 300	Petroquímicas	Permutadores de calor Condensadores de superfície	Dimensão de máquinas operatrizes
Cobrasma		2.300	Fundição forjaria	Peças aço fundido Peças aço forjado	18%
Babcock & Wilcock Caldeiras S/A	150.000	350 150 500	Petroquímicas Energia térmica Mec. geral	Vasos de pressão Geradores de vapor Estruturas metálicas	100%
Mecânica pesa- da S/A	375.000	350 130 480	Energia elétrica Petroquímicas Papel/celulose Cimento Siderurgia Mec. geral	Turbinas hidráulicas Geradores Comportas. Condutos Vasos de pressão Permutadores Conjuntos completos Conjuntos completos Painéis-misturadoras Fornos para aço Alto.fornos-cubilot Pontes rolantes Guindastes Estruturas metálicas	100%
Cia. Brasileira de caldeiras	180.000	640 100	Petroquímicas	Vasos de pressão Permutadores de calor	60%

Operatizizes
 Área de trabalho
 Instalações auxiliares

calor
 Tanques LPG
 Fornos verticais
 Digestores-autoclaves

Papel celulose

Sanson Vasconcelos con. ind. ferro S/A	Petroquímicas	Tanques armazenamento	Dimensões de máquinas operatrizes
		Tanques LPG	Área de trabalho
		Vasos de pressão	Instalações auxiliares
	Mec. geral	Estruturas metálicas	
	150.000	8.000	60%
	280		
	95		
	<u>375</u>		

Indústria mecânica Cavallari S/A	Papel/celulose	Conjuntos completos	Dimensões de máquinas operatrizes
			Área de trabalho
			Instalações auxiliares
	60.000	4.000	85%
	260		
	40		
	<u>300</u>		

M. Dedini S/A Metalúrgica	Petroquímicas	Tanques LPG	Dimensões de máquinas operatrizes
		Vasos de pressão	Área de trabalho
		Geradores de vapor	Instalações auxiliares
	300.000	25.000	55%
	950		
	85		
	<u>1.035</u>		

Cia. bras. de construções Fichet-Schwartz & Hautmont	Petroquímicas	Tanques armazenamento	Dimensões de máquinas operatrizes
		Fornos-horizontais	Área de trabalho
		comportas-condutos	Instalações auxiliares
	Energia elétrica	Pontes rolantes-guindastes	
	Mec. geral		
	1.000		78%
	180		
	<u>1.180</u>		

Máquinas Piratininga S/A	Petroquímicas	Vasos de pressão	Dimensões de máquinas operatrizes
		Pontes rolantes	Área de trabalho
		Guindastes	Instalações auxiliares
	140.000	14.500	45%
	480		
	130		
	<u>610</u>		

Indústria elétrica Brown-Boveri S/A	Energia elétrica	Geradores transformadores	Dimensões de máquinas operatrizes
		Fornos de aço	Instalações auxiliares
	Siderurgia		100%

FONTE. CEPAL/ONU - "A Fabricação de Maquinarias e Equipamentos Industriais na América Latina".

QUADRO III.5BRASIL: COMPARAÇÕES DE PREÇOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL
COM OS DE FABRICAÇÃO NORTE-AMERICANA

EQUIPAMENTOS	Valor de equivalência dos preços de fabrica ção nacional
Petróleo e Petroquímica	
Estruturas metálicas	160
Fornos de aquecimento direto	160
Depósitos de pressão	163
Tanques de armazenamento	172
Geradores de vapor	172
Intercambiadores de calor	183
Condensadores de superfície	183
Bombas e compressores	220
Tubulações e válvulas	220
Conjunto	192
Geração de energia	
Turbinas	247
Transformadores	263
Geradores	270
Cimento	
Ventiladores, ciclones	170
Fornos rotatórios	210
Conjunto	200
Celulose e papel	
Digestores	165
Conjunto completo para celulose	200
Máquina completa para papel	250
Siderurgia	
Estruturas pesadas	160
Pontes rolantes, Transformadores	170
Refratários	170
Altos fornos (sem montagem)	172

FONTE: La Fabricación de Maquinarias y Equipos Industriales en América Latina, I-Los Equipos Basicos em el Brasil, p.68

NOTA FINAL

Uma empresa estatal não é uma empresa qualquer, e tampouco um aparelho de Estado como outros tantos. É um ser bifronte — e não me parece que o fato de possuir uma face que a aproxima da lógica da empresa privada contribua para esclarecer um pouco a opacidade própria de tudo quanto se situe na órbita do Estado; talvez até pelo contrário: como se não bastasse ser Estado, é ainda empresa.

Sendo Estado, está sujeita a ser convertida em instrumento de políticas formuladas alhures — no vértice do Executivo, no Ministério, no Legislativo, etc. E mais, sendo Estado, esta empresa incorpora interesses aos quais a empre sa privada é impermeável; interesses que podem ser de origem e natureza distinta, e que podem contradizer uns aos outros ou compor as superposições mais variadas.

Sendo empresa, está sujeita, em grau maior ou menor, às contingências da concorrência capitalista. O aguilhão do lucro há de estar presente, mais ou menos amortecido, na relação com seus fornecedores, concorrentes e clientes.

Os termos desta "ambiguidade estrutural", no caso da Petrobrás, dispunham-se de forma particular. Seria difícil imaginar uma empresa mais bem dotada para a acumulação de capital. A começar de seu caráter monopolista. Isto significava um fardo, é certo, no caso da obrigação de descobrir pe tróleo em solo ingrato. Contudo, a Petrobrás sempre soube — e pôde — agir com equilíbrio, investindo pesadamente em setores de retorno polpudo, líquido e certo. Por exemplo, no refino, em que era praticamente monopolista. Não foi difícil à Petrobrás legitimar uma composição de investimentos em que o

refino respondia por uma parcela substancial. Com isso, ela liberava o país da dependência das importações de derivados e provia os lucros necessários à sustentação das atividades de pesquisa. Crescer o mais rápido possível — era esta a "função social" da Petrobrás.

Existe um certo consenso quanto à Petrobrás ter desfrutado certa autonomia ao longo de sua história. Não trabalhei esta questão ⁽⁴⁴⁸⁾, mas tendo a concordar. Há várias indicações, de que, em meu período, a Petrobrás foi se afirmando através de uma série de choques com o Conselho Nacional do Petróleo; creio que o exame mais detido da política de preços de derivados de petróleo poderia aportar informações relevantes.

A esta vocação para o crescimento combinava-se uma politização incomparavelmente superior à de qualquer outra estatal brasileira. Nenhuma outra foi alguma vez tão "pública" quanto a Petrobrás. Nenhuma outra foi tão exaltada, execrada, discutida, vigiada: ao menor gesto da empresa, irrompia a manifestação ruidosa dos mais variados segmentos do quadro político. O "menor gesto", portanto, devia ter por pressuposto a avaliação de suas repercussões. À luz desses elementos, creio, deve ser pensada a autonomia da Petrobrás.

Não se esperaria de uma empresa privada a mesma boa-vontade demonstrada pela Petrobrás para com seus fornecedores. A boa-vontade tinha um custo. Seria estultice arcar com este custo quando se tem os concorrentes pelos calcanhares. Além do mais, a uma empresa estatal é mais fácil impor uma política de compras nacionalizante que a um conjunto de empresários privados. Este não foi, contudo, o caso da Petrobrás — não

(448) Ver, a respeito, Carvalho, op.cit., passim

há qualquer indício de que sua política de compras possa ter sido imposta de fora do "sistema" Petrobrás/Fornecedores de Equipamentos.

Quero dizer que, num certo sentido, a Petrobrás se fez um instrumento de política industrial. Em parte, porque podia fazê-lo sem estiolar seu potencial de acumulação — condição necessária mas não suficiente.

Ao fazê-lo, adquiria segurança quanto à continuidade dos fornecimentos e se reafirmava, perante a opinião pública, como símbolo e instrumento da "emancipação econômica nacional". E — por que não? — reafirmava-se perante si própria, reconhecendo-se na identidade que a maior parte dos cidadãos lhe outorgara. Naturalmente, é possível — e preciso — questionar até que ponto a Petrobrás foi movida pela busca da "emancipação econômica" — da Nação ou dela própria, ao deitar longe a "servidão" das importações. Seria preciso dimensionar também a cristalização dos interesses dos empre-sários no seio da Petrobrás. Não, não me refiro à corrupção ou aos favorecimentos, que certamente ocorreram, mas a algo mais importante: aos liames ideológicos que enredam os indivíduos (e as organizações) sem que estes os percebam como tais. Como explicar aos céticos que realmente acredito na hipótese de que muitos funcionários da Petrobrás de fato estivessem convictos de empreenderem a luta pela emancipação? No entanto, acredito.

Não sei se é possível responder em que medida estava a Petrobrás imersa na ideologia nacionalista e em que medda estava aberta à inserção dos interesses empresariais ; suspeito que os dois fatores são inextricáveis. Em qualquer das hipóteses, mostra-nos a Petrobrás sua face de Estado.

Creio que a pesquisa realizada sobre a ABDIB diz alguma coisa sobre a capacidade de iniciativa e articulação de um segmento do empresariado. Não tive tempo, infelizmente, para retomar com mais detalhes a história da nacionalização de equipamentos, do ponto de vista da empresa. Uma direção interessante para estudos futuros seria, creio eu, o levantamento de alguns casos mais significativos (entre eles, os da CONFAB e da COBRASMA). Com alguma frequência, deparei-me na pesquisa com a presença da Petrobrás também na nacionalização da engenharia de projetos e montagem; segundo alguns depoimentos, praticamente não havia no Brasil empresas especializadas na montagem de instalações industriais; aqui também a ação da Petrobrás teria sido fundamental.

A questão da partilha entre Estado e capital privado representa, a meu ver, outro campo de pesquisa bastante promissor. Realizei apenas uma reconstituição sumária de alguns dos movimentos do conflito. É necessário ir além. Discutir, por exemplo, a timidez do empresariado no período em que a indústria do refino esteve aberta ao capital privado — o que terá emperrado as tantas tentativas referidas de forma sucinta na bibliografia? Já no período aberto pela lei 2004, falta esclarecer o sentido de cada uma das escaramuças entre a Petrobrás e...quem? Teriam sido disputas entre Estado e o conjunto do capital privado? Fosse esse o caso, os avanços da Petrobrás seriam prova inequívoca da fraqueza do empresariado em face do Estado brasileiro. Mas é necessário ter cautela: pesquisar quem era pela extensão do monopólio, quem era contra, a cada um dos momentos de litígio.

Os nacionalistas, evidentemente, formavam entre os partidários da extensão do monopólio. Não lhes bastava o cres

cimento da Petrobrás — pediam a multiplicação de suas atividades. Como se terá disseminado este fascínio pelo estatal? — eis uma das indagações que trago comigo desde o início da pesquisa. Mas há mais perguntas semelhantes, surgidas do contato com os documentos da Petrobrás e com os "estudos nacionalistas" descobertos ao acaso nos sebos do Rio de Janeiro: Quem eram, afinal, os nacionalistas? Quantos, quais eram os projetos de "emancipação econômica"? Por que nesses projetos — ou devia dizer nesses sonhos? — se atribuía papel tão destacado ao petróleo e à Petrobrás?

No discurso particular da revista Petrobrás — com suas crônicas, biografias, slogans, poemas; na "linha FULGOR de obras nacionalistas"; em O Semanário — há um mundo a ser explorado: o mundo tal como era visto pelos nacionalistas; há um objeto — ou vários — à espera de instrumentos mais sutis que os de um economista.

Transfiro a esta nota final um dos trechos que selecionara para a epígrafe. A meu ver, diz muito sobre o período. E além disso, é belo:

"O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. De seu conteúdo libertador provém o teor apaixonado de que se reveste e que leva seus opositores a considerá-lo mais como paixão que como política" (449).

Estava certo Werneck Sodré. Os tempos eram de paixão. Cometeram-se muitos erros. E os nacionalistas erraram apaixonadamente. Não devemos julgá-los com excessiva severidade. Vivemos ainda numa "idade escura" — como diz um poeta — e nem sempre saberemos combinar na proporção correta o ceticismo e a paixão.

(449) Nelson Werneck Sodré, citado por Toledo, Caio Navarro de, op.cit.,

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio Henrique - "A Empresa Pública como Agente de Políticas do Estado: Fundamentos Teóricos do Seu Papel, Inclusive em Face de Nossas Relações com o Exterior", in IPEA - A Empresa Pública no Brasil: uma Abordagem Multidisciplinar, IPEA, Brasília, 1980.
- ALMEIDA, Lúcio Rodrigues de - As Redefinições do Nacionalismo Populista no Brasil, dissertação de mestrado, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1984 (mimeo).
- ALMEIDA, Rômulo de - "Prefácio", in Lima, Medeiros - Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia - A Luta pela Emancipação (um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas), Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- ALVES, Sérgio F. e FORD, Ecila M.- O Comportamento Tecnológico das Empresas Estatais: A Seleção das Empresas de Engineering, a Escolha de Processos Industriais e a Compra de Bens de Capital, FINEP, Rio de Janeiro.
- BAER, Werner - A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, 5a.ed.FGV, Rio de Janeiro.
- BELLO, José Luiz de Almeida - "A Participação da Indústria de Equipamentos na Construção de Refinarias de Petróleo e Complexos Petroquímicos", in Anais do VI Seminário Técnico - A Indústria Nacional e sua Participação na Indústria do Petróleo e Petroquímica, Boletim nº 33, Instituto Brasileiro do Petróleo, Rio de Janeiro, 1969.
- _____ - A Capacidade Efetiva de Produção das Indústrias de Bens de Capital e a Utilização dessa Capacidade em Face da Atual Conjuntura Econômico-Financeira do País, IPEA/IPLAN, 1982.
- BELTRÃO, Hélio - "Por que acredito na Petrobrás", in Petrobrás, outubro de 1954, nº 52.
- BOSCHI, Renato R. e DINIZ Eli - "O Papel das Associações de

Classe da Mediação Empresa-Estado: Uma análise institucional da ABDIB" in Empresa, burocracia e Mediação de Interesses, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1978

BERENHAUSER JÚNIOR, Carlos - "A Importância das Indústrias Pesadas na Atual Conjuntura Econômica do Brasil" in O Observador Econômico e Financeiro, Ano XX, Setembro de 1955, nº 235.

CAFÉ FILHO, João - Do Sindicato ao Catete, José Olympio, Rio de Janeiro, 1966, 2a. ed.

CAMPOS, Roberto de Aliveira - "Petrobrás: Conúbio da UDN e do PCB", in Digesto Econômico, Ano XXXVII, Março/Abril de 1980, nº 271.

CARONE, Edgar - A Quarta República (1945-1954), DIFEL, Rio de Janeiro, 1980.

CARVALHO, Getúlio - Petrobrás: do Monopólio aos Contratos de Risco, Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1977.

CEPAL/ONU - La Fabricación de Maquinaria y Equipos Industriales en América Latina, Nações Unidas, Nova Iorque, 1963.

COHN, Gabriel - Petróleo e Nacionalismo, DIFEL, São Paulo, 1968.

COUTINHO, Lourival e SILVEIRA, Joel - Traição e Vitória, Coelho Branco, Rio de Janeiro, 1957.

DAIN, Sulamis - "Empresa Estatal e Política Econômica no Brasil", in Martins, Carlos Estevam (org.) - Estado e Capitalismo no Brasil, Hucitec-CEBRAP, São Paulo, 1977.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato - Agregação e Representação de Interesses do Empresariado Industrial: Sindicatos e Associações de Classes, Relatório de Pesquisa, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1979 (mimeo).

DRAIBE, Sonia Mirian - Rumos e Metamorfoses - um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

ERBER, Fábio - "A Empresa Estatal e a Escolha de Tecnologias",

titular, Rio de Janeiro, 1978 (mimeo).

LESSA, Carlos e FIORI, José Luiz - Relendo a Política Econômi-
ca: As Falácias do Nacionalismo Popular do Segundo Var-
gas, texto para discussão nº 30, IEI, UFRJ, Rio de Janei-
ro, 1983.

LIMA, Medeiros - Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia - A
Luta pela Emancipação (um depoimento de Jesus Soares Pe-
reira sobre a Política de Vargas), Paz e Terra, Rio de
Janeiro, 1976

MACEDO SOARES, Edmundo de - "O Movimento da Indústria Pesada
e o Progresso Econômico do Brasil", in Digesto Econômi-
co, Ano XI, Julho/Agosto de 1955, nº 124.

MANGABEIRA, Francisco - "A 'Petrobrás' e a Expansão Industrial
Brasileira", in Desenvolvimento & Conjuntura, Novembro
de 1962.

- Imperialismo, Petróleo e Petrobrás ,
Zahar, Rio de Janeiro, 1964.

MARANHÃO, Ricardo - "O Estado e a Política Populista no Bra-
sil (1954-1964)", in Fausto Bóris (org.) - História Ge-
ral da Civilização Brasileira, tomo III, vol. 39.

MARTIN, Jean-Marie - Processus d'Industrialization et Develop-
pment Energétique du Brésil, Université de Paris, Paris,
1966.

MARTINS, Luciano - Pouvoir et Développement Economique - Forma-
tion et Evolution des Structures Politiques au Brésil, An-
thropos, Paris, 1976.

MAZZUCHELLI, Frederico M. - A Espansão Inconclusa (Considera-
ções sobre o setor de bens de capital no Brasil), disser-
tação de mestrado apresentada à UNICAMP, Campinas, 1978
(mimeo).

MIRANDA, Maria Augusta T. - O Petróleo é Nosso- A luta contra
o entreguismo pelo monopólio estatal, vozes, Petrópolis,
1983.

MOURA, Pedro de e CARNEIRO, Felisberto - Em Busca do Petróleo

Brasileiro, Fundação Gorceix, Rio de Janeiro, 1976.

NEGRI, Barjas - Um estudo de Caso da Indústria Nacional de Equipamentos: Análise do Grupo Dedini (1970-1975), dissertação de mestrado apresentada à UNICAMP, Campinas, 1977 (mimeo).

NUNES, Janary - Esclarecimentos Prestados à Comissão de Inquérito, Petrobrás, Rio de Janeiro, 1958.

OECE - L'Equipement Pétrolier en Europe. Possibilités de Fabrication, Capacité de Production, Paris, 1955.

- L'Equipement Pétrolier aux USA. Fabrication de Matériel de Forage et de Râttinage, Paris, 1953.

OLIVEIRA, Francisco de e MAZZUCHELLI, Frederico M.- "Padrões de Acumulação Oligopólios e Estado no Brasil(1950-1976)", in A Economia da Dependência Imperfeita, Graal, Rio de Janeiro, 1977.

PAIVA, Glycon de - "Regime Legal e Produção de Petróleo" in Revista Brasileira de Economia, ano 6, junho de 1952, nº 2.

- "Petrobrás como Banco da Subversão Nacional: Escola Prática de Subversão", in Petróleo, Março de 1964, nº 33.

PEREIRA, Osny Duarte - Estudos Nacionalistas, Fulgor, São Paulo, 1960.

PERRIN, Jacques - Engineering: Terminologie et Fonction Economique, Centre de Developpement de l'OCDE, Industrie et Technologie, Etude spéciale nº 9, 1976.

PINTO, Paulo A.- "O Vigente Mecanismo Cambial, Eixo da Dominação Imperialista no Brasil", in Brasileiros Contra o Brasil, Antologia Nacionalista, Fulgor, São Paulo, 1958.

POPPE DE FIGUEIREDO, M.- Brasil, Um Gigante que Despertou, Símbolo, Rio de Janeiro, 1972.

REICHSTUL, Henri-Phillipe - "O Financiamento do Setor Energético e a Questão da Autonomia das Empresas Estatais", in

- Estudos Econômicos, IPE, vol.11, número especial, São Paulo, 1981.
- SANSON, Henrique P.D.- "Perspectivas da Indústria Produtiva", in Semana de Tecnologia Industrial - Indústria Petroquímica: Ministério da Indústria e do Comércio, Secretaria de Tecnologia Industrial, Salvador, Abril de 1976.
- SCHMITTER, Philippe C. - Interest Conflict and Political Change in Brazil, Stanford University Press, Stanford, Cal. 1971.
- SCHOR, José - "Aspectos Econômicos da Refinação do Petróleo no Brasil", in Economia do Petróleo, coletânea editada pelo Instituto Brasileiro do Petróleo, Rio de Janeiro, 1959.
- SMITH, Peter Seaborn - Petróleo e Política no Brasil Moderno, Artenova/universidade de Brasília, Rio de Janeiro, 1978.
- SOUSA, Luiz Wilson Marques de- "Fabricação Nacional de Materiais e Equipamentos para a Indústria Petroleira", in Boletim do IBP, 39/49 Trimestres de 1966.
- TADINI, Venilton - Contribuição ao Entendimento do Desenvolvimento Recente do Setor de Bens de Capital sob Encomenda (1974-1983), dissertação de mestrado apresentada à USP, São Paulo, 1985 (mimeo).
- TANZER, Michel- Os Trustes Petrolíferos e os Países Subdesenvolvidos, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.
- TÁVORA, Juarez - Petróleo para o Brasil, José Olympio, 1955, 2a.edição,
- THORSTENSEN, Vera H. - O Estado Planejador, o Estado Produtor e o Setor de Bens de Capital sob Encomenda, Tese de doutoramento apresentada à FGV, São Paulo, 1980 (mimeo).
- TIRONI, Luiz Fernando - Política Econômica e Desenvolvimento Tecnológico- Diversificação ou Especialização no Setor de Bens de Capital sob Encomenda, Dissertação de Mestrado apresentada à UNICAMP, Campinas, 1976.

in Ciência e Cultura, vol.26 (12), Dezembro de 1974.

ERBER, Fábio (coord.), ARAÚJO JR., José Tavares de, ALVES, Sérgio Francisco, REIS, Leonídia Gomes dos, e REDINGER, Miriam Lewin - Absorção e Criação de Tecnologia na Indústria de Bens de Capital, FINEP, Rio de Janeiro, 1973.

FONSECA, Gondin da - Que Sabe Você sobre o Petróleo? Liv. São José, Rio de Janeiro, 1957, 5a.ed.

FREITAS, Luiz Mendonça de - "Consequências da Política Econômica do Ministro Gudin" in Digesto Econômico, Ano XI, 1.2.1955, nº 121.

FREITAS, Tácito - Petróleo, Apesar de Mr.Link, Gernasa, Rio de Janeiro, 1964.

GOODMAN, David Ewin - Industrialization and Economic Policy in Brazil in the Post-War Period, tese de doutoramento, Berkeley .

GORDON, Lincoln e GRÖMMERS, L.- United States Manufacturing Investment in Brazil, Boston, Harvard University, 1962.

LAFER, Celso - The Planning Process and Political System in Brazil: a study of Kubitschek's Target Plan (1956-1961), tese de doutoramento, Cornell University, 1970 (mimeo).

LAGO, Levy, A.C.do, ALMEIDA, Fernando L.de, e LIMA, Beatriz M.F. A Indústria Brasileira de Bens de Capital, Origem, Situação Recente, Perspectivas, Estudos Especiais IBRE, nº1, FGV, Rio de Janeiro, 1979.

LEFF, Nathaniel - Economic Policy-Making and Development in Brazil - 1947-1964, John Wiley & Sons, 1968.

, The Brazilian Capital Goods Industry, Harvard University Press, Cambridge, 1968.

LESSA, Carlos - Quinze Anos de Política Econômica, Cadernos IFCH, nº 4, Campinas, 1975.

, A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976 - Sonho e Fracasso, tese apresentada à UFRJ em concurso para professor

TOLEDO, Caio N. de - ISEB: Fábrica de Ideologias, Ática, São Paulo, 1977.

VARGAS, Getúlio - A Política nacionalista do Petróleo no Brasil, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1964.

VICTOR, Mário - A Batalha do Petróleo Brasileiro, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

WHITAKER, José Maria - O Milagre de Minha Vida, Hucitec, São Paulo, 1978.

WIRTH, John - A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas, FGV, Rio de Janeiro, 1973.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico, 1955.

BELTRÃO, Hélio M.J. - Plano de Organização dos Serviços Básicos da Petrobrás, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, s/d.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Petróleo, vol.V.

Conselho de Desenvolvimento - Programa de Metas, Rio de Janeiro, 1958.

Conselho de Desenvolvimento Econômico - Exposição de Motivos nº 010/75.

Conselho Nacional do Petróleo - Relatórios, 1946, 1952, 1954.

- Resoluções, Brasília, 1976.

Ministério das Minas e Energia- Panorama do Setor Petróleo, 1967.

Ministério da Viação e Obras Públicas - "O Imposto 'Ad-Valorem' sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos, sua Importância e sua Finalidade", Rio de Janeiro, 1956.

Ministério do Planejamento, Coordenação Econômica - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1966.

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - a) Legislação do Petróleo, 3a.edição, 1971.
- b) "O Departamento Industrial-Ori-gens, Desenvolvimento, Perspec-tivas Futuras", de Flávio Magalhães Chaves, 1971.
- c) Relatórios de Atividades, 1954-1965.
- d) Relatório Geral da Ampliação da Obra da Refinaria Landulpho Al-ves, pelo engenheiro-residente Marino Guimarães, 1960.
- e) Serviço de Material- "Naciona-lização", s/d.

PERIÓDICOS

BOLETIM TÉCNICO DA PETROBRÁS, Ano 2, Dezembro de 1959, nº 3.

CONJUNTURA ECONÔMICA, Março de 1953, nº 3 e Dezembro de 1956, nº 12.

DIGESTO ECONÔMICO - vários números.

LEX - Legislação Federal, anos 1953, 1959 e 1961.

MENSAGEM ECONÔMICA, Ano IV, Fevereiro de 1956, nº 38.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO - vários números a partir de 1952.

REVISTA BRASILIENSE, Julho/Agosto de 1958, nº 18.

REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, Dezembro de 1966/Março de 1967.

REVISTA PETROBRÁS, 1954-1967.

REVISTA PETRÓLEO, 1961-1966.

FOLHETOS

CLUBE MILITAR: Departamento Cultural - "Petrobrás: Realizações e Perspectivas", s/d.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PETRÓLEO - A Indústria Petroquímica Brasileira, 1983.

MELLO, Leopoldo Miguez de- "Palestra feita pelo Dr. Leopoldo Miguez de Mello, Diretor da Petrobrás, na aula inaugural

do 'Curso de Análise de Projetos de Investimentos na Indústria Petroquímica', 10 de abril de 1973.

PETROBRÁS - "O Petróleo e a Petrobrás"

- "Petróleo Brasileiro - Preconceito e Realidade ",
por Leon Zeitel, s/d.

RESENDE, Jorge de Souza - Conferência na Escola Superior de Guerra, s/d.

RIBEIRO, Aloísio Telles- "Fundamentos da Política de Nacionalização de Equipamentos adotada pela Petrobrás", 1968.

SOUZA, Luiz Wilson Marques de - "Incentivos à Participação do Empresariado Brasileiro", s/d.

OUTROS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA DESENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS DE BASE - ABDIB - Atas das reuniões da diretoria -1955-1965.

Relatório Anual 1978-1985
SANTOS, Orfilla Lima - Manuscrito sobre a construção do oleoduto Rio-Belo Horizonte.